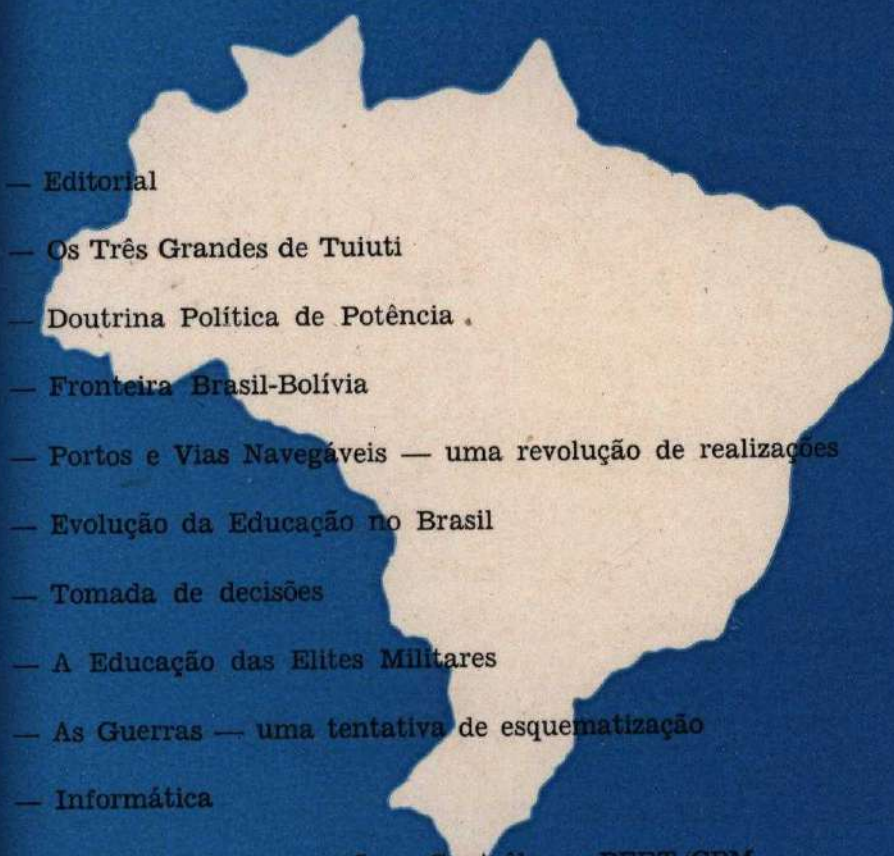


A Defesa Nacional

N.º 631

Mai/Jun 1970

- 
- Editorial
 - Os Três Grandes de Tuiuti
 - Doutrina Política de Potência
 - Fronteira Brasil-Bolívia
 - Portos e Vias Navegáveis — uma revolução de realizações
 - Evolução da Educação no Brasil
 - Tomada de decisões
 - A Educação das Elites Militares
 - As Guerras — uma tentativa de esquematização
 - Informática
 - Método de Programação e Contrôlo — PERT/CPM
 - O Ensino Militar

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
56º

Rio de Janeiro, GB — Mai/Jun 1970

Número
631

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL — Gen Div Humberto de Souza Mello.....	3
OS TRÊS GRANDES DE TUIUTI — P. J. de Mallet Joubin	7
DOCTRINA POLÍTICA DE POTENCIA — Gen Bda Carlos de Meira Mattos	41
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA — Maj Inf Childerico Fernandes de Car- valho	49
PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS — UMA REVOLUÇÃO DE REALIZAÇÕES	59
O DESENVOLVIMENTO DE UMA REGIÃO — 3.º Sgt Celso Santana de Liz	65
A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL — Cap Art A. Machado de Paiva	67
VITALIDADE x EXPERIÊNCIA — Ten Cel Ney Eichler Cardoso	79
TOMADA DE DECISÕES — Eng. Cesar Rômulo Silveira Neto	101
EXALTAÇÃO A 31 DE MARÇO — Prof.ª Maria Isabel de Carvalho Cunha	109
ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA — ORDEM DO DIA	111

NOTAS MILITARES

A EDUCAÇÃO DAS ELITES MILITARES — Correlli Barnett — Tradução do Ten Cel Paulo A. F. Viana	113
AS GUERRAS — UMA TENTATIVA DE ESQUEMATIZAÇÃO (Conclusão)	133
A FEB E O SEU PELOTO DA PAZ — Maj Hamilton Dantas Minchetti	151
PALAVRAS PRONUNCIADAS PELO GEN DIV HUMBERTO DE SOUZA MELLO	155
TOMADA DE MONTE CASTELO — ORDEM DO DIA	158
MENSAGEM AOS NOVOS CAVALARIANOS — Cap Cav Pedro Marins Martino	161

INFORMAÇÕES

INFORMÁTICA	163
MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO E CONTRÔLE — PERT/CPM.....	167
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DE INTERESSE DOS MI- LITARES — Cel Int Bruno Harger	181
CARTA A UM CAÇULA — Cel Av Luiz Carlos Aliandro	189

DE REVISTAS E JORNAIS

— DE "O GLOBO" — BANCO CENTRAL — J. O. Knaack de Souza	191
— DE "VISÃO" — O ENSINO MILITAR — Octavio Gouvêa de Bulhões ...	195
— DE "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" — O PODER DO LUCRO — Jorge A. Chamma	197
Ocupação da Amazônia	199
A "ALIANÇA" EM RITMO DE BRASIL GRANDE	205
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA	209
Relação dos Assinantes que Pagaram 1970	213

EXPEDIENTE

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

—
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 10,00

Exterior Cr\$ 50,00

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 3,00

Atrasado Cr\$ 5,00

ENDEREÇO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

(Ala Marcílio Dias)

Caixa Postal 17 (Do MEx) — ZC 55 — Tel. 243-0563

RIO DE JANEIRO, GB

BRASIL



editorial

Gen Div HUMBERTO DE SOUZA MELLO

Chegamos ao fim da nossa caminhada na direção de "A Defesa Nacional" solidários e orgulhosos por tê-la servido com dedicação e entusiasmo, para alcançar as dimensões culturais e profissionais que a elevam à nobre altura das suas gloriosas tradições e da sua projeção futura.

Desejamos, nesta oportunidade, ressaltar o penhor da nossa gratidão aos camaradas do Exército, pela confiança expressa no sufrágio que nos fez ocupar a Diretoria de tão notável órgão de comunicação, verdadeira fonte irradiadora de mensagens que lembram a energia do nosso brasileiro, para enfrentar os problemas de transmutação que representam verdadeiros desafios à geração militar presente, em face da velocidade vertiginosa que no campo técnico-científico altera o quadro dos valores que vinha servindo de base a uma civilização a evoluir em novas concepções de vida mas que não deveremos deixar ir de encontro às nossas tradições de liberdade, de amor à paz, de educação e cultura e de cristianismo.

Não poderíamos deixar de, revestidos de justificadas emoções pela grandeza da missão que cumpriram, recordar reverentemente a memória daqueles que constituíram o grupo de 12 oficiais idealistas e patriotas que, em outubro de 1913, fundaram a "A Defesa Nacional" e se lançaram na campanha da divulgação das magníficas lições da evolução militar a iluminar a nebulosa e a incerteza da guerra em favor do Poder Nacional para a execução de uma política de segurança tão necessária à defesa e garantia da soberania da nossa Pátria. A boa semente que plantaram tem frutificado. Pois todos reconhecem a indiscutível necessidade dos ensinamentos da doutrina militar brasileira para a preparação cultural e técnica necessária à aplicação, em todos os escalões da hierarquia, no desempenho de duras tarefas do sistema de defesa nacional. E, nesse sentido, é de ressaltar o notável trabalho de propiciar aos camaradas mais jovens o espírito profissional e de sacrifício para o bom entendimento e cumprimento da sua relevante missão que visa, exclusivamente, os interesses do Exército pelo bem da nação.

Realmente, a A DEFESA NACIONAL vem se esforçando pela divulgação de conhecimentos profissionais e de cultura geral para contribuir de modo incalculável ao estudo de problemas que se relacionam com o campo militar em especial e com a conjuntura nacional. Os estudos de tais problemas, que espelham opiniões pessoais ou de grupos de trabalho, são lançados à meditação dos leitores e estudiosos militares de todos os recantos do Brasil para julgamento, no confronto com outros conhecimentos mais amplos ou divergentes, de modo a permitir a firmeza de idéias que possibilitem convicções espirituais, patrióticas, morais e de caráter em todos os ângulos da profissão militar e do comportamento social do oficial na sociedade hodierna.

A ela, sem dúvida, se deve a contribuição, como amplo instrumento para realizar o cultivo da inteligência, à compreensão do processo evolutivo da política e da arte da guerra para alcançar a sabedoria com espírito equilibrado, responsável e dinâmico a impulsionar o progresso que há de conduzir o Exército — singular expressão da cultura e do sentimento nacional — como importante vetor componente da grandeza da Pátria.

Ao deixar as funções de Diretor-Presidente, quero apresentar de público os meus agradecimentos, como singela homenagem que presto aos companheiros de Diretoria, redatores, colaboradores e funcionários de tôdas as categorias, pela judiciosa, abnegada e honesta colaboração prestada de ordem intelectual e em serviços de natureza diversa, que levaram sempre triunfadora a A DEFESA NACIONAL, obra da criação e efeito daquele punhado de jovens oficiais idealistas e que tem continuidade pelo trabalho perseverante das gerações que se sucederam dedicando-lhe invulgar abnegação e acendrado amor dignos de serem imitados.

Encerro esta mensagem transcrevendo um pensamento do saudoso Gen Francisco de Paula Cidade, um dos fundadores desta Revista "No dia em que triunfarem, no campo da História Militar, os princípios que tènicamente norteiam a atividade do historiador, as coleções de A DEFESA NACIONAL serão procuradas e consideradas valiosíssimas para quem queira escrever sôbre a vida militar brasileira dêste século".

Finalmente, auguro e estou certo, que os brilhantes companheiros da nova Diretoria imprimirão excelente orientação intelectual e realizarão proveitosa administração para assinalar outros marcos de glória no histórico de A DEFESA NACIONAL.

OS TRÊS GRANDES DE TUIUTI

A DEFESA NACIONAL, na oportunidade da passagem de mais um aniversário da Batalha de Tuiuti, travada a 24 de maio de 1866, nos campos do Paraguai, publica, a seguir, uma síntese biográfica de Osório, Sampaio e Mallet, os três chefes militares que ganharam para o Exército Brasileiro as maiores glórias daquele memorável feito de armas.

Esta síntese biográfica é da autoria do Professor P. J. de Mallet Joubin, Oficial da Reserva do Exército, que tem a publicar um livro intitulado "Mallet, Patrono da Artilharia".

Os esforços conjugados da 3ª Divisão de Infantaria, cognominada de "Divisão Encouraçada", do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo e a ação de comando do Chefe do Exército Brasileiro, exemplificam as estreitas ligação e cooperação que devem existir entre as Armas e o Comando no campo de batalha. A tenaz resistência de Sampaio e de Mallet propiciam a Osório o tempo necessário para desenvolver e engajar as tropas em toda a frente, assegurando a vitória às Armas Aliadas.

Como Caxias, Osório, Sampaio e Mallet lutaram pela unidade nacional e pela integridade de nossas fronteiras, contra os inimigos internos e externos da Pátria.

O Exército exerce princípio relevante de psicologia social ao cultivar os seus heróis do passado, exemplos perenes para as futuras gerações de soldados. Pelas suas excelsas virtudes militares, Osório, Sampaio e Mallet elevaram e glorificaram o Exército Nacional no período de sua formação. Por isso foram consagrados numes tutelares das Armas Brasileiras. Simbolizam, ao lado da figura impar de Caxias, o glorioso e sagrado patrimônio moral e cívico da Nação e das Forças Armadas que, ontem como hoje, mantêm a ordem interna e defendem as fronteiras do Brasil.

OSORIO, PATRONO DA CAVALARIA

Por P. J. DE MALLET JOUBIN

O ínclito Marechal-de-Exército Manoel Luis Osorio, uma das mais lídimas glórias das Armas Brasileiras, nasceu a 10 de maio de 1908, na então vila de Conceição do Arroio, na Província do Rio Grande do Sul. Foram seus pais o Oficial de Milícias Manoel Luis da Silva Borges e Dona Ana Joaquina Osorio.

Em 1822, quando proclamou-se a nossa Independência, o jovem Manoel Luis residia na vila do Salto, na Cisplatina, onde seu pai estava de guarnição. Como as tropas portuguesas de Montevideu não aderiram à nossa emancipação política, o Corpo de Tropas de Silva Borges foi juntar-se às forças que o general Lecór reunia para sitiar aquela cidade. O pai, ao partir, leva consigo o filho, o jovem Osorio, então com 14 anos de idade.

Poucos meses depois, a 1.º de maio de 1823, Manoel Luis Osorio, com 15 anos incompletos, senta praça voluntária na Cavalaria da Legião de São Paulo. É um dos mais jovens soldados de Cavalaria da Independência, cuja realização empolga sua alma juvenil. No mês seguinte, faz parte de uma patrulha, nas proximidades de Montevideu, que choca-se no arroio Miguelete com as avançadas da Cavalaria portuguesa. O jovem Osorio tem aí o seu batismo de fogo.

Em fevereiro de 1824, os portugueses rendem-se e Lécor entra em Montevideu, organiza o

governo e assegura a incorporação da Cisplatina ao Império.

Reconhecido 1.º Cadete, a 24 de dezembro desse mesmo ano, Osorio é nomeado Alferes de Cavalaria para o Exército de 1.ª Linha, com menos de 17 anos de idade. O primeiro cuidado do jovem Alferes foi requerer matrícula na Academia Real Militar. Seu desejo era aprimorar sua instrução, pois esta era ainda muito rudimentar, a única que conseguira no meio desprovido de recursos em que vivia. Seu pedido foi atendido, mas não efetivado, pelas circunstâncias dos próximos acontecimentos bélicos.

Em seguida, em 1825, inicia-se a Campanha da Independência do Uruguai, sublevado contra o Império. As forças brasileiras que ocupam Montevideu e Colônia são sitiadas. A situação torna-se angustiosa. Do Rio Grande do Sul partem tropas de socorro, comandadas por Abreu e Bento Gonçalves. De Montevideu sai um Contingente do qual faz parte o Alferes Osorio, que retorna a essa cidade em setembro de 1825, com um reforço de Bento Manoel Ribeiro.

No mês seguinte, Bento Manoel sai de Montevideu com 1.150 homens de Cavalaria e faz junção com Bento Gonçalves. Na manhã de 12 de outubro de 1825, ao transpor o arroio Sarandi, ambos são surpreendidos por forças de Lavalleja e Rivera (2.600 cavallianos).

O inimigo envolve as duas alas das forças imperiais e as fazem debandar. O esquadrão a que Osorio pertence é dizimado. Só escapam, combatendo braço-a-braço, o próprio Osório e 9 praças que repassam o Sarandi e vão reunir-se a Bento Manoel Ribeiro que retorna ao Rio Grande do Sul.

Depois do malôgro de Sarandi, o Brasil declara guerra à Argentina, que se unira aos uruguaios rebelados.

No ano seguinte (1826), concentra-se no acampamento de Livramento, o Exército comandado pelo general Massena Rosado, que trouxera consigo, do Rio de Janeiro, Infantaria e Artilharia para reforçar as tropas do Sul.

O Alferes Osorio passa a servir nesse Exército, no 5.º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha. E aí, nesse vasto acampamento, vem a conhecer o então 1.º Tenente Emílio Luiz Mallet, que comandava a 1ª bateria do Corpo de Artilharia Montada da Côrte. Os dois jovens oficiais, ambos Cadetes da Independência, tornam-se amigos, nas longas tertúlias ao pé do fogão, durante um ano de sofrimentos e privações que o Exército passou inativo em Santana. Osorio tem necessidade de conhecimentos gerais e científicos e Mallet, educado na França e na Côrte, tem curiosidade por aquêlê mundo nôvo que se abre ante seus olhos: as peculiaridades da Província do Rio Grande do Sul e dos seus vizinhos do Prata. Nasce daí uma amizade útil, leal e duradoura entre os dois jovens oficiais.

A 2 de janeiro de 1827, o Marquês de Barbacena, vindo da Côrte, com maiores recursos, assume o comando do Exército. A tropa é arrancada da apatia em que vivia e marcha ao encontro do inimigo que invadira o Rio Grande do Sul e já ocupara Bagé.

Na batalha do Passo do Rosário, a 27 de fevereiro, o Alferes Osorio toma parte em todos os lances e peripécias por que passa o 5.º Regimento de Cavalaria, sob o comando do Ten Cel Felipe Néri de Oliveira. Essas ocorrências acham-se registradas na Parte de Combate do general Calado, comandante da 2ª Divisão, que sustentou a retirada do Exército. O Marquês de Barbacena, em sua Ordem do Dia, diz que essa Divisão portou-se "na sua retirada com um valor que parecia difficil conceber".

Instalado o Exército no Acampamento de São Lourenço, no Jacuí, Barbacena passa o comando ao Marechal Brown. A Cavalaria de Milícias da Província, que possui chefes de valor, como Bento Gonçalves, Bento Manoel Ribeiro e Antônio de Medeiros Costa, fica agrupada sob o comando do Marechal Sebastião Barreto. Essa Cavalaria acompanha a retirada do Exército de Alvear que repassa a fronteira. Os contendores evitam o combate porque as cavalarias de ambos estão esgotadas.

Os batalhões de Infantaria ficam no Acampamento de São Lourenço e o 5.º Regimento de Cavalaria recolhe-se à sua sede em Rio Pardo. A 12 de outubro, o Alferes Manoel Luiz Osorio é

promovido a 1.º Tenente pela sua conduta na batalha de Passo do Rosário. Para Rio Pardo seguem, também, as baterias de artilharia, onde serve Mallet, já promovido a Capitão.

Em setembro de 1827, o Marechal Brown concentra o Exército no vale do Jaguarão, cuja fronteira está ameaçada. Em abril de 1828, Lavalleja incursiona no território riograndense, levanta 20.000 cabeças de gado das fazendas vizinhas e retorna ao Uruguai. Brown sai-lhe ao encontro, com um destacamento das 3 Armas, do qual fazem parte o 5.º Regimento de Cavalaria, onde serve Osorio, o 22.º Regimento de Cavalaria de Milícias, sob o comando do Coronel Antônio de Medeiros Costa e uma bateria de Artilharia comandada pelo Capitão Mallet. Essa força surpreende o Acampamento da vanguarda de Lavalleja e o destrói completamente a 15 de abril de 1828.

Feita a paz, no fim desse ano de 1828 o 1.º Tenente Manoel Luis Osorio segue para Bagé com o seu Regimento, mas em seguida êste recolhe-se à sua sede em Rio Pardo. Nessa localidade vai reencontrar o seu amigo Mallet, que serve nas baterias do Corpo de Artilharia Montada da Côte aí aquarteladas. Os dois amigos e companheiros da Campanha que acabava de findar, ambos jovens e solteiros, são muito bem recebidos pela sociedade local. E, nas horas de folga do serviço de guarnição, fazem juntos a Côte às jovens casadouras das melhores famílias de Rio Pardo.

Em 1831, o 5.º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha recebe a

denominação de 2.º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha. O nôvo Corpo é um dos herdeiros das tradições do glorioso Regimento de Dragões do Rio Pardo, como também das do legendário Regimento de Dragões Reais de Minas, as mais antigas unidades de Cavalaria do Brasil.

Osorio em março de 1829, destacou com um Contingente de seu Regimento para a Fronteira de Bagé. E, em 1834, toda a Unidade transfere sua sede para esse local, mais próximo da linha divisória que lhe cabia vigiar.

Na Vila de Bagé, Osorio vai reencontrar seu amigo Emílio Luiz Mallet, afastado do Exército desde 1831, e agora casado com Dona Joaquina Castorina de Medeiros, filha do Coronel Antônio de Medeiros Costa, abastado fazendeiro e influente chefe local. Osorio estende seu círculo de amizades às famílias Medeiros e Fagundes. Torna-se amigo de Ismael Soares e Manoel dos Santos Jardim, ambos fazendeiros; o primeiro, concunhado de Mallet e o segundo seu futuro genro. A 15 de novembro de 1835 o 1.º Tenente Manoel Luis Osorio casa-se com a jovem Francisca Fagundes, filha de Zeferino Fagundes de Oliveira, fazendeiro, Juiz de Paz em Bagé e cunhado do Coronel Medeiros, cuja espôsa era irmã daquele. A noiva, portanto, era prima-irmã da espôsa de Mallet. Êste foi o padrinho e testemunha do casamento.

Na Vila de Bagé, Osorio, seus amigos e familiares foram surpreendidos pelo início da Revolução Farroupilha, que devastou a

Província durante 10 anos, de 1835 a 1845.

A Revolução, nessa parte da Província, tem início em São Gabriel, onde o 3.º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha adere ao movimento e une-se às forças revolucionárias chefiadas por João Antônio da Silveira. O Marechal Sebastião Barreto, que andava recrutando gente para combater a rebelião, dispersa-a e refugia-se no Uruguai, para não ser aprisionado pelos rebeldes de São Gabriel. A mesma coisa faz o Capitão Jorge de Mazzarrêdo, comandante interino do 2.º Corpo de Cavalaria de Bagé, cuja tropa estava distribuída em destacamentos pela fronteira.

O governo da Regência nomeia o Dr. Araújo Ribeiro, Presidente da Província e o prestigioso Coronel Bento Manoel Ribeiro, Comandante das Armas. Estas novas autoridades conseguem, até certo ponto, apaziguar os ânimos. Mas, os revolucionários mais exaltados continuam na luta que se alastra por toda Província.

Em Bagé os amigos e familiares de Osorio são todos liberais moderados e permanecem fiéis ao poder central. Somente Ismael Soares e Manoel dos Santos Jardim, ambos capitães de Milícias, aderem à Revolução e incorporam-se com sua gente, às forças de Antônio de Souza Netto que se aproxima de Bagé. Osório, depois da retirada do Capitão Mazzarrêdo, apresenta-se ao novo Comandante das Armas Coronel Bento Manoel Ribeiro, e este o manda retornar a Bagé, assumir o comando do 2.º Corpo de Cava-

laria e reagrupá-lo. Nessa ocasião, Emílio Luiz Mallet desloca-se para a fazenda de Caraguatê, em Taquarembó, no Uruguai, de propriedade de seu sogro, Coronel Medeiros, que lá se encontra. Ambos retornam a Bagé com um Contingente de 200 homens aos quais se juntam a gente trazida de Caçapava por Silva Borges, pai de Osorio, e as praças do 2.º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha, comandadas por Osorio. Com todos estes elementos, o Coronel Antônio de Medeiros Costa forma uma Brigada de Cavalaria sob seu comando e vai reunir-se, a 13-3-1836, nas margens do Jaguari, às tropas de Bento Manoel e Silva Tavares, formando um total de 700 homens. Fica, assim, formado o núcleo inicial do Exército legalista de combate à Revolução.

A 17-3-1836, às margens do Passo do Rosário, essa força sob o Comando-Chefe de Bento Manoel, derrota 800 revolucionários ao mando de Côte-Real, obstando, assim, sua junção com as tropas de Bento Gonçalves e Souza Netto. A Brigada de Medeiros salienta-se nesse combate, com as atrevidas cargas de Cavalaria levadas a efeito por Osorio que fazia a vanguarda.

Depois desse combate, Medeiros retorna com sua Brigada à região de Bagé, a fim de vigiá-la contra as incursões dos revolucionários. Osorio é, então, comissionado como Major Instrutor da Brigada.

Em setembro de 1836, a Brigada de Medeiros marcha para Porto Alegre, a chamado de Bento

Manoel, e daí para a vila de Rio Pardo, com a missão de reconquistá-la, pois fôra ocupada pelo temível revolucionário apelidado de "Menino Diabo". Osorio faz a vanguarda, com o 2.º Corpo de Cavalaria. Medeiros aproxima-se com o grosso e ataca a vila a 11 de setembro de 1836. Depois de árduo combate, em que Osorio desempenha o papel costumeiro, árdego e ativo, a frente de seus cavalarianos, Rio Pardo cai em poder dos atacantes.

Em seguida a Brigada, de Medeiros volta a se reagrupar com Bento Manoel para perseguir as forças de Netto. Nessa perseguição, Osorio destaca-se nos rápidos movimentos da Cavalaria, nas constantes guerrilhas mantidas até o Passo do Salso no Jaguarão, por onde os revolucionários internam-se no Uruguai. A Brigada, depois disso, permanece vigilante na fronteira de Bagé.

Grave crise ocorre, nas fileiras da Legalidade, em 1837. O nôvo Presidente da Província, Brigadeiro Antero de Brito, entra em sérias desavenças com Bento Manoel, Comandante das Armas. Magoado com o tratamento injusto que recebera, êste chefe, que vinha muito bem servindo à causa da Legalidade, pede demissão do cargo, prende o Presidente e passa-se para as fileiras da Revolução.

Medeiros, Osorio e Mallet, apesar de amigos particulares de Bento Manoel, não o acompanham nesse gesto lamentável e mantêm-se ao lado da Legalidade até o fim.

Sem que Medeiros o suspeite, Bento Manoel ordena-lhe, como Comandante das Armas, que desloque sua Brigada para a região de Rio Pardo e que mande, na frente, ao seu encontro, Osorio com o 2.º Corpo de Cavalaria. Medeiros, que não sabe ainda da defeção de Bento Manoel, nem conhece suas intenções cumpre a ordem e Osorio parte como lhe foi determinado. Mas, entre Caçapava e Rio Pardo, é informado do que se passa e retorna a Caçapava. Esta localidade, que é um depósito de material bélico da Legalidade, é logo sitiada pelos revolucionários. Osorio consegue romper o cêrco com alguns soldados e tomar o rumo de Pôrto Alegre. Poucos dias depois, a 8-4-1837, rende-se ao inimigo a guarnição de Caçapava, comandada pelo Coronel Crisóstomo da Silva.

Em Pôrto Alegre, o 1.º Tenente Osorio é comissionado como Major de Legião e nomeado Comandante da Guarda Presidencial, mas, em fins de 1837, quando assume a Presidência o General Antônio Elziário, suas aptidões são melhor aproveitadas e passa a servir como Major Instrutor da Brigada do Coronel Silva Tavares, no Acampamento de Canudos, no Passo de São Lourenço, na região de Pelotas.

De 1838 a 1842, Osorio permanece com as forças de Silva Tavares, em ações de guerra. Seu conceito e sua fama militar cada vez mais se fortalecem no Exército. A 20 de agosto de 1838, é promovido a Capitão do Exército de 1ª Linha. E, em julho de 1839, o nôvo Comandante das Armas,

Marechal Manoel Jorge Rodrigues, ao propor ao governo imperial a reorganização do 2.º Corpo de Cavalaria, indica-o para Comandante da 3ª Companhia.

O Presidente da Província, em 7 de abril de 1841, indica o Capitão Osorio para promoção, nestes termos: "Merece ser Major de 1ª Linha e a condecoração do Cruzeiro. É Oficial muito bravo, muito leal e subordinado. Dá muitas esperanças e tem instrução". A 27 de maio desse mesmo ano efetua-se a promoção e, em junho, recebe o grau de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro.

Quando Caxias assume a Presidência do Comando das Armas da Província, em novembro de 1842, inaugura-se um período de ação intensa e metódica do lado da Legalidade. Reorganizam-se as forças, aproveitam-se os elementos de maior valor. Age-se rigorosamente pelas armas mas abre-se o caminho da pacificação. O major Emilio Luiz Mallet é aproveitado por Caxias como Deputado do Ajudante General (Chefe de Estado-Maior), junto à 1ª Divisão.

No Comando do 2.º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha, agora reorganizado, com maior efetivo, o Major Osorio, nos anos de 1843 e 1844, toma parte em ações de guerra com tal desempenho e valor que chama a atenção do Barão de Caxias. Protege as remontas do Exército, acumuladas no Rincão dos Touros; conduz e guarda, em terreno infestado de inimigos, um longo comboio de armas e munições e outros apetrechos bélicos, do porto do Rio

Grande ao arroio Candiota, onde acampa o grosso das forças legalistas; toma, ainda, parte na coluna que, comandada pelo próprio Caxias, obriga o chefe Canabarro a transpor a fronteira.

Em julho de 1844, Osorio é promovido a Tenente-Coronel, para o mesmo 2.º Regimento de Cavalaria cujo conceito de unidade modelar cada vez mais se firma.

Nos anos de 1842, 1843 e 1844, as valorosas tropas farroupilhas são acoissadas, sem descanso, pelas forças legais, que agem na região de Alegrete, sob o Comando de Bento Manoel Ribeiro, agora de volta à Legalidade, e do Coronel Antônio de Medeiros Costa que morre em Campanha.

Em 1845, Caxias oferece a paz aos rebeldes e encarrega Osorio de estabelecer ligação direta com eles. Osorio sai-se muito bem dessa missão. Bento Gonçalves nomeia seu representante nas negociações ao Major Ismael Soares, familiar de Osorio. Enfim, com a boa vontade de Caxias e dos generais da Revolução, Bento Gonçalves, Canabarro, Souza Netto e João Antônio da Silveira, a paz é firmada a 25 de fevereiro de 1845, em Ponche-Verde, na região de Bagé.

Durante o decênio farroupilha, o nome de Osorio adquirira tal reputação que, daí em diante, os altos chefes militares lembrar-se-ão sempre dele para as missões que demandarem tato, energia e coragem.

Pacificada a Província, o Tenente-Coronel Osorio volta para Bagé, no comando do 2.º Regi-

mento de Cavalaria de 1ª Linha. Em janeiro de 1846, o jovem D. Pedro II, decidira visitar o Rio Grande do Sul. Sua intenção é consolidar a paz, selar a anistia com a visita imperial. Osorio fica incumbido, com o seu Regimento, de escoltar a comitiva do Imperador, de Cachoeira a São Gabriel, ida e volta, através da Campanha, aonde estão ainda quentes as cinzas da Revolução.

Em 1851, as estreitas relações entre Rosas e Oribe, e as reiteradas agressões que este último vem praticando contra a propriedade e os bens dos brasileiros residentes no Uruguai, levam o Brasil à guerra contra os nossos vizinhos do Prata. Caxias é nomeado Comandante-Chefe do Exército em operações que se organiza no Rio Grande do Sul. Este Exército avança para Montevideú, pelo vale do rio Negro, no inverno de 1851.

De Montevideú, Caxias destaca como vanguarda, para fazer junção com as tropas de Urquiza, a 1ª Divisão do Brigadeiro Marques de Souza, da qual faz parte o Tenente-Coronel Osorio com o 2.º Regimento de Cavalaria Ligeira, 3.000 homens de Infantaria e duas baterias de Artilharia do 1.º Regimento de Artilharia a Cavallo. Em Monte-Caseros, a 3 de fevereiro de 1852, as tropas aliadas impõe tremenda derrota ao Exército de Rosas, que foge do campo de batalha.

O papel de Osorio, com o seu Regimento, em Monte-Caseros, pode ser resumido no que diz a Ordem do Dia do Brigadeiro Marques de Souza: "foi parte nas manobras rápidas e ousadas da

Cavalaria; dirigiu seus camara-das em tôdas as cargas heróicas, e por fim, marchou a trote contra uma bateria inimiga de cinco bôcas de fogo e a tomou". Promovido a Coronel a 3-3-1853, Osorio é também elevado a Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Terminada a guerra, o Coronel Osorio recolhe-se a Jaguarão, com o 2.º Regimento de Cavalaria Ligeira, mas, em 1856, vai comandar a Fronteira das Missões, em São Borja, para onde segue, também, o seu querido Regimento. A 2 de dezembro desse mesmo ano é graduado no posto de Brigadeiro.

Em 1858, rebenta no Uruguai nova revolução entre os Partidos Blanco e Colorado. Ambos os contendores devastam a campanha. Osorio é nomeado Comandante da Fronteira do Jaguarão, mais próxima desses acontecimentos que lhe cumpria observar e informar o governo. No ano seguinte, vai ao Rio de Janeiro inspecionar o 1.º Regimento de Cavalaria Ligeira e, já efetivado no posto de Brigadeiro, retorna ao seu Comando da Fronteira do Jaguarão.

O Governo Imperial, premido pelas reclamações dos brasileiros perseguidos pelo governo dos Blancos, decide-se a intervir no Uruguai, por solicitação do General Venâncio Flôres. Em 1864, sob as ordens do Marechal João Propício Mena Barreto, reúne-se, no Pirai-Grande, um Exército de duas Divisões, comandadas pelos Brigadeiros Manoel Luís Osorio e José Luiz Mena Barreto, com um

déu, não eram mais de 9.000 homens com 12 peças de Artilharia, estavam em forma com um efetivo de 17.000 homens e 32 peças, bem uniformizados e equipados, em condições de entrarem em campanha.

O Exército Brasileiro continua, após, suas longas marchas, através do território correntino, em direção ao Passo da Pátria, na margem esquerda do Paraná. Em princípio de outubro chega ao Mocoretá, afluente do Uruguai. E, em fins de março de 1866, alcança o Passo da Pátria e estende seu acampamento ao longo das barrancas do rio.

Ocupada a ilha da Redenção, onde perdeu a vida o valoroso Tenente-Coronel Willagrand Cabrita, é resolvida a imediata travessia do rio. As tropas brasileiras é cometido desembarcar em primeiro lugar em solo inimigo.

Na noite de 15 de abril começa a travessia do rio. Na manhã de 16, Osório à frente de um piquete de Cavalaria é o primeiro a tomar pé em terra paraguaia, dirigindo pessoalmente o primeiro reconhecimento. Logo em seguida desembarcam o Batalhão de Infantaria ao mando do Major Manoel Deodoro da Fonseca e 8 bôcas de fogo com o Tenente-Coronel Mallet a frente. Estes elementos, com outros logo desembarcados da Divisão Argôlo, constituem uma vanguarda, sob o comando direto de Osório, que derrotam o inimigo no combate da Confluência, a 16 e 17 de abril. Fica assim, estabelecida uma cabeça-de-praia para acolher o desembarque do restante do Exército Aliado.

Além do Passo da Pátria, no caminho de Humaitá, encontram-se dois importantes obstáculos: os esteros Bellaco e Rojas. Os Aliados iniciam o movimento em direção ao inimigo no dia 18 de abril de 1866, precedidos de uma vanguarda constituída da 3ª Divisão de Sampaio e da Artilharia de Mallet. No dia 20, essa vanguarda é substituída pelo Exército uruguaio do General Flores, reforçado por uma Brigada de Infantaria e uma bateria de Artilharia brasileiras.

A 2 de maio, no Estero Bellaco, essa vanguarda é surpreendida e recalcada pelo inimigo, que surge de surpresa dos bosques que circundam o acampamento. Osório intervém no combate, restabelece a ordem e leva o inimigo de vencida.

Do Estero Bellaco os Aliados marcham para Tuti, onde acampam escalonados em profundidade, com um efetivo total de 32.000 homens.

Pouco antes do meio-dia de 24 de maio de 1866, irrompe de surpresa, um violento ataque de 25.000 paraguaios. Dos matos em frente, no flanco esquerdo, surgem os esquadrões de Cavalaria de Diaz seguidos de perto por 9 batalhões de Infantaria.

Entretanto, Mallet está vigilante, colocado na vanguarda de centro de dispositivo aliado. Os seus 28 canhões raiados, protegidos por largo e profundo fôssos, rompem intenso fogo de flanco contra os atacantes, causando-lhes sérias baixas. Diante disso, a Cavalaria paraguaia, mudando de direção, passa a atacar diretamente a Artilharia, mas as suas

sucessivas cargas vão sendo dizimadas pelo violento e contínuo fogo dos canhões de Mallet, que exclama em altos brados: — “Por aqui não entram!”

Entrementes, a Infantaria de Díaz, em ondas sucessivas, avança pela nossa esquerda, recalcan-do a vanguarda do Exército uruguaio. A 3ª Divisão de Sampaio, colocada mais à retaguarda, inter-vém na refrega e consegue repelir o inimigo. Mas este re-torna com maior efetivo, em vi-goroso contra-ataque. A 3ª Di-visão é obrigada a recuar, para se recompor, disputando o terre-no — palmo a palmo. O Briga-deiro Sampaio recebe três fer-i-mentos mortais e é retirado do campo de batalha.

A situação do flanco esquerdo torna-se muito grave. O inimi-go vai cada vez alargando mais a brecha. Nesse momento difi-cil, Mallet manda informar Osó-rio do que ocorre e este, que tam-bém havia notado o perigo, faz avançar o genêral Argôlo com uma Brigada da 4ª Divisão, que detém o avanço do inimigo. Com a outra Brigada, Osório pessoal-mente repele uma forte coluna que desemboca da mata.

A direita da Artilharia de Mal-let o inimigo ataca a Divisão de Vitorino Monteiro mas é repellido com grandes baixas.

“Dêse modo” — diz Tasso Fra-goso — “a frente do 1º escalão assume consistência excepcional: à direita de Mallet nada a pode romper; à esquerda, os contra-ataques de Sampaio, Argôlo e Guilherme de Souza e dos orien-tais comandados por Flores e

Osório, levam de roldão e expul-sam os atacantes, frustrando-lhe o plano de penetrarem vito-riosos no meio de nosso dispo-sitivo”.

Enquanto tais fatos desenro-lam-se no centro e nos flancos esquerdo e direito dos brasileiros, Barrios irrompe o seu ataque pelo Potreiro Pires, procurando atin-gir a nossa retaguarda. Osório, que está ativo em toda parte, galopando ao longo da linha de batalha, lança a Divisão de Cavalaria (a pé) de José Luiz Mena Barreto, reforçada por ou-tras Unidades, que repelem o ataque de Barrios.

Na extrema direita, vários Re-gimentos de Cavalaria e Bata-lhões de Infantaria inimigos ata-cam os argentinos, na tentativa de desbordar o flanco, mas são repelidos pelas tropas de Faune-ro, Emilio Mitre e Hornos.

O ataque de surpresa dos pa-raguaios, em Tuiuti, fracassa, assim, em toda a frente. Quando Osório, já vitorioso em seu setor, corre em socorro dos argentinos, é recebido com entusiásticas aclamações, mas a vitória já está também aí assegurada.

Do efetivo paraguaio que nos atacou, metade ficou morto ou ferido, ou seja, cerca de 12.500 homens; as nossas perdas soma-ram 4.000 homens fora de com-bate.

A 15 de julho de 1866, Osório entrega o Comando do Exército Brasileiro em operações ao Ge-neral Polidoro e recolhe-se ao Rio Grande do Sul para tratar de sua saúde. Para substituí-lo, o Govêrno Imperial nomeia o

Marquês de Caxias Comandante-Chefe das forças de terra e mar no Paraguai. Assumindo o Comando a 18-11-1866, o primeiro cuidado do nôvo Comandante-Chefe foi a preparação do Exército para as próximas operações ofensivas. O general Osório, de volta do campo da luta, trouxe consigo o 3º Corpo de Exército que organizara no Rio Grande do Sul, com o efetivo de 4.784 homens.

Com o Comando Supremo em suas mãos, pela retirada de Mitre para a Argentina, Caxias inicia as operações ofensivas. Em fins de julho de 1867, Osório empreende, com o 3º Corpo de Exército, a marcha do flanco de Tuiuti a Tuiu-Cué, que contorna as posições inimigas pela esquerda. A vanguarda é feita pelas Divisões de Cavalaria de Andrade Neves e José Luiz Mena Barreto. O Coronel Emílio Luiz Mallet, agora Comandante da Artilharia dos 1.º e 3.º Corpos de Exército, acompanha Osório na marcha.

A 16 de julho de 1868, informado de que a guarnição de Humaitá prepara-se para a fuga, Caxias ordena a Osório um reconhecimento a viva força na frente do 3º Corpo de Exército. Mallet coloca em posição conveniente a pouca Artilharia de que dispõe e bombardeia com fogos cruzados e de frente o recinto da Fortaleza. Osório avança pessoalmente com uma Brigada de Infantaria e um Batalhão de Engenharia até junto à contra-escarpa do fôssô do quadrilátero, com o apoio dos fogos do restante da Infantaria e do bombardeio da Artilharia.

Em vista da tenaz resistência da Fortaleza, considerada inexpugnável, e o elevado número de baixas que já sofrera Osório retrai-se para as posições de partida, uma vez que já havia sido cumprida a sua missão.

Receosa de um ataque geral, em tôda a frente, a guarnição de Humaitá abandona a Fortaleza, através do Chaco, poucos dias depois, a 25 de julho.

Ocupada a Fortaleza pelo 2.º Corpo de Exército, Osório marcha a 17-8-1868, na vanguarda do 3º Corpo de Exército, em busca do inimigo. A 1º de outubro defronta-se com as linhas fortificadas do Piquissiri, defendidas por 71 canhões e flanqueadas à direita por matas e brejos e à esquerda pelas baterias de Angostura. Em Ordem do Dia, escreve Caxias: "O Comandante-Chefe agradece ao distinto Sr. Tenente-General Visconde do Herval a manobra por que desempenhou esta operação, demonstrando mais uma vez seu valor e perícia que o tornam saliente entre os bravos dêste Exército."

Diante da dificuldade de atacar as linhas do Piquissiri pela esquerda, Caxias prepara e executa a judiciosa manobra do Chaco. Para levar a efeito o largo movimento contornante, o 2º Corpo de Exército abre a estrada do Chaco, executada em 23 dias. Concluída a estrada e feita a travessia do rio Paraguai, entre Palmas e Santa Teresa, o Exército marcha por ela com uma massa de manobra de 25.000 homens, até Vileta, na margem do rio, de onde atravessou novamente para Santo Antônio, a coberto dos canhões de Angostura.

Para fixar a linha do Piquissiri e guardar essa base de operações, em Palmas ficou um efetivo de 10.600 homens, sob o comando do Brigadeiro Paranhos, com uma Brigada de Infantaria e do Coronel Mallet, já comandante da Artilharia dos três Corpos de Exército que, depois de repartir a Arma para a operação, aí fica com um Corpo de Artilharia a Cavalo e uma seção de pontões de borracha.

Terminado o desembarque de nossas tropas, na retaguarda das posições inimigas, são procedidos os reconhecimentos necessários. O Exército inimigo dividira-se em duas partes: tropas que guardavam o Piquissiri, Angostura e Lomas Valentinas, e uma reserva móvel de 8.800 homens que vai nos enfrentar em Itororó e Avaí.

No arroio Itororó, a vanguarda depara com forte cabeça-de-ponte de difícil transposição. O 1º ataque de Infantaria é repellido. Caxias, põe-se, então, à frente do 2º ataque que, desta vez, é vitorioso. O inimigo recua e vai reorganizar-se mais à retaguarda. Enquanto isto, Osório com o 3º Corpo de Exército executa um longo movimento de flanco para atingir a retaguarda dos retirantes.

Cabalero, com os reforços que recebera, tenta nos embargar o passo, agora no arroio Avaí, Osório, com o 3º Corpo de Exército ataca-o frontalmente, pelos flancos e retaguarda. "A nossa Artilharia — informa Dionísio — troando nas alturas, abria avenidas nas colunas inimigas." Envolvidos por todos os lados, os

quadrados de Cabalero são rompidos e aniquilados pelas épicas cargas conduzidas por Osório, Andrade Neves, João Manuel Mena Barreto e Câmara.

Já a batalha estava ganha e o inimigo fugia precipitadamente, quando Osório tem o rosto varado por uma bala inimiga. Ao retirar-se do campo de batalha manda que seu famoso carro, bem conhecido de todos, com sua escolta habitual, percorra as linhas, vazio! Caxias avisado logo, de seu ferimento, assume o controle imediato do campo de batalha, Osório, gravemente ferido, deixa o teatro da guerra e segue para o Rio Grande, a fim de tratar-se no seio da família.

Em 1869, com a tomada de Assunção, Caxias deixa o Comando-Chefe do Exército em operação no Paraguaí. Vem substituí-lo o Marechal Conde d'Eu, genro do Imperador. Osório é convidado, insistentemente a vir comandar o 1º Corpo de Exército. Por sua experiência e prestígio, a sua colaboração junto ao jovem Príncipe é indispensável.

O patriotismo do velho lidador não o deixa vacilar e, apesar do estado precário de sua saúde, dirige-se novamente aos campos de batalha.

As 2 horas da tarde de 6 de junho de 1869, Osório chega à estação de Piraju, pela via férrea que parte de Assunção. Espera-o o Conde d'Eu com sua comitiva e todo o 1º Corpo de Exército.

"O que então se passa", escreve um autor, "é indescritível. Quando aparece sua figura leo-

nina destacando-se da numerosa comitiva do Príncipe, que o cerca, irrompem na tropa manifestações de um entusiasmo incrível. O Conde discretamente se afasta e deixa correr a indisciplina, na torrente irresistível da ovação espontânea, imprevista, não protocolar, que irrompe incontrolada e que cousa alguma poderia deter."

As forças brasileiras, num total de 18.340 homens acampam desde Assunção até a vila de Luque, reconstituídas em 2 Corpos, sob os Comandos de Osório e Polidoro. A Artilharia, centralizada num Comando Geral, diretamente subordinada ao Comandante-Chefe, continua sob o comando do Brigadeiro Emílio Luiz Mallet.

Da nova base de operações em Piraju, foram enviadas expedições e reconhecimentos, a fim de conhecer da situação do inimigo e iludi-lo quanto à idéia de manobra do Comando.

Com as forças reorganizadas em Cerro Leon, já reduzidas a cerca de 12.000 homens, Lopez dispôs-se a resistir na região das Cordilheiras. Estabeleceu o grosso de seu Exército no desfiladeiro de Ascurra e estendeu a sua linha principal de resistência desde o desfiladeiro de Atirá, à direita, até a capital provisória de Peribebuí, à esquerda.

Diante da dificuldade de atacá-lo de frente, o Conde d'Eu resolve manobrar pela esquerda, em direção a Peribebuí, a fim de atingir a retaguarda do inimigo e cortar as suas linhas de retirada.

Osório marcha na vanguarda, com o 1º Corpo de Exército, na

direção das Cordilheiras. Acampa defronte ao desfiladeiro de Sapucaí, defendido por quatro batalhões e uma bateria de artilharia, que barram a estrada com seus fogos. Para desbordar essa posição, são abertas duas picadas nas cerradas matas laterais, que vão ter à sua retaguarda. Enquanto prossegue esse trabalho, Mallet, que acompanha o 1º Corpo de Exército, instala uma bateria em frente ao desfiladeiro e contrabate a do inimigo, conseguindo fixá-lo. Na manhã do dia 5, Mallet penetra pela picada da direita, com uma Brigada de Infantaria e 4 bôcas de fogo; pela esquerda avança a Divisão uruguaia do general Castro. Na iminência de serem envolvidos, os paraguaios abandonam a posição, retirando-se para Valenzuela.

Os dois Corpos de Exército deslocam-se para Valenzuela, que encontram abandonada. E, no dia 10 de agosto acampam diante de Peribebuí, dispondo-se a atacá-la. A cidade acha-se fortificada por um entrincheiramento poligonal e defendida por 18 bôcas de fogo e uma guarnição de 2.000 homens, sob as ordens de Cabalero, o mais hábil general paraguaio.

As 6,30 horas da manhã, Mallet centraliza pessoalmente em frente a Peribebuí 50 canhões em posição dominante e bombardeia durante duas horas os entrincheiramentos e o recinto da cidade. Às 8,30, Osório avança em duas colunas, éle próprio no comando da que opera à direita. E, em poucas horas de combate corpo a corpo a cidade é tomada

e ocupada, a 12 de agosto de 1869.

Depois da vitória de Peribebuí, a moléstia de Osório agravou-se. A 23 de novembro, o Diário do Exército registra a aquiescência do Príncipe a que se retire do teatro de operações para ir tratar-se em sua Província natal. Em 30 do mesmo mês, Osório é desligado do Exército, nestes termos: "O mais ilustre, como o mais benemérito dos líderes desta guerra, a quem a Pátria deve o ter vindo ainda não curado de um glorioso ferimento a este campo, que já tanto tinham ilustrado seus altos feitos, prestar-me o inapreciável auxílio de sua experiência e talento militar, novamente expor à metralha sua importante vida com inexcedível abnegação, persistindo, enquanto suas forças lhe permitiram, com perseverança sem igual, na tarefa que nos está imposta."

Osório retorna a sua Província natal aureolado de glórias. A 29 de dezembro de 1869 é elevado à dignidade de Marquês do Herval e, logo depois, graduado em Marechal-de-Exército. Em 1877, o Imperador o escolhe, em lista triplíce, para Senador do Império pelo Rio Grande do Sul. E, em 5 de janeiro de 1878, passou a

integrar o Gabinete Liberal do Visconde de Sinimbu, que lhe confiou a Pasta da Guerra.

Nestas duas últimas funções políticas, no Senado e na Pasta da Guerra, OSÓRIO como o Marechal Câmara, Visconde de Pelotas, pleitearam com afínco pela consecução dos grandes empreendimentos de ordem econômica e militar na fronteira do Brasil com o Prata: as linhas telegráficas e as estradas de ferro, providências estas que vieram acautelar a integridade da soberania nacional no território militarmente mais importante do Império, no século XIX.

Foi na função de Ministro da Guerra que o grande líder que foi MANOEL LUÍS OSÓRIO, Marechal-de-Exército, Marquês do Herval, Grã-Cruz das Ordens de São Bento de Aviz, de Cristo e do Cruzeiro, faleceu na cidade do Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1879. O grande soldado, um dos filhos mais ilustres do Brasil e do Rio Grande do Sul, acha-se sepultado na cripta da belíssima estátua equestre que o Povo Brasileiro lhe ergueu na cidade onde encerrou sua gloriosa existência.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1970.

PATRONO DA ARMA DE CAVALARIA



OSORIO

SAMPAIO, PATRONO DA INFANTARIA

A Infantaria Brasileira orgulha-se de ostentar como Patrono, o Brigadeiro Antônio de Sampaio, o mais bravo, tenaz e valoroso Infante do antigo Exército Imperial. Sua carreira militar, de simples furriel a Brigadeiro do Império, foi uma constante e gloriosa escalada nas fileiras compactas da Rainha das Armas.

De origem modesta, nascido nos sertões do Nordeste sofrido, Antônio de Sampaio simboliza, também, as raízes democráticas de nossas Forças Armadas, que se inserem no solo sagrado da Pátria, no cerne da nacionalidade. Foi o chefe exemplar das grandes massas e combatentes, recrutados no seio do povo.

Nascido a 24 de maio de 1810, na povoação de Tamboril, no Ceará, Antônio de Sampaio, ao completar 20 anos, em 1830, assenta praça no Batalhão de Infantaria sediado no Forte, depois cidade de Fortaleza, capital de sua Província natal. Promovido a furriel, em 1831, já no ano seguinte entra em combate, no encontro de Icó, a 4 de abril de 1832, quando foram destroçadas as forças do Coronel Pinto Madeira, que se rebelara como protesto pela abdicação que julgava ter sido imposta a D. Pedro I. Participou, depois, também como comandante de fração elementar de sua Arma, da expedição que atacou e tomou Turiaçu, em 10 de outubro de 1835, na repressão da revolta conhecida como "Cabanagem", no Pará.

A atuação, brava e eficiente, do jovem furriel, nessas expedições de manutenção da ordem interna, chamou a atenção de seus superiores hierárquicos. A 20 de maio de 1839, por ato do Presidente da Província, foi nomeado Alferes em Comissão, sendo logo efetivado Por Decreto Imperial. A seguir, vemo-lo lutar novamente, com a mesma bravura e denôdo, no Maranhão, na "Balaiada", quando Caxias submeteu os rebeldes e pacificou a Província. De 1839 a 1841, o Alferes Antônio de Sampaio, em 36 ações de guerra, conduziu pessoalmente ao combate pelotões e companhias de Infantaria. Em fins de 1841, retorna com seu Batalhão para Fortaleza.

A 11 de setembro de 1843, foi promovido a Capitão, em recompensa aos bons serviços que prestara no Maranhão. Dotado de clara inteligência, hábil no comando e destro no manejo das armas, Sampaio dedica-se agora, como autodidata, ao aperfeiçoamento de sua cultura geral e profissional, que o credenciará a ascender na carreira para a qual se acha tão altamente dotado.

A 5 de maio de 1844, Sampaio é nomeado Ajudante-de-Ordens do Comandante das Armas e, logo após, colocado à disposição do Presidente da Província, que encontra nêle um prestimoso auxiliar de sua administração.

A 6 de novembro de 1844, o Capitão Sampaio expedicionou para o Rio Grande do Sul, para

servir no Exército sob o comando do Barão de Caxias, em operações contra os rebeldes farroplhas. Após a pacificação, ficou destacado na Província, no comando de um Contingente que guarnecia a vila de Cangussú. A 22 de novembro de 1850, foi chamado à Capital do Império e daí segue para Pernambuco, com o 5º Batalhão de Infantaria, que foi restabelecer a ordem perturbada nessa parte do país.

De regresso à Córte, expedicionou para o Rio Grande do Sul, com o 2º Batalhão de Infantaria, em vista a grave situação que o Império atravessava com as Repúblicas do Prata. Logo, a sua capacidade profissional foi aproveitada, como Instrutor de sua Arma. A 3 de fevereiro de 1851, é nomeado para as funções de Major da 4ª Brigada de Infantaria, com a qual marcha, integrando no Exército do Sul, sob o comando de Caxias, com destino a Montevideú, na Campanha contra Rosas.

Desejoso de entrar em ação, na primeira oportunidade, o Capitão Sampaio, como adido ao 7º Batalhão de Infantaria, atravessa, o Paraná, com a Divisão do Brigadeiro Manoel Marques de Souza. E, no dia 3 de fevereiro de 1852, toma parte na Batalha de Monte-Caseros, nas cercanias de Buenos Aires, quando as nossas tropas, juntamente com as de Urquiza, derrotaram o Exército de Rosas. Retornou a Montevideú e, a 11 de março do mesmo ano, passou a exercer novamente as funções de Instrutor, desta vez como Major da 3ª Brigada de Infantaria, até

a dissolução da mesma, pelo término da guerra.

A 29 de junho de 1852, foi promovido a Major, por merecimento, e passa a comandar o 4º Batalhão de Infantaria e a guarnição da vila de Caçapava, no Rio Grande do Sul. Nesta altura de sua carreira, acentuam-se as suas excepcionais qualidades de chefe. Todas as suas promoções, como Oficial Superior, passam a ser pelo princípio do merecimento, após ações de combate e de campanha, no comando de batalhões e de brigadas de Infantaria, de cuja tática é profundo conhecedor, em todos os seus escalões. Recebe os graus de Oficial da Ordem da Rosa e de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz.

Inteligente e arguto, Antônio de Sampaio possui profundo conhecimento da natureza física e psicológica do Infante Brasileiro, de cujo convívio partilhava, assistindo-o assiduamente, com seu conselho e sua justiça. Exercia sobre os seus soldados aquêle magnetismo, aquêla ação catalizadora e hipnótica que caracterizam os grandes e autênticos líderes.

A 3 de dezembro de 1853, o major Antônio de Sampaio seguiu com o 4º Batalhão de Infantaria para o Acampamento do Piraí-Grande, onde se concentrava a Divisão de Observação, sob o comando do Brigadeiro Pereira Pinto. Esta Divisão, com o nome de Divisão Auxiliadora, penetrou no Uruguai, em março de 1854 e marchou para Montevideú, a chamado do general Venâncio Flores a fim de ajudar os uruguaios a restabelecer a ordem na

vizinha república. Em dezembro de 1855, retorna o seu Batalhão para o Pirai-Grande, com a mesma Divisão, que retomou o nome de Divisão de Observação.

Promovido a Tenente-Coronel por merecimento, a 2 de dezembro de 1855, assume o comando do 6º Batalhão de Infantaria e da Guarnição de Bajé, onde permanece por mais de três anos consecutivos. A 15 de abril de 1859, Antônio de Sampaio foi chamado ao Rio de Janeiro para comandar o Corpo Policial da Córte, cargo que desempenhou por 7 meses, e do qual pede demissão e retorna ao Rio Grande do Sul, onde contraiu matrimônio e se achava ambientado. O Imperador, nessa oportunidade, mandou louvá-lo pela maneira satisfatória como desempenhou essas funções, correspondendo à confiança do governo.

A 16 de dezembro de 1859, reasumiu o comando do 6º Batalhão de Infantaria. Em 1861, foi Comandante interino da 2ª Brigada de Infantaria, da Guarnição e Fronteira de Bagé.

Promovido a Coronel, a 2 de dezembro de 1861, continuou no comando do 6º Batalhão de Infantaria, em Bagé e depois passou a comandar a 5ª Brigada de Infantaria.

Os reiterados atentados contra a propriedade e a pessoa de brasileiros residentes no Uruguai, levaram o Império a intervir na vizinha República, apoiando o General Venâncio Flores contra o governo despótico de Aguirre. Dando início à Campanha, o Ma-

rechal-de-Campo João Propício Mena Barreto concentra o Exército do Sul no Pirai-Grande, formando duas Divisões.

Da 1ª Divisão, sob o comando do Brigadeiro Manoel Luís Osório, fazia parte a 3ª Brigada de Infantaria, comandada pelo Coronel Antônio de Sampaio e constituída de 3 batalhões, o 4º, o 6º e o 12º, com o efetivo total de 1.200 homens.

A Cavalaria estava quase toda concentrada na 2ª Divisão, do comando do Brigadeiro José Luiz Mena Barreto. A Artilharia, constituída do 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, comandada pelo Tenente-Coronel Mallet, estava diretamente subordinada ao Comando-Chefe.

O Exército do Sul levanta acampamento do Pirai-Grande em fins de novembro de 1864 e, no dia 2 do mês seguinte transpunha a fronteira com o Uruguai. A 29 de dezembro, chega em frente a Paissandu. O dia 30 seguinte é empregado por Mallet no reconhecimento do terreno e escolha das posições da Artilharia para bombardeio da cidade. Aí começa a mais estreita ligação e cooperação entre a Infantaria e a Artilharia. Sampaio coloca a disposição de Mallet o 4º Batalhão de Infantaria para proteção imediata dos canhões.

As 2 horas da madrugada de 31, na escuridão da noite, o inimigo empreende um golpe de mão contra nossas baterias, mas os infantess de Sampaio que as protegem, repelem o ataque.

As 4 horas e 20 minutos da manhã começa um bombardeio

enérgico, de parte a parte, que dura 52 horas consecutivas. As 10 horas da manhã, a Brigada de Sampaio avança em coluna cerrada, ao passo de carga, ao som dos clarins e rufos de tambor, máu grado o vivíssimo fogo dos sitiados que haviam transformado cada casa num fortim, de cujas janelas e soteás caía sobre os assaltantes um chuva de balas. As casas são tomadas, uma a uma, por nossos infantes. Os sitiados vão se retirando para as trincheiras da Praça da Matriz, transformada em reduto central. Era preciso ir até lá, mas a artilharia inimiga, ali assestada, varria as ruas que lhe davam acesso, tornando-as intransitáveis. Para contrabaté-la Mallet faz avançar dois canhões que neutralizam, com suas certeiras pontaria, as baterias inimigas.

O ano de 1865 desponta no auge da peleja em Paissandu. Ao anoitecer de 1º de janeiro mais algumas posições tinham sido conquistadas, enquanto diminuía o vigor da fuzilaria e do canhonei inimigos. Ao amanhecer do dia 2 os bravos Infantes de Sampaio alcançam o Reduto Central. Porém, quando vão assaltá-lo, tremula no ar a bandeira branca da rendição. Paissandu submetia-se ao arrôjo e à tenacidade da Infantaria Brasileira.

De Paissandu, a 3ª Brigada de Infantaria, do Coronel Antônio de Sampaio, embarca em navios da Esquadra, segue para Montevideu, de cujo sítio participa. A cidade acha-se guarnecida por 4.000 homens e 40 bôcas de fogo. Mas, em virtude do Acôrdo de 20

de fevereiro de 1865, as tropas imperiais ocupam pacificamente a cidade.

Dois dias após, a 22, a Brigada de Sampaio entra, de manhã cedo, na Capital uruguaia, ao rufar dos tambores. Brilhando ao sol, uma torrente de ponteagudas baionetas: três batalhões de veteranos, gente ágil e decidida, experimentada na guerra, no corpo-a-corpo a arma branca. Atravessam tôda a cidade e foram aquartelar na Caserna de Basterica e no Forte de São José. No dia seguinte, 23, os Cavalarianos de Osorio e os Artilheiros de Mallet fazem também sua entrada triunfal na cidade ocupada.

O Governo Imperial, em atenção aos altos serviços prestados pelo Coronel Antônio de Sampaio nessa Campanha, por decreto de 18 de fevereiro de 1865 promove-o ao posto de Brigadeiro e o condecora com o Oficialato da Ordem do Cruzeiro.

Com a declaração de guerra do Império contra Solano Lopez, ditador paraguaio, que invadira nossas fronteiras, em Mato-Grosso e no Rio Grande do Sul, o 1º Corpo de Exército, estacionado em Montevideu, sob o comando do Brigadeiro Manoel Luis Osorio, que substituíra Mena Barreto, recebe novos contingentes de tropas. Os batalhões de Infantaria, que vêm chegando, são quase todos de recrutas, que jamais receberam instrução militar. Procedem das Províncias do Centro, do Norte e do Nordeste do Império. Osorio designa o Brigadeiro Antônio de Sampaio Inspetor-Chefe dessa Arma. Dá-lhe tôda

autoridade e autonomia para instruir, distribuir e modelar essa Infantaria como seu grande instrutor.

A 27 de abril de 1865, o 1º Corpo de Exército, que tem por missão invadir o território paraguaio, inicia sua mudança de acampamento de Montevideu para a região de Paissandu. O Brigadeiro Sampaio comanda o 1º Escalão dêsse deslocamento com o transporte marítimo de 3.200 homens de Infantaria e algumas baterias de Mallet.

Em 1º de outubro de 1865, nas margens do Mocoretá, Antônio de Sampaio já tem organizada, sob seu comando, a 3ª Divisão de Infantaria, com 2.703 homens. E, em 1º de março do ano seguinte, essa Divisão já conta com o efetivo total de 4.406 homens, organizados em duas Brigadas.

O Brigadeiro Sampaio, com a 3ª Divisão, vai proteger a operação de transposição do Paraná, da vanguarda aliada, até consolidar-se a cabeça-de-praia no território inimigo. Depois, ela mesma transpõe êsse rio, em embarcações da Esquadra, no dia 15 de abril.

A 17 de abril, batalhões de Sampaio, apoiados por uma bateria de Mallet, recalcam as forças paraguaias no Combate da Confluência. Lopez bate em retirada para o Norte, abandonando o Passo da Pátria. A 3ª Divisão de Infantaria, seguida do 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, com seus 28 canhões La-Hitte, marcham na vanguarda do Exército Aliado. Entretanto, a

20 de abril, essa vanguarda é substituída pelo Exército uruguaio, auxiliado por uma Brigada brasileira e uma bateria de 4 canhões. Essa nova vanguarda é surpreendida no dia 2 de maio, em Estero Bellaco, e forçada a retrair-se. Mas Osorio acorre em seu auxílio, com novas forças, derrotando o inimigo e obrigando-o à retirada.

O Exército Aliado desloca-se para Tuiuti, onde acampa em profundidade, por imposição do terreno estreito. No centro do dispositivo, os 28 canhões do 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, comandado por Mallet, e protegidos por largo e profundo fôssos. À esquerda, as tropas uruguayas e a 3ª Divisão de Sampaio.

As 11,55 horas do dia 24 de maio, quando a vanguarda preparava-se para fazer um reconhecimento, o acampamento aliado é surpreendido por um ataque maciço do Exército paraguaio. A Artilharia brasileira, porém, está vigilante. Mallet detém com os seus fogos a Cavalaria inimiga que a investe em 20 cargas sucessivas. Enquanto isto, Diaz, com 9 batalhões de Infantaria, ataca de surpresa o flanco esquerdo do 1º escalão, tentando penetrar no seio do dispositivo Aliado. As tropas uruguayas retrocedem. Mas Sampaio, com a 3ª Divisão, contrataca fazendo frente à esquerda, com os batalhões da 7ª Brigada, que êle reforça com um dos batalhões da 5ª. Dos três batalhões restantes desta última Brigada, manda dois para a esquerda da

bateria uruguaia a fim de a proteger.

A luta sustentada pela 7ª Brigada, a frente da qual se encontra Sampaio, cavalgando à testa dos batalhões, assume aspecto titânico. O inimigo recua até a mata, mas, com superioridade numérica, contra-ataca com redobrado furor. Nessa ocasião, o valente Brigadeiro recebe o 1º ferimento. Em seguida, vem o 2º ferimento, tão grave quanto o 1º.

Osorio, confiante na resistência de Sampaio e de Mallet, envia-lhes um seu Ajudante, com a ordem de resistirem a todo custo. Sampaio recebe-o coberto de poeira, suor e sangue: — “Capitão, diga ao Marechal Osorio que estou cumprindo meu dever, mas como já perdi muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir!” E, quando o Ajudante-de-Ordens ia retirar-se, recebe Sampaio o terceiro ferimento, e tem ainda tempo de pronunciar estas palavras: “Diga ao Marechal que este é o terceiro!”.

Depois da retirada de Sampaio, mortalmente ferido, do campo de batalha, a situação do flanco es-

querdo torna-se extremamente grave. Osorio faz avançar uma Brigada da 1ª Divisão, comandada pelo General Argolo. A Infantaria Brasileira, reforçada e desdobrada, detém a investida de Diaz. Osorio vai depois ao flanco direito, onde é repellido também o avanço inimigo.

O Brigadeiro Antônio de Sampaio foi transportado de Corrientes para Buenos Aires, no vapor “Eponina”. Faleceu a bordo, a 6 de julho de 1866. Seu corpo, conduzido para a Capital argentina, foi supultado no dia 8, com solenes exéquias. O Governo Imperial, mais tarde, providenciou a trasladação dos seus restos mortais para o Rio de Janeiro, onde chegaram a 20 de dezembro de 1869 e foram recolhidos ao Asilo dos Inválidos da Pátria. Em 1871, foram levados para a cidade de Fortaleza, onde repousam no mausoléu erguido no cemitério de São João Batista, como homenagem ao ínclito Brigadeiro do Império, glória da Infantaria Brasileira, que culminou sua vida de Infante e de Chefe com o supremo sacrifício nos campos de batalha.

PATRONO DA ARMA DE INFANTARIA



SAMPAIO

MALLET, PATRONO DA ARTILHARIA

O Marechal-de-Exército Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevê, Patrono da Arma de Artilharia, foi uma singular figura de soldado, pela sua origem, sua integração à nacionalidade brasileira e seus relevantes serviços de guerra ao lado de Caxias e de Osório, nas lutas internas e externas do Império.

Nascido em França, em Dunkerque, a 10 de junho de 1801, Emílio Luiz Mallet era oriundo de uma velha família da antiga nobreza feudal, cujos ancestrais foram Sires de Graville, na Normândia. Veio para o Brasil, em 1818, em companhia dos pais, Jean Antoine Mallet e Julie-Marie-Joseph Mallet, e de mais quatro irmãos, como emigrados políticos em consequência da dominação napoleônica e da restauração monárquica em França.

Emílio Luiz Mallet, adolescente ainda, transmigrou para o Brasil antes de nossa emancipação política. Contava 17 anos de idade quando desembarcou no Rio de Janeiro, em 1818. Nos próximos anos, até os dias da Independência, período da plena expansão de sua juventude, em que a plasticidade emocional se adapta às vivências do meio ambiente, Mallet passou a considerar o Brasil como sua Pátria adotiva, capaz de realizar os seus mais caros ideais de jovem.

Transcorria o mês de novembro de 1822. D. Pedro I diligenciava organizar o Exército Nacional. Conhecendo pessoalmente Emílio Luiz Mallet, sabedor

de seus precedentes na carreira das armas, convida-o para ingressar nas fileiras do Exército que se formava. Aceitou, jubiloso, Mallet, o convite imperial. E, a 13 de novembro de 1822, jurou Bandeira, na qualidade de 1.º Cadete, em atenção à sua pública e notória nobreza, nas Brigadas de Artilharia a Cavalo da Córte, fundadas por D. João VI, em 1809.

No ano seguinte, matriculou-se na Academia Real Militar, diretamente no Curso de Artilharia, por possuir o curso de humanidades e o de matemáticas superiores da Escola Militar de França. Promovido a 2.º Tenente a 12 de outubro de 1823, por conclusão do curso de Artilharia, Mallet passa a servir, como agregado, na Companhia de Mineiros do Corpo de Artilharia da Córte, prosseguindo, na Academia, o curso de Engenharia Militar que deseja também possuir.

Entretanto, desejoso de praticar o serviço de oficial na Artilharia a Cavalo, onde tivera sua 1.ª praça, obteve sua transferência para essa modalidade de Artilharia de Campanha, de sua acentuada preferência. Nessa oportunidade jura a Constituição do Império.

A 17-2-1825, é promovido a 1.º Tenente, também por estudos, continuando na Academia Real Militar o último ano de Engenharia.

A seguir, Mallet passou a Ajudante do 1.º Corpo de Artilharia

Montada da Côrte, unidade em que se transformaram as antigas Brigadas de Artilharia a Cavalos, pela Organização do Exército Imperial de 1.º-12-1824.

A 16-11-1825, Mallet foi assistir, com o seu comandante, ao embarque marítimo de quatro baterias que seguiam para o Sul, a fim de reforçar o Exército em operações na Campanha Cisplatina. O Imperador, ao inspecionar a tropa que embarcava, destituiu o capitão comandante da 1.ª Bateria e determinou ao 1.º Tenente Mallet, ali presente, que assumisse o comando da mesma.

Com isto, Emílio Luiz Mallet seguiu para o Rio Grande do Sul, onde tomou parte na batalha do Passo do Rosário, a 20-2-1827.

Nessa refrega, teve o seu batismo de fogo e foi o oficial de artilharia que mais se distinguiu no decurso da batalha e na acidentada retirada, pela sua atividade, bravura e sangue frio inalterável. O marquês de Barbacena promoveu-o ao posto de Capitão, no próprio campo de batalha, ato este aprovado por decreto imperial.

Nas operações na fronteira do Jaguarão, contra as tropas de Lavalleja, o Capitão Emílio Luiz Mallet, com uma bateria de 6 canhões, marchou na vanguarda, com a Divisão de Cavalaria comandada pelo Marechal Sebastião Barreto.

No mês de agosto de 1828, acampou nas margens do arroio Candiota, nas proximidades de Bagé. A tropa brasileira vinha, de posição em posição, através

de coxilhas e campos alagados, sofrendo privações e vigílias, sob as intempéries da estação invernal. A chuva e o frio, a lama e o minúsculo, eram os companheiros constantes de nossos fatigados soldados.

Nas margens do arroio Candiota, o Capitão Mallet encontrou carvão de pedra à flor da terra. Pela primeira vez esse carvão foi empregado, por ele, nas forjas da artilharia, no conserto de chapas de rodado, ferragens e ferraduras, bem como no aquecimento dos fogões de seus soldados e dos do 22.º Regimento de Cavalaria de Milícias, do comando do Coronel Antônio de Medeiros Costa, que acampava próximo.

Assinado o tratado de paz, em 1828, o Capitão Mallet contraiu matrimônio com Joaquina Castorina de Medeiros, filha do Coronel Antônio de Medeiros Costa, abastado fazendeiro em Bagé.

Em junho de 1829, recolheu-se ao Rio de Janeiro, mas logo após retorna ao Sul, em comissão de remonta do seu Regimento.

Em 23-5-1830, Mallet requer, de Porto Alegre, o seu aproveitamento no Corpo de Artilharia a Cavalos que o governo cogitava de organizar na província. O Marechal Brown, em sua informação ao Ministro da Guerra, diz que "este oficial é muito inteligente, e tem atividade, que muito necessário se faz na formação e para o serviço de artilharia ligeira".

A necessidade de um Corpo de Artilharia a Cavalos na província

fazia-se sentir desde a Campanha de 1812, quando foi reclamado por D. Diogo de Souza. A Campanha que acabara de findar, ainda mais imperiosa tornara essa exigência.

Somente a Artilharia a Cavalo, pela sua mobilidade, estava apta a atender em curto prazo, as necessidades de fogos em vários pontos do campo de batalha, bem como acompanhar a Cavalaria, em qualquer terreno, em todas as andaduras.

Entretanto, o futuro Corpo de Artilharia a Cavalo do Rio Grande do Sul, com sedes sucessivas em Rio Pardo, Porto Alegre e São Gabriel, só foi criado por decreto de 4-5-1831, com pessoal e material do Corpo de Artilharia Montada da Corte, que foi extinto na ocasião.

Portanto, o antigo 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, decano dos corpos de artilharia de campanha do Exército, originou-se, através do Corpo de Artilharia Montada da Corte, — das antigas Brigadas de Artilharia a Cavalo, fundadas por D. João VI em 1809.

Um futuro promissor anunciava-se à carreira do Capitão Emílio Luiz Mallet, quando os dramáticos acontecimentos de 7 de abril de 1831, que culminaram com a abdicação de P. Pedro I, vieram alterar o curso normal de sua vida de soldado.

No Rio de Janeiro, o Coronel João Carlos Pardal, comandante do Corpo de Artilharia Montada da Corte, por lealdade pessoal ao Imperador, negou-se a conduzir ao Campo de Santana,

as baterias que se encontravam no quartel de São Cristóvão. Passou o comando ao seu substituto, que o fez.

O Capitão Mallet, que se encontrava no Rio Grande do Sul, ao léu das paixões do dia, foi incluído indevidamente em uma lista de oficiais estrangeiros contratados, que foram demitidos por decreto de 29-4-1831.

Com isto, o governo da Regência punha novamente em execução uma lei de 24-11-1830, que determinava que só podiam ser oficiais do Exército os brasileiros natos e, dentre os estrangeiros aqueles que tivessem colaborado na luta pela Independência ou tivessem recebido ferimentos a serviço da Nação. Pela letra da lei, que não previa outras circunstâncias, embora estivessem contidas em seu espírito, só faltava a Mallet um ferimento em combate. Os seus serviços na Cisplatina, onde não lhe faltaram oportunidades de ser ferido, foram esquecidos.

Além disso, a lei fôra duplamente mal aplicada em relação a Mallet, conforme opinou mais tarde o Conselho Supremo Militar e o Poder Legislativo quando o reintegrou no Exército.

Embora francês de nascimento, Mallet viera para o Brasil antes de sua emancipação política; sua praça de 1.º cadete, dada quando o Imperador reunia em si todos os poderes do Estado, dera-lhe concomitantemente a nacionalidade brasileira; sua situação no Exército não era de oficial estrangeiro contratado, pois cursara a Academia Real

Militar e seguiu carreira normal nos quadros de sua Arma.

Diante do fato consumado, de clamorosa injustiça, que certamente teria incompatibilizado a uma personalidade vulgar, o comportamento do Capitão Mallet foi de admirável firmeza de ânimo, de absoluta serenidade, de que só é capaz um caráter e um coração bem formados.

Afastado do Exército, passa a residir em uma das fazendas de seu sogro, no Quebracho, em Bagé, e entrega-se ao rude labor da vida pastoril, identificado com os costumes da província que mais habitou e amou. Em Bagé, torna-se, logo, pessoa de consideração, pelas úteis iniciativas, que toma em favor dessa então vila, isolada em plena fronteira deserta.

Não tardou, porém, que sua Pátria adotiva viesse a utilizar novamente os seus serviços de guerra.

Com a eclosão do movimento farroupilha, a 20 de setembro de 1835, o sogro de Mallet, Coronel Antônio de Medeiros Costa, veterano das Campanhas da Cisplatina e prestigioso chefe local, reúne forças na fronteira e forma com Bento Manoel Ribeiro e Silva Tavares o núcleo inicial do Exército legalista de combate à Revolução que se propagava pela província.

Emílio Luiz Mallet, educado militarmente na Corte do Império, com a visão unitária da Nação Brasileira, integra-se na causa da legalidade, auxiliando seu sogro na mobilização e ades-

tramento de novos combatentes para o Exército Imperial.

No decorrer do decênio farroupilha, os serviços de Mallet são utilizados pelos generais que comandaram na província.

Em 1837, o general Antônio Elzeário, testemunha de sua conduta na batalha do Passo do Rosário, entrega-lhe o comando de uma bateria do Corpo de Artilharia a Cavalo, que se desloca para o litoral. Depois o nomeia major da Guarda Nacional em comissão no Exército, encarregado da fortificação da cidade do Rio Grande.

Em 1842, o Barão de Caxias, ao assumir a direção das operações, nomeia-o Deputado do Ajudante-General junto à 1.^a Divisão. Este cargo, na época, correspondia às funções de chefe de Estado-Maior e, a escolha da pessoa do titular revela a confiança do Comando na competência e no caráter de Mallet.

Nesse período, Mallet amplia a sua experiência de oficial de Estado-Maior, com a solução de casos concretos de combinação de armas, organização de marchas, suprimentos, etc.

Terminada a cruenta guerra civil, pela pacificação do povo rio-grandense, Mallet retorna às atividades pastoris, na fazenda do Quebracho, empobrecido pelos danos sofridos em seus bens, durante a Revolução. Mas, transcorridos seis anos, novamente abandona o trabalho dos campos e acorre ao chamamento das armas, na Campanha contra Rosas, em 1851.

Caxias, nomeado Comandante do Exército em operações, desloca-se para o Sul e, em Bagé, encontra-se com Emílio Luiz Mallet, a quem convida para participar da Campanha, no comando do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo.

O major Mallet parte imediatamente para São Gabriel, onde mobiliza os meios disponíveis e marcha para Livramento, a 10-8-1851, a frente do Regimento. Incorpora-se à 4.ª Divisão de Cavalaria, comandada por David Canabarro, com a qual penetra em território uruguaio, rumo a Montevideú.

Nessa penosa travessia, nas inúmeras dificuldades da marcha, em plena estação invernos, através dos campos cobertos de geada, Mallet apela muitas vezes para a tração bovina, para livrar seus canhões dos banhados e atoleiros.

Os condutores do Regimento usavam, então, compridas e pesadas perneiras de couro com guarnições metálicas, que lhes fazia o passo tardo e lembrava o boi das peças. Por isso foram chamados de "Boi de Botas", apelido este que depois se estende a toda a Arma de Artilharia.

Concentrado o Exército em Colônia, o Brigadeiro Marques de Souza, com a 1.ª Divisão, incorpora-se às tropas argentinas de Urquiza. O major Gonçalves Fontes, mais antigo, assume o comando do 1.º Regimento que segue com a expedição e combate em Monte-Caseros.

Mallet permanece em Colônia, com as tropas de observação, e passa a organizar, disciplinar e

comandar o 2.º Regimento de Artilharia a Cavalo, com as baterias do contingente prussiano que vai pessoalmente buscar em Pelotas. Esta nova unidade foi extinta, no Rio Grande do Sul, logo após o término da Campanha.

No decurso dessa guerra, por iniciativa do Ministro da Guerra, o governo imperial envia mensagem ao Legislativo propondo a reintegração de Mallet nos quadros do Exército. E, por decreto de 20-9-1851, foi êle readmitido no mesmo posto de Capitão, sua patente de 20 anos atrás, quando o zelo nativista da Regência o dispensara.

Ao reingressar no Exército, não lhe foi contado o tempo em que estivera afastado, embora a metade dêle em serviço de guerra, na Revolução Farroupilha.

Foi promovido a major em 1855 e a tenente-coronel graduado em 1863. Colegas de antanho, que com êle foram tenentes, por essa época já haviam atingido o generalato.

Dai em diante, Mallet vai refazer sua carreira militar, passo a passo, servido pelas suas comprovadas qualidades de bravura, perseverança e capacidade profissional.

No tempo de paz, de 1852 a 1864, Mallet serve permanentemente em São Gabriel: como major Instrutor da 4.ª Brigada de Cavalaria, sob o comando do Brigadeiro João Propício Mena Barreto, e depois como Fiscal e Comandante do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo. Nesse tempo, aprimora a sua cultura profissional pela leitura assídua de autores franceses sobre a arte da

guerra e o emprêgo da artilharia nos escalões superiores.

Em 1864, o Brasil foi forçado a intervir na República do Uruguai, ao lado do general Venâncio Flôres, chefe do Partido Colorado, a fim de desagrar as reiteradas agressões que vinham sofrendo os nossos patrícios lá domiciliados, por parte de Aguirre, chefe do Partido Blanco, então no poder.

O Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto invade o Uruguai, com o chamado Exército do Sul, constituído de duas Divisões, apoiadas pelo 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, sob o comando de Emílio Luiz Mallet.

Nesta Campanha, o tenente-coronel Mallet foi um dos mais ativos colaboradores do Marechal João Propício. Foi o artilheiro invicto de Paissandu e Montevidéu, a cabeça técnica do cerco e da rendição dessas praças de guerra.

Em Paissandu fez o reconhecimento das trincheiras inimigas e tomou parte no Conselho que resolveu o seu Plano de Ataque; colocou a infantaria em suas posições avançadas e assestou as baterias de seu regimento e toda a artilharia desembarcada da Esquadra, cujo comando também assumiu. Dirigiu o intenso bombardeio e combateu ativamente durante 52 horas até o assalto final e rendição da praça, a 2-1-1865.

No cerco de Montevidéu, presidiu a Comissão que fez o reconhecimento por terra e por água das fortificações em torno da cidade; apresentou, após, o Plano de Ataque que foi aprovado pelo

Conselho dos Generais. Assistiu, após, ao sítio da praça que capitulou sem combater.

Do acampamento de Montevidéu, Emílio Luiz Mallet marchou para a Campanha do Paraguai, ilustrando-se no Passo da Pátria, no comando desse mesmo regimento, a frente do qual colabora preponderantemente no maior feito de armas da guerra: a batalha de Tuiuti, onde refulgem as figuras de Osório, Sampaio e Mallet.

Em Tuiuti, na opinião insuspeita do generalíssimo Mitre, coube o maior esforço ao Exército Brasileiro. As honras do dia, declaram os historiógrafos, foram de Osório, da Divisão Sampaio e da Artilharia de Mallet.

A Artilharia de Mallet, na frase expressiva de Tibúrcio, "foi o ponto geocêntrico, a chave tática dos acontecimentos do dia"; foi o rochedo na linha da costa contra o qual vão quebrar-se impotentes as vagas de um mar revoltoso, no lapidar dizer de Tasso Fragoso; "o primeiro fator do triunfo", como escreve Cunha Matos, — por ter trancado o caminho à cavalaria inimiga, no centro, eixo de batalha de Lopez, de cujo rompimento dependia o envolvimento dos flancos e o aniquilamento dos Aliados, conforme os planos do Ditador.

Em Tuiuti, a artilharia de campanha brasileira, representada pelo 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, teve oportunidade de atuar pela primeira vez, com 24 canhões postos em linha, sincrônica e coordenadamente, sob um comando único.

Promovido a Coronel por atos de bravura, Emílio Luiz Mallet passa a comandar a artilharia do 1.º e 3.º Corpos de Exército, com a qual faz a preparação do cerco e assalto à fortaleza de Humaitá e ao forte de Estabelecimento.

Em Humaitá, num sítio prolongado, árduas foram as tarefas de Mallet, dispondo de pouca artilharia pesada em condições de bombardear fortificações do gênero e da extensão das dessa fortaleza. A Artilharia a Cavalo, com sua mobilidade, atendeu com seus fogos, a todos os pontos da linha, apto a acompanhar a vanguarda em qualquer movimento para a frente.

Estas dificuldades eram agravadas pelas naturais dissensões entre os chefes, que dilatavam o desfecho desse prolongado sítio. Os choques de comando são comuns em campanha e se agravam principalmente em guerras de coalizão, em que forças de países diversos são subordinadas ao comando de um deles.

Dentro desse quadro geral, esses incidentes dão idéia perfeita do drama vivido pelo então Coronel Mallet. Mas, acima dos melindres, seus e dos seus subordinados, estavam a disciplina e o cumprimento dos deveres para com a Nação.

Na última fase do Comando de Caxias, da travessia do Chaco à ocupação de Assunção, Mallet exerce praticamente o Comando-Geral da Artilharia, diretamente subordinado ao Comandante-Chefe. Assessora-o na repartição dos meios disponíveis. Atua com os fogos de sua Arma nos com-

bates de Itororó e Avaí e apoia a manobra do Chaco no destacamento do Piquissiri.

Em Lomas Valentinas, Mallet concentra a artilharia dos três Corpos de Exército e dirige pessoalmente os bombardeios em massa que aniquilaram aquelas posições fortificadas e coroaram as vitoriosas operações ofensivas de dezembro de 1868.

Em sua Ordem do Dia sobre o feito, escreve Caxias que — “terminado o bombardeio, que não só causou grandes estragos e mortalidade no inimigo, mas que pareceu tê-lo aterrado e completamente desmoralizado, o assalto foi dado com o maior ímpeto e galhardia rivalizando em arrôjo e intrepidez as forças dos Exércitos aliados que nele tomaram parte, mas cabendo inquestionavelmente as honras da jornada à Artilharia, que depois do bombardeio avançou por modo tal, que penetrou nas trincheiras do inimigo com as linhas dos nossos Atiradores”.

Bernardino Bormann, testemunha presencial, escreve que — “Mallet serve para tudo. É artillheiro calmo; se a situação exige, ele tem a intrepidez e o denôdo de Andrade Neves.”

Na última fase da guerra, na chamada Campanha das Cordilheiras, sob a direção do Conde d'Eu, é restabelecido o Comando-Geral da Artilharia, como grande Unidade da Arma, com amplas atribuições, equiparada a comando de Divisão e diretamente subordinada ao Comandante-Chefe. O Coronel Emílio Luiz Mallet é efetivado nesse Comando, que praticamente já vinha exercen-

do. Logo após, por decreto de 16-7-1869, é promovido a Brigadiero, "em atenção aos relevantes serviços prestados ao Exército em campanha". Atinge, assim, o seu zênite, a árdua carreira militar de Mallet, pontilhada de altos feitos e de inúmeras dificuldades.

A natureza das operações, no início dessa Campanha, exigiram o emprêgo descentralizado da Artilharia, nas diversas expedições de reconhecimento e tomada de contato. Nelas, o Conde d'Eu entregou ao Brigadiero Mallet o comando de fortes destacamentos mistos que manobraram e combateram em Ascurra e Sapucaí, através das montanhas.

Em agosto de 1869, o Exército aproxima-se de Peribebuí, capital provisória de Lopez, no altiplano das Cordilheiras, fortificada por amplo entrincheiramento poligonal, fortemente artilhado e defendido pelas tropas de Cabalero.

Na madrugada de 12 de agosto, Mallet concentra 50 canhões em posição dominante, em amplo semicírculo, e bombardeia as trincheiras e o recinto de Peribebuí. Diz êle em sua Parte de Combate.

"Fiz romper o fogo em toda linha, o qual levou o terror e a confusão ao inimigo que, vendo-se batido por todos os lados, não pôde abrigar-se de nossas certezas pontarias durante as duas horas que durou o bombardeio, cessando êste quando apresentaram-se as nossas colunas de infantaria que então tomaram de assalto o reduto".

Na batalha de Campo Grande, último grande feito de armas dessa Campanha, o brigadiero Mallet empenhou-se na refrega, com os fogos de sua Arma, e pessoalmente conduzindo um destacamento do 2.º Corpo de Exército, contra as tropas de Cabalero. O Conde d'Eu, em sua Parte de Combate, escreve que: "O brigadiero Emilio Luiz Mallet, que voluntariamente concorreu no lugar da ação na batalha de Nhuguassú ou Campo Grande, a 16 de agosto de 1869, é digno dos maiores encômios, pela parte ativa que nela tomou, muito contribuindo com seus conselhos para o completo desbarato do inimigo".

Logo após, Mallet marcha na vanguarda do 2.º Corpo de Exército e assiste ao combate de Caraguataí onde atua como seus fogos uma bateria do 1.º Regimento de Artilharia a Cavallo.

Ao findar a Campanha, em 1870, o Comandante-Chefe escreveu estas memoráveis palavras sobre a Arma de Mallet: "A Artilharia prestou relevantísimos serviços que nunca poderão ser suficientemente elogiados".

A última comissão de Mallet, no Paraguai, foi a de Comandante da guarnição de Rosário, onde concentrou toda a Artilharia, procedeu à extinção de duas Unidades, reajustou os efetivos e evacuou para o Brasil o 1.º Regimento de Artilharia a Cavallo e os batalhões de Artilharia a Pé.

De regresso ao Brasil, após o término da guerra, sem nunca ter dela se afastado, Emilio Luiz Mallet retorna ao Rio Grande

do Sul, cenário familiar de sua longa vida de soldado.

Nos 15 anos de atividade, nos postos de Oficial-General, em tempo e paz, de 1870 a 1885, Mallet foi essencialmente um chefe de fronteira, onde imprimiu à sua ação o realce e a eficiência de sua vigorosa personalidade.

Como Brigadeiro, exerce os Comandos das Fronteiras de Bagé e de Livramento-Quarai; como Marechal-de-Campo, os elevados cargos de Comandante das Armas e de Inspetor de Cavalaria e Artilharia no Rio Grande do Sul. Foi um prestimoso auxiliar, na província, das administrações na pasta da guerra dos generais Osorio e Câmara.

Emílio Luiz Mallet passou no Rio Grande do Sul a quase totalidade de sua longa vida militar, num ambiente de redobrada atividade profissional, de mais de meio século, da consolidação da fronteira meridional às vésperas da proclamação da República. Participou das homéricas lutas que ali se travaram, na Cisplatina e na Farrroupilha; dali partiu para as Campanhas da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Integrou-se na vida e no espírito da gente rio-grandense; viveu as suas tendências e anseios, os seus sofrimentos e o seu heroísmo. Por toda a parte por onde andou, nas cidades e nos campos, foi recebido e festejado com a veneração e o acatamento devidos a um autêntico herói nacional.

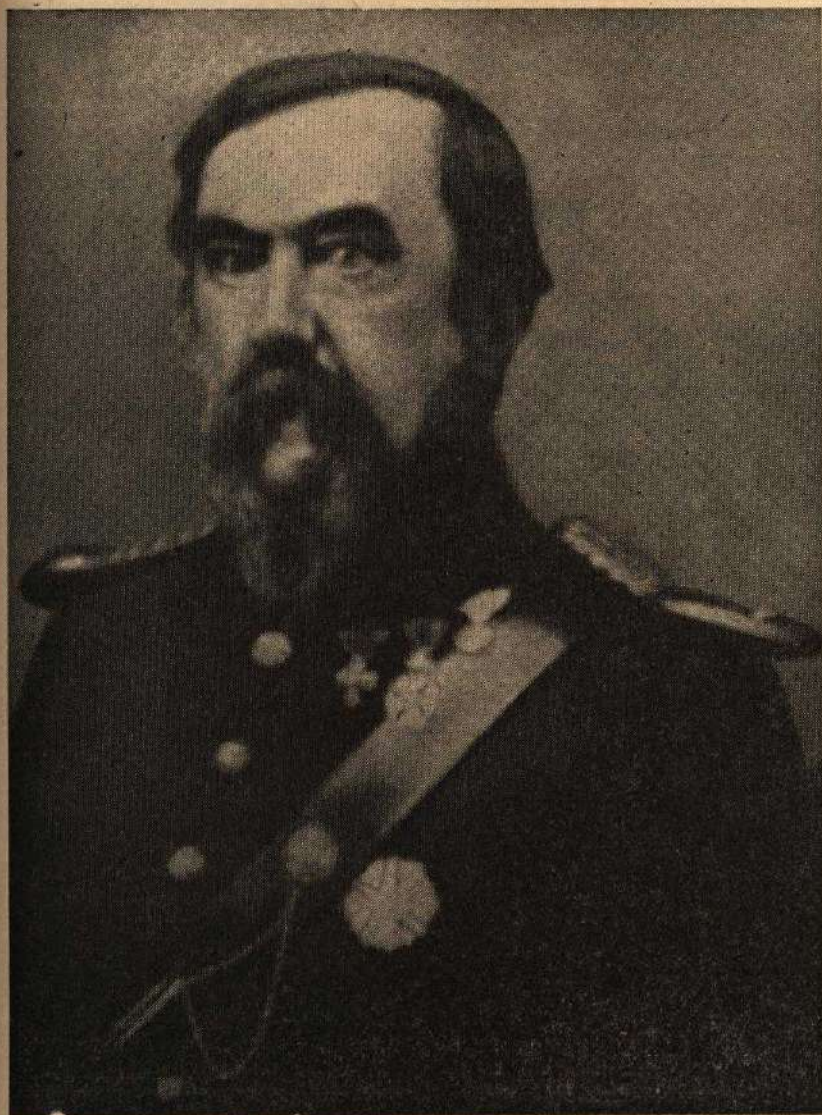
Em fins de fevereiro de 1885, Emílio Luiz Mallet embarca para o Rio e Janeiro, a procura de maiores recursos médicos para sua saúde abalada. O velho soldado, já octogenário, presente que sua jornada terrena aproxima-se do fim. Reforma-se a 30 de maio do mesmo ano, no posto de Marechal-de-Exército e, a 2 de janeiro de 1886, falece na avançada idade de 84 anos.

Assim findou-se essa existência útil e trabalhosa, toda dedicada ao Exército que tanto amou e serviu, na juventude e na velhice, com o devotamento do patriota, a lealdade do soldado e a bravura de um herói antigo.

Emílio Luiz Mallet foi um grande soldado, de modelo bem acabado e inteiriço. Dotado de excepcional vigor físico, com dois metros de altura, foi um soberbo tipo de chefe militar, de bela e majestosa presença: estatura de gigante em corpo de atleta.

Pelo testemunho de seus contemporâneos, — a par da bravura e da competência, — possuía espírito reto, de ordem e de justiça, e grande firmeza de caráter. Enfim, humor sem lacunas nem modalidades bruscas, independência sem insubordinação, justiça inteira, sem fraquezas nem crueldades. A bondade de seu grande e nobre coração aureolava a austeridade de sua marcial figura. “Já na quietude dos acampamentos, já na febril agitação dos combates, era sempre o mesmo chefe, — paternal e amigo”.

PATRONO DA ARMA DE ARTILHARIA



EMILIO LUIZ MALLET — Fotografia tirada em Montevideu, em 1855, na Campanha do Uruguai, quando Ten Cel Comandante do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, o célebre "Boi de Botas".

DADOS BIOGRAFICOS DO AUTOR

1. Nome: Pedro Jacinto de Mallet Joubin.

2. Data de Nascimento: 23 de agosto de 1915.

3. Natural de: Santa Maria, Rio Grande do Sul.

4. Filiação: Filho legítimo de Alvaro Domingues Jobim, fazendeiro em Cacequi, R.G. do Sul e em Ribas do Rio Pardo, Mato Grosso, e de Estelita de Mallet Jobim, falecida.

5. Profissão: Major da Reserva Remunerada do Exército (Artilharia). Identidade — 3G-80444. — Professor de Filosofia, Psicologia e História (Registro do MEC n.º F-2096); Registro Psicológico, n.º 512, do MEC.

6. Cursos

Militares: Curso de Oficial da Reserva de 2.ª classe, do OPOR/P. Alegre, turma de 1942. — Curso de Classificação de Pessoal (Psicotécnica Militar), da Diretoria-Geral de Ensino do Exército, 1952. Arma de Artilharia.

Universitários: Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, turmas de 1946 e 1947. Diversos cursos

de extensão universitária de Psicologia, geral e aplicada, Sociologia, Economia, Política, Problemas Brasileiros, frequentados no ISOP, Academia Brasileira de Letras, Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Ciclo Sócio-Político (1968) do Curso de Altos Estudos Brasileiros da Sociedade Brasileira Federal do Rio de Janeiro, etc.

7. Trabalhos:

a) Artigo sobre a História da Artilharia de Costa no Brasil, na Revista do Forte de Copacabana, 1952.

b) Cooperador da "História da Técnica Militar Brasileira" (a publicar), elaborado por comissão do Departamento de Produção e Obras do Ministério do Exército (1961).

c) "Aspectos da Reforma Agrária"

c) "Aspectos da Reforma Agrária Brasileira" (1963). (Em impressão).

d) Biografia do "Marechal Emílio Luís Mallet, Patrono da Artilharia".

e) Genealogia da Família Joubin.

f) Pesquisas históricas, citadas em obras dos Generais Klinger, Paula Cidade e Tasso Fragoso; do Cel. F. V. Portella F. Alves e do Gen. Heitor Aragão Borges Fortes.

"Um país pobre é pobre não porque seja pobre no sentido material; é pobre porque é pobre em caráter. O problema de formação do capital é no fundo um problema da formação do caráter."

S.K. MEHTA, Diretor do Departamento
Econômico da Universidade de Allahabad.

DOUTRINA POLÍTICA DE POTÊNCIA

General-de-Brigada CARLOS DE MEIRA MATTOS

6.º ANIVERSARIO DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

1. Política de Objetivos

Tentando uma interpretação filosófica da Revolução de 31 de março, nos idos de 1965, por ocasião de seu primeiro aniversário, chegamos à conclusão que precisávamos muito mais de nos fixarmos numa doutrina (*) política do que nos estendermos em especulações sobre sua filosofia. Isto porque, não havia na liderança revolucionária naquela época, como não há hoje, nenhuma voz discordante sobre a filosofia democrática da Revolução. Fizemos a Revolução para, dentro da concepção de vida democrática, dentro de um estilo existencial democrático, dentro de uma moral e uma ética democráticas, erigirmos uma sociedade desenvolvida, superando a todos os fatores adversos oriundos de nosso gigantismo geográfico e de nosso atraso sócio-econômico.

Estava, portanto, clara a filosofia democrática da Revolução; o que urgia aos homens do governo de então, chefiados pelo Ex-Presidente Castello Branco, era definir e implantar uma doutrina política revolucionária, isto é, instrumentar nossa filosofia democrática com uma dinâmica de ação política que definisse onde queríamos chegar, o que fazer e como fazer, enfim, o premente era fixar uma política de objetivos claros e definidos, marcando etapas sucessivas para alcançá-los.

Dizíamos por ocasião do 1.º Aniversário da Revolução, em artigo publicado sob título "Pensamento Revolucionário Brasileiro":

"O fato de sermos democratas, de nossa Revolução ser democrática, apenas, não nos fornece o instrumental para imprimir um rumo político ao governo revolucionário. É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento de ação política. Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dá a força motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária".

(*) Doutrina — Conjunto de princípios em que se baseia um sistema religioso, político ou filosófico. Modo de pensar, proceder (do latim-doctrina). Nôvo Dicionário Cândido Figueiredo — 6.ª edição — Lisboa.

Foi o Ex-Presidente Castello Branco buscar as bases de formulação da doutrina política revolucionária nos laboratórios da Escola Superior de Guerra, onde ele já militara, centro de estudos políticos e estratégicos que desde 1949 vinha com seriedade e critério científico procurando formular as linhas mestras de uma política nacional à altura dos mais altos interesses e aspirações nacionais.

A formulação da doutrina política da Revolução baseou-se, fundamentalmente, na eleição dos Objetivos Nacionais, na sua interpretação e no estabelecimento de uma estratégia para alcançá-los ou preservá-los.

Entre os nove Objetivos Nacionais eleitos

- Independência;
- Soberania;
- Integridade territorial;
- Prestígio Internacional;
- Integração Nacional;
- Prosperidade Nacional;
- Democracia;
- Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade;
- e Paz Social;

dois foram considerados *objetivos-críticos*, — Integração Nacional e Prosperidade Nacional — e para sua consecução foi montada a Política de Desenvolvimento. Outros objetivos como — Democracia, Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade e Paz Social — cujo fortalecimento depende, essencialmente, do êxito da Política de Desenvolvimento, e que são os alvos principais da anti-revolução e da subversão, mereceram o conceito de *objetivos a defender*, e passaram a constituir a principal preocupação da Política da Segurança.

Os objetivos — Independência, Soberania, Integridade Territorial e Prestígio Internacional — não contestados e por isto mesmo não exigindo um esforço de afirmação imediata, foram considerados *objetivos a preservar*. Sua valorização, subordina-se igualmente ao sucesso da Política de Desenvolvimento baseada na conquista dos dois objetivos críticos.

Como se deduz facilmente desta resumida análise, a estratégia política da Revolução está baseada na conquista dos dois objetivos nacionais críticos e o instrumento dessa estratégia é a Política de Desenvolvimento.

Os seis anos de Revolução que hoje comemoramos revelam uma admirável continuidade de orientação doutrinária e administrativa. Os três governos sucessivos — Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazú Médici — mantiveram e mantém o esforço principal na consecução da Política de Desenvolvimento. Cada um desses três governos ajustou seus programas às necessidades conjunturais prementes e à evolução do processo de desenvolvimento, sem nunca se afastar das linhas mestras da estratégia revolucionária geral. Assim é que Castello Branco se viu obrigado a concentrar-se no saneamento das finanças e no planejamento de uma estratégia para o desenvolvimento; Costa e Silva recebendo

uma situação financeira mais aliviada, pôde acelerar o desenvolvimento, particularmente nos setores dos transportes e dos incentivos às áreas críticas — Nordeste e Amazônia. Já o Presidente Médici reajusta seu programa de prioridades dentro da mesma estratégia desenvolvimentista, marcando como metas prioritárias:

- Revolução na Educação e na Saúde;
- Revolução na Agricultura e no Abastecimento;
- Aceleração no Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- e Fortalecimento do Poder da Competição da Indústria Nacional.

Estes seis anos de Revolução nos deram no campo da política econômico-financeira uma perspectiva de desenvolvimento ordenado e equilibrado. Foram vencidas as três principais calamidades herdadas pela Revolução — A imoralidade dos governantes, a hiper-inflação e a desordem administrativa. O crescimento do produto interno bruto (PIB) está superando os índices previstos, numa expectativa muito animadora.

Poderemos já, recém-saídos do caos, pensarmos numa política de potência? Poderá a Revolução baseada nos êxitos já alcançados e na perspectiva favorável, estruturar-se para uma política de potência? É o que vamos tentar responder.

2. Conceito de Potência

Não resta dúvida que possuímos atributos geográficos e demográficos de potência. Somos no mundo o 4.º estado no que tange à massa territorial compacta, precedidos apenas pela União Soviética, China e Canadá. Os Estados Unidos sem o Alaska e o Havaí, cujos territórios não têm continuidade com a grande massa continental norte-americana, são menores que o Brasil. Nossa população, de aproximadamente 90 milhões, tangida por uma taxa de crescimento anual de 3%, alcançará no limiar do ano 2000 a casa dos 200 milhões. Entretanto, êsses valores geográficos e demográficos, apenas, não fazem a potência.

No dizer de Kjéllen três são os atributos principais de uma grande potência — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna. O geopolítico sueco, da escola alemã, viveu numa época em que fatores de capacidade industrial e técnico-científico não pesavam tanto na avaliação das potencialidades políticas. Por isto, o seu critério de valores, à luz de nossos dias, carece de uma acentuação maior que deveria ser dada à capacitação do poder econômico-industrial. Submetido o Brasil ao instrumento de avaliação de Kjéllen, não há dúvida que veríamos uma confirmação do acerto da Revolução dando alta prioridade à de desenvolvimento. Pois, se de um lado, não nos falta espaço geográfico, não há dúvida que a nossa liberdade de movimentos e coesão interna só atingirão a níveis de potência, se superarmos os objetivos de integração Nacional e de Prosperidade Nacional.

Mais moderno que Kjéllen, o nosso contemporâneo Arnold Toynbee conceitua como potência “— uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que a sociedade que lhe serve de base”.

O eminente historiador e sociólogo inglês, mestre da nova escola baseada na filosofia da história, avalia a potência pelo efeito de extrapolar poder. O conceito sintético de Toynbee, analisado pelo escritor francês Tibor Mende é assim desdobrado:

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve exercer-se sobre um vastíssimo território;
- deve dispor de imensas reservas de matéria-prima e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe fabricar, em grande quantidade, armas modernas de alto custo, e de ceder gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multi-raciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

O desdobramento do conceito “toynbeano” por Tibor Mende revela a influência das realidades oferecidas pelas duas atuais grandes potências — Estados Unidos e União Soviética — na composição de sua análise. Podemos discordar das conclusões de Tibor Mende, mas será difícil se discordar do juízo de Toynbee:

— de que o que caracteriza a potência moderna é a capacidade de exercer um poder coordenador sobre área maior que a de seu próprio território. Esse poder coordenador não terá que ser, obrigatoriamente, político e militar. Poderá ser, predominantemente econômico, ou ideológico.

Vejamos agora o que dizem sobre nosso país os senhores Herman Kahn e Anthony Wiener no seu livro “O Ano 2000”:

Há duas ordens de apreciação, aparentemente contraditórias, sobre o Brasil no livro recente dos dois futurólogos. A primeira, em termos de poder político, nos encara com relativo otimismo. Coloca-nos como uma das prováveis novas grandes potências do início do século XXI (Tabela X, pág. 55, da tradução brasileira “O Ano 2000”).

Em seguida em termos de poder econômico, tomando como instrumento de medida o Produto Interno Bruto (PIB), a nossa posição aparece bastante inferiorizada como veremos a seguir.

Apresentam os futurólogos do Instituto Hudson, para o limiar do próximo século, as nações do mundo repartidas entre seis grupamentos, diferenciados pelo estágio de desenvolvimento atingido:

1. Pós-Industrial (de 4.000 a 20.000 dólares *per capita*);
2. Pós-Industrial Inicial (cêrca de 4.000 dólares *per capita*);
3. Consumo em massa (de 1.500 a 4.000 dólares *per capita*);
4. Industrial (de 600 a 1.500 dólares *per capita*);
5. Parcialmente Industrializado (200 a 600 dólares *per capita*);
6. Pré-Industrial (50 a 200 dólares *per capita*).

Os estudiosos do Instituto Hudson situam o Brasil no início do ano 2000, no grupamento 5, das nações parcialmente industrializadas, com uma população de 210 milhões e renda *per capita* inferior a 600 dólares

No grupamento 1, das nações que alcançaram o tipo de sociedade Pós-Industrial encontram-se apenas os Estados Unidos, Japão, Canadá, Escandinávia, Suíça, França, Alemanha Ocidental e Benelux. A União Soviética, com o Reino Unido, Itália, Áustria, Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, Israel, Austrália e Nova Zelândia, encontram-se no grupamento 2, no estágio Pós-Industrial Inicial.

Entre as nações latino-americanas, as previsões do Instituto Hudson destacam a Argentina e a Venezuela no grupamento 3, das sociedades de consumo em massa. No grupamento 4, dos países totalmente industrializados, encontra-se o México, Uruguai, Chile, Cuba, Colômbia e Peru.

Como se vê, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o Brasil nas previsões dos senhores Kahn e Wiener figura em posição pouco favorável, mesmo no contexto da América Latina.

Referimo-nos, anteriormente, a uma certa contradição que se pode extrair dos estudos de Kahn e Wiener. Contradição que, de resto, está contida na própria realidade brasileira. Nosso país, imenso, economicamente desequilibrado entre áreas industrializadas e áreas extremamente subdesenvolvidas, tangido por uma taxa de crescimento demográfico exagerada para a nossa capacidade econômica, não é país que resista a um Raios X de computador. E os futurólogos do Instituto Hudson avaliam progresso e desenvolvimento jogando no computador os números frios do PIB, da taxa de crescimento populacional dos coeficientes de tendências simples e múltiplas. Não podem lançar no computador as forças anímicas capazes de superar êsses números e inverter as expectativas. Não podem traduzir em números as forças emanentes da potencialidade geográfica. Nós sentimos no desenvolvimento do Brasil de hoje a presença dessas forças anímicas e físicas que os autores do "O Ano 2000", também devem ter percebido nas suas avaliações, tanto assim que, em que pesem às previsões pessimistas no tocante à nossa posição econômica no início do século, não nos regatearam o reconhecimento de podermos vir a figurar entre uma das novas potências dessa mesma época, ao lado do Japão, China, México e Índia.

Sirva-nos porém de advertência a inferiorização de nossa posição no quadro das nações de maior desenvolvimento econômico no comêço do século. Tomemos como um desafio a necessidade de desmentir as respostas dos computadores do Instituto Hudson. Para isto, teremos que mostrar capacidade de lançar nesses computadores novos valores de PIB e talvez menores índices de crescimento populacional, a fim de que todo o nosso esforço de desenvolvimento não se dilua demasiadamente, impossibilitando a impulsão de um processo de investimentos cada vez mais vigoroso.

Em síntese, como idéias e conceitos de potência, vimos os pensamentos de Kjéllen, Toynbee, Tibor Mende, Herman Kahn e Anthony Wiener. Balanceando êsses conceitos, à luz da fórmula "Kjelliana" de que os atributos da potência são — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna — podemos concluir que, para alcançarmos uma posição de potência, no mundo moderno, precisaremos superar nossas deficiências nos dois últimos fatores. Precisaremos ampliar a nossa liberdade de movimentos através de uma ofensiva sem precedentes nos setores dos transportes, energia e telecomunicações, e tudo com uma visão interna e internacional. No mundo moderno, liberdade de movimentos é o poder de estar presente em tôdas áreas de interesse político nacional. É o poder de comerciar em dimensões mundiais. Deveremos ainda, fortalecer a nossa coesão interna, no campo da unidade espiritual, da educação, da ciência e da cultura moderna. Será necessário criar uma elite política nacional com forte poder de liderança e elites especializadas capazes de irradiarem cultura, ciência e técnica.

Mas, como alcançar tudo isto, como realizar o conceito de potência de Toynbee referente à "capacidade de exercer um poder coordenador num campo de ação maior do que o seu território", se não fôr superado o fantasma da nossa fraqueza econômica?

3. Como chegar a Potência

Num esforço de conceituação da Doutrina Política Revolucionária, baseada nos objetivos nacionais, assim apresentáramos:

— *conquistar* a todo o custo e a curto prazo a integração nacional e a prosperidade nacional;

— *defender* obstinadamente o estilo de vida democrático do povo brasileiro, os valores morais e espirituais sôbre os quais se assentam as bases da nacionalidade e paz social;

— *preservar e valorizar*, a independência, a soberania, a integridade territorial e o prestígio internacional da Nação Brasileira.

A dinâmica da Doutrina está nos objetivos a conquistar a todo o custo e a curto prazo — integração nacional e prosperidade nacional instrumentada numa Política de Desenvolvimento. Seremos capazes de

realizar este "a todo o custo e a curto prazo" com a impulsão e as dimensões exigidas por uma estratégia de potência?

Ao invés de nos perdermos em análise de possibilidades abstratas preferimos resumir o que já conseguimos concretamente no período revolucionário de 1964-70. A avaliação do que realizamos nos dará a medida daquilo que seremos capazes de realizar daqui por diante.

No tocante ao PIB, a administração revolucionária elevou de zero para 7% a taxa de crescimento. Reduziu de 100% para 20% a taxa de inflação. Aumentou de 30% o nível de emprego industrial. No campo educacional aumentou de 90% os números de matrículas no ensino médio e de 110% no ensino superior. O Brasil gasta anualmente com Educação 4 bilhões de cruzeiros por ano, o dôbro do que empregava em 1960. Nos seis anos de revolução, a rede de rodovias pavimentadas cresceu de 50%, a tonelagem produzida na indústria de construção naval de 300%, a capacidade instalada de energia elétrica de 40% e a produção de petróleo de 60%. No desenvolvimento das regiões-problemas (Nordeste e Amazônia) os investimentos atingiram no ano passado a cifra de 3,4 bilhões de cruzeiros novos, ou seja 140% do financiamento externo líquido concedido à América Latina pelo conjunto de todas as instituições financeiras internacionais.

O Plano de Habitação Nacional está construindo 200.000 residências por ano e gerando de 150.000 a 200.000 novos empregos.

Os dados estatísticos acima valem por uma amostra da capacidade realizadora dos governos revolucionários. Permitem-nos ser otimistas, em que pesem as dimensões gigantescas de nossos problemas. Sugerem-nos confiança em nossa capacidade de ultrapassar; as previsões dos futurólogos de computador, acelerando nossa industrialização e impulsionando nossa entrada, antes do esperado, no rol das sociedades de consumo em massa, com uma taxa de renda *per capita* acima de 1.500 dólares.

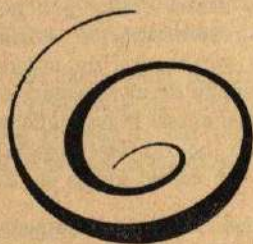
As previsões do Ministério do Planejamento, dentro de uma perspectiva de crescimento do PIB de 8% a 9% ao ano, são de que, em 1980 estaremos com o PIB no valor de 80 bilhões de dólares e a população de 120 milhões. Se esta meta for alcançada teremos elevado em 10 anos a renda *per capita* de 300 para 800 dólares, conquistando já o estágio de país industrializado e superando profundamente as previsões de Kahn e Wiener que nos colocaram no ano 2000, isto é, 20 anos depois, com uma renda *per capita* inferior a 600 dólares. Se no decênio que ora se inicia mostrarmos aptidão para tal salto, teremos consolidada nossa economia e os dois decênios seguintes 1990 e 2000 serão marcados por um ritmo de desenvolvimento muito mais forte.

Esta arrancada não se fará sem uma elite revolucionária coesa, disciplinada e consciente do esforço e dos sacrifícios que dela se espera. Há de ser uma elite moderna, do tipo elite estratégica, como a classifica Susanne Keller no seu livro "O Destino das Elites", formada de políticos esclarecidos, especialistas competentes e técnicos superiores,

dotados de alma e de espírito missionário e imbuídos dos princípios de doutrina política revolucionária representados pela:

- austeridade;
- eficiência administrativa;
- dinâmica de ação política;
- produtividade;
- liberdade com responsabilidades;
- livre empresa;
- paz social;
- e respeito à dignidade da pessoa humana.

Superada nossa debilidade econômica, aí sim, teremos um poder nacional suficientemente forte para realizar o nosso destino de grandeza. Teremos alcançado as projeções de potência.



A GUERRA REVOLUCIONARIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

- HISTÓRICO
- FORMAÇÃO
- QUESTÕES DE LIMITES

Palestra proferida pelo Ten Cel Inf QEMA CHILDERICO FERNANDES DE CARVALHO, no QG da 2.^a Bda Ms, em agosto de 1962, como parte do Programa de Instrução dos Oficiais da Guarnição de Corumbá — MT.

PRIMEIRA PARTE

PERÍODO COLONIAL

SUMÁRIO

1. Síntese Histórica das primeiras Expedições ao Novo Mundo e das tentativas iniciais de Conquista e Colonização das Terras Descobertas.
 - a. Primeiras Expedições
 - b. Conquista e Colonização Espanhola da Bacia Platense.
 2. Influência das Bandeiras na Formação dos Limites Ocidentais do Brasil.
 - a. O Ciclo da Caça ao Índio e a Conquista das Regiões do Guará e do Itatin.
 - b. O Ciclo do Ouro e do Diamante e a Conquista do Oeste.
 3. A arrancada para o Norte e a conquista da Amazônia.
 4. Síntese retrospectiva.
 5. A capitania de Mato Grosso e a formação da fronteira Brasil-Bolívia.
 - a. O Ciclo do Ouro Mato-grossense e a Criação da Nova Capitania.

- b. O Tratado de Madri (1750) e os Lindes Mato-grossenses.
 - c. O Governo de Rolim de Moura e os Lindes Mato-grossenses.
 - d. Os Acôrdos de 1761 e suas Repercussões nas Colônias Americanas.
 - e. O Governo de Luís de Albuquerque e os Lindes Mato-grossenses.
 - f. O Tratado de Santo Ildefonso (1777) e os Lindes Mato-grossenses.
- 6 A Revolução Francesa e a repercussão nas Colônias Sul-Americanas dos princípios que a nortearam.

SEGUNDA PARTE

PERÍODO IMPERIAL-REPUBLICANO

SUMÁRIO

- 1. O Tratado de La Paz (1867) e a fronteira Brasil-Bolívia.
 - a. A Questão do Acre.
- 2. O Tratado de Petrópolis (1903) e a fronteira Brasil-Bolívia.
- 3. O Tratado de Natal (1928) e a fronteira Brasil-Bolívia.
- 4. Questões de limites:
 - a. Ilha de Guajará-Mirim (Isla Suarez).
 - b. Marco do Jacadigo.
 - c. Cerrinho de São Matias-Corixa do Destacamento.
 - d. Morro dos Quatro Irmãos-Nascente do Rio Verde.
 - (1) Marco do Rio Turvo.
 - (2) Nascente Fawcett.
 - (3) Nascente Geográfica.

1. Síntese histórica das primeiras expedições ao nôvo mundo e das tentativas iniciais de conquista e colonização das terras descobertas.

Em outubro de 1513, Vasco Nuñez de Balboa, fidalgo espanhol, descobre o oceano Pacífico; nesse mesmo ano, pequena armada portuguesa de dois navios atinge o rio da Prata.

Em outubro de 1515, pouco tempo depois de conhecido na Europa o feito de Balboa, apressa-se Espanha em atribuir a João Dias de Solís a missão de seguir em busca da passagem que se supunha existir no maciço terrestre colocado entre os dois oceanos, pela qual se pudesse prosseguir a caminho das Índias, velejando para Oeste, como imaginara Colombo.

A malograda tentativa de Solís, segue-se a viagem vitoriosa de Fernão de Magalhães, piloto português a serviço de Castela em setembro de 1519. Como seu antecessor, penetra no rio da Prata, manda subir o até então desconhecido rio Uruguai e depois, certo de que aquele não é ainda o caminho procurado, retrocede e veleja para o Sul e, finalmente, singra as águas do estreito famoso que daria a Espanha a glória da primeira circunavegação.

Não perdem tempo os reis de Castela e, em abril de 1526, outra frota é aparelhada para estabelecer o comércio de Espanha com as Molucas, pela rota descoberta por Magalhães; mas Gaboto prefere seguir em busca das riquezas que diziam existir nas terras do rio da Prata. Entra no estuário do já lendário "Mar de Solís" e depois de percorrer grande parte dos cursos dos rios Uruguai e Paraná, sobe as águas barrentas e preguiçosas do Paraguai e vai até um ponto muito acima da foz do Pilcomaio, assim realizando a primeira infiltração naval na América do Sul.

Em 1535, lança Mendoza os fundamentos de uma povoação a que denominou de Santa Maria de Buenos Aires; no ano seguinte, o lugar-tenente do Adelantado, João de Ayolas, que havia subido o rio Paraguai em busca de ligação com o Peru, funda Assunção, mais tarde eleita por Martínez de Irala "a capital das conquistas espanholas do rio da Prata".

Em 1548, a tão ambicionada ligação com a terra dos Incas concretizava-se com Nuflo de Chaves que, mais tarde, em 1560, fundaria a povoação intermédia de Santa Cruz de la Sierra.

Ao Norte, desde 1523, os espanhóis penetram na Venezuela e a partir de 1525, decisivamente na Colômbia.

Em 1531, realiza Pizarro a segunda investida para a conquista do Peru e, no ano seguinte, inicia-se a exploração do rio Madalena, estrada aberta à penetração no interior do continente.

Em 1537, lança Quesada os fundamentos de Santa Fé de Bogotá e, em 1540, Valdívia funda Santiago do Chile, enquanto Gonçalo Pizarro, vencendo a Cordilheira, atinge o vale do rio das Amaonas, cujas águas ligeiras transportam Orellana à foz do "Rio-Mar", em agosto de 1541.

E assim, enquanto a gente castelhana penetrava no âmago do Nôvo Continente, as caravelas portuguesas procuravam delinear o litoral brasileiro, ainda abandonado e, já então, alvo da cobiça desenfreada de aventureiros e traficantes de toda sorte.

Somente em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, vem a cogitar Portugal da posse efetiva da terra e da colonização regular do Brasil. E depois da fundação da vila de São Vicente, em 1532, a criação paulatina de outros núcleos populacionais vai afirmando a soberania lusitana ao longo do litoral brasileiro, e proporcionando aos portugueses as bases de que careciam para a luta contra o estrangeiro invasor, para a posse do restante da costa e para a penetração no interior da Colônia.

Em 1554, fundava-se no planalto de Piratininga, com a vila de São Paulo, o núcleo populacional de onde os paulistas, em arrancadas memoráveis, irradiar-se-iam em todas as direções, à caça do gentio, em busca de riquezas. E se as diversas entradas partidas da costa atlântica, no decorrer da segunda metade do século, atingiram as terras do sertão baiano e as zonas Norte e Oriental das Minas Gerais, é no entanto, dali do planalto, que as bandeiras dos "portugueses de São Paulo" arrancaram incontroláveis, primeiro para o Sul e, logo, para Oeste e para o Norte. Avançaram interior adentro e dominando o meio hostil, impondo sua vontade ao silvícola, fustigando o rival castelhano e descobrindo ouro e pedras preciosas, assim foram empurrando para o Poente as raízes das Tordesilhas, e traçando para a Colônia os lindes que, hoje em dia, em linhas gerais o Brasil possui.

b. Conquista e Colonização Espanholas da Bacia Platense

Para melhor compreensão e concatenação dos fatos que a seguir iremos expor, fixemos alguns aspectos da conquista e da colonização empreendidas pelos espanhóis, na região situada entre os rios Paraguai e Paraná-Uruguai.

Sabe-se que Solis, ao desembarcar em território, hoje uruguaio, foi acometido e morto pelos charruas, habitantes daquelas paragens. Segue-se-lhe Gaboto que, não podendo vencer o Salto Grande, no Uruguai, nem as corredeiras do Apipé, no Paraná, prefere buscar, no curso desimpedido do Paraguai, o acesso fácil ao interior do continente.

Para prosseguir na conquista e promover a colonização das terras do rio da Prata, enquanto Portugal adotava no Brasil o sistema de capitanias hereditárias, Espanha preferia nomear adelantados para desincumbirem-se daquela missão. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, su-

cessor de Mendoza, tendo perdido, a caminho de Assunção, as melhores naus de sua frota, na barra do porto de Santa Catarina, resolve empreender o restante da viagem por terra, como freqüentemente faziam, desde 1540, os habitantes de ambas as colônias, em suas relações de comércio. Enquanto parte da expedição segue pelo caminho do Prata, sai ele, em outubro de 1541, da foz do rio Itapocu, no litoral catarinense, atinge o Piquiri e o Iguaçu e, atravessando o rio Paraná, chega ao Paraguai, em maio do ano seguinte, depois de 143 dias de percurso. Desejoso de também participar das riquezas do altiplano, desde logo retoma o problema das ligações com o Peru e, nesse sentido, sai de Assunção, em setembro de 1542 remontando o rio Paraguai até o Porto dos Reis, na lagoa Gaíba, de onde inicia a marcha por terra, na direção do Ocidente. Os obstáculos encontrados no caminho, a falta de víveres e a ausência de informações seguras, obrigaram Cabeza de Vaca a retroceder; mas, na oportunidade, os homens da expedição, em busca de alimentos, exploraram os trechos navegáveis do alto-Paraguai e do Jauru, e atingiram o intervalo leste-oeste do Guaporé, já na bacia amazônica. Por essa mesma época, tem início a exploração do curso médio do rio Paraná atualmente brasileiro, e a colonização de suas margens pelos espanhóis com a fundação, em 1554, da vila de Ontiveros, a montante das Sete Quedas, três anos mais tarde substituída pela Ciudad Real del Guairá. Mais para o interior, na confluência do Corumbatai com o Ivaí, fundaram, em 1576, a Vila Rica do Espírito Santo. Tentaram os espanhóis fixar-se, também, na margem esquerda do rio Uruguai, no que, mais uma vez, foram obstados pelos inconciliáveis charruas. Nova tentativa de fixação, em território uruguaio, ocorreu com o Adelantado Zarate, em 1573; como das vezes anteriores, a isso se opuseram os nativos, atacando e repelindo os usurpadores das terras que, por direito, lhes pertenciam.

O último adelantado, Tórres de Vera y Aragón, preocupou-se, particularmente, em atrair os índios de entre os rios Uruguai e Paraná. Sucede-lhe Hernando Arias de Saavedra, o famoso Hernandárias, que, convencido da inutilidade dos esforços para reduzir os silvícolas pela força bruta, buscou fazê-lo pela conquista pacífica, mediante o auxílio do Evangelho. E com o sistemático apêlo de Espanha às comunidades religiosas, particularmente à dos Jesuítas, para a catequização dos aborígenes do rio da Prata, em consequência surgiram, nas primeiras décadas do século XVII, os núcleos de populações indígenas, as chamadas "reduções" de entre os rios Paraná e Uruguai, na atual província argentina de Corrientes; da margem esquerda do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul; e da região compreendida entre os rios Paranapanema, ao norte, Iguaçu, ao sul, Itararé, a leste e Paraná, a oeste, conhecida por Guairá, hoje território paranaense. Subindo o rio Paraguai, localizaram-se também os jesuítas em terras do atual sudoeste matogrossense, região conhecida por Itatin, a oeste do rio Pardo, onde havia a cidade espanhola de Santiago

do Xerez, situada em um planalto da cadeia do Amambai, perto das nascentes do rio Aquidauana.

Ao Padre Roque Gonzalez, jesuíta paraguaio, cabe a glória de ter dado início à grandiosa tarefa; sucedem-lhe outros dignos companheiros de sacerdócio que, em peregrinações incansáveis vão grupando, em lugares adequados, aquelas populações esparsas e selvagens, na esperança de arrancá-las do estado inferior em que se encontravam e de furtá-las ao saque e à sanha destruidora do branco conquistador.

E, assim, no flanco da corrente colonizadora, que ascendia pelos rios Paraná e Paraguai, iam os espanhóis cobrindo-se das possíveis ações do rival de Leste.

Desta forma, em 1630, ainda durante a vigência da união das Coroas ibéricas, além de Ciudad Real e Vila Rica, citadas anteriormente, existiam mais: Loreto e Santo Inácio, à margem esquerda do Paranapanema; Ângelus e São Tomé, no Corumbataí, e, perto das nascentes dêste rio, Concepción de los Gualachos; San Pablo, Jesus Maria e Santo Antônio, na margem direita do Ivaí; San José, San Xavier, Encarnacion e San Miguel, na margem esquerda do Tibagi, e a leste dêste rio, San Pedro; na bôca do Iguaçu, Santa Maria Maior, além de muitas outras, mais para o Sul, nas margens do rio Paraná.

2. Influência das Bandeiras na Formação dos Lindes Ocidentais do Brasil.

a. *O Ciclo da Caça ao Índio e a Conquista das Regiões de Guairá e do Itatin.*

Voltemo-nos agora para a orla atlântica, cenário da ação lusitana.

Enquanto os espanhóis, valendo-se dos rios que constituem a bacia do Prata, incursionavam pelo interior do continente, os portugueses, ao contrário, pelas condições geográficas do litoral, eram levados aos movimentos laterais e divergentes, ao longo da costa brasileira.

A inexistência de um grande curso de água que, partindo do litoral, corresse no sentido dos paralelos; a localização da grande muralha em que se constitui a serra do Mar, quase a pique debruçada sôbre o Atlântico; a existência de povos selvagens e hostis e as características da costa sul, baixa e sem recortes, varrida de ventos velozes e açoitada por ressacas violentas, eis aí o conjunto de obstáculos que dificultaram a imediata penetração no interior da Colônia. Contudo, a ambição do ouro e do diamante, razão maior da presença dêsses aventureiros nestas plagas, seria a força incontrolável que levaria aquela gente resoluta e destemida, à epopéia do devassamento, da conquista e da colonização do Brasil

x x x

Uma vez fundada no planalto, depressa começou a prosperar a vila de São Paulo, logo ali se fazendo sentir a falta de braços para o

trabalho, particularmente o agrícola, dado a deficiência do número de colonos e ao fato de preferirem, os que aqui aportavam, furtar-se ao duro e puro rendoso labor campestre. Impunha-se, assim, a necessidade de se encontrar uma fórmula que resolvesse o problema. E para homens rudes, muito pouco escrupulosos e ávidos de riquezas fáceis, solução mais viável e barata do que a de apresar índios para depois utilizá-los ou vendê-los como escravos, naquelas circunstâncias, nenhuma outra lhes seria mais vantajosa. Tanto mais que podiam alegar, como justificativa da ação, a necessidade de impedir que novos ataques fossem realizados pelos silvícolas, não só à nascente povoação, mas, também, contra as colunas que se internavam no sertão para reconhecimento da terra ou em busca do ouro da Ribeira do Iguape, das regiões de Cananéia e Paranaguá e do planalto curitibano.

E depois que os viveiros indígenas das imediações começaram a esgotar-se, tiveram os paulistas de procurá-los mais longe.

A primeira investida nesse sentido, dirigiu-se contra os Tupiniquins do Tieté, de onde passaram ao Paranapanema; e pelo caminho indígena do Piabiru, que demandava as Sete Quedas, alcançaram os rios Tibagi, Ivaí e Paraná, entrando em contato com os espanhóis do Guairá que, como vimos anteriormente, ali já se encontravam estabelecidos.

As vantagens que lhes adviriam do ataque àquelas grandes concentrações de índios, já domesticados e conhecedores de ofícios, não escaparam aos paulistas que, com fúria devastadora, se lançaram contra as inúmeras "reduções" existentes na região e acabaram por levar ao completo extermínio aquela obra notável e humanitária dos Jesuítas.

E, assim, em plena vigência da união das monarquias ibéricas, travou-se o primeiro conflito de fronteiras terrestres entre portugueses e espanhóis, em terras da América.

Em 1628, para se vingarem de um ataque de índios, aliados dos Jesuítas, talaram os paulistas as fronteiras setentrionais do Guairá. E, dois anos mais tarde, subindo a Ribeira do Iguape e transpondo a cadeia do Paranapiacaba, caíram sobre a parte meridional da referida Província, destruindo as "reduções" ali existentes, e levando ao cativeiro ou à morte aquelas populações infelizes. "Vimos — diziam eles — expulsar-vos deste país que nos pertence e não ao Rei de Espanha."

Em 1632, cruzando o alto-Paraná, concluíram os paulistas a ação expansionista encetada para Sudoeste, apoderando-se das "reduções" dos índios Itatines, existentes a oeste do rio Pardo, terras do Sul de Mato Grosso. O autor da proeza, Antônio Raposo Tavares — o herói de todas as distâncias — em seguida subiu o rio Paraguai, atingiu o Guaporé e o Mamoré, e, descendo o Madeira e o Amazonas, atingiu

a foz do maior rio do mundo, no maior dos circuitos interiores até então registrados no Brasil.

Ressalte-se que do ciclo da caça ao índio não resultou a imediata fixação dos luso-brasileiros nas terras abandonadas pelos espanhóis; ao contrário, por longos anos permaneceram desabitadas, circunstância que veio facilitar o povoamento da região no século seguinte, e permitir a consolidação da posse pela ocupação efetiva da terra, mais tarde reconhecida e ratificada nos tratados que fixaram a fronteira sudoeste de nossa Pátria.

b. O Ciclo do Ouro e do Diamante e a Conquista do Oeste

A partir de 1641, depois de destruídas as "reduções" do Tape, a leste do rio Uruguai, passaram as expedições paulistas a dirigir-se mais para Oeste e para o Norte do que para o Sul; alcançaram o Setentrião do Paraguai, o distrito de Santa Cruz de la Sierra e as cordilheiras do Peru. Logo depois, outra bandeira paulista, cruzando o sertão de Goiás, atinge o Amazonas; e mais outra explora a vasta região compreendida entre o planalto dos Parecis e a zona meridional do Paraguai. Atinge-se o divisor de águas do Amazonas e do Prata, ao mesmo tempo em que mais uma bandeira paulista chega ao Araguaia. Desbrava-se o imenso sertão, agora em novos azimutes, baliçando outros caminhos e criando mais títulos de posse para a Coroa portuguesa.

Mas, até essa época, as zonas auríferas descobertas no território da Colônia não tinham apresentado rendimento realmente compensador. E, em face das dificuldades financeiras por que passava o Reino lusitano, procurou o Governo interessar os bandeirantes nas pesquisas minerais, mediante promessa de grandes recompensas aos que, com bom êxito, as realizassem. Em conseqüência, várias bandeiras, sucessivamente, se embrenharam no sertão em busca de ouro e de pedras preciosas.

E depois do descobrimento das Gerais, passaram os paulistas a procurar ouro, também em outras regiões.

"Pelo Tieté abaixo, até a barra, pelo Paraná até o Pardo, por este até a balança das águas com o Paraguai; pelo Coxim, pelo Taquari, pelo Paraguai, pelo São Lourenço, pelo Cuiabá, atingiu-se a descobertos em que o ouro se apanhou às arrôbas. E logo transporta a chapada e espontados rios que correm ao Amazonas e ao Prata, chegou-se às cabeceiras do Guaporé, desceu-se para o mato grosso do Jauru ou avançou-se para o alto-Paraguai." (Fig. 4)

Em toda parte se descobre o metal cobiçado em abundância, e para aqueles confins aflui sem demora, grande número de aventureiros que depressa vão povoando a região.

3. A arrancada para o Norte e a conquista da Amazônia

Até 1580, ano que marca o início do período de união das Coroas ibéricas, permaneceu abandonada toda a vasta região litorânea, ao norte de Itamaracá.

Somente a partir de 1584 foi possível organizar expedições que realmente apresentassem condições de vencer a resistência do gentio e expulsar os franceses que, aliados aos nativos, se achavam estabelecidos em alguns pontos do litoral.

Assim, já no ano seguinte, se conquistava a Paraíba e, em 1598, o Rio Grande do Norte.

Em 1611, fixavam-se os portugueses no Ceará, e os franceses, em 1615, eram definitivamente expulsos do Maranhão.

Em 1616, atingia-se o Grão-Pará, de onde partiriam os lusos para a posse da margem esquerda do grande estuário, até o Oiapoque, onde ingleses e holandeses iam já "tomando muito pé".

Atingida a expansão litorânea nortista seu ponto extremo — o cabo Orange — era tempo de levá-la também ao interior, pelo Amazonas acima. E com esse intuito, em 1637, partiu Pedro Teixeira, de Cametá; alcançou o rio Napo e junto à foz do Aguarico, em terras hoje pertencentes à República do Equador, de espada em punho e em nome de Portugal, tomou posse de toda a imensa região que se estendia para leste daquele ponto.

A posse do rio Solimões ou médio-Amazonas, completou-se nos últimos decênios do século XVII, com a expulsão dos remanescentes espanhóis que ali pretendiam fixar-se.

4. Síntese Retrospectiva

Estamos no limiar do século XVIII.

Repassemos, por instante, a vista sobre esta Carta da América do Sul, e teremos, num relance, a síntese da história de dois séculos de conquista, exploração e povoamento das terras do Novo Continente.

Realmente. Enquanto os portugueses abordavam a América do Sul por sua costa leste, em vários pontos do litoral brasileiro, espalhando-se lateralmente pela periferia e, em seguida, para o interior — partindo particularmente de São Paulo, e também usando a via fluvial do Amazonas — os espanhóis, ao contrário, marchando em direções opostas — descendo das Antilhas e subindo os formadores do rio da Prata — assim procedendo, forçosamente teriam de encontrar-se no interior do continente, e de realizar, embora involuntariamente, um simulacro de duplo envolvimento dos lusitanos, do que resultariam os choques entre as correntes colonizadoras dos dois povos rivais,

e o balizamento de nossas dilatadas fronteiras terrestres ao Norte, no Sul e no Ocidente.

Verificaremos ainda que as correntes espanholas não tenderam para o Levante; particularmente a do Sul, preferiu orientar-se para Noroeste, atraída pela inexorável fascinação do Eldorado, e, também, levada pelo natural desejo de procurar, breve, o contato com os compatriotas que do Norte lhe vinham ao encontro.

Outras circunstâncias no entanto, e também o fator geográfico, decisiva influência tiveram na partilha das terras do Nôvo Mundo, entre lusos e castelhanos.

De fato Enquanto para os colonos espanhóis, como já vimos, as riquezas auríferas do Peru — e também as do México — se constituíram, desde o início, no poderoso fascínio que os levaria a dividirem-se pelas três Américas e pelas Antilhas, para os portugueses, a falta inicial de tais incentivos permitiu-lhes concentrar seus meios no Brasil, na costa atlântica. Enquanto os espanhóis, na América Meridional, penetravam livremente pela embocadura do Prata, e se adentravam, continente acima, remontando o rio Paraguai, os portugueses defrontavam-se com a serra do Mar que, estendendo-se ao longo da costa, servia de anteparo à penetração para o interior. E mais para o Sul, depois que a serra Geral se dobra para o Oeste (apresentava-se o extenso litoral do Rio Grande, baixo, inóspito e sem ancoradouros, que, por não proporcionar segurança às caravelas, e pontos de apoio às tripulações, por dois séculos desencorajaria as correntes colonizadoras a tentar o domínio daquela imensa faixa de terra, em cujo interior, por outro lado, dominava o gentio, bravo e altivo, resoluto e indômito, que tantas vezes fizera frustarem-se as tentativas espanholas de fixação na margem esquerda do estuário.

Ao Norte, também, o sentido da alta Cordilheira, correndo paralelamente às costas banhadas pelo Grande Oceano, parecia indicar ao conquistador o caminho a seguir, já que, nas bandas orientais do Setentrião americano, se estendia a imensa floresta tropical, misteriosa e indomável.

É provável, segundo opinião de historiadores patricios, que se os espanhóis, dado a grande antecedência que levavam sobre os portugueses, se tivessem orientado decisivamente para Leste, talvez não fôsse o Brasil, hoje em dia, senhor dos cursos do Amazonas e do Prata. "O que nos salvou, nesse momento geográfico decisivo, foi o fato de a ambição espanhola estar voltada para o império dos Incas e para o Sul." E, também, parece verdade, aliadas a este fato, as particularidades geográficas do continente sul-americano: ao Norte, a Hiléia amazônica; ao Sul, os saltos e as corredeiras do Uruguai e do Paraná; no Centro-Oeste, o Pantanal mato-grossense.

(Continua no próximo número)

PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS: — UMA REVOLUÇÃO DE REALIZAÇÕES

Desde a abertura dos portos por D. João VI, pouco se havia feito no Brasil no sentido de aperfeiçoá-los e adaptá-los à nova realidade de progresso e desenvolvimento em que se transformou o País. Durante o Império foram construídos a maior parte dos portos brasileiros e, de lá até 1964, sua situação continuou como no tempo passado.

A Revolução de 31 de março de 1964 encontrou nossos portos obsoletos, dominados por um entusiasmo entravante, uma cabotagem marítima que não conseguia, por falta de embarcações e condições, enfrentar as rodovias sempre crescentes. Como se não bastasse, para piorar o quadro havia uma realidade tarifária absurda exigida pelas abusivas e demagógicas concessões às reivindicações salariais.

O primeiro passo da Revolução foi criar o Programa Estratégico de Desenvolvimento que deu aos portos e às vias interiores as atenções que há muito vinham exigindo, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. No período de 1964/1966 cuidou-se da recuperação disciplinar do trabalho portuário e, antes do término desse período — nos últimos meses de 1965 — iniciou-se a execução de obras de modernização e amplia-

ção de todo o nosso sistema portuário.

Hoje, após o advento da Revolução, foi formada uma nova imagem dos portos brasileiros, como a abertura de 33 novas frentes de trabalho em toda nossa Costa Atlântica e, para o ano em curso está prevista a abertura de mais 16 frentes de trabalho. Serão empregadas verbas maciças que subirão a 328 milhões de cruzeiros novos. A consecução dessas obras, juntadas aos 260 milhões de verba que se vem empregando nas diversas fases de obras em execução, atingem a quase 600 milhões de cruzeiros novos de progresso e desenvolvimento no setor portuário.

O Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, está também dando especial cuidado ao desenvolvimento de nossa navegação interior — porque, comprovadamente, o transporte aquático é o mais barato que existe.

Mas, o Governo Revolucionário sabe que os fatos dizem muito mais que as palavras e, as obras do DNPVN espalham-se por todo o Brasil.

Em 1970, no programa de aplicação do Fundo de Melhoramentos de Portos, compreendendo verbas no total de NCR\$.

110.457.000,00 estão previstos 25 portos do Brasil.

TERMINAIS SÃO UMA SOLUÇÃO

Os terminais marítimos são um fator de barateamento dos produtos que especificamente exportam. O Ministério dos Transportes está com vários e importantíssimos terminais em execução. No nordeste, prosseguem as obras de dois terminais açucareiros: um em Recife e o outro em Maceió. O terminal alagoano prevê 450 metros de cais e a criação de cerca de 200 mil metros quadrados de areia para a expansão do porto. Como resultado do fecundo entrosamento entre os órgãos do Governo, esta obra está sendo realizada em convênio com o Instituto do Açúcar e do Alcool.

CACAU E MINÉRIOS

Na Bahia, o DNPVN constrói o terminal cacauero do Porto do Malhado, em Ilhéus, velha reivindicação dos produtores baianos. Para 1970 está prevista uma aplicação de NCr\$ 11,5 milhões, compreendendo a construção do primeiro trecho do cais, inclusive atêrro; enrocamento de contenção do terrapleno e atêrro; pavimentação de área; construção de armazéns; aquisição de empilhadeiras, caminhões e bomba de areia; construção da rede de abastecimento d'água e da rede de energia elétrica.

A construção deste terminal específico para o embarque de cacau tem como objetivo melhorar

as condições de embarque e o conseqüente barateamento do produto.

Já em março de 1969, o Ministro Mário Andreazza inaugurou o molhe de proteção. Em setembro de 1968, foi construída na parte interna da proteção uma ponte provisória de atracação. Com isto, o cacau foi embarcado diretamente nos navios — ao invés de utilizar a operação triplíce: porto-alvarenga-navio — representando uma economia de 78,8% em cada saca embarcada.

A data prevista para a conclusão da primeira etapa é 1º de julho de 1970. A construção prevê três etapas.

Também na Bahia está em construção o terminal de minérios de Campinho, na Baía de Marau, para exportar os minérios balanos. Numa etapa futura, com a aplicação do terminal, serão exportados minérios da hinterlândia que vai até Brasília.

ADUBOS

Importantíssima no setor de terminais foi o início da construção do terminal de adubos para o porto de Santos — Terminal "Cândido Gaffrée" aproveitado o ancoradouro deixado livre pela Petrobrás, que passou a utilizar o porto de São Sebastião.

O terminal está sendo construído na margem esquerda e, como todas as instalações estão na margem direita, haverá necessidade da utilização de um ferry-boat enquanto não é construída a estrada — já programada. Também para o terminal de

Conceiçãozinha serão construídas duas barcaças para o transporte de vagões e caminhões, bem como duas pontes metálicas de atracação para barcaças. Será levada a efeito também a compra e venda de duas lanches ainda em construção e sua posterior transformação em rebocadores, além do fornecimento e montagem de equipamento para instalação de desembarque e estocagem de fertilizantes. O DNPVN tem a seu cargo todo o planejamento e controle de construção e aparelhamento do Terminal "Cândido Gaffrée".

Além da construção desse terminal, o Ministério dos Transportes, através do DNPVN, deu início no porto de Santos a um estudo de viabilidade técnico-econômico para a expansão daquele porto, com o aproveitamento da margem esquerda e à dragagem de aprofundamento do canal de acesso. Também foram iniciadas as obras de ampliação do Cais do Macuco.

SAL

No setor de terminais, não se poderia omitir os terminais salineiros que serão construídos em Macau e Areia Branca, no Rio Grande do Norte, pela Termisa, Sociedade de Economia Mista, da qual o Governo Federal, através do DNPVN, participa com 50%. Tem como objetivo construir e operar os terminais salineiros, visando reduzir o preço do sal — mais caro 2,5% no Brasil do que no estrangeiro. Atualmente, o sal é transportado das salinas para os navios que ficam ao largo, por

meio de barcaças. Com a construção do terminal de Areia Branca, o sal será transportado das salinas para uma ilha artificial e desta para o navio, através de uma esteira rolante. Com a entrada deste terminal em operação, espera-se uma redução de 40% no preço CIF do sal.

RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTO DOS PORTOS

Inicialmente, o Governo da Revolução reconheceu a impossibilidade de um sucesso imediato na recuperação dos portos brasileiros, sem um planejamento global. Partindo de várias experiências-piloto, como a administração indireta dos portos; concessão a entidades privadas ou Governos estaduais; sociedades de economia mista das quais o Governo Federal é o maior acionista, chegou-se a uma política de reequipamento material e administrativo, em termos de adaptação do Programa Estratégico de Desenvolvimento encetado pelo primeiro, executado pelo segundo e em prosseguimento no terceiro Governo da Revolução.

Como órgão incumbido pelo Ministério dos Transportes de traçar e coordenar as diretrizes do setor portuário, o DNPVN tem a seu cargo as entidades de economia mista que já se formaram, bem como a administração dos portos sob responsabilidade do Governo, adaptando-os e saneando-os para o desenvolvimento que, sob a égide da Revolução finalmente chegou ao Brasil.

Na parte de reaparelhamentos, vários portos brasileiros foram e

serão contemplados com a aquisição e montagem de guindastes de Pórtico: Belém, Itaquil, Mucuripe, Cabedelo, Maceió, Salvador, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Pôrto Alegre e Rio Grande.

No pôrto de Salvador, o Ministro Mário Andreazza inaugurou recentemente a recuperação da rede elétrica. O mesmo acontecerá nos portos de Belém e Rio Grande. Dragagens estão sendo efetuadas nos portos de Belém, Recife, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Antonina, Pôrto Alegre e Pelotas.

Prosseguem obras de ampliação do cais em vários portos brasileiros e várias outras obras serão iniciadas neste exercício, destacando-se a construção do novo pôrto de Belém, em Caratateua, com 400 metros de cais, construção do pier petroleiro em Mucuripe e Recife, construção do terminal de "containers" no Pôrto do Rio de Janeiro e aquisição de maior número de guindastes e outros equipamentos para os portos.

Vias Interiores

Não menor foi a atenção dispensada pelo Ministério dos Transportes, através do DNPVN, para o setor das vias interiores, obedecendo a determinação de integrar as vias internas navegáveis no complexo de transportes do País.

Estão sendo realizados pelo DNPVN estudos e levantamentos para a elaboração de um Plano Hidroviário Nacional, englobando

o melhoramento da rede fluvial já navegável e seu prolongamento a novas áreas, bem como a interligação de novas bacias. Para isto, várias obras se encontram em andamento, como a canalização dos rios Tieté e Paraná, em São Paulo e a canalização do rio Jacuí, no Rio Grande do Sul.

Tieté — Paraná

Em 1957, o Governo do Estado de São Paulo iniciou a canalização do rio Tieté, visando o aproveitamento da energia elétrica e o estabelecimento de uma via navegável que unisse a capital do Estado ao trecho navegável de 600 km do Alto Paraná — isolado entre os saltos de Guaíra e Urubupungá. O Governo Revolucionário, compreendendo o alto alcance da hidrovia do Tieté, assinou, através do DNPVN, um convênio com o Estado de São Paulo, objetivando acelerar a conclusão do projeto contribuindo com 50% das despesas necessárias ao término das obras de navegação. As barragens previstas para a navegação no rio Tieté são as seguintes: Ilha Sêca ou Três Irmãos, Rui Barbosa, Promissão, Ibitinga, Bariri, Barra Bonita e Laras.

A barragem de Bariri está completa, inclusive com a eclusa em funcionamento, vencendo um desnível máximo de 25,50m. As barragens de Barra Bonita e Ibitinga estão concluídas. A barragem de Promissão está iniciada e na barragem de Jupiá se processam as obras das eclusas. Não há navegação nos trechos navegáveis porque se encontram isolados.

A atual etapa das obras compreende cerca de 700 km no rio Tieté, desde sua foz até Laranjal Paulista, onde se articulará com o sistema rodo-ferroviário — a cerca de 150 km da Grande São Paulo. Em uma futura etapa, a navegação será levada até o centro da cidade de São Paulo.

Com a construção das barragens de Jupia e Ilha Solteira, a navegação atingirá o Triângulo Mineiro.

Canal — Jacuí — Ibicuí

O canal Jacuí-Ibicuí faz parte da hidrovia transversal gaúcha que visa integrar a região do rio Ibicuí aos portos da Lagoa dos Patos. Compreende os rios Jacuí que desemboca em frente a Porto Alegre, Ibicuí, afluente do rio Uruguai, e o trecho de interligação, que abrange o divisor de águas, considerado desde a foz do rio Vacacaí, no Jacuí, até a foz do rio Santa Maria, no Ibicuí.

Os rios Jacuí e Ibicuí são navegáveis, exceto nos períodos de estiagem e a canalização do Jacuí visa torná-lo permanentemente navegável até a afluência com o Vacacaí.

Esta canalização é constituída por um sistema de três barragens móveis, para fins exclusivos de navegação. São elas: Fandangó (próxima à cidade de Cachoeira), Anel de Dom Marco (próxima à cidade de Rio Pardo) e Amarópolis. A primeira foi concluída em 1938, a segunda está em vias de conclusão, devendo ser inaugurada este ano. A de Amarópolis já está projetada, devendo ser iniciada neste exercício.

Com este conjunto de barragens, o rio Jacuí ficará francamente navegável para embarcações de 2,5 metros de calado, ao longo de 300 km, e a baixo custo.

No segundo trecho, com 200 km, — o mais difícil e de custo mais elevado — o DNPNV já realizou estudos hidrológicos, topográficos e de uso da terra, estando em elaboração o anteprojeto preliminar a ser concluído em 1971.

Os fatos comprovam o que a Revolução realizou no setor de portos e vias interiores, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Uma revolução feita com obras e não com palavras.

“Seja como fôr temos de enfrentar o problema da formação e composição do Legislativo. Não é só a colaboração na tarefa de legislar que é indispensável. A “oposição de sua majestade” o é igualmente.”

E. GUDIN

SOLICITAÇÃO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

O DESENVOLVIMENTO DE UMA REGIÃO

3.º Sgt

CELSO SANTANA DE LIZ

Tendo-se sempre em mente que de pouco em pouco formamos um todo, e que este todo poderá vir a formar o Brasil Grande que tanto almejamos após a revolução, apresento para o conhecimento de todos os brasileiros através desta revista, o que poderíamos chamar de Revolução Pré-Industrial, onde a corrida em busca de localização para as suas indústrias se faz sentir por parte dos grandes industriais brasileiros e mesmo estrangeiros, nesta fase de uma febre ardente de progresso que visam concretizar de todo as aspirações da Revolução de 31 de março. Lages, Estado de Santa Catarina, região formadora do Planalto Catarinense, cidade situada em um entrocamento rôdo-ferroviário, contando com aproximadamente 90.000 habitantes, beneficiada com importantes rodovias como a Br 116 e a Br 282 em fase de implantação por parte do 2º Batalhão Rodoviário e beneficiada também com o Tronco Sul, ferrovia de vital importância para o sul brasileiro, e, a cidade que acima mencionamos se constitui hoje em um dos locais preferenciais para a localização de muitas indústrias, em face do fácil sistema de escoamento da produção e da abundante energia

elétrica, hoje muito bem servida pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Além de muitas indústrias em fase de estudos preliminares e de escolhas de locais para suas futuras instalações, já existem em Lages, várias indústrias que exploram uma das principais riquezas da região serrana de Santa Catarina que é a madeira e como exemplo temos a Papel e Celulose Catarinense Sociedade Anônima, conjunto industrial de 150 milhões de cruzeiros novos, em fase final de construção, com 10.000 toneladas de equipamentos, 700.000 m2 de área industrial e 40.000 m2 de área construída

Um dos maiores empreendimentos de capitais privados atualmente sendo executados no País. Patrocinou o projeto e é seu maior acionista o grupo Klabin, pioneiro da indústria de celulose no Brasil. Participam ainda do capital da empresa o grupo Monteiro Aranha, a Corporação Financeira Internacional (IFC) filiado ao Banco Mundial e a Adela, e financiam o projeto, consorciados sob a liderança do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, além do próprio BNDE, a IFC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A produção inicial será de 60.000 toneladas anuais de celulose e papel Kraft, natural e branqueado, produtos essenciais para a confecção de embalagens de alta resistência, tais como sacos multifoliados para cimentos, cereais, rações, fertilizantes e produtos químicos.

Empregará diretamente 650 operários e funcionários nos seus serviços industriais e oferecerá oportunidade de trabalho a mais outras 1.500 famílias nos seus serviços florestais e auxiliares. O seu faturamento anual é estimado em NCr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros novos).

Outra importante contribuição sócio-econômica à região é a influência da empresa na racionalização da exploração florestal, pela utilização no seu processo industrial dos resíduos das serrarias, pelo integral aproveitamento dos recursos florestais da

região e a sua recuperação pelo reflorestamento.

Registrada como reflorestadora no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBDF) introduziu com muito sucesso o reflorestamento para terceiros, que aplicam nesses serviços recursos atenuantes do imposto de renda. Em 1968 reflorestou nessa modalidade 700 hectares, em 1969 900 hectares e executou o preparo de terra de outros 800 hectares e o seu programa para 1970 será de 2.000 hectares.

A empresa visa com esse serviço assegurar suas futuras fontes de matéria-prima fibrosa proporcionando aos proprietários de terras, rendoso aproveitamento de áreas pouco produtivas, e auxiliando com isto o desenvolvimento de um Brasil que caminha, em mãos firmes, a passos largos para o lugar que lhe é reservado entre as grandes nações do mundo.

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Cap Art
A. MACHADO DE PAIVA
Instrutor da EsIE

*"Se os teus projetos são para um ano, semeia o grão
Se são para dez anos, planta uma árvore.
Se são para cem anos, instrui o povo.
Semeando uma vez o grão, colherás uma vez.
Plantando uma árvore, colherás dez vezes.
Instruindo o povo, colherás cem vezes."*

KUAN-TZU

1 — Introdução

"Para as sociedades, como para os homens, não há nascimento sem desafio. O progresso é uma batalha, tal como a vida é um combate. Essas evidências nunca foram perdidas de vista, porque a história das sociedades humanas, até ao presente, mal se distinguem da história militar". Com essas palavras, Jean-Jacques Servan-Schreiber inicia o capítulo onde expõe, com raro brilhantismo, as conclusões a que chega no seu mundialmente famoso livro "O Desafio Americano".

Tal assertiva é também e sobremaneira válida para o problema maior que está a exigir no nosso país, há longo tempo, solução definitiva e coerente, problema que ultrapassa seus limites naturais e entra no próprio campo da Seguranga Nacional.

Falar-se em história da educação brasileira significa, em verdade discorrer sobre a própria história nacional, já que ela não se define em termos autônomos, mas, muito pelo contrário, se apresenta como junção de inumeráveis aspectos da vida coletiva. Há que situá-la em um sistema político, em uma organização econômica, em uma estrutura religiosa, em um processo natural que lhe explique a origem e o destino, as condições de existência, continuidade e aperfeiçoamento.

Se há, nos dias atuais, um problema de capital importância a desafiar a inteligência e a capacidade do governo, este problema, este desafio, aos brasileiros é, sem sombra de dúvidas, o desafio da educação. E julgamos que uma compreensão nítida desse desafio e das possíveis soluções que comporte, encontra-se na compreensão e no estudo de suas raízes mais profundas e, em particular, na

evolução histórica da educação no Brasil, principalmente no período monárquico, quando se inicia como um processo regulador dos valores que devam subsistir ou mudar, segundo as novas condições impostas pela vida social.

Nos seus termos mais amplos, o problema da educação nacional é substancialmente político-social. E só através de uma visão da evolução histórica do país, particularmente no período compreendido entre 1808 e 1889, com suas naturais heranças da época colonial, e consequências inevitáveis na República, poderemos partir para soluções em bases realísticas e realmente válidas para o Brasil.

2 — Aspectos Gerais

2.1 — Fundamentos geográficos

"A base territorial de nossa nacionalidade como condição instrumental de seu povo e de suas instituições apresenta certas características que contribuem para a existência de uma civilização brasileira na América Latina", afirma Alceu Amoroso Lima em uma brilhante análise sociológica.

Realmente, apresentando fronteiras naturais que explicam até certo ponto a nota característica de nossa formação histórica, formam essas lindes uma moldura natural, dentro do qual se levanta um planalto, o mais antigo do continente, que corrige, em grande parte, pela altura, a inclemência do clima tropical.

Sua enorme extensão cria para o país zonas geográficas distintas, exigindo do homem um esforço de adaptação considerável.

A Serra do Mar que se estende praticamente do Cabo de S. Roque (Rio Grande do Norte) à Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul), ora se aproximando da costa atlântica ora dela se afastando, mas sempre acompanhando-a como uma muralha entre o mar e o interior do país, constituiu, no início da ocupação e povoamento do Brasil sério obstáculo à penetração para o Oeste. Limitou-se o povoamento, por isso, durante mais de um século, à faixa entre a montanha e o mar. Por outro lado, a arrancada para o Oeste empreendida no século XVII, através das bacias do Amazonas e do Prata e a descoberta do ouro e pedras preciosas no século seguinte, em Minas, Goiás e Mato Grosso, tornou vasto o país e fez surgirem civilizações esplêndidas para os padrões da época, no interior, mas de natureza efêmera, sem a fixação que conduz à prosperidade e ao progresso constantes.

Os fundamentos geográficos contribuíram, destarte, para a má distribuição da população, o que constitui, não há como negar-se, fator negativo para a evolução equilibrada e homogênea do país.

2.2 — Fundamentos históricos

A evolução social e econômica do Brasil está inexoravelmente presa às contingências do seu descobrimento, às particularidades da ocupação e povoamento do território e ao seu desenvolvimento político.

Descoberto em 1500, só trinta e dois anos depois, trata a coroa portuguesa de estabelecer na cos-

ta brasileira um núcleo permanente de população. A tentativa das Capitanias Hereditárias, dois anos depois, deixou, embora com resultados gerais muito fracos, sólida-mente instalados no litoral, três importantes pontos de apoio para a futura conquista e ocupação do Brasil. São Vicente, Salvador e Pernambuco, de modo que, pouco mais de um século após, o meridiano de Tordesilhas já havia sido definitivamente empurrado até o sopé dos Andes. Para isso foram fatores básicos não só a Reunião das duas coroas Ibéricas de 1580 a 1640, como também, o desinteresse da Espanha pelo litoral atlântico, a extraordinária Rede hidrográfica do Amazonas e do Prata, a obra desenvolvida pelos Jesuítas, a obediência e respeito dos súditos portugueses na América às ordens de Portugal, a par do espírito ambicioso, intrepidez e coragem do lusitano. Assim, o segundo século de nossa história é o grande século do período do Brasil-Colônia. Expandem-se os portugueses, integrando o domínio pela conquista de todo o litoral até o Amazonas e para oeste através do inolvidável trabalho dos bandeirantes. A terra é defendida contra as pretensões de outras potências, em particular franceses e holandeses, iniciando-se a formação do nosso espírito nacional, através de suas primeiras manifestações. O século que se segue pode muito bem ser chamado o século do ouro, com a descoberta das minas que faz cessar o movimento das grandes bandeiras, levanta o espírito dos colonos e faz aparecer imperioso o sentimento da terra e as primeiras aspirações formais de inde-

No século XIX, iniciado com a vinda da família real para o Brasil e suas conseqüências de tão grande importância política, terão lugar os grandes acontecimentos que, passando por Pedro I e Pedro II, culminarão com as reformas políticas e sociais e o advento da República.

2.3 — O homem e as instituições

É de todo oportuno, agora, vistos já os fundamentos geográficos e históricos, que tracemos, ainda que em largas pinceladas, um quadro geral do homem brasileiro, suas características psico-sociais, e das instituições principais nas quais ele se vem amparando através da nossa história.

Ainda que concordando com Antônio Callado quando afirma que "não se cristalizou a figura do brasileiro, nem de longe, como se cristalizou a do francês, do inglês, do americano ou do russo", não se poderá negar que, em média, e como resultado do pluralismo étnico e cultural que ocorreu com toda a América Latina, o homem brasileiro, resultante de uma tripla miscigenação, não formando ainda uma raça brasileira, do ponto de vista biológico, apresenta como qualidades, segundo Amaro Lima, o espírito de conciliação e bondade, o sentido doméstico, o amor à cultura, a qualidade de aprender, a polidez, a docilidade e a habilidade, qualidades essas que contrabalançam nossos defeitos de superficialidade, imprevidência, inconstância, amadorismo, precocidade exagerada, sentimentalismo, impaciência e fragilidade orgânica.

No que tange às instituições, o Brasil partiu de uma civilização tipicamente institucional, na direção de uma civilização predominantemente individualista em que a tendência libertária teve nítida vitória sobre a pressão das instituições primitivas, bem como todas as formas de autoritarismo.

Da nossa estrutura social, predomina a família, influenciada pela religião católica, "primeira instituição que se implantou no Brasil, partindo de uma base lusitana para se adaptar a algumas feições que o ambiente lhe foi dando". A Pátria — como bem disse Rui Barbosa — é a família amplificada. É a família divinamente constituída, tem por elementos orgânicos, a fé, a honra, a disciplina e a benquerença. Multiplicai a célula e tendes o organismo, multiplicai a família e tendes a Pátria".

O conteúdo institucional de nossa civilização teve sempre na família o mais forte apoio.

Partindo dessa família, a estratificação social no Brasil tem acompanhado os diversos ciclos da nossa evolução econômica. A sociedade, em princípio, constituiu-se em função da propriedade rural, com um regime patriarcal baseado no latifúndio, surgindo os grandes proprietários de um lado e os trabalhadores servís, do outro. Com a mineração desenvolveu-se a vida urbana, favorecendo o aparecimento da pequena burguesia. O café expandiu a urbanização e fortificou a classe média, permitindo ainda a capitalização necessária ao parque industrial, fazendo surgir o ciclo da industrialização, e corporificando o apa-

recimento da pequena burguesia que se transformou em força ponderável ao lado da classe média.

2.4 — *A educação no Período Colonial*

A história da educação no Brasil inicia-se em 1549, com a chegada dos padres jesuítas, que lançam as bases de um vasto sistema educacional que se expande gradativamente com a própria expansão territorial da colônia.

Por mais de dois séculos foram quase os únicos educadores do Brasil, formando a grande maioria de um quadro educacional que se completava com algumas iniciativas escolares de franciscanos, beneditinos e carmelitas, além de quatro seminários episcopais fundados na primeira metade do século XVIII e mais duas Escolas de Artilharia.

Onde quer que existissem conventos, lá surgiam as chamadas escolas elementares onde, afora os índios, eram instruídos os filhos dos colonos. Desagregavam a cultura nativa graças à sua substituição pelas idéias que incutiam, encontrando nos senhores de engenho, por outro lado, cuja autoridade se exercia não só sobre os escravos como sobre suas esposas e filhos, a única força que se opunha a sua ação educadora.

Moldada pela metrópole, a educação jesuítica caracterizou-se por ser humanista por excelência, dando ênfase às atividades literárias e acadêmicas, em detrimento das atividades técnicas e científicas. Tal fato trará para a educação no Brasil consequências que perderam, infelizmente para nós, até hoje.

A educação no Brasil-Colônia era permitida por Portugal com um único objetivo: Assegurar a submissão total da colônia e tal objetivo era plenamente atingido através da educação dos jesuítas que davam grande importância ao respeito à autoridade.

Na primeira metade do século XVIII, quando o trabalho educacional dos jesuítas atingia sua maior expansão, o Papa Clemente XIV decretou a extinção da Companhia de Jesus, acusada de desvirtuar a Ordem e ambicionar poder e riqueza. Assim, em 1759, no reinado de D. José I, sendo Ministro o Marquês de Pombal, foram os jesuítas expulsos de todos os territórios portugueses. Para o Brasil tal fato deu em consequência, a criação de uma grande lacuna no ensino. Contávamos, então, com 200.000 habitantes, esparsos em povoados de fraca população e as providências tomadas para preencher o vazio aberto tardaram 13 anos.

Lentamente surgiram escolas leigas e públicas e tão lentamente surgiram que, em 1777, em todo o território, eram apenas 42. No grau médio instituíram-se as chamadas aulas-régias, escolas de disciplinas isoladas como gramática latina, grego e retórica. O currículo continuava destarte, humanístico por excelência.

Até a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil o que há, portanto, é um período de desagregação e decadência, embora se possa registrar uma inovação em 1800, com o Seminário de Olinda, com nova direção realista que representa a primeira repercussão no Brasil da reforma universitária

registrada em Coimbra e das idéias liberais da filosofia irradiada pela França.

2.5 — O Legado de D. João

A fim de prover as necessidades que a mudança da Corte criava, modificou-se com o Príncipe Regente a política educacional do governo lusitano. Fundaram-se a Academia Real de Marinha (1808) a Academia Real Militar (1810) hoje denominada Academia Militar das Agulhas Negras, cursos médico-cirúrgicos na Bahia (1808) e no Rio de Janeiro (1809) além de cursos de agricultura, química, economia política. Criou-se a Imprensa Régia (1808), o Museu Real (1818), o Jardim Botânico (1810), a Biblioteca Pública (1810). Também deixou traços marcantes em nossa cultura a vinda de uma Missão Artística Francesa (1816) cuja principal consequência foi a fundação em 1820 da atual Escola Nacional de Belas Artes.

Nasceu assim, em nosso país, o ensino superior, pelo menos no Rio e na Bahia, embora o resto da Colônia continuasse mergulhado no mesmo atraso anterior.

O regresso de D. João para Portugal, em 1821, deu origem a uma contramarcha para o regime colonial, que os brasileiros não tolerariam com o desenlace de 7 de Setembro.

3 — A Educação no Império

3.1 — Generalidades

Com a proclamação da Independência e a fundação do Império em 1822, iniciou-se para o Brasil um novo período para a história da educação nacional.

O Império começava sua vida, herdando, já o vimos através dos fundamentos históricos e geográficos e das características psicossociais do homem brasileiro e das suas instituições, um território imenso, com uma população de quatro e meio milhões de habitantes, de espírito nitidamente libertário, onde a influência religiosa, particularmente a dos jesuítas, se fazia sentir intensamente.

As bases educacionais da nação eram as que nos havia legado o período colonial, com seus pontos positivos e negativos, enquanto a tradição do ensino, excessivamente literário, só com as escolas criadas em 1808 começaria a ser rompido.

Será, portanto, partindo desse nanorrama geral que procuramos esboçar, aliado às novas idéias pedagógicas surgidas com a Revolução Francesa, em particular a muito em voga educação popular, que a Assembléia Constituinte irá iniciar seus debates sobre tão grave problema nacional.

3.2 — *As primeiras leis sobre educação*

Ainda em 1822, a Assembléia Constituinte, através da lei que na prática nunca chegou a ser eficiente, estabelecia que se criassem escolas primárias em todas as cidades, vilas e povoados e estabelecimentos secundários nos locais com maior população. Criaram-se também, nessa época, cursos de Direito no Convento de S. Francisco, em São Paulo e no Mosteiro de S. Bento, em Olinda, que viriam a exercer importante papel na vida cultural do país.

O ensino primário, privilégio até então do Estado, com a Lei de 20 de outubro de 1823, ficara livre, a par ainda de, indiretamente, solicitar à iniciativa privada o esforço de colaboração que viesse suplementar as grandes deficiências do ensino público. Um sistema de educação nacional, entretanto, só surgiria em 1827. Pela Lei de 18 de outubro desse ano, as escolas seriam separadas quanto ao sexo das crianças, os professores seriam vitalícios, ingressando no magistério por concurso público e percebendo vencimentos entre duzentos e quinhentos mil réis ... por ano.

O currículo era composto, basicamente de:

- Leitura
- Linguagem
- Aritmética (quatro operações, decimais e proporções)
- Geometria prática
- Moral e doutrina cristã.

Para texto de leitura usar-se-iam a Constituição de 1824 e compêndios de história. Nas Escolas para meninas, ao invés de geometria, aparecia as "prendas que servem à economia doméstica".

Já que falamos na Lei Magna outorgada em 1824, que dizia ela sobre o problema da educação? Muito pouco.

O item 32 do artigo 179 declarava: "A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos". O item 33 do mesmo artigo afirmava: "Nos colégios e universidades serão ensinados os elementos das ciências, belas-artes e artes".

A lei de 15 de outubro, portanto, veio, não complementar, mas prã-

ticamente instituir as bases da educação. Pena que tenha sido cumprida muito precariamente, principalmente pela dificuldade de realmente atingir todos os núcleos de povoamento amplamente dispersos por um país de tão grande extensão territorial e onde a formação do professorado era nitidamente deficiente. A primeira escola normal foi a de Niterói, fundada em 1830; só em 1836 criou-se a da Bahia, em 1839 a do Pará, em 1845 no Ceará, em 1870 no Rio Grande do Sul, em 1876 em Mato Grosso, em 1881 em Goiás. Não é de surpreender, portanto, que quarenta anos após sua publicação, de uma população de 1.200.000 crianças em idade escolar primária, somente da ordem de 100.000 tivessem sido matriculadas.

3.3 — *A educação durante a Regência*

Merece destaque especial a história da educação brasileira durante os inquietos nove anos da Regência (1831-1840), já que é nesse período que ocorre, com o chamado Ato Adicional de 12 de Agosto de 1834, o acontecimento que determinou efeitos mais duradouros e amplos. O parágrafo 2.º do artigo 10 estabelecia que as Assembleias Provinciais, cujas decisões tinham força de lei, poderiam legislar "sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral".

Ocorreu, destarte, uma quebra de unidade no sistema educacional, em formação desde D. João, descentralizando-se o ensino básico, que passou a contar com dois sistemas, o federal e o provincial, ambos necessariamente incompletos pois ao primeiro faltava o apoio das escolas primárias e secundárias e ao segundo o complemento das escolas superiores. Acrescente-se, ainda, que predominou uma interpretação errônea, segundo a qual a educação elementar se tornaria privativa das províncias, cabendo ao governo central o ensino secundário e superior. Decorre daí o debate, até hoje existente, entre centralizadores e descentralizadores da administração do ensino, predominando nos dias de hoje a tendência descentralizadora, com resultados ainda não muito positivos.

Durante esse período, os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro se estruturaram em Faculdades (1832), as Academias Militar e Naval se fundem em 1832 para se separar no ano seguinte, o famoso seminário de Olinda se transforma em Colégio Preparatório de Artes e o antigo Seminário S. Joaquim que se fundara com o nome de S. Pedro, em 1739, transforma-se em estabelecimento imperial de grau médio para constituir o tradicional Colégio Pedro II, em 2 de dezembro de 1837.

3.4 — *A educação durante o II Reinado*

Embora o Imperador Pedro II tenha estimulado, pessoalmente, e sob várias formas as ciências, letras e artes do país, facilitando

viagens de estudantes ao exterior, custeando instituições culturais e publicando diversas obras, sua política educacional no governo não esteve, nunca, em harmonia com sua atitude pessoal. O governo que se inaugurou com a Maioridade, continuou baseando-se na orientação ditada pelo Ato Adicional a que já nos referimos, limitando as suas atividades ao Município Neutro e deixando às províncias a responsabilidade pelo ensino elementar. A rigor, o Colégio Pedro II foi a única instituição cultural fundada durante o Império (já o vimos, durante a regência, em 1837) e reformado em 1841, com o desenvolvimento do ensino de línguas vivas (francês e inglês), incremento do latim, que passou de 4 para 7 anos, surgimento do estudo de alemão, enquanto reduzia-se o estudo das ciências de quatro para três anos.

Tais modificações apenas serviam para mostrar a grande influência que o ensino de humanidades, desenvolvido pelos jesuítas, à luz de Coimbra ainda exercia (e exerce) na educação brasileira. Além disso, o regime escravista em que o trabalho manual era considerado desonroso, desprezava o ensino técnico e descuidava da instrução popular, dando grande ênfase à educação literária e retórica das elites.

Na Corte, o ensino primário era obrigatório, com matrícula entre 5 e 15 anos de idade, vedada aos escravos, compondo o currículo a instrução moral e religiosa, leitura e escrita, gramática, aritmética, sistemas de pesos e medidas, com bordados e trabalhos de agulha para as meninas, podendo ain-

da ser acrescido de história e geografia. Estudavam-se, ainda, princípios de ciências físicas e naturais, percebendo um professor entre 10000\$000 e 1400\$000 por ano.

A evolução da educação prosseguiu lenta, registrando-se apenas a reforma de Luiz Pedreira de Couto Ferraz que, restringindo-se apenas às escolas da capital do Império, não teve muita importância na evolução da educação nacional.

Em 1848 é fundado pelo maestro Francisco Manuel da Silva, o Conservatório Nacional de Música, atual Escola Nacional de Música. Em 1842, após 83 anos de ausência, retornavam ao Brasil os jesuítas que fundam colégios em São Paulo e Rio Grande do Sul. No ensino superior, o fato marcante foi o desdobramento da Escola Militar, em Escola Central e Escola Militar de Aplicação. Na primeira existiam dois ciclos, um de matemática e ciências físico-naturais e outro de engenharia civil. Os alunos que se destinavam à carreira das armas deveriam cursar o primeiro ciclo da Escola Central indo depois para a Escola Militar de Aplicação. Os que seguiam os dois ciclos eram diplomados engenheiros civis.

Em 1864 era esta matrícula no ensino superior e secundário:

Faculdade de Direito ..	—	826
Faculdade de Medicina —		294
Escola Central	—	154
Escola Militar e de		
Aplicação	—	109
Ensino Secundário ...	—	8.600

Ao final da Guerra do Paraguai, com uma população de 8,5

milhões de habitantes, contávamos com 3.500 escolas primárias públicas.

O declínio do Império após a Guerra da Tríplice Aliança com a efervescência de novas idéias, no Brasil e no mundo, teriam forçosamente de criar reflexos na educação. "A filosofia católica e coletiva, que eram dominantes, recebem o impacto do pensamento contiano e das idéias evolucionistas. Ao romantismo literário vão suceder o naturalismo e a poesia parnasiana. Em vez de José de Alencar, Aluísio de Azevedo. Em vez de Gonçalves Dias, Raimundo Correia... E a opinião pública é agitada por episódios que empolgam: A questão religiosa, as reformas eleitorais, a campanha da abolição; enfim, a questão militar. Os últimos vinte anos da monarquia são efervescente, de imprevistos, de renovação, de contrastes".

Os principais fatos poderão ser assim sintetizados:

- Em 1883 reúne-se um Congresso de Instrução que examina as necessidades nacionais e formula planos de ensino para o Brasil, em todos os graus.
- Em 1880 funda-se a Escola Normal da Corte.
- Reformas de ensino pelo ministério que governa de 1871 a 1876, presidido pelo Visconde de Rio Branco.
- Influência dos métodos norte-americanos de ensino, com a fundação da Escola Americana (1870), Mackenzie College (1880), Colégio Americano (1885), em Porto Alegre.

- Criação da Escola Politécnica e de Minas de Ouro Preto.
- A Escola Central se desliga definitivamente da Escola Militar, em 1874 dando origem a atual Escola Nacional de Engenharia.
- Reforma de Carlos Leoncio de Carvalho, com a qual transformam-se os órgãos de administração do ensino e que estabeleceu normas para o ensino secundário e superior em todo o país.
- No ensino secundário, desaparecia a antiga proibição quanto aos escravos sofrendo o currículo alterações e aparecendo os Jardins de Infância.
- É autorizada a existência de faculdades superiores livres, desde que ensinem o mínimo de matérias das faculdades oficiais e mediante a inspeção anual de comissários. Não será preciso ser aluno de uma faculdade para prestar exame; bastará requerê-los.

Malgrado todos os impulsos renovadores desse período, a educação popular continuou deficiente. Em 1888, com uma população de 14 milhões de habitantes, a matrícula nas escolas primárias não passava de 250.000 alunos, ou seja da sétima parte da população na idade escolar.

A última criação escolar da Monarquia foi o Colégio Militar, em 1889. Nesse ano, ainda, o Imperador sugeria a criação de um Ministério da Instrução, de escolas técnicas, universidades, faculdades de ciências e letras. Tais instituições só apareceriam com a República, muito lentamente a ponto de as faculdades de Filosofia só

apareceram 50 anos depois da última fala do trono.

4 — Conclusões

Com a proclamação da República, a política educacional não se modificou, pelo menos até a 1.ª Guerra Mundial. O positivismo influenciou as novas gerações de oficiais formados pela Escola Militar, enquanto a separação entre a Igreja e o Estado relegou a influência do Clero a segundo plano.

No ensino secundário, as transformações econômicas e a expansão dos centros urbanos, após o 1.º conflito mundial, abriram caminhos para a reforma iniciada com Antônio Sampaio Dória em 1920.

A revolução de 1930, facilitando a circulação de idéias novas, deu origem ao Ministério da Educação e Saúde, reorganizou o ensino secundário, criando em 1934 a primeira universidade em São Paulo.

A Carta Constitucional de 1937 manteve-se com o caráter gratuito e compulsório do ensino primário, preocupando-se sobretudo, com a instrução vocacional. Daí em diante, só em 1946 foram fixadas as bases para um novo sistema educacional. Em 1948 foi apresentado um projeto de Diretrizes e Bases de Educação Nacional que, exaustivamente debatido, foi abandonado em 1957. Finalmente em 1961 o Congresso aprovou um terceiro substitutivo.

Assim, o sistema educacional brasileiro, a partir da descentralização estabelecida pelo Ato Adicional de 1834, evoluiu no sentido de outra centralização que se consubstanciou com a criação de um Ministério de Educação e o próprio substitutivo Carlos Lacerda apenas se limitou a regulamentar, com algumas inovações, o sistema em vigor no país.

A educação hoje mais do que nunca, em um mundo que evolui em um ritmo nunca dantes conhecido, é um problema nacional que está a exigir soluções nacionais e urgentes. Sua finalidade, já muito bem disse Jacques Maritain "é a de guiar o homem no dinamismo crescente, por meio do qual ele se torna uma pessoa humana, dotada de conhecimentos, de capacidade julgadora e virtudes morais". Tais objetivos só serão atingidos, só serão obtidos a plasmação das atitudes, a formação do caráter e a formulação de uma filosofia de vida compatíveis com as nossas características psicossociais, se o problema fôr estudado e analisado, partindo-se de um hoje, que se alicerce no núcleo formador do problema, sem dúvida encontrado na época do Império.

Somente embalados nos conhecimentos da história, particularmente da monarquia onde nasceram as tendências positivas e negativas do problema, poderemos obter as vitórias do presente e do futuro.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL HOJE — Afonso Arinos e Antônio Callado. Enciclopédia Bloch n.º 12 — Abril de 1968
- ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE — As Instituições. — Prof. Manuel Diégues Júnior — A Defesa Nacional n.º 620 — Jul/Agº 68

- CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFASAGEM, NO BRASIL, DA FRONTEIRA ECONÔMICA, EM RELAÇÃO A GEOGRÁFICA — Cel Tasso Villar — EsIE
- A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA — Guerra Revolucionária — Equipe da EsIE — 1968
- INTERPRETAÇÃO DOS INTERESSES E ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO — Análise Sociológica — Alceu Amoroso Lima — Revista Brasileira de Geografia — Jan/Mar de 1964
- A POPULAÇÃO LATINO AMERICANA — 1.^a PARTE — Gen Flamarion Barreto Lima — EsCEME — 1967
- EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO IMPÉRIO — A Abolição e a República — Ten Cel Ney R. Rezende — EsCEME — 1967
- CONSTITUIÇÕES DO BRASIL — Organização de Fernando Mendes de Almeida — Edições Saraiva — 1961
- A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO IMPÉRIO E REPÚBLICA — Prof Raul Bitencourt — Jornal do Comércio — 1953
- HISTÓRIA DO BRASIL — Rocha Pombo — Ed Melhoramentos — 1958
- A EDUCAÇÃO NACIONAL — Prof Lourenço Filho — DIP/1942
- EDUCAÇÃO NO BRASIL — Enciclopédia Barsa — 1968
- O DESAFIO AMERICANO — Jean-Jacques Servan-Schreiber — Bib Exército — 1968
- ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DE ADOLESCENTES — Maria Junqueira Schmidt — Mensário de Cultura Militar — 1961
- POMBAL, OS JESUÍTAS E O BRASIL — Ignácio José Veríssimo — 1961
- EDUCAÇÃO — Diagnóstico Preliminar — EPEA — 1966
- RUMOS DA EDUCAÇÃO — Jacques Maritain — Agir Editôra — 1959

SOLICITAÇÃO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

VITALIDADE X EXPERIÊNCIA

Ten Cel
NEY EICHLER CARDOSO

O Exército deve tornar-se centro de uma corrente de idéias largas e livres, discutidas sem preconceitos e sem a intervenção peremptória da injunção hierárquica, por que a imaginação criadora não é monopólio de nenhum escalão.

Gen DE LATTRE DE TASSIGNY

1 Introdução

O rejuvenescimento dos quadros sempre constituiu um tema polêmico, cuja abordagem, sob os mais variados ângulos, as gerações militares do após-guerra assistiram desde a roda do cafêzinho até a reunião de Estado-Maior. A década sessenta, além disso, parece revelar uma frustração maior dos escalões mais baixos da hierarquia, em qualquer ocasião em que o assunto venha à baila. Apontam-se diversas causas: entupimento dos quadros nos postos superiores com a conseqüente "longa espera dos capitães, contraste com as elites dirigentes empresariais, confronto das gerações devido à aceleração da história, advento do poder jovem etc.

E a dúvida nos assalta.

Serão elas reais ou apenas reflexos de um estado de espírito e de preconceitos que levam o jovem a arranhar, apenas, a superfície do problema?

E mais ainda: haverá mesmo envelhecimento dos quadros, em termos de instituição militar?

Por ocasião da Oitava Conferência dos Exércitos Americanos, realizada na EsCEME em 1968, chamou-nos a atenção a relativa pouca idade dos representantes dos Exércitos latino-americanos ali presentes. Foi a chama no estopim e o levantamento etário e de carreira conduziu-nos ao quadro abaixo e a este trabalho que pretende uma análise do clássico dilema — experiência x vitalidade — como uma contribuição à corrente de idéias que deve fluir nas organizações sem imobilismo.

Qd 1 — IDADE DA PROMOÇÃO AO PÓSTO ATUAL

(Representantes à VIII CEA)

PAÍS (a)	PÓSTO	FUNÇÃO	IDADE DA PROMOÇÃO AO PÓSTO ATUAL
Argentina	Gen Ex	Cmt-em-Chefe do Exército	50
	Gen Bda	Chefe da 5. ^a Seção	44
Bolívia	Gen Bda	Cmt-Geral do Exército	47
Chile	Gen Ex	Cmt-em-Chefe do Exército	56
	Gen Bda	Chefe da 2. ^a Seção	55
Colômbia	Gen Div	Cmt do Exército	46
Guatemala	Gen Bda	Ministro da Defesa	46
Nicarágua	Gen Bda	Chefe do EM da Guarda Nacional	56
Paraguai	Gen Div	Ministro da Defesa-Chefe EM	55
	Gen Bda	Sub-Chefe do EMFA	41
Peru	Gen Div	Inspetor-Geral do Exército	52
	Gen Bda	Chefe das Informações	51
Rep. Dominicana	Gen Bda	Chefe do Estado-Maior	52
Uruguai	Gen	*Inspetor-Geral do Exército	56
Venezuela	Gen Bda	Cmt-Geral do Exército	44

(a) Sòmente os latino-americanos e cujos representantes eram oficiais-generais.

2. Algumas idéias sôbre a velhice

Montesquieu desabafou certa vez: "Que miserável a condição humana! Mal o espírito chega a seu pleno desenvolvimento, o corpo começa a declinar".

Na realidade, se os modernos estudos sôbre a evolução do homem demonstraram que o ocaso fisiológico começa até antes do que se imaginava, por outro lado, os progressos da gerontologia retiraram daquelas palavras a tônica da frustração. A velhice é uma fase da existência, com seus próprios valores e limitações. O problema está numa preparação individual e coletiva para ela que evite o radicalismo, seja de pugnar por uma gerontocracia, seja de reinstaurar o uso do "mawle" sagrado do Museu Nacional de Estocolmo, com que o filho matava o pai ao atingir 70 anos.

E uma primeira pergunta: quem é velho?

Atualmente nos países desenvolvidos, é o que passa dos 65 anos de idade. Refere-se à figura estatística que se chama — o homem médio — submetido a condições sócio-econômicas que lhe não permitem o encurtamento da vida pela desnutrição e más condições sanitárias e de trabalho. Será válido aceitar essa idade para uma América Latina com uma vida média de 57 anos, sabendo-se que é oriunda de pesquisas da

quarta parte desenvolvida da humanidade, com esperança de vida em torno dos 70?

Espantou-nos ver o descompasso entre a pouca idade e o desgaste aparente das índias carajás. Em contrapartida, é célebre a saúde e a longevidade dos habitantes do vale do Hunza, no subdesenvolvido Paquistão Ocidental, e a imprensa, volta e meia, trata dos camponeses macróbios da Bulgária e de algumas repúblicas soviéticas, também não muito desenvolvidas.

E, jogando mais lenha na fogueira, se o desenvolvimento trouxe melhores condições físicas, não trouxe também falta de exercícios e tensão, fatores de envelhecimento?

Recordo sempre o testemunho daquele médico de Estalingrado sobre a "doença do VI Exército". Soldados que morriam sem causa aparente e que lavaram a organizada Wehrmacht a trazer um especialista da Alemanha para autopsiá-los, mesmo durante o cerco. Corações de velhos em corpos de jovens, foi o resultado. A subnutrição e o frio eram fatores de pouca monta em relação à tensão destruidora daqueles meses de combate.

Nos Estados Unidos, a vida média é de 66,7 anos o que lhe dá a 24.^a colocação nas estatísticas, em contraste com seu 1.^o lugar em desenvolvimento. A tensão da civilização pós-industrial é acusada do fato que fez com que a esperança de vida do homem americano pouco se elevasse desde 1940.

Os diferentes argumentos levam-nos, assim, a aceitar para o caso brasileiro, na falta de melhor base, uma velhice se caracterizando aos 65 anos, o que não impede, contudo, que aceitemos fatos, às vezes contundentes, do declínio físico e psicológico a partir de muito antes.

3. Idade e mudanças fisiológicas

O lento processo de evolução e involução do organismo não se realiza igualmente para todos seus componentes.

O esqueleto pesa o máximo aos 35 anos, torna-se vagarosamente mais leve e poroso até os 65 e daí em diante declina mais rapidamente. A cabeça cresce até os 50 anos e a parede craniana, em lento e incessante espessamento, é pouco mais grossa aos 70 anos do que aos 30. A face alonga-se com a idade e o nariz e a boca se tornam maiores. O cabelo embranquece e se torna mais ralo. A pele, de uma maneira geral, fica mais áspera e enrugada, sofre alterações dos tecidos e apresenta maior demora na cicatrização dos ferimentos.

Os músculos estriados podem aumentar de volume e densidade até cerca de 50 anos, iniciando-se a degeneração um pouco mais tarde; já os músculos lisos pouca alteração apresentam da infância à velhice. A capacidade vital, que atinge o ápice aos 20 anos, decresce daí em diante.

O cérebro atinge seu peso máximo aos 20 anos, cerca de 1.400 g em média, diminuindo a partir daí, para atingir 1.200 g aos 80 anos.

Com o correr da idade começa a atrofia das circunvoluções e a ampliação dos sulcos e fissuras; alteram-se e diminuem de número as células da córtex; esclerosam-se os vasos e fibrosam-se as membranas.

Nas estatísticas americanas, as doenças do coração, câncer e lesões vasculares afetando o cérebro são as primeiras dos 45 aos 64 anos; depois dos 65, as lesões vasculares desalojam o câncer e passam para o segundo lugar. Nas doenças mentais, a partir dos sessenta começa a proeminência da arteriosclerose cerebral e das psicoses senis. O processo acelera-se a ponto de, em 7 estados americanos, uma pesquisa ter acusado quase 1% da população acima de 65 anos como pacientes dos hospitais e doenças mentais do Estado.

A tireóide atinge o máximo de peso aos 35 anos e começa a diminuir vagarosamente desde então, com decréscimo evidente de atividade nos últimos anos da existência. Os testículos têm seu peso máximo aos 35 anos, diminuindo até os 50 e mais lentamente nos anos seguintes. A atividade sexual, no entanto, parece ter seu pico na altura dos 20 anos, com lento decréscimo através da idade madura e apresentando a impotência cada vez mais comum a partir dos 55 anos.

Após os quarenta, a homeostase passa a constituir problema crescente, isto é, o organismo tem capacidade cada vez menor de ajustar-se às condições ambientais. As menores possibilidades de dissipação de calor através da pele, devido a glândulas sudoríparas deficientes, artériolas contraídas ou, mesmo, capilares degenerados dificultam a manutenção do equilíbrio térmico num meio quente; a atividade metabólica mais reduzida e o menor vigor muscular são obstáculos à adaptação ao ambiente frio; uma atividade física mais forte não encontra reação glandular correspondente, a função renal é mais baixa e os batimentos cardíacos menos pronunciados, o que ocasiona grande dificuldade de recuperação das condições normais do corpo.

Os sentidos, com o correr do tempo se tornam menos aptos e sensíveis.

O ouvido, surpreendentemente, a partir da infância, já começa a perder a capacidade de perceber os tons altos, o que se evidencia claramente aos 40 anos. Assim, as pessoas mais velhas devem a essa diminuição a dificuldade de entender uma conversação, já que a maioria das consoantes, estrutura dos vocábulos, relaciona-se com aqueles tons.

A vista inicia um pouco mais tarde sua involução. Depois dos 30 anos pode começar algum estreitamento do campo visual; em torno dos 40 principia o declínio da acuidade e após os 50, decresce a sensibilidade à escuridão.

Nessa mesma idade, pesquisas esparsas revelam que diminui a sensibilidade ao toque, pressão, dor e movimento. Finalmente, nos últimos anos da vida, parece que diminui o número de papilas olfativas e a sensibilidade ao sabor doce.

O homem, ainda no outono da existência, já está pois menos apto ao esforço físico, mais desprotegido e mais isolado do meio em que vive. Qual será então o período pleno de sua capacidade física?

As verificações de Galton em 1884, confirmadas por Price e Miles em 1931, mostram que entre os 20 e os 30 anos, o homem atinge o máximo de sua força e rapidez de reação, declinando vagarosamente daí em diante. Lehman, em 1951, apresentou um estudo da idade cronológica em relação ao desempenho físico, fruto da análise dos grandes feitos esportivos, que situa entre os 25 e os 30 a idade dos campeões de quase todos os esportes mais violentos podendo, no entanto, haver ases em torno de 40 anos, naqueles mais leves.

Note-se, contudo, que o declínio não implica necessariamente em que todo o homem maduro ou velho seja menos forte ou rápido que o homem médio em sua melhor fase. Ainda mais, no trabalho normal, sem grandes exigências físicas, como verificou Welford em 1951, os trabalhadores mais velhos das fábricas executam suas tarefas com mais cuidado e precisão e têm menos acidentes, tudo em funções onde força ou rapidez são de importância secundária.

4. Idade e trabalho mental

São inúmeras as pesquisas sobre a influência da idade no trabalho mental. Sward, em 1945, comparou grupos homogêneos de nível universitário, com idade média de 66 e 31 anos, sendo evidente a vantagem dos componentes do grupo mais jovem na velocidade de raciocínio; Birren e Botwinick, em 1951, com grupos semelhantes, chegaram à mesma conclusão; outros pesquisadores também indicam a perda progressiva da rapidez de raciocínio que, apesar de compensada pela utilização de métodos diferentes e pelo maior acervo de informação geral, não consegue atenuar a dificuldade ao enfrentar novas tarefas e alcançar a aprendizagem, por parte dos mais velhos.

A memória dos fatos recentes também parece se atenuar, em contraste com a dos fatos antigos que permanece mais firme. Neumann dá como melhor época para a memória a fase entre os 25 e os 30 anos, a partir do que começa a diminuição gradual da retenção e fidelidade das recordações.

Tais observações não significam que o trabalho das pessoas idosas seja de segunda categoria. Pressey, em 1955, apontou como suscetível de ser especialmente bem feito pelos mais velhos o trabalho que envolve supervisão técnica, estabelecimento de políticas, conhecimento acumulado ou discernimento; Vischer, ao estudar as compensações e recompensas da idade avançada, em 1947, atribuiu à experiência da vida a possibilidade de perspectivas mais ricas e, algumas vezes, maior urbanidade e profundidade.

Qual será, pois, o período pleno da capacidade criativa?

Novamente Lehman, em trabalhos de 1949 e 1953, analisou as principais criações literárias e produções científicas da humanidade e

mostrou que a capacidade criativa dos inventores, químicos, escritores de contos e poetas líricos ou satíricos encontrava seu máximo em torno dos 30 anos e a dos matemáticos e escritores de obras maiores, em torno dos 40.

Na realidade, há grandes exceções a serem apontadas por qualquer um, mas o fato incontestável é que, embora com o decorrer da idade o trabalho criador continue bom ou, mesmo, excelente, a época das obras-primas é a do homem jovem, na fase de seu melhor funcionamento fisiológico e psicológico.

Pode-se até concluir que a grande semelhança estatística entre as idades das criações notáveis do intelecto e dos grandes feitos esportivos, em particular os de maior habilidade e menor esforço, faz com que a "dúzia de ouro" da vida física e mental seja a fase dos 25 aos 37 anos.

5. Problemas da transição e do fim

A par das mudanças fisiológicas e psicológicas já apresentadas, a idade vem acompanhada de múltiplas alterações de atitudes, interesses e preocupações. C. Buhler em 1933 e Frenkel e Brunswik em 1936, já notavam que aos 40 anos o homem como que dá uma parada, avalia o resultado obtido em relação ao esforço despendido e se atira a novas tarefas, se o confronto não foi satisfatório; para outros, é gradual o processo de reconhecimento do desnível entre o pico do ideal e a planície das realizações. O fato é que Kuhlen e Johnson, em 1952, estudando o índice de mobilidade de empregados (turn-over) encontraram o ápice das mudanças de emprego em torno dos 40 anos e o explicaram como tentativas de nova profissão em consequência da frustração ao analisar o balanço dos feitos e constatar que o tempo se escoara em vão.

Atualmente, no entanto, a mobilidade entre o pessoal de nível universitário das empresas dos EUA é intensa desde cedo. O Dr. Edgar Schein, da Escola de Gerência do MIT, estima que as companhias perdem 50% de seus empregados de nível superior nos primeiros 3 a 5 anos de trabalho. Os jovens desejam uma "oportunidade para impacto" e lutam por obter as responsabilidades que almejam, abandonando o emprego, se necessário.

Esta ânsia de subir agrava um outro problema que a chamada aceleração da história desencadeou neste século.

O homem maduro, não há muito, encontrava-se ao abrigo da rápida evolução cultural e tecnológica e sua formação profissional capacitava-o a enfrentar quase todos os problemas que encontrasse no decorrer da existência. O veloz desenvolvimento de todos os setores ensombrecou o panorama. Haverá situações que lhe exigirão forçosamente a aprendizagem de novos métodos e, o que é mais dramático, a rapidez da mudança fez com que a média dos administradores entre 40 e 50 anos possa encontrar-se superada, na capacitação e na qualidade do treinamento, pelos jovens recém-egressos da escola.

Esta ameaça se faz presente de maneira intensa nas nações desenvolvidas.

O psiquiatra John McIver, da US Steel, entrevistou 2.000 gerentes da indústria metalúrgica e constatou que 42% estavam temerosos de não poder manter sua capacidade à altura do desenvolvimento da tecnologia; mais de 1/3 dos alunos dos cursos noturnos de pós-graduação da Escola de Administração de Negócios Northwestern são homens acima de 40 anos.

Um executivo da era pós-industrial trabalha espicado pelos jovens que lhe vêm nas pegadas e pretendem superá-lo. Suas conseqüências são a tensão e a ansiedade.

Ao atingir 50 anos, mesmo sem os problemas anteriores, poderá sofrer a angústia que advém da constatação evidente do declínio. Van Zelst e Kerr, em 1951, estudaram líderes sindicais e verificaram que as duas preocupações mais comuns eram relativas à perda de eficiência no trabalho e à morte.

Posteriormente, a maior dificuldade com a digestão e a eliminação, a grande suscetibilidade à fadiga, às doenças e às variações do ambiente resultarão numa superatensão com o organismo que pode conduzir à angústia excessiva e ao egoísmo; as dificuldades com a percepção e a aprendizagem, e o declínio da energia podem resultar na diminuição da curiosidade e das tendências exploratórias.

Aumenta a preferência pelo trabalho em um único local, com pessoas metódicas e cautelosas, em horários regulares, em suma, tendência ao conservadorismo e à inatividade e má vontade com as mudanças. Strong Jr. atribui isto à dificuldade no desenvolvimento de novos hábitos, fácil unicamente para os mais jovens que não os têm enraizados e dispõem de um excesso de energia a consumir.

A maior necessidade de repouso é um fato. Em 1945, uma pesquisa de opinião pública, nos EUA, mostrou que 86% das pessoas acima de 60 anos iam dormir antes de 23 horas ao passo que só 56% das de 20 anos assim o faziam. A esta menor participação no mundo somam-se uma vida social mais restrita, uma escolha de amigos, livros, etc, de acordo com suas tendências e, conseqüentemente, uma visão do mundo mais de acordo com os padrões em que foram formados.

Há evidências de que os velhos tendem a tomar decisões em bases mais absolutas, com menor tolerância aos erros e desconhecimento das gradações do comportamento (Dvorak e Anderson em 1928; Jones em 1929); sustentam, também, suas atitudes com mais firmeza que os jovens, mesmo que se façam esforços específicos para influenciá-los.

Serão a intolerância e o dogmatismo produto de seu maior isolamento do mundo, que os torna menos suscetíveis às mudanças sociais, ou de sua maior convicção na sua grande experiência e no tempo de que dispuseram para dela extrair os ensinamentos?

As opiniões são diversas. Ruch, em 1934, atribuía estas características à perda da "plasticidade neural"; conhecido gerontologista patricio apenas assinala as características dizendo que a "velhice é a idade da rigidez das idéias e das articulações".

Natural, pois, que, nos últimos anos de vida, pareça haver decréscimo de felicidade e aumento dos sintomas de ansiedade ou desajustamento. Em pesquisa com indivíduos de mais de 65 anos, cerca de 50% apontaram como melhor período da vida a fase entre 25 e os 45 anos e só 5% consideraram os anos acima de 60.

Tódas estas e demais mudanças, apesar das pesquisas, devem ser encaradas com restrição, pois, em muitas delas, as diferenças entre as médias não são grandes e as individuais tão largas que o significado prático pode ser pequeno. As influências do meio e nível cultural impedem as generalizações e conduzem, mesmo, a conclusões divergentes. Nos grupos de alto nível, por exemplo, permanece alto o interesse por atividades políticas e cívicas e, entre físicos, a maioria dos que tinham 65 anos, ou mais, ainda trabalhavam e queriam continuar.

Este último fenômeno, fundamental para nós, é atribuído à vontade de não abrir mão do poder e da importância, e ao hábito obsessivo, mas, C.A. Mace, sem desprezar êsses fatores, alvitra outro que considera de muita importância — a lei de reversão da relação meios-fim. Ao iniciar a carreira, o trabalho era um imperativo para a satisfação das necessidades básicas, mas, agora, obtido o padrão de vida desejado, passou a ser a razão da existência. É um fim em si mesmo, nêle é encontrada a auto-realização.

Concordamos, também, com Mace quando diz que, apesar de mais notada entre artistas e cientistas, a reversão é verdadeira para as demais profissões. Particularmente, na nossa, o coronel que não quer ir para casa é uma figura bem conhecida.

6. O generalato até Napoleão

Um notável desempenho atlético ou a realização de uma obra-prima têm poucos condicionantes alheios ao indivíduo ao passo que a posição de liderança se alicerça também, em grau variável, no meio e nos atributos gerais dos liderados. A ascensão de um homem é produto de uma personalidade, estrutura e conduta, que encontrou sua oportunidade num determinado ambiente social. Assim a chefia em qualquer tipo de atividade aparece, ainda segundo Lehman, somente após os 40 anos e, em alguns casos, nas décadas seguintes. O mesmo autor, examinando as batalhas mais importantes da história, concluiu que a faixa etária dominante dos 198 comandantes de exércitos que as venceram se situava entre os 40 e 50 anos. Tal dado não conduz a nada, no entanto, se, em face dos fatores da liderança, não o considerarmos "pari-passu" com a evolução da guerra.

Entre os gregos e macedônios, o chefe militar, além de conduzir a luta, era também um combatente exímio e, por isso, jovem ou em plena posse do vigor físico e mental. Epaminondas tinha 47 anos em Leuctra; Xenofonte, desafiado por Sotéridas de Sicione, deixou o cavalo, tomou o escudo do soldado e, tendo ainda a couraça de cavaleiro, impulsionou a retirada a tal ponto que Sotéridas foi vaiado e apedrejado pelos outros. Filipe II, com 43 anos em Queroneia, deve ter dirigido de longe o astuto retraimento de sua falange, embora possa ter estado à sua frente no ataque final; Alexandre, dos 22 aos 25 anos, derrotou os persas em Grânico, Issus e Gaugamela e, apesar do controle que exerceu sobre suas tropas, as asas brancas de seu capacete estavam à testa da cavalaria quando carregou naquela última batalha ou na primeira leva que saltava as muralhas de uma cidade sitiada. Na época de Roma, Aníbal, aos 31 anos, já transpusera os Alpes e vencera em Canas; Cipião, o Africano, ao derrotá-lo em Zama estava com 33. Nos albos do Império, César conquistou a Gália entre 42 e 50 anos e, aos 53, derrotou Pompeu em Farsália. Dêle, diz Suetônio, eram todas as virtudes militares de seu tempo: exímio no manejo das armas, na natação e na equitação, estava sempre à frente de suas legiões, no sol ou na chuva. Seu derrotado rival, segundo Vegécio, saltava, corria e lutava como os melhores.

No caminho para os tempos modernos, Átila poupou Roma da destruição aos 46 anos e Belisário, o melhor general do Império do Oriente, tornou-se Comandante-Geral, por seus feitos, antes dos 30. Gengiscã lançou-se ao domínio da China Setentrional aos 41 anos e Tamerlão iniciou suas conquistas ainda mais cedo.

Na idade moderna, o nascimento, a riqueza e a influência política comandavam a carreira dos oficiais e estes já não eram solicitados fisicamente como na antiguidade. Na guerra viviam com luxo e os grandes generais poderiam ser produto de longa experiência, na maioria homens velhos. Não foi o que aconteceu.

Condé, entre 22 e 27 anos, venceu em Rocroy, Nordlingen, Dunquerque e Lenz; Turenne foi marechal-de-campo aos 24 e marechal-de-França aos 32; Gustavo Adolfo, ao morrer com 38 anos já se havia inscrito no rol dos guerreiros famosos e Frederico, o Grande, tinha 45 anos em Leuthen e Rossbach.

Os fins do século XVIII ainda apresentaram, nos principais exércitos da Europa, um corpo de oficiais predominantemente não profissional, composto de aristocratas e soldados de fortuna, com um nível geral de competência fraco.

Na Prússia, as idéias de Frederico, o Grande, sobre seleção aristocrática geraram um exército cujos postos de chefia estavam em mãos de nobres anciãos e as funções subalternas entre os jovens fidalgos de menor capacidade. A derrota de Iena o tiraria deste passeio pela senilidade, incapacidade e corrupção.

Na Inglaterra, a compra de patentes era o meio de entrar para o exército e nêle progredir. O Alto-Comando dependia essencialmente da influência da Coroa e do Parlamento. O sistema, mesmo assim, permitiu um Wellington, vencedor de Waterloo ao 46 anos.

Na França, a situação era semelhante: os postos proporcionais aos graus de nobreza e a influência política como fator preponderante para as posições de comando. Madame Pompadour influenciou a nomeação de seis comandantes-em-chefe, durante a Guerra dos Sete Anos...

A Revolução eliminou as restrições aristocráticas de ingresso ao oficialato e as guerras napoleônicas facilitaram o acesso aos mais aptos. O exército de 1800 ficou com subalternos velhos, coronéis de meia idade e generais jovens. À época da invasão de Portugal (1808) Berthier tinha 55 anos; Massena, 52; Bernadotte, 40; Murat e Junot, 37; Lannes, Ney e Soult, 35; Davout, 34, Marmont 30 e o próprio Imperador, 35. Esta disposição inversa foi bem sucedida na guerra, na explicação de La Condamine porque "a juventude dos generais assegura às operações uma direção vigorosa e inteligente. Quanto aos quadros subalternos, comunicam à tropa sua experiência e sua solidez".

A ameaça de Napoleão mostrara à Europa e, conseqüentemente, ao mundo a necessidade da profissionalização do oficial nos exércitos nacionais. Encerrar-se-iam as carreiras meteóricas e não mais haveria comandantes famosos em plena juventude. É significativo que os dois últimos grandes generais de 30 anos se tenham revelado ainda durante o ocaso e o exílio do Imperador em Santa Helena: Bolivar, com 31 anos em Carabobo e 36 em Boyacá, e San Martin, com 38 em Chacabuco e Maipu, obtinham a independência das colônias espanholas da América do Sul.

7. O generalato no restante do século XIX

Durante as campanhas napoleônicas e após elas, a maioria dos países, inclusive o Brasil graças à fuga da Coroa, deram passos positivos para a criação do oficial profissional em bases racionais e, ao findar o século XIX quase todos exigiam sua formação e aperfeiçoamento em escolas e possuíam um sistema regular de carreira.

Na Prússia, as idéias de Scharnhorst, Gneisenau e outros encontraram ambiente favorável após a derrota de 1806. Foram abolidas as restrições de classe e estabelecidas as exigências de formação. O ciclo de reformas, que durou de 1808 a 1812, estabeleceu as promoções basicamente por antiguidade, com um acesso um pouco mais rápido aos oficiais mais aptos e com curso de estado-maior. Os aperfeiçoamentos se sucederam, com novo impulso após a humilhação ante a Dinamarca

em 1848. A vitória do velho Moltke, em 1870, constituiu o coroamento de um sistema que considerara corretamente a segurança de uma sólida preparação profissional coletiva, demorada e sem grandes oportunidades para os bem dotados, como superior aos azares do sistema aristocrático. Este, contudo, baseado na velha tese de que alguns nasceram para mandar e outros para obedecer, dispensava a preparação e o lento palmilhar dos postos e, por isso, favorecia comandos mais jovens. Já era coisa do passado, porém, e o general de 30 anos só teria vez, novamente, nos estertores da Alemanha nazista.

Na França, Saint-Cyr sustentou as reformas de 1818, que impunham o ingresso ao oficialato pelas escolas militares ou pelas fileiras, e impediu o retrocesso ao antigo sistema, desejado pela Restauração. Pela Lei de 1818, dois terço dos oficiais seriam promovidos por antiguidade até coronel; o terço restante das promoções e o generalato seriam por merecimento. Em 1832, passou a ser só a metade das promoções por antiguidade. Pelos meados do século, houve uma parada na profissionalização, mas a derrota de 1870 renovou o impulso.

Apesar das imperfeições, as exigências da carreira pouca oportunidade deram ao surgimento de comandantes jovens.

Na Inglaterra, a segurança geográfica, os ressaibos da ditadura de Cromwell e o sistema de vida mantiveram o quadro de oficiais quase nos antigos padrões até o último quartel do século. Em 1857 criou-se o Colégio de Estado-Maior. Por volta de 1860 passaram-se a exigir exames para a promoção de oficiais jovens e o curso de estado-maior para quem fôsse servir nessas funções, mas, só em 1871, ante a ameaça prussiana, Lord Cardwell conseguiu abolir a compra de patentes que ainda era responsável pela grande maioria das nomeações.

O século XIX após Napoleão, apesar dos nacionalismos exacerbados, que propiciaram o crescimento e as oportunidades de ascensão nos exércitos, e das guerras coloniais, da Criméia e Franco-Prussiana, foi uma época de comandantes idosos, exceto nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão. Os sistemas de carreira, que tomavam forma, inclinaram-se para a promoção por antiguidade pelo receio de que se abrissem oportunidades para a volta ao arbítrio. A promoção por merecimento, que ainda hoje é problema, ainda mais o era, ante o desconhecimento das técnicas de avaliação do rendimento.

O maior número de anos passou a ser uma constante dos postos mais elevados e a rigidez das estruturas militares não tolerou uma abertura que permitisse abreviar a carreira dos mais aptos.

No século XX a evolução seria pequena.

8. O GENERALATO NO SÉCULO XX

A 1.^a Grande Guerra demonstrou que a direção das operações militares e o comando de exércitos passaram a ser assunto de veteranos, como se pode ver pelo quadro abaixo.

Qd N.º 2 — IDADE DOS COMANDANTES MAIS CONHECIDOS
(1.^a GRANDE GUERRA)

País	Direção das Operações	Idade (1)	Cmt de Exércitos	Idade (1)
Alemanha	Von Moltke, o môço	66	Von Kluck	68
	Von Falkenhayn	53	Von Bulow	68
	Ludendorff (2)	50	Von Mackensen	65
			Von Hutler	60
			Von der Marwitz	59
			Von Below	60
Austria	Von Hotzendorf	62	—	—
França	Joffre	62	Castelnau	63
	Nivelle	57	Franchet d'Esperey	58
	Pétain	61	Lanrezac	62
	Foch	67	Gallièni	65
Inglaterra	Kitchener	64	French (3)	62
	Robertson	55	Haig (3)	54
			Hamilton (3)	62
Itália	Cadorna	64	—	—
	Diaz	56	—	—

Fontes: Larrousse du XX^{ème} Siècle, Encyclopaedia Britannica e outros.

Observações :

- (1) Ao iniciar a guerra ou o desempenho da função.
- (2) A chefia nominal pertencia a Von Hindenburg, de 68 anos.
- (3) Forças Expedicionárias Britânicas.

Teria, contudo, a dilatada experiência do quadro de oficiais-generais assegurado a desejada eficiência, no início da guerra ?

Joffre, de 2 de agosto a 6 de setembro de 1914, substituiu no comando 2 dos 7 comandantes de exército, 9 dos 21 comandantes de corpos de exército, 23 dos 47 comandantes de divisões da ativa, 10 dos 25 comandantes de divisões da reserva e 3 dos 10 comandantes de divisões de cavalaria. Cadorna, de maio de 1915 a outubro de 1917 exonerou 217 generais, o que, mesmo considerando as substituições devidas ao crescimento do exército e o peso da "mão de ferro" do marechal, é bastante significativo.

A imobilização da frente ocidental, as batalhas de usura e a rigidez de idéias de quase todos os comandos daquela que Churchill chamou "a mais estúpida das guerras" terão alguma correlação com as características já vistas da idade mais avançada?

Fascinante questão psicossocial que a história nunca revelará... A 1.^a Guerra Mundial foi assim uma guerra de velhos. Os países envolvidos tinham seus quadros de oficiais-generais dentro dos padrões, no mínimo estabelecidos no último quartel do século passado. As estruturas militares são rígidas e tradicionais, por isso lentas tanto para assimilar como para aperfeiçoar idéias novas. O sistema de carreira levava quase um século em gestação; difícil seria alterá-lo ainda na infância para obter comandos mais jovens.

Em 1940, defrontaram-se vencedor e vencido. Alemães: uma trinca de veteranos profissionais no comando dos grupos de exércitos, uma dupla mais jovem na direção das operações e um grupo mais jovem e reformista, impulsionando o ferro de lança dos blindados; o plano de ataque era concepção dos mais modernos e, para vencer os mais antigos, fora apresentado por vias pouco ortodoxas. Franceses: uniformemente avançados em idade, na direção das operações, comandos de grupos de exércitos e exércitos; a mentalidade vigorante era sintetizada pela Maginot.

O quadro abaixo analisa as forças em confronto.

QUADRO Nº 3 — IDADE DOS COMANDANTES (CAMPANHA DA FRANÇA — 1940)

País	Direção das Operações	Idade	CMT G Ex	Idade	Cmt Ex (1) e Cmt Ex (2)	Idade
França	Cmt-em-Chefe:		Billotte	65	Huntzinger (II)	60
	Gamelin, depois	73	Besson	64	Blanchar (VI)	63
	Weygand	68	Pretélat	66	Giraud (VII)	61
					Corap (IX)	62
Alemanha	Cmt-em-Chefe:		Von Rundstedt	65		
	Von Brauchitsch	59	Von Book	60	Reinhardt	
	Chefe EM:		Von Leeb	64	Guderian	52
	Halder	56			Hoth	

Fontes: Larrousse do XX^{ème} Siècle, Encyclopaedia Britannica e outros.

(1) Os exércitos eram do Grupo de Billotte que suportou o peso do ataque.

(2) Só se pode apurar a idade de um Cmt de Gpt Bld.

Desta vez, a imaginação criadora e o impulso da ala jovem do alto comando alemão haviam se combinado, com alguns tropeços, à experiência cautelosa dos mais antigos, para derrotar o grupo homogêneamente velho de generais franceses cuja muralha de idéias antigas, robustecidas pelo prestígio da vitória passada, só o ariete dos fatos viria derrubar.

Os comandos alemães eram relativamente idosos, no entanto. No decorrer da guerra, particularmente no final, surgiram alguns generais bastante jovens. Eram produtos mais da falta de homens aptos e dos interesses do partido nazista do que de uma política, que chegara a ser formulada, mas, não fôra executada, de abreviar o tempo de carreira para os mais aptos.

Já os ingleses, ainda no início da guerra, apresentaram generais mais jovens nos comandos importantes: Gort, à testa da Fôrça Expedicionária Britânica, com 54 anos; Wavell foi Comandante-em-Chefe do Oriente Médio com 56, sendo substituído por Auchinleck, com 57. Mais tarde Alexander comandou o TO da África do Norte com 52 e Montgomery o VIII Exército, com 55.

Mesmo assim, os padrões tradicionais da carreira não foram abandonados: o general jovem era uma exceção.

Na verdade, só dois países o aceitaram antes da era nuclear: os EUA, pelo pragmatismo da cultura e submissão militar ao poder civil e a URSS, pela quebra das tradições efetuada pela revolução de 1917.

9. O GENERALATO NOS EUA

A luta pela independência americana foi conduzida por Washington que, aos 43 anos foi nomeado Cmt-em-Chefe do Exército Continental pelo congresso de Filadelfia. Na Guerra da Secessão, os mais renomados chefes militares dos campos opostos, Grant e Lee, estavam com 41 e 56 anos, respectivamente, por ocasião de Gettysburg; Meade tinha 48, McClellan e Sherman 43 e Sheridan apenas 32.

O significado da pouca idade dos comandantes não é grande, todavia, se apurada suas causas. Na realidade, o oficial nos Estados Unidos foi bem pouco profissional até a Guerra Civil. West Point, apesar de fundada em 1802, foi durante o século XIX, mais uma escola de engenharia do que uma caserna.

Só em 1858 veio a ter um departamento de tática e, no dizer de Huntington, até a 1.ª Grande Guerra produziu mais diretores de estradas de ferro do que generais. Era comum o ingresso em altos postos, vindo diretamente da vida civil, e West Point não teve nenhum representante entre os trinta e sete oficiais promovidos a general entre 1802 e 1861; destes, vinte e três não tinham quase experiência militar e onze haviam entrado para o exército como capitães ou majores. Muitos oficiais que abandonaram as fileiras, ao regressarem em tempo de guerra, vinham para postos superiores aos de seus contemporâneos que lá permaneceram. Daí os generais moços.

Até meados do século a antiguidade foi a regra das promoções e, como só foi criado um sistema de reserva remunerada no fim da Guerra da Secessão, os coronéis morriam no posto e alguns oficiais esperavam décadas pela promoção.

De 1870 a 1914, a evolução foi grande: ingresso no oficialato através de escolas, abrandamento do sistema da antiguidade, avaliação periódica da eficiência e exclusão da influência política nas nomeações.

Apesar das regras, Pershing saltou 862 oficiais mais antigos ao ser promovido, de capitão a general, pelo presidente Roosevelt e Leonard Wood, cirurgião que havia sido general de voluntários na campanha de Cuba, também deu um bom salto, desta vez de capitão-médico a general combatente.

As exceções parecem não ter sido prejudiciais, pois Wood foi Chefe do Estado-Maior de 1910 a 1914 e Pershing, aos 57 anos, foi o Cmt da Força Expedicionária na Europa.

Nas duas décadas de paz seguintes, a cúpula militar envelheceu, talvez como consequência do espírito isolacionista e pacifista de uma nação pouco preocupada com a guerra. A ameaça nazista e os problemas do Oriente alertaram o país e, entre muitas medidas, processou-se a diminuição da idade para os comandantes de alto nível. Ao iniciar-se o ano de 1941, os almirantes de posto mais elevado, em sua imensa maioria (94%), tinham 60 ou mais anos de idade; a 1.º de julho os sessentões ficaram reduzidos a 39%. Após o ataque a Pearl Harbor, "razzia" semelhante ocorreu no Exército e no Corpo de Fuzileiros.

O Gen Marshall, Chefe do Estado-Maior aos 59 anos, obteve do Congresso as emendas às leis básicas necessárias para a aceleração das promoções. A maioria dos generais americanos mais conhecidos da II Grande Guerra tiveram sua oportunidade graças a essas alterações e ao famoso caderninho onde aquele chefe militar anotava os nomes dos oficiais que julgava promissores.

A gigantesca ampliação das Forças Armadas e a pressão para promoção dos oficiais que mais se destacavam, produziram, ao término do conflito, um quadro de oficiais-generais com idade média nos seguintes valores: 56 anos na Marinha, 51 no Exército e 47 na Força Aérea. No ano culminante da guerra 1944, Eisenhower estava com 54 anos, Bradley (o comandante terrestre de maior responsabilidade da história mundial ao chefiar os 1.200.000 homens do XII G Ex) com 51, Patton com 59, Hodges com 57, Patch com 55 e Clark com apenas 48.

A Lei de Oficiais de 1947, que se baseou nesta experiência, deu ênfase ao sistema de merecimento e estabeleceu a idade limite de permanência na ativa aos 62 anos. A opinião dos grandes chefes militares norte-americanos, embora não incidindo necessariamente sobre a idade de passagem para a reserva, mostra o consenso que deve ter precedido a mudança. Bradley, Presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior de 1949 a 1953, afirma: "Não é justo para o soldado ter um chefe que não está

funcionando cem por cento. Tive de substituir, por motivo de doença, vários comandantes durante a 2.^a Guerra Mundial. Napoleão não perdeu nenhuma batalha importante até Waterloo, quando já era um homem enfermo". Ridgway, Chefe do Estado-Maior do Exército de 1953 a 1955, é mais radical: "Gostaria de dizer brevemente o que penso dos padrões que devem prevalecer para os comandantes de grandes unidades. O comandante de divisão deve ter a resistência física, a energia e a reserva dos seus melhores comandantes de batalhão de infantaria, porque seu lugar é ali com eles uma boa parte do tempo. O comandante de corpo, as qualidades de seus comandantes de regimentos de infantaria, o mesmo valendo para o comandante de exército".

Em 1950, a idade média dos oficiais-generais no último posto era de 54 anos na Marinha, 56 no Exército e 51 na Força Aérea, distribuídos numa faixa etária que permitia 21 anos de diferença entre o mais velho e o mais moço general da Força Aérea, 19 anos no Exército e 13 na Marinha.

A situação presente parece não estar muito diversa e o alto-comando permanece constituído de um grupo marcado pela salutar heterogeneidade etária, a grosso modo entre 40 a 60 anos. Representa ela uma real evolução, ditada pela experiência e pelos imperativos da guerra moderna, para que coexistam, no nível de decisão máxima, a maior vitalidade da idade criativa e a experiência, ainda utilizável, no início da velhice.

10. O generalato na URSS

A revolução russa eliminou ou afastou grande parte do alto-comando do exército imperial e extinguiu os postos e graduações. Destruída a antiga organização e ainda não estruturada a nova, os líderes desapareceram sem pelas para as funções de chefia. O exército russo que, em 1917, tinha como Cmt Supremo um Brusilov de 64 anos, assistiu, no mesmo ano, um Tukhachevsky, de 19, como comandante de dois exércitos e, três anos mais tarde, de toda a frente ocidental.

Os chefes comunistas iniciavam suas atividades muito cedo: Davis em 1929, analisou 163 dos mais notáveis e verificou que a maioria filiou-se ao partido e exerceu a primeira atividade revolucionária entre os 16 e os 20. O vácuo das cúpulas foi preenchido por muitos dos que estavam iniciando e o exército vermelho foi marcado no berço pelo signo da juventude. A idade limite de permanência na ativa, até 1928, era de 45 anos para comandantes supremos, 36 a 40 para oficiais superiores e 29 a 36 para comandantes médios; pela Ordem 225, de 1928, do Conselho Militar Revolucionário, passou a 50, 40 a 45 e 40, respectivamente.

Em 1937 a 1938, Stalin, indiretamente contribuiu de maneira sangrenta para um rejuvenescimento: no grande expurgo foram eliminados 35.000 oficiais ou comissários dos 100.000 existentes, entre os quais

Tukhachevsky, Chefe do Estado-Maior Geral, os Comandantes-em-Chefe da Marinha e Aeronáutica, dois inspetores de arma, 13 dos 15 comandantes de exércitos, 170 dos 250 comandantes de corpos de exército ou divisões e a metade dos comandantes de brigadas. Os sobreviventes foram rapidamente promovidos. O comando da esquadra do Pacífico foi assumido por D.G. Kusnetzov, com 36 anos; três oficiais aviadores promovidos a brigadeiro, dois anos antes eram segundos-tenentes.

Em 1939, já restabelecidos os postos, a idade limite de permanência na ativa passa, no entanto, a 60 anos para os comandantes de divisão, 55 para os brigadeiros, 45 para os coronéis, 40 para os majores, 35 para os primeiros-tenentes e 30 para os segundos.

Ao iniciar-se a guerra, Budeny, um dos dois marechais sobreviventes do expurgo, tinha 58 anos; seus companheiros mais famosos, ao atingirem a direção das operações ou comandos de exércitos tinham, respectivamente: Rokossovsky, 48 anos, Konev, Timochenko e Zukov, 46; Malinowsky, 45.

O veterano Vorochilov, de 60 anos, foi encarregado da formação das reservas para o exército...

A busca do equilíbrio continuou se processando após os expurgos e a guerra. Malinowsky, falando de instrutores, diz: "e aqui, como nos ensina o Partido, é importante combinar sãbiamente os elementos novos e os antigos — energia explosiva e grande experiência".

A última lei do serviço militar, de outubro de 1967, elevou a idade limite de permanência na ativa dos coronéis para 50 anos, dos majores para 45 e dos primeiros-tenentes para 40. Visou, segundo o Ministro da Defesa Grechko, reduzir a passagem para a reserva de oficiais jovens e ainda relativamente eficientes.

O ensinamento do partido parece estar presente, no entanto. São mantidos generais mais velhos para maior aproveitamento do investimento nacional na formação dos chefes, menor carga na reserva e maior experiência na cúpula. Os generais mais jovens fornecem a energia explosiva necessária.

A vitoriosa política de expansão da Marinha russa, iniciada em meio da década passada, motivou alterações na estrutura operacional da OTAN e continua uma ameaça. O almirante Sergei G. Korshkov assumiu seu comando em 1956, com 46 anos, e continua no posto.

A tensão com a China tornou-se ainda maior em 1969: em agosto foi nomeado comandante das forças do Extremo Oriente, na região fronteiriça, o coronel-general Vladimir Tolubko, de 55 anos.

A URSS, embora partindo de situação quase oposta, chegou à mesma posição dos EUA: generais distribuídos numa faixa etária que permite a combinação da experiência com a vitalidade.

11. Outros países

11.1 — CHINA

- Quando Mao Tse Tung assumiu o poder em 1949, dispunha de um exército, dito de libertação popular cuja história se iniciara com a revolta da guarnição de Nan Chang, 22 anos antes. A primeira fase de sua existência (1927-1937) foi responsável pela formação do grupo de oficiais mais homogêneos e mais solidário, naturalmente os de pôsto mais elevado e detentores das principais posições políticas. Apesar da pressão de base e do grande número de promoções de agosto de 1966 a dezembro de 1967, continuam as três primeiras gerações militares, componentes daquele grupo (62, 57 e 54 anos), a deter os comandos acima de divisão.

E, no entanto, a idade média dos comandos de nível nacional é de 59 anos, dos comandos de corpo 55, e dos comandos de divisão 52, o que mostra que o generalato na China não está avançado em anos a despeito da hegemonia dos pioneiros.

11.2 — ISRAEL

As particularíssimas condições de Israel, que condicionaram sua doutrina de ofensiva, velocidade e perseguição incessante, impuseram comandos extremamente jovens. Os oficiais estão junto com suas tropas em qualquer situação e seu coeficiente de perdas é muito elevado. O próprio Moshe Dayan é quem nos dá uma idéia da situação etária de seus comandantes ao relatar a reunião de 2 de outubro de 1956, que antecedeu a primeira guerra do Sinai: "Em tórno da mesa, assentavam-se os líderes das Forças de Defesa de Israel: os comandantes regionais e os chefes dos Corpos Blindados, da Força Aérea e da Marinha. A maioria deles não passava dos trinta anos de idade".

Em 1967, embora os quadros de comando já se apresentassem mais velhos, sua idade ainda era extremamente baixa: chefe de estado-maior, 41 anos; cmt da força aérea, 40; comandante dos três setores do Sinai, 41 ou 42; comandantes de divisão, 38, 42 e um "ancião" de 54; comandantes de brigada, em tórno dos 40.

O sucesso obtido mostra que o fator idade, em Israel, não só se coaduna com a estratégia, mas, é um seu componente essencial.

11.3 — ARGENTINA

O Exército argentino mostra até hoje a influência cultural do Exército alemão. Natural que a sofresse também em relação à idade dos comandantes, que, na Alemanha, mesmo no interregno nazista, nunca foi muito baixa. Surpreendentemente, a Argentina, desde antes da II Guerra Mundial, vem diminuindo progressivamente a idade com que

um oficial pode alcançar o bastão de comando. Em 1936, o mais jovem general-de-brigada tinha 54 anos; em 1941, passou a 52; em 1946, 51; em 1951, 48; em 1956, 46; em 1961, 44.

Ao ser criado o posto de general-de-exército em 1946, o primeiro nomeado o foi com 57 anos; em 1961, a idade baixou para 51 anos, o que se vem mantendo, pois, tanto o gen Alsogaray, último comandante-em-chefe, como o gen Lanusse, o atual, são homens que recém atingiram o meio século de existência.

A Argentina conseguiu, em 25 anos, um alto-comando bastante jovem.

12. Brasil

O predomínio da população jovem no Brasil é esmagador: 95% dos brasileiros têm menos de 60 e 80% menos de 40 anos. Uma das conseqüências é o rejuvenescimento das cúpulas dirigentes, tanto na empresa privada, como na administração pública. Os "jovens capitães da indústria" são notícia costumeira e os ministérios já se acostumaram com secretários-gerais ou mesmo ministros ainda na casa dos trinta. Um exame da idade média dos ministros da Revolução nos dá o seguinte resultado: Presidência Castello Branco, 56 anos; Presidência Costa e Silva, 54 anos; Presidência Médici, 51 anos.

Uma observação mais demorada do atual ministério mostra ainda mais: a idade média dos ministros civis é 48 anos; dos militares em pastas civis, 51; dos militares, 64. A diferença entre militares e civis se explica, em grande parte, porque, nos ministérios militares, a escolha tradicionalmente recai sobre um oficial-geral de posto mais elevado, ou seja, vindo de percorrer a carreira, com todas suas injunções de tempo. Nos ministérios civis, o problema de carreira não se apresenta, normalmente.

Além disso, também contribui para a diferença o fato de que a idade média dos generais do Exército Brasileiro tem se mostrado elevada desde 1900.

O quadro n.º 4 dá uma idéia da evolução.

Verifica-se por ele que suas idades médias sempre estiveram contidas na faixa dos 55 ao 65 anos, bastante alta para qualquer exército deste século.

A partir de 1947 estão em aumento, sendo as dos generais-de-exército igual a dos marechais do início do século e as dos demais postos mais elevadas do que em 1900. Somente em duas oportunidades (1900 e 1965) a diferença entre a idade média dos generais-de-exército (marechais) e dos generais-de-brigada foi superior a 7 anos, ou seja, a homogeneidade etária é grande.

O Exército Brasileiro tem assim um quadro de oficiais-generais de idade homogêneamente elevada e com tendência a se tornar ainda mais velho.

13. Conclusões

A curva da evolução orgânica tem o seu ápice antes do que se imagina. A fase áurea do desempenho físico e intelectual é encontrada entre os 25 e os 37 anos, bastante cedo para coincidir com a idade média das posições de liderança na atualidade.

A defasagem da época de rendimento ótimo do homem com aquela em que terá oportunidade de aplicá-lo mais eficazmente numa posição de cúpula, não é verdadeiramente um problema porque existem as variações individuais e os anos de chefia recaem sobre grande parte da faixa de bom rendimento. A situação muda de figura, contudo, quando a chefia, normalmente, é alcançada demasiado tarde.

Para os exércitos, onde o chefe é mais solicitado que na correspondente atividade civil, a questão assume vulto ainda maior.

Um retrospecto histórico mostra que, inicialmente, a predominância das características físicas do chefe militar conduziam ao comando o guerreiro mais apto: experiente, mas ainda jovem. No decorrer dos séculos, embora minimizadas as exigências físicas, as chefias notáveis foram bastante jovens porque sua assunção se fazia em função do nascimento, riqueza ou influência política e os mais capazes se revelavam.

Um aristocrata, guerreiro quase por diletantismo, podia sair-se relativamente bem ou até brilhar na condução de exércitos ainda estruturalmente simples e cuja chefia quase não demandava em conhecimentos especializados.

A chefia ainda tendia para a juventude.

O dilema — vitalidade X experiência — instalou-se definitivamente nos exércitos com o advento do oficial de carreira, em si já um reconhecimento de que o desenvolvimento tecnológico não mais permitia que a decisão pelas armas estivesse ao azar da intuição de um amador, mesmo de gênio. Na maioria dos exércitos, as exigências de formação, de prazos para acesso aos diversos postos e dificuldade de selecionar os mais aptos sem descair para o arbítrio impuseram uma quarentena, desta vez de anos, aos oficiais potencialmente capazes ao exercício do alto-comando. A situação na hierarquia adquiriu um novo componente, o tempo de serviço, de conotação evidente com a experiência e, conseqüentemente, avesso à idéia de juventude.

A vitalidade perdera o segundo embate.

A experiência da Segunda Guerra Mundial, na qual os EUA e a URSS, por razões culturais e processos diferentes, apresentaram os quadros de comando mais jovens são um ponto de inflexão no caminho para a ancianidade. As características da guerra moderna, de alta, média ou baixa intensidade tornaram cada vez mais verdadeira, para os chefes, a afirmação do Dr. Alexis Carrel: "Para ser verdadeiramente úteis, o caráter e a

inteligência necessitam como substrato o equilíbrio do sistema nervoso, a força orgânica e a imunidade natural às doenças".

Tanto as superpotências, como vários outros países conseguem, atualmente, manter seus oficiais-generais numa larga faixa etária, a grosso modo dos 40 aos 60, que permite uma melhor combinação dos dois fatores do dilema. As necessidades financeiras do Estado impedem uma baixa idade limite de permanência na ativa, mas, as possibilidades de existência de comandos relativamente jovens são boas.

A situação é de equilíbrio.

14. Fontes consultadas

- ADCOK, F.E. The greek and macedonian art of war. Berkeley and Los Angeles. University of California Press. 1962.
- BRADLEY, Omar N. Liderança. (Fort Leavenworth-EUA). *Military Review*. Edição brasileira 46 (9): 48-53, Set 1966.
- FILIZOLA, Mario. Como emplacar cem anos. Rio de Janeiro. O Cruzeiro, 3.º ed 1966.
- GRECHKO, Andrei A. Nova Lei soviética de serviço militar. (Fort Leavenworth, EUA). *Military Review*. Edição brasileira. 48 (2) 73-77, Fev 1968.
- HUNTINGTON, Samuel P. El soldado y el estado Buenos Aires. Círculo Militar. 1964.
- IMAZ, José Luiz de. Los que mandan: las fuerzas armadas en Argentina. América Latina. 1964.
- JANOWITZ, Morris. O soldado profissional. Estudo social e político. Trad Donaldson M. Garchagen. Rio de Janeiro. GRD 1967.
- MAGALHAES, J. B. Noções militares fundamentais. Rio de Janeiro. Biblioteca Militar. 1945.
- MALINOWSKY, Rodion Y. Novos rumos no ensino militar soviético. Condensação do "Krasnaya Zvezda". (Fort Leavenworth. EUA) *Military Review*. Edição Brasileira. 47 (2): 30-36, Fev 1967.
- MILITARY REVIEW. A marinha soviética (Fort Leavenworth-EUA) *Military Review*. Edição Brasileira. 49 (4): 10-17, Abr 1969.
- MONTAGNON, André. *Traité du chef* Paris. Berger-Levrault. 1954.
- PRESSEY, Sidney L. (e Raymond G. Kuhlen). *Psychological development through the life span*. New York. Harper and Brothers. 1957.
- RIDGWAY, Matthew B. Liderança (Fort Leavenworth-EUA) *Military Review*. Edição Brasileira. 46 (10): 40-49, Out 1966.
- SHOEMAKER, R.L. Guerra árabe-israelense (Forth Leavenworth — EUA). *Military Review*. Edição Brasileira. 48 (8): 56-69, Ago 1968.
- TIME. Edição latino-americana:
- The rising pressures to perform, 18 Jul 1969, pág. 61.
 - The generation gap in the corporation, 15 Ago 1969, pág. 52.
- WHITE, D. Fedotoff. O exército vermelho. Rio de Janeiro, O Cruzeiro. 1945.
- WHITSON, WILLIAM W. As gerações militares chinesas. Condensação de "Asian Survey" (Fort Leavenworth — EUA) *Military Review*. Edição Brasileira 49 (4): 39-55, Abr 1969.

Qd 4. IDADE MÉDIA DA CÚPULA

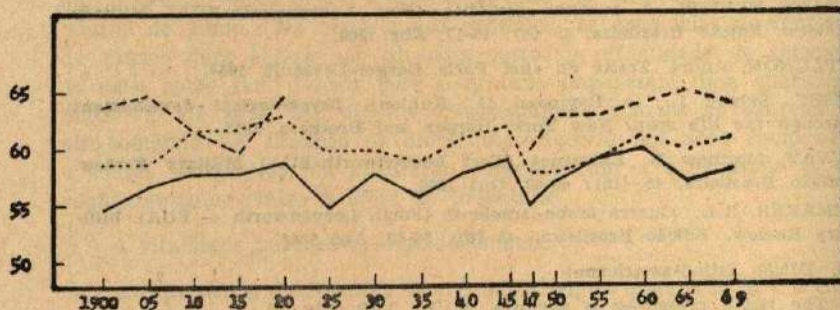
a. Apresentação tabular da evolução

Ano Posto	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1947	1950	1955	1960	1965	1969
Mal	64	65	62	60	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gen Ex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	63	63	64	65	64
Gen Div	59	59	62	62	63	60	60	59	61	62	58	58	59	61	60	61
Gen Bde	55	57	58	58	59	55	58	56	58	59	55	57	59	60	57	58

OBSERVAÇÕES

1. Não computados os técnicos e de serviço
2. Fonte. Almanaque do Exército

b. Apresentação gráfica da evolução



LEGENDA: Gen Ex (Mal) : - - - - ; Gen Div : ; Gen Bde : —————

TOMADA DE DECISÕES

CESAR RÔMULO SILVEIRA NETO

Engenheiro Pesquisador do Centro de Estudos em Telecomunicações da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1. Introdução

Neste segundo artigo pretendemos continuar examinando alguns tópicos referentes aos métodos quantitativos no processo da tomada de decisões. Procuraremos ampliar um pouco mais as idéias referentes à Análise de Sistemas que foram introduzidas em nosso artigo anterior (Ref. 1). Daremos, à guisa de exemplo, alguns conceitos fundamentais de uma das ferramentas utilizadas na análise quantitativa que é a Teoria Estatística da Decisão.

2. Os Métodos Quantitativos

Desde remota era o homem vem, consciente ou inconscientemente, fazendo uso de muitos elementos do método científico em suas tomadas de decisões, principalmente no que se referia à sua sobrevivência. Com o correr do tempo, quando os problemas da luta pela sobrevivência tinham minorado, passou a se preocupar também com os fenômenos da natureza exterior e, da necessidade de melhor compreendê-la, procurou criar modelos que traduzissem, de modo eficiente, os fenômenos observados.

Métodos analíticos desde então têm sido utilizados em pequena escala ou de modo a explicar parcialmente êsses fenômenos. Cumpre ressaltar que os fenômenos eram caracterizados por poucos fatores que nêles intervinham e eram considerados como entidades completamente distintas. À medida que as técnicas matemáticas foram sendo desenvolvidas, o homem passou a considerar muitos outros fatores e pôde verificar que alguns modelos poderiam ser unificados, permitindo assim uma representação analítica única de fenômenos considerados anteriormente como completamente distintos. Isto possibilitou ao homem ter uma visão mais ampla dos fenômenos, isto é, uma visão global que permitiu observar os diversos fenômenos não como entidades distintas mas como pertencentes a um único sistema, embora complexo.

Devido ao sucesso obtido na utilização do método científico em explicar e prever os fenômenos da natureza, o homem foi aceitando naturalmente sua aplicação nos diversos campos de atividades, mas sempre resistindo em aplicá-lo nas ativi-

dades que envolviam a pessoa humana.

Também no campo da guerra o método científico foi sendo empregado em escala crescente, pois durante as crises nacionais a busca de métodos mais eficientes para auxiliarem a tomada de decisões é intensificada.

A título de ilustração, podemos citar que Tucídides ou (melhor) Thucydides pela antiga descreve exemplos do uso de técnicas analíticas pelos Atenienses nas guerras do Peloponeso.

Em 1916 foi publicado na Inglaterra um livro intitulado "Aviação em Assuntos de Guerra", que lançou as idéias de Frederick W. Lanchester, um pioneiro em aeronáutica, sobre a eficiência da análise quantitativa na estratégia militar. Lanchester procurou representar por meio de modelos matemáticos as complexas estratégias militares. Examinou, por exemplo, a estratégia usada pelo Almirante Nelson na Batalha de Trafalgar.

Durante a 1.ª Grande Guerra, Thomas Alva Edison, então presidente do Conselho Naval Consultivo dos Estados Unidos, usou um "tabuleiro de jogo tático" para mapear e analisar a eficiência do "zig-zag", dentre outras técnicas, para que os navios mercantes escapassem dos submarinos inimigos.

Entretanto, a primeira tentativa de se usar em larga escala os métodos quantitativos como auxiliar da tomada de decisões foi feita durante a 2.ª Guerra Mundial pelas equipes de Pesquisa Operacional⁽¹⁾ envolvidas na análise de operações militares. Os trabalhos de pesquisa operacional foram, durante a guerra, considerados assuntos altamente secretos.

Os aliados, que lutavam para ganhar o comando dos céus da Europa com o aumento do número de bombardeiros e missões, constataram que menos de 15% das bombas lançadas atingiam um círculo de 300 metros em torno do alvo. Após o término da guerra foi tornado público que, em 1942, vários analistas de operações do Oitavo Comando de Bombardeio da Inglaterra realizaram estudos para obter uma melhoria da precisão no bombardeio. Com a aplicação das recomendações resultantes desse estudo houve uma melhoria para mais de 60% em 1944 (Ref. 2).

Nos fins do século XIX, homens como Frederick W. Taylor, pioneiros em consultorias administrativas e engenharia industrial, provaram o valor das técnicas científicas nos campos da produção e do planejamento.

Em 1917 um matemático dinamarquês de nome Erlang publicou um trabalho intitulado "So-

(1) Pode-se dizer que Pesquisa Operacional é um método auxiliar que fornece ao executivo informações quantitativas necessárias ao processo da tomada de decisões.

lução de Alguns Problemas da Teoria de Probabilidades Significativos em Chamadas de Telefones Automáticos" que antecipou de quase 50 anos os modernos conceitos de linha de espera.

Já na década de 30, Horace C. Levinson aplicava métodos quantitativos a problemas de comércio. Empregou modelos matemáticos no exame da eficiência da propaganda, da colocação de mercadorias, do hábito de compra dos fregueses e das novas técnicas mercantis⁽²⁾.

As técnicas utilizadas pelos cientistas e militares durante a 2.^a Grande Guerra, provando ser de grande valia no processo de tomada de decisões, romperam os limites impostos pela segurança durante a emergência nacional e tomaram conta da indústria, das entidades governamentais e dos outros setores das Forças Armadas.

Podemos citar, para efeito de ilustração, que, com a nacionalização de algumas indústrias pelo governo inglês, os analistas puderam experimentar as técnicas de pesquisa operacional considerando as indústrias como um todo. A situação econômica inglesa acelerou sua aplicação no governo e nos planejamentos sociais e econômicos, vencendo assim aquela resistência que o homem fazia em utilizar os métodos quantitativos em problemas que envolviam a

pessoa humana. Foram realizados, por exemplo, pela "Superintendência Social do Governo" um "Levantamento das Doenças"; o Ministério da Alimentação realizou um estudo sobre o consumo e as despesas alimentares para prever os efeitos da política de alimentação no orçamento familiar.

Os grupos de pesquisa operacional das Forças Armadas Norte-Americanas continuaram reunidos em equipes que se tornaram conhecidas por "Weapons Systems Evaluation Group", que funciona no "Institute for Defense Analysis" para o "Joint Chiefs of Staff" do Departamento de Defesa; "Operations Evaluation Group" da Marinha; "Operations Research Office" do Exército; "Operations Analysis Group" e a "Rand Corporation"⁽³⁾ da Força Aérea, para citar apenas os grupos de maior importância dentro das Forças Armadas Americanas.

O crescente interesse por parte da comunidade industrial, principalmente pelo fato de que cientistas e analistas militares passaram a ocupar cargos de destaque nas organizações industriais fomentou a criação de sociedades e centros de pesquisas, cujos interesses são a pesquisa e a difusão da aplicação dos métodos quantitativos na tomada de decisões: "The Opera-

(2) É forçoso ressaltar que os exemplos apresentados são alguns poucos dentre muitos que poderão ser encontrados nas revistas especializadas citadas no fim desta seção.

(3) Vide obs. 2 da Ref. 1.

tions Research Society of America" publicando a revista "Management Science"; "Operational Research Society", inglesa, publicando a revista "Operational Research Quarterly"; "Société Française de Recherche Opérationnelle", publicando a revista "La Recherche Opérationnelle"; "Centro per la Ricerca Operativa", italiano, publicando uma revista com o mesmo nome.

Além das revistas acima citadas, podemos incluir a "Unternehmens forschung", austríaca, e os jornais "Naval Research Logistics Quarterly", "Journal of the Society for Industrial and Applied Mathematics", "Econometrica", "Harvard Business Review", "Journal of the American Statistical Association", "Fortune Magazine", "Review of Economics and Statistics" e o "Proceedings of the Institute of Radio Engineers", todos como prova da importância que os métodos quantitativos assumiram no processo da tomada de decisões, tanto nos setores governamentais e militares quanto nos industriais.

3. A Análise de Sistemas(4)

Apesar do sucesso obtido pelos métodos quantitativos utilizados na Pesquisa Operacional, eles eram usados de modo limitado: apenas em operações a serem executadas em um futuro próximo e, talvez por causa disso, considerando poucos fatores interdependentes. Os objetivos a

serem alcançados eram óbvios, como, por exemplo, a precisão dos bombardeios aéreos.

Durante a 2.^a Grande Guerra os métodos quantitativos não foram utilizados no estudo da composição de forças e desenvolvimento do equipamento para um futuro mais distante. Consequentemente, com a evolução da tecnologia, a própria arte de guerra sofreu uma vigorosa reavaliação, não só na parte tecnológica, mas também na estratégia e na tática. Milhões de dólares foram destinados a esse tipo de análise e pesquisa.

Uma nova sistemática de trabalho foi introduzida no Departamento de Defesa dos Estados Unidos em 1961 por Robert McNamara. Essa nova sistemática consistia na análise do sistema de defesa como um todo e para que se fizesse a coordenação dessa análise foi criado um escritório para a Análise de Sistemas sob a orientação do Dr. Alain Enthoven (Ref. 1).

O termo Análise de Sistema, já de algum tempo utilizado pelos pesquisadores da RAND, ganhou notoriedade quando adotado pelo Pentágono. Cumpre lembrar que muitos dos homens que auxiliaram McNamara a implantar a administração científica no Pentágono ocupavam, anteriormente, posições de destaque na RAND.

A Análise de Sistemas está mais próxima da engenharia do que da ciência, pois seus objetivos são recomendar e, por que não

(4) Deve ser entendido em seu sentido mais amplo e não apenas como aplicado ao campo da computação eletrônica.

dizer, sugerir as diversas políticas de ação, aproveitando os resultados do campo científico de modo a fazer com que as decisões sejam corretas e a sua execução barata.

Uma das etapas mais importantes na Análise de Sistema é o estabelecimento dos objetivos. Uma etapa árdua que raramente é completada na primeira iteração (permitam-se adiantar esse termo) pois os fatos a serem estudados não são determinísticos e freqüentemente os objetivos são múltiplos, conflitantes e obscuros. Nesta etapa deve haver um contato estreito entre os analistas e o tomador de decisões.

Uma vez que a equipe de analistas está satisfeita quanto à aproximação dos objetivos, devem passar ao estabelecimento das alternativas, isto é, todos os modos possíveis de alcançar os objetivos propostos. É importante ressaltar que mesmo as alternativas ditas "estúpidas" devem ser consideradas: "A Terra é redonda e gira em torno de seu eixo".

Após o estabelecimento das alternativas, nessa 1.^a iteração, há o trabalho da coleta de dados; dados que serão muito úteis nas etapas seguintes. Dentre esses dados devemos dar uma atenção toda especial àqueles referentes aos custos.

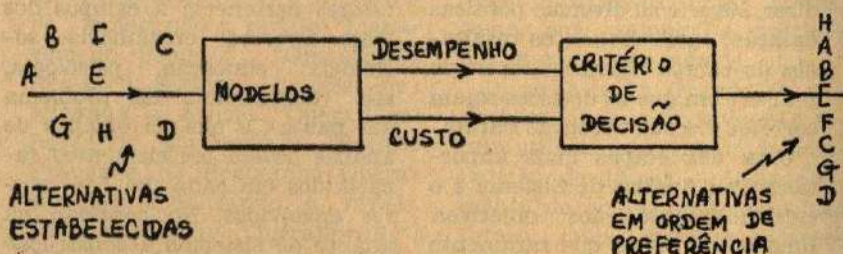
Em seguida, a construção de um modelo se faz necessária. O modelo é uma representação, passível de ser entendida e manuseada pelos analistas, que engloba, tantos quanto possível, os fatores que intervêm no "fenômeno" que está sendo analisado. Deve ser lembrado que esses

fatores pertencem a campos dos mais diversos: engenharia, sociologia, educação, psicologia, etc. (dependendo do problema em pauta) e que as equipes de análise devem ter elementos capacitados em cada um dos setores envolvidos. No contexto da análise de sistemas a construção do modelo é de vital importância, pois é nele que os analistas trabalharão, examinando e estimulando as conseqüências das escolhas alternativas.

As conseqüências das escolhas são normalmente examinadas através do relacionamento do custo x eficiência de cada uma das alternativas propostas. São alterados alguns parâmetros do modelo de modo a verificar como os resultados variam com esses parâmetros; é a análise de sensibilidade.

Depois desse trabalho detalhado sobre o modelo, os resultados são analisados de modo a questionar as hipóteses e os dados utilizados. A partir dessa análise os objetivos podem ser reexaminados, novas alternativas estabelecidas, coleta de outros dados, etc., e o estudo se processa iterativamente até que os analistas e o executivo estejam satisfeitos com os resultados obtidos. Nesse instante, as alternativas analisadas na última iteração são, baseados num critério de decisão, ordenadas e enviadas ao executivo para a tomada de decisão.

A título de melhor ilustração do processo adotado na análise de um sistema, vide o diagrama em blocos abaixo (Ref. 3.)



4. Teoria Estatística da Decisão (Ref. 4)

A teoria estatística de decisão é essencialmente uma generalização e unificação da teoria estatística clássica, pois é capaz de preencher uma grande lacuna existente entre a elaboração teórica e a utilização prática.

Essa teoria possibilita a representação de estruturas de sistemas ótimos, permite a avaliação do desempenho desses sistemas e, o que é importante, permite uma comparação quantitativa entre os sistemas reais e o sistema ótimo teórico.

É interessante ressaltar que o problema da decisão é apenas uma parte das operações que o sistema, como um todo, tem que executar. Após a tomada de decisões, ações são executadas e as consequências dessas ações serão função da decisão tomada. A cada combinação das situações físicas que levaram um sistema a tomar uma determinada decisão e da própria decisão pode-se estabelecer uma espécie de "custo" que possibilitará uma avaliação do desempenho do sistema.

Um problema de decisão pode ser classificado quanto:

- à natureza da decisão desejada;
- à natureza dos dados observados;
- à duração do intervalo de observação.

Quanto à natureza da decisão desejada os problemas de decisão devem ser:

- a escolha, dentre um número finito, de uma alternativa baseada apenas em dados incertos;
- a avaliação de um determinado valor, que pode assumir valores num determinado intervalo, baseada apenas em dados incertos;
- a execução de ambas as decisões.

Esses problemas são estudados por cientistas e engenheiros de comunicações já há algum tempo, pois são encontrados nos sistemas de radar, infravermelho, óticos, telemetria e transmissão de dados.

Quanto à natureza dos dados observados, sendo eles amostras, podem ser colhidos em intervalos:

- contínuos;
- discretos.

E quanto à duração dos intervalos de observação, podemos dizer que eles podem:

— ser predeterminados nos problemas de decisão a intervalos fixos; e

variando de acordo com os resultados das observações nos problemas de decisões sequenciais.

Como o problema desses sistemas é, baseado nos dados observados, produzir a melhor decisão, devemos, por meio de regras de decisão, representá-lo matematicamente de modo a possibilitar sua avaliação e otimização e, somente à guisa de ilustração, os problemas matemáticos envolvidos na aplicação da teoria estatística da decisão na avaliação e otimização dos sistemas podem ser enunciados:

Na Avaliação de Sistemas:

"A partir da função densidade de probabilidade condicional dos dados observados, da função densidade de probabilidade a priori do sinal e da regra de decisão, determinar a esperança matemática de uma dada função perda".

Na Otimização de Sistemas:

"A partir da função densidade de probabilidade condicional dos dados observados e da função

densidade de probabilidade a priori do sinal, determine a regra de decisão que minimize a esperança matemática de uma dada função perda".

5. Uma Idéia

É incontestável que nos tempos modernos os atos dos governantes passaram a ter maior influência nos destinos de toda a comunidade. Sendo obrigação de todo homem público pautar seus atos de modo a melhor satisfazer as necessidades da comunidade a que servem, devem ter à sua disposição as melhores "ferramentas" para os auxiliarem no processo da tomada de decisões. Como muitas dessas "ferramentas" são de uso comum nas universidades e centros de pesquisas, devem os homens públicos aproveitar a experiência dos cientistas e professores universitários na resolução dos problemas que lhes são afetos.

Este seria, creio, um excelente modo de prestigiar e desenvolver os atuais centros de pesquisa, além, é claro, da natural melhoria das decisões, pois outros dados seriam incluídos no processo da tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

1. SILVEIRA NETO, C. R., "Análise Quantitativa na Tomada de Decisões", Defesa Nacional, março, 1969;
2. SAATY, "Mathematical Methods of Operations Research", McGraw HILL, 1959;
3. QUADE, E.S. e Boucher, W.I. "Systems Analysis and Policy Planning — Application in Defense", American Elsevier Publishing Company, Inc., 1968;
4. COOPER, G.R. "Decision Theory" em Machol, R.E. (Ed.) "Systems Engineering Handbook", McGraw Hill Book Company, 1965.

EXALTAÇÃO A 31 DE MARÇO (1964)

Professôra

MARIA ISABEL DE CARVALHO CUNHA

*Homens de todos os mundos,
Homens de todos os tempos*

Heróis de tôdas as raças

Cantai comigo, cantai

Um canto de glória

De glória da minha Pátria.

Arrancada do abismo...

Por mãos bravas

De seus filhos bravos!

Cantai comigo, cantai

"Quando a sombra da morte

Tombou sôbre o gigante...

Com suas garras vermelhas

famintas aniquilantes...

Quando êsse câncer da liberdade

destruía a sua fé,

desgraçava a sua vontade,

arruinava a sua energia!

Quando o grande povo forte...

caminhava para a morte

De sua honra!

De seus brios!

De sua crença...

Quando os Cains abundavam
num festival de covardes
verdugos da própria raça!
desertores da decência!

Quando os varões eram calados...

Quando a treva se instalou...
quando Pequim exultava
abraçada a Moscou!

Quando o mundo estarecido...

se cobria de vergonha...

Quando a esperança morreu

Quando tudo se perdeu...

Rompe terrível a espada de Carias,
a lucidez de Rui,
a têmpera de Feijó!

O grito de "Não!"
Ecoou Pátria inteira

Era o sangue de Marcílio Dias

A alma de Maria Quitéria

O martírio de Tiradentes

a reclamar sua terra.

E o fogo de amor que queima
incendiou Pátria inteira!

E a terra de Santa Cruz

à sombra da Cruz brilhou!

E a Pátria grande imensa

rompeu os grilhões que matam,
e ao mundo inteiro se impôs!

Atentai bem, homens de todos os mundos

Atentai bem, homens de todos os tempos

Atentai bem, heróis de tôdas as raças

Este meu canto de glória

É o canto de minha raça

Cantai comigo, cantai.

ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

ORDEM DO DIA

31 DE MARÇO

As celebrações de hoje, no simbolismo da data de 31 de Março, assinalam a passagem do sexto aniversário de um dos mais belos e unânimes movimentos cívicos da nacionalidade. Embora repetidas ano a ano, nem por isso deixam de revestir-se das galas e das emoções próprias das grandes vitórias, que por decisivas passam a constituir marcos indeléveis na vida dos povos.

Nascidas nos lares, sob a inspiração da mulher brasileira, a memorável jornada de 31 de Março de 1964 uniu todos os homens deste país, numa cruzada em defesa das instituições e da liberdade ameaçadas, no repúdio a uma minoria corrupta e subversiva, que vivia à sombra do poder e levava o país à anarquia, à estagnação e ao empobrecimento.

Foi a Nação inteira que se levantou, esplêndida de coragem e determinação, contra um governo bifronte e incapaz, que perdeu a autoridade e o respeito dos governados e tornou-se instrumento dos desígnios do movimento comunista internacional.

Bastava o fim dêsse estado de coisas para justificar a Revolução de 31 de Março, mas esta, decidida a promover o progresso e o bem-estar de nosso povo, prosseguiu, inflexível, no seu esforço realizador. É árvore que brotou da boa semente e começa a dar bons frutos. E a História há de registrar, em sua verdadeira dimensão, na perspectiva do amanhã, o que ela representou para os destinos do Brasil e preservação da democracia e da paz universal.

Meus camaradas!

Na jornada de 31 de Março de 1964 as Forças Armadas, integradas na Nação, como parte de um todo, nada mais fizeram do que bem interpretar e defender, como em outras etapas gloriosas da vida nacional, os superiores e pessoais interesses do País.

Os ideais que inspiram a Revolução Brasileira continuam vivos e a nos unir cada vez mais, sob a autoridade legítima e incontestável

do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, empenhados todos na construção da grandeza do presente e de uma nacionalidade que mereça o reconhecimento das gerações futuras.

Neste Brasil renovado somos e permaneceremos fiéis à nossa vocação de povo cristão e amante da democracia. Não a democracia romântica, tão apregoada pelos "burgueses progressistas" e os "intelectuais avançados", mas a democracia representativa que se funda no amor à liberdade com responsabilidade, alicerçada nos valores espirituais e morais que fazem do homem a suprema finalidade de todas as coisas.

Os pregoeiros da cizânia, que nada constroem, mas deformam os fatos, e os empreiteiros da desordem e do terror, que vivem do crime e da traição, teimam em acusar as instituições militares de serem fonte de militarismo e tutoras da ação governamental. Em verdade, "no silêncio e na nobreza da subordinação consciente ao Poder Civil", somos "meios democráticos da mais alta importância para garantir o desenvolvimento brasileiro, nos quadros do aperfeiçoamento das instituições políticas, o que inclui, necessariamente, a defesa da Pátria contra a volta da corrupção e da subversão". Muitos povos, por falta dessa ajuda, perderam o direito de serem livres.

Soldado do Exército Brasileiro! A Nação espera de nós, em íntima comunhão de pensamento e de ação com a Marinha e a Aeronáutica, e devotados por inteiro aos mistérios da profissão das armas, o cumprimento do sagrado dever da vigilância indormida, para que no altar da Pátria tremule sempre a mesma bandeira — que nenhuma outra pode substituir — a Bandeira do Brasil.

(a) Gen Ex Orlando Geisel, Ministro do Exército



A EDUCAÇÃO DAS ELITES MILITARES

CORRELLI BARNETT

Traduzido de uma publicação da Universidade de Columbia, EUA.

Por: Ten Cel Paulo A. F. Viana

Quem der ouvidos aos políticos e historiadores constitucionais, paladinos das maravilhas da democracia parlamentar, não imaginará que nossa civilização seja largamente originária da guerra e a ela dedicada (1). Há uma extraordinária relutância (refletida, por exemplo, no escasso número de departamentos universitários dedicados, na Grã-Bretanha, ao estudo da guerra e da história militar) em reconhecer o quão profundamente a guerra e a preparação para ela modelaram a organização social neste século e determinaram o progresso técnico e industrial (2). Contudo, os próprios políticos, que se congratulam com a natureza "civil" da democracia ocidental, empregam metáforas bélicas com a desenvoltura de frustrados marechais-de-campo: exigem políticas "agressivas" de vendas, para

assegurar "cabeças-de-ponte" nos mercados externos; "reclassificam" empregados; buscam "avanços" tecnológicos e sociais; lançam "campanhas" contra os motoristas embriagados. As metáforas traduzem o fato: muitas de nossas instituições, formas de raciocínio, técnicas de organização e controle civis surgiram primeiro nos exércitos, ou durante as guerras. O Plano Schlieffen precedeu o Plano Marshall. As Escolas de Estado-Maior precederam as de Comércio. As primeiras Escolas Técnica e de Engenharia foram militares (3).

A educação das elites militares não é, portanto, assunto de um grupo profissional especializado, isolado do fluxo principal da vida moderna. É um tema de grande interesse e relevância.

A elite militar, historicamente, não era apenas profissional, mas

social, também. Ao alvorecer da revolução industrial na Europa, o corpo de oficiais era o herdeiro e guardião de uma tradição militar cavaleiresca, transmitida desde a Idade Média (4). Em muitos casos, os militares eram os descendentes diretos dos senhores de terras feudais. Durante quatro séculos de transição, da guerra medieval para as forças permanentes e as táticas de fogo disciplinadas, a nobreza e as classes superiores conseguiram, em geral, manter o domínio dos exércitos. Na verdade, era comum uma espécie de acôrdo tácito "neofeudalista", entre as monarquias absolutas e a *noblesse*, particularmente a pobre. A *noblesse* desejava uma vida compensatória, ao ar livre, de acôrdo com a sua concepção de honra; o rei desejava uma oficialidade leal. A burguesia, em geral, preocupava-se mais com o tilintar das moedas do que com o troar dos canhões (6).

Os aspectos militares das transformações sociais e industriais do Século XIX impuseram-se, assim, a uma elite pouco disposta a aceitá-las de bom grado. Constituiu um paradoxo uma elite, baseada nas tradições e na sociedade pré-industriais, ser, desde então, impelida a colocar-se na vanguarda do progresso — tanto técnico como institucional. Foi um papel que os militares relutaram muito em aceitar, porque o nôvo mundo industrial parecia, em muitos aspectos, uma ameaça a tudo que prezavam, particularmente os privilégios. A instrução desempenhou, assim, um papel-

chave na ação de retaguarda do corpo de oficiais neofeudalista contra os progressos do Século XIX. Quanto mais alto o padrão de conhecimentos técnicos e gerais exigidos do exército, mais ameaçado o domínio dos neofeudalistas. Isto não ocorria apenas porque suas tradições fôssem contra livros e estudos, e a favor de um galope largo, uma luta corajosa, ou um bom copo. Os neofeudalistas provinham, frequentemente, de uma nobreza dispersa pelos ermos da Pomerânia, da Provença, ou da Irlanda, onde não era fácil obter uma boa instrução, ainda que pudessem pagá-la (7). Na Prússia, entre 1806 e 1870, travou-se uma batalha particularmente renhida, sôbre os problemas interligados dos padrões educacionais e da manutenção do oficialato nas mãos de uma elite social (8). Na Grã-Bretanha, onde não havia casta nobre privilegiada, e o exército era antes uma entidade secundária do que uma grande instituição nacional, a contenda foi menos definida e específica. Ela constituiu, talvez, o aspecto de uma outra ação retardadora, a da nobreza rural Tory, sob Disraeli, na defesa dos valores e da influência da sociedade rural setecentista contra o utilitarismo vitoriano. A educação, contudo, foi também capital na contenda britânica; diversas comissões e grupos estudaram esta penosa disputa, entre 1857 e a Grande Guerra (9). Enquanto na Prússia os neofeudalistas temiam que a exigência de mais altos padrões de instrução barrasse os pobres, porém honestos, na Inglaterra o

temor era, antes, de serem barrados os ricos, porém estúpidos.

A prevenção dos neofeudalistas contra a maior qualificação profissional e técnica baseava-se na crença no valor do "caráter", em oposição ao intelecto. A história da educação militar até os presentes dias tem sido um cabode-guerra entre estas duas qualidades: entre a concepção do soldado lutador e a nova concepção, fruto da era industrial, do administrador militar; entre uma elite tradicional e as alterações sociais que a soterraram, gradualmente.

Mesmo no brilhante alvorecer da Era de Scharnhorst, na Prússia, um édito real recordava que "Instrução e conhecimento técnico não são as únicas coisas necessárias a um oficial competente; ele necessita, também, presença de espírito, presteza de decisão, pontualidade, vida militar regular e comportamento adequado. Estas são as virtudes cardiais que todo oficial deve possuir" (10). Cinquenta e dois anos mais tarde, o Príncipe Frederico Carlos exigia "Dedicação, aptidão e zelo pela profissão escolhida, sentimento de orgulho e honra pela posição de oficial, mente receptiva ao espírito que sempre caracterizou a oficialidade prusiana..." (11). Na Grã-Bretanha, a preferência do caráter ao intelecto, do físico à mente, assumiu sempre a forma de menosprezo ao diplomado pela Escola de Estado-Maior e de endeusamento àquele camarada formidável, o oficial da tropa. Assim manifestou-se o Duque de Cambridge, Comandante-Chefe, em

depoimento perante a Comissão Real, em 1868: "Eu prefiro oficiais de Tropa aos de Estado-Maior. Estou plenamente convencido de que o melhor oficial de Estado-Maior é o de Tropa..." Ou, como menos cerimoniosamente colocou o assunto, em outra oportunidade: "Oficiais de Estado-Maior! Eu conheço bem esses oficiais da Escola de Estado-Maior! São horríveis e sórdidos!" (12).

A ambicionada qualidade de caráter era considerada, naturalmente, a propriedade peculiar da elite tradicional, em que se refletiam, também, as mais altas virtudes nacionais e os próprios fundamentos do caráter do Estado. De uma forma ou de outra, o problema da educação militar estava ligado ao impacto da revolução industrial sobre uma sociedade tradicionalista (13). Não obstante, seria errôneo concluir que a posição neofeudalista, pró-caráter e contra a inteligência e a instrução, não era mais do que um conservadorismo obscurantista. Existe um abismo entre a profissão militar e as demais. Apenas o soldado (e obviamente o marinheiro e o aviador) arrisca sua vida e integridade física; apenas o militar deve agir eficientemente em situações de terror e pânico, que acarretam, naturalmente, uma atuação menos efetiva. Só o soldado tem igual confiança em seus camaradas e na adequação de seu desempenho; e desempenho não somente individual, mas em grupo. O recrutamento dos oficiais em uma classe social homogênea provoca uma homogeneidade imediata do

corpo de oficiais. Se esta classe der, também, alto valor à coragem, intrepidez e capacidade de chefia, uma qualidade militar apriorística será incutida na oficialidade. Homogeneidade significa coesão e compreensão mútua em tempo de dificuldade — qualidades de importância funcional básica no campo de batalha, ou em um posto de comando fortemente pressionado.

Não obstante, à medida que as exigências técnicas da guerra tornam-se mais complicadas, elas só podem ser contidas até certo ponto, sob pena de os exércitos ficarem reduzidos aos disparates dos britânicos na Criméia. A educação formal militar originou-se destas necessidades técnicas e tem avançado vacilantemente, desde então. Os requisitos tornaram-se primeiro evidentes na técnica de tiro e na engenharia militar. França, Prússia, Rússia e Grã-Bretanha já haviam fundado Escolas de Artilharia e Engenharia nos meados do Século XVIII. Contudo, o princípio da reforma da instrução profissional, para os oficiais, seguiu-se, geralmente, apenas a alguma derrota ou desastre de vulto. Na Prússia, as reformas de Scharnhorst foram a consequência do colapso do sistema fredericiano, em Iena e Auerstadt. Na Grã-Bretanha, a fundação da Real Academia Militar (Cursos Inferior e Superior) deveu muito à lamentável demonstração de ignorância e incapacidade dos oficiais britânicos na Holanda, em 1793/4 (14). A França deve à *École de Guerre* a sua derrota de 1870 (15).

Freqüentemente, são necessários homens de visão e personalidade para vencer a indeferença da maioria dos militares para com a sua instrução. A *École Polytechnique* deve sua existência a Carnot, Monge e Lagrange, assim como à crise nacional de 1794; o caráter de West Point deriva essencialmente de Thayer; Sandhurst e a Escola de Estado-Maior, de Le Marchant. No caso de Carnot e Thayer, foram eles tão hábeis criadores, que suas escolas funcionaram como máquinas, dando excelente rendimento por gerações, sem exigirem reformas eventuais. Na Inglaterra, entretanto, as Academias Militares tenderam a recair na estagnação, após cada breve tentativa tímida de reforma.

Quando se feria, nos meados do Século XIX, a batalha decisiva e entre a elite social neofeudalista e os efeitos da revolução industrial, entre o caráter do guerreiro e o conhecimento profissional do administrador militar, os defensores da educação militar enfraqueceram sua causa pela aridez, pedantismo e fraqueza de seus currículos (16). Os exames parciais de Sandhurst exigiam, como matérias obrigatórias, Geometria Euclidiana, Topografia Militar, Matemática Superior e mais três matérias opcionais, dentre Seções Cônicas, Ataque e Defesa de Fortalezas, História Geral, Latim, Francês, ou Alemão (17). Não é fácil considerar tal currículo como preparação adequada para o trabalho de subalterno, na Índia, ou na Metrópole. A Escola de Estado-Maior da Inglaterra (até 1857, o Curso

Superior da Real Academia Militar de Sandhurst) era ainda mais formidavelmente matemática. Tudo que fôsse necessário ao preparo de topógrafos era ensinado; mas quase não se estudava História Militar. O próprio Príncipe Consorte notou este abismo fatal entre a abstração acadêmica nas Escolas Militares e a missão real de controlar homens e situações, como oficial: "O que se lucrará fazendo dos oficiais do Exército, em particular dos de Estado-Maior, matemáticos teóricos, ao invés de soldados científicos?... é fato bem sabido... que os matemáticos, por seus pendores mentais inatos, possuem, entre todos os homens, o menor discernimento para as coisas práticas, e são os mais incapazes e desajeitados na vida quotidiana..." (18).

Se um indivíduo esclarecido, como Alberto, podia expressar tais idéias, com muito mais facilidade e crueza os neofeudistas das fileiras regimentais faziam pouco da educação militar formal.

No fim de contas, foi o núcleo central (estado-maior) da elite de um dos corpos de oficiais mais privilegiados e com espírito de casta da Europa — o prussiano — o primeiro a sucumbir ao novo mundo da transformação industrial e a converter-se em um grupo de administradores e técnicos "industriais". As razões foram muitas. No Exército Prussiano, a tradição intelectual encarnada por Scharnhorst e Clausewitz não havia nunca desaparecido inteiramente; nem era a oficialidade imune ao clima con-

temporâneo de indagação filosófica e científica, da Alemanha. A *Kriegsakademie* (fundada em 1818) e o Estado-Maior Geral continuaram a estimular a forma profissional de solucionar os problemas da guerra. Mas não foram tanto estas influências continuadas, quanto à necessidade irresistível de modernos exércitos em massa, que eliminaram os simples soldados. Transporte ferroviário, mobilização rápida e novos equipamentos exigiam maior grau de habilidade e competência técnicas. A cultura e a inteligência dos conscritos impunham os mesmos atributos aos oficiais. Acima de tudo, o Exército Prussiano, no tempo de Moltke, Roon e Bismarck, foi a chave da unificação da Alemanha; nem os oficiais, nem a Nação, podiam permitir-se ser menos eficientes e modernos. Por 1870, a revolução estava quase concluída; o primeiro exército europeu dos tempos modernos havia entrado em ação em três guerras rápidas (19).

Nesta atualização forçada da oficialidade germânica, persistiu um paradoxo; os *junkers* haviam-se modernizado profissionalmente, sem mudar sua aparência, suas qualidades e seu código de honra. Permaneceram, espiritualmente, legítimos guerreiros neofeudistas pré-industriais. E conseguiram incutir estas características nos novos oficiais burgueses que acorreram em grande número ao Exército, até 1914, como consequência inevitável da expansão militar. Na realidade, os neofeudistas, sob Guilherme II, conseguiram transmitir

suas qualidades a toda a Nação (20).

A nova concepção germânica de organização e planejamento abriu a era moderna da guerra. Nada como os minuciosamente entrosados planos, itinerários e programas da mobilização e *Aufmarsch* de 1870 havia sido visto antes. Assim, um exército havia-se convertido no correspondente profissional e organizacional da indústria moderna.

Na pessoa de Moltke, triunfou o soldado intelectual, culto, sobre as qualidades pré-industriais preconizadas por indivíduos como o Velho Dessauer; e os demais exércitos, sem exceção, tiveram de seguir, então, o exemplo, embora relutantemente. É este processo após 1870, em particular após 1900, que constitui a história contemporânea da formação militar.

Nesta altura, é necessário distinguir entre ensino e doutrinação de toda a elite militar — isto é, da oficialidade de carreira, profissional — e da elite central, isto é, o Estado-Maior e o Alto Comando.

Existiam, no começo do Século XX, e ainda perduram, amplas diferenças nacionais na organização e na concepção da formação do oficial subalterno. Tais diferenças decorrem, em parte, dos sistemas nacionais de ensino civil. Na França, Inglaterra, e Estados Unidos, a chave do caráter e da personalidade do corpo de oficiais é a Academia Militar. No caso da França, artilheiros e engenheiros entravam na *École Polytechnique*, cavalarianos

e infantes na *École Spéciale Militaire de St Cyr* (21). Hoje, poucos oficiais cursam a *École Polytechnique*; os artilheiros e engenheiros recebem, agora, sua primeira instrução em comum com os outros cadetes, em St Cyr. Até 1957, havia na Grã-Bretanha, também, duas escolas: a Real Academia Militar de Woolwich (Artilharia e Engenharia) e a Real Academia Militar de Sandhurst. Hoje, como na França, os cadetes de todas as armas passam por uma única escola, a Real Academia Militar de Sandhurst. A Academia Militar dos Estados Unidos forma, também, todas as armas. Embora nestes três exércitos as Academias Militares preparem apenas uma parcela dos candidatos ao oficialato, sua personalidade marca profundamente o corpo de oficiais, porque seus graduados conservam-se como um grupo coeso. Nas palavras de um oficial francês, "*St Cyriens* são a alma do Exército" (22).

Deixando de parte os pormenores de currículos e métodos, o fator comum, constante e essencial, destas três Academias Militares, é a doutrinação na tradição, potente condicionar emocional dos mitos, costumes e atitudes militares. São símbolos materiais e lembretes: plaquetas gravadas com os nomes dos mortos gloriosos; museus; a iconografia conjunta dos graduados ilustres; estátuas, canhões. Há os nomes evocativos: *le cour Rivoli* e *le cour Wagram*, *le carré de la Victoire*, na velha St Cyr; Blenheim, Waterloo, Alamein e outras companhias de "vitória" em Sandhurst. Em West Point e

St Cyr existiram — e existem — uniformes datando das guerras pré-industriais. As três academias possuem canções, gírias, costumes e cerimônias que ligam cada turma para o resto da carreira e, em grau ligeiramente menor, todos os ex-alunos. Em St Cyr, existem a cerimônia do "Triunfo", assinalando a formatura da turma de veteranos e o "Batismo" da turma de calouros, ao final do primeiro ano. Em West Point, há a Parada do Dia da Formatura; em Sandhurst, a Parada Real e a cavalgada do Ajudante pelos degraus da entrada principal.

Esta doutrinação surgiu mais da História do que de uma criação artificial, mas é de duvidar-se que psicólogos, ou sociólogos, sejam capazes de melhorá-la. Sobre esta infra-estrutura mental, puramente neofeudalista, com sua ênfase em glória, bravura, honra, dever, patriotismo, ergue-se uma instrução técnica e prática, simultaneamente nas academias e, mais tarde, nas escolas de aperfeiçoamento. Mas é esta doutrinação que, juntamente com a instrução militar e a disciplina, transforma paisanos em soldados. Sem ela, não haveria diferença entre um general e o alto executivo de um cartel comercial. Em termos de formação de um caráter comum da elite militar, por tanto, este fator de condicionamento interior, das escolas de cadetes, tem maior importância que os pormenores e as prioridades mutantes dos currículos acadêmicos e da instrução militar.

É interessante notar-se que enquanto a severidade da disciplina e o rigor geral da vida em Sandhurst e em St Cyr reduziram-se gradualmente, desde 1939, West Point permanece relativamente muito mais conservadora; mais prussiana, como sempre o foi, do que os prussianos. É difícil saber se a razão disto é simplesmente a inércia da tradição conservadora, ou se West Point enfrenta um problema especial com seu sistema de admissão (23). A matéria-prima de St Cyr e Sandhurst provém de nações antigas, homogêneas e, especialmente a da segunda, de um ambiente doméstico e educacional relativamente comum. Os novos cadetes já experimentaram a disciplina — ou a autodisciplina — nos liceus, colégios particulares, ou ginásios. West Point tem de haver-se com jovens de todo um continente, de ambientes familiares e sociais variados (24); jovens com uma vida doméstica e escolar muito mais livre que na Europa. West Point continua a sentir a necessidade de enquadrar sua sortida matéria-prima em um bloco homogêneo, durante o primeiro ano do curso, antes de proceder à modelagem do seu graduado.

Da mesma forma, ela sempre manteve um curso de quatro anos, contra dois de St Cyr e Sandhurst. Tem nível universitário e confere títulos a seus diplomados; deve-se recordar que, até a segunda metade do Século XIX, era mais uma destacada escola de engenharia do que uma academia destinada basicamente a formar oficiais. A extensão do curso

é, parcialmente, determinada pelo padrão acadêmico do jovem norte-americano de dezoito anos, que, embora a comparação seja difícil, parece estar um ano atrasado, comparado ao candidato a Sandhurst (25).

O equilíbrio ideal entre o ensino acadêmico e a instrução profissional, em uma academia militar, sempre foi difícil de encontrar. Na Inglaterra, antes de 1939, havia um forte predomínio da instrução militar e da apresentação, sobre o estímulo intelectual. Entretanto, duas tentativas de curta duração foram feitas em Sandhurst, entre as guerras, para ampliar a instrução militar: uma em 1929/32, quando Edward Tollemanche era Subcomandante e Instrutor-Chefe, e a outra após 1934, no comando de B. D. Fischer. Desde 1945, a balança em St Cyr e Sandhurst pendeu para a cultura geral. Em Sandhurst, a atmosfera acadêmica é moderada, estimulante do desenvolvimento das aptidões pessoais — talvez algo entre um colégio interno britânico e uma universidade. Embora eleve os estudantes acima do nível secundário, Sandhurst não os põe no degrau seguinte, o título universitário St Cyr tem, possivelmente, o mais elevado padrão universitário das três escolas nacionais: seus alunos matriculam-se com mais idade (20 a 21, contra 18), havendo passado dois anos após o Baccalauréat estudando para o concurso de admissão, que conta como o primeiro estágio de um curso superior, concluído na Escola. A atmosfera educacional, o que não é de surpreender-se, é rigorosa-

mente acadêmica, com característica preocupação com o desenvolvimento do raciocínio lógico e abstrato. Em West Point há menos lugar para trabalho e pensamento pessoais do que em St Cyr, ou Sandhurst; objetivo principal é o fornecimento e a assimilação de uma estarrecedora quantidade de informação, por meio de um vasto mecanismo didático.

“Ele compreende um programa de estudos quase totalmente dirigidos, controle cerrado das atividades dos cadetes, preocupação por uma avaliação mais ou menos freqüente e uniforme, e meios extraordinários para auxiliar todos a assimilar a grande quantidade de material que lhes é fornecida”. E “aulas claras e porri-enorizadas são ministradas. Manuais e currículos elaborados dirigem a atenção para os conceitos e fatos básicos. Pouco é deixado ao acaso” (26).

Este sistema é, em parte, tradicional, datando de Thayer e, em parte, produto do moderno padrão norte-americano de instrução e ensino, que se reflete mesmo no ensino militar superior, de estado-maior e comando. Masland e Radway comentam: “Eles consideram o ensino militar mais uma distribuição maciça de conhecimentos do que uma busca individual do saber e da compreensão”. Reflete-se, aqui, uma evolução do ensino público norte-americano em geral. No tocante a West Point, é difícil discordar de Masland e Radway, quando concluem que “O resultado cumulativo dos métodos e atitudes... é uma tendência maior do

que julgamos conveniente para a uniformidade, a rejeição da inortodoxia, e a aceitação do *status quo*" (27).

Na Prússia (e na Alemanha, mais tarde), jamais houve uma academia militar nacional única, forjando uma mentalidade comum da oficialidade. A estrutura do ensino militar germânico era e continua a ser totalmente diversa. Até 1918 havia, é verdade, algo de equivalente a Sandhurst, St Cyr, ou West Point, nas escolas de cadetes: três na Prússia e as outras em cada um dos maiores estados germânicos. Foram criadas para dar à nobreza pobre, aos órfãos de militares e aos filhos de oficiais ensino gratuito, ou subvencionado; e, embora formassem apenas uma minoria dos oficiais, seu estilo e personalidade permeavam toda a elite. Contudo, a idade de admissão nas escolas de cadetes germânicas era de 12 a 14 anos. Assim, na época em que ingleses, franceses e norte-americanos estavam entrando em uma academia militar, o jovem alemão de uma escola de cadetes estava sendo promovido a tenente, havendo já recebido uma longa doutrinação sobre disciplina, comportamento e qualidades militares. As escolas de cadetes alemãs usavam a História, em particular, como a fonte certa de doutrinação moral; muito menos ênfase que na França, Inglaterra, ou Estados Unidos era dada ao cerimonial.

Após 1918, as escolas de cadetes foram extintas e todos os oficiais alemães passaram a entrar no Exército pelo mesmo caminho da maioria, antes de 1918 — as filei-

ras. O candidato a oficial, ou *Fahnenjunker*, recebia instrução básica militar com os outros recrutas, adquirindo assim, no modo de pensar germânico, uma compreensão essencial dos homens que iria comandar. Embora fossem separados, mais tarde, em um grupamento especial, durante o resto de seu primeiro ano de serviço militar, permanecia a idéia de receberem instrução junto com as demais praças, tendo de provar sua aptidão para o comando pelo seu desempenho nas tarefas comuns. Enquanto nas academias militares os cadetes mais antigos comandavam outros cadetes, na Alemanha eles comandavam recrutas. O esforço centrava-se, assim, muito mais na capacidade funcional e no trato íntimo com os soldados, do que em uma posição especial. Após esta instrução básica, o candidato freqüentava uma escola de oficiais, onde a instrução era inteiramente profissional, sobre os deveres do subalterno, e não de doutrinação. A instrução prática versava sobre os deveres do tenente de uma dada arma ou serviço, mas havia uma instrução geral cobrindo todos os aspectos do conhecimento profissional, até o nível comando de batalhão, de todas as armas e serviços. Este sistema perdurou de 1918 até os nossos dias. É impossível dizer como funcionaria em outras nações. A instrução preliminar deu resultados satisfatórios na Inglaterra, durante o período do serviço militar obrigatório. Por outro lado, os franceses experimentaram dar a seus candidatos a oficial uma instrução preliminar

nas fileiras e foi um fracasso. A presença dos recrutas comuns, ao invés de agir como um estímulo e servir para dar perspicácia psicológica, parece ter sido um embaraço para os candidatos a oficial, se não uma influência efetivamente perniciosa. O que se pode dizer é que, em ambas as guerras mundiais, os oficiais alemães gozaram de um melhor entendimento e camaradagem com seus homens e puderam, assim, dar-lhes uma liderança mais efetiva que os ingleses (28) ou franceses (29). Certamente, St Cyr e Sandhurst atribuem hoje grande importância à formação de seus alunos para serem líderes e não, simples transmissores de comandos. A tendência geral, na maioria dos países, tem sido a de diminuir a componente de posição do oficial, reforçando a de função. Parte de pressão proveio da conscrição, porque verificou-se que um conjunto representativo de toda uma nação é menos dócil às puras distinções e à disciplina severa dos antigos exércitos, onde os oficiais eram "gentis-homens" e, as praças, camponeses, ou arrala-miúda. A transformação decorreu, em parte, da perda de controle do oficialato pelos "neofeudistas": na França, os sobrenomes à particule dos oficiais gerais caíram de 25%, em 1898, para 7% em 1939. Desde então, a proporção de cadetes das classes superiores, ou filhos de oficiais, vem decrescendo em St Cyr. Em 1966, 50% dos matriculados eram filhos de subtenentes e sargentos. Dentre os oriundos do meio civil, 36% eram filhos de pessoas vivendo de salá-

rios. Os filhos de assalariados, subtenentes e sargentos, reunidos, representaram 30% dos matriculados em St Cyr, em 1965 e 42% em 1966 (30). Existe pois, agora, pouca base classista no corpo de oficiais franceses e, certamente, nenhum "estilo" de classe. Na Inglaterra o número de matriculados em Sandhurst, procedentes de colégios, particulares de renome caíram de 255/339, em 1891, para 266/777, em 1961 (31). Contudo, entre os exércitos modernos, a oficialidade inglesa permanece como o derradeiro refúgio do neofeudalismo, porque costumes, valores e atitudes do passado aristocrático tornaram-se institucionalizados. Após dez anos no Exército Britânico, o jovem da escola pública só será distinguido do filho de um fazendeiro, educado em um famoso colégio particular, por um conhecedor, se o for. De fato, o jovem da escola pública — muito compreensivelmente — poderá ater-se muito mais fortemente ao ideal neofeudalista que o verdadeiro "gentleman". Assim, a velha luta entre o administrador profissional, o técnico da guerra e o gentil-homem talvez prossiga apenas no Exército Britânico, não tanto na instrução e no desempenho profissional, como nas tensões psicológicas internas, do próprio oficial. Na Alemanha, a proporção da oficialidade nobre caiu de 40%, em 1898, para 20%, em 1932 (32). Após 1933, a expansão avassaladora e o radicalismo nacional-socialista juntaram-se para demolir, finalmente, a "segregação" do corpo de oficiais (33). Outra causa do encurtamento da

distância social entre oficiais e praças, em todos os exércitos, favorecendo uma relação baseada nas funções, foi a natureza da guerra moderna, empreendida por pequenos grupos isolados.

Em contraste com este estreitamento da distância social entre oficiais e praças, nos exércitos ocidentais (embora pequeno na Inglaterra) e a liberalização do ensino nas escolas de cadetes, a oficialidade do Exército Vermelho, instrumento declarado das classes trabalhadoras, recrutado exclusivamente dentre elementos com reconhecido passado proletário, julgou conveniente reforçar as distinções entre oficiais e praças e criar e manter uma elevada posição formal para aqueles, baseada em um rígido regulamento disciplinar (34). Não cabe discuti-lo aqui, mas é bastante dizer que tal mostra que um sistema teórico de educação e disciplina militar não pode ser imposto com êxito ao arrepio do caráter e das tradições nacionais. Resumindo, podemos dizer, em poucas palavras, que a reformulação completa do ensino básico do novo oficial, no Ocidente, o banimento do tipo tradicional pré-industrial do combatente — seus códigos, maneiras e hábitos — permanece, ainda, uma tarefa básica, embora apenas a Inglaterra, talvez, tente manter-lhe o “estilo” do gentil-homem. A aquisição de uma cultura geral e uma instrução comparáveis às de outras elites, assim como de destreza profissional no manuseio dos equipamentos militares modernos e na administração de pessoal, au-

mentaram enormemente de importância.

A formação da elite central — alto comando e estado-maior — passou por uma transformação similar. Já não se fazem generais apenas por suas qualidades guerreiras neofeudalistas; os oficiais de estado-maior já não recebem apenas uma instrução técnica particularizada. Pelo contrário, são eles submetidos, durante toda sua vida profissional, a um processo de rigorosa seleção, para categorias cada vez mais elevadas de ensino, que os capacitam não só para o completo domínio de todas as complexidades da defesa moderna, mas à compreensão e ao conhecimento de todos os campos onde a defesa agora se estende: política exterior, economia, assuntos políticos e sociais, ciências e pesquisas.

O Estado-Maior Alemão, com Moltke, iniciou sua transição do mundo simples de Raglan ou Bazaine. A Kriegsakademie precedeu as escolas de comércio, no ensino, aos administradores superiores, de suas técnicas. O Kriegspiel (jogo da guerra) foi uma grande dávida para a moderna instrução profissional. O ensino do oficial de estado-maior alemão contudo, permaneceu limitado à sua própria esfera profissional; não foi ele encorajado a considerar as implicações políticas mais amplas de sua tarefa. Tanto o Plano Shlieffen como o infeliz papel do Estado-Maior Alemão na crise de julho de 1914, foram os resultados trágicos deste profissionalismo estreito demais. Após a Grande Guerra, Seeckt tentou

alargar os conhecimentos de seus oficiais, encorajando-os ao ingresso nas universidades e escolas técnicas e através de suas "conferências das quintas-feiras", proferidas por autoridades convidadas, de todos os campos. A primeira diretriz de Seeckt sobre ensino estabelecia que "os oficiais devem ser adestrados para ter uma visão dos grandes problemas". Sua ordem do dia de 11 de outubro de 1920 refere-se "à necessidade de conhecimento e compreensão da vida política e social" (35). Homens como Beck e Fritsch demonstraram, certamente, maior compreensão da posição política e econômica da Alemanha do que Hitler, ou do que seus próprios predecessores, antes de 1914 e seus sucessores, depois de 1938. Lamentavelmente, não gozaram eles da preeminência de Moltke e Schlieffen no Governo (36).

A França seguiu o exemplo germânico, fundando a École Supérieure de Guerre, em 1878. Sob Lewal, seu primeiro comandante, e um corpo de instrutores compreendendo Maillard e Bonnal, o curso era estritamente profissional e funcional, visando à preparação dos alunos para o trabalho de comando e estado-maior em uma guerra futura. O ensino era baseado no estudo minucioso da guerra de 1870 e na solução de problemas específicos de tática e organização; ministrava-se mais um adestramento militar superior do que propriamente um ensino militar superior. Nas palavras de Maillard, a nova escola buscava "colocar os oficiais face a

face com as eventualidades da guerra, com o inesperado, a fim de formar seu espírito de decisão" (37). Isto era objetivo, mas limitado. Quando o ensino da École de Guerre ampliou-se, com Foch, na passagem do século, para abranger idéias gerais, incidiu ele num conhecido defeito francês — o desejo de deduzir, dos exemplos históricos (especialmente o pré-industrial de Napoleão) uma lei fundamental, ou doutrina de guerra, um sistema teórico simétrico (38). Foi dado grande destaque ao desenvolvimento do raciocínio abstrato. O abismo entre a abstração, mesmo logicamente impecável, e a realidade, foi revelado em 1914-15.

Na Inglaterra, a atitude neo-feudalista com respeito à responsabilidade do chefe sobreviveu, juntamente com as técnicas e a organização para as guerras pré-industriais, até a reforma Haldane, após a Guerra dos Boers. A criação do Estado-Maior Geral, em 1906, deu prestígio à Escola de Estado-Maior e um incentivo que nunca existira, aos oficiais, para cursá-la. No currículo, a velha predominância da matemática, geometria e fortificações cedeu, finalmente, o lugar ao estudo da organização de bases, linhas de comunicações, mobilização, deslocamentos ferroviários em grande escala, e ao estudo da estratégia baseado nas campanhas modernas e na História. No comando de Robertson, foi dada especial importância aos aspectos práticos do serviço de estado-maior em campanha. O estudo e a discussão teórica de um tema eram seguidos da elaboração e

expedição de ordens simuladas, sob condições de guerra (39). Os frutos deste trabalho apareceram na imprecendente perfeição do deslocamento britânico para a França, em agosto de 1914 e na habilidade da retirada britânica de Mons.

Assim, até a Grande Guerra, o objetivo do ensino em todas as Escolas de Estado-Maior permaneceu limitado à própria conduta da guerra em condições modernas, isto é, a exércitos e batalhas. A invasão de funções de Comando e Estado-Maior por toda a gama de problemas industriais, sociais e políticos teve lugar durante a própria guerra, como ocorreu com o processo inverso, de penetração de quase todos os aspectos da existência nacional pelas exigências da defesa. Em 1916, tornou-se patente que a sobrevivência nacional no mundo moderno exigia o emprêgo total e conjunto de todos os recursos. Nas palavras do Professor Michael Hokard, "Assim o campo do interesse militar expandiu-se enormemente... não restando, virtualmente, nenhum aspecto da vida nacional em que os dirigentes militares pudessem não estar legitimamente interessados. O soldado já não era simplesmente o herói buscado pelo povo para levá-lo à luta; agora, era o conselheiro técnico, cujos pontos de vista tinham de ser levados em conta em quase todos os ramos da política, interna ou externa..." (40).

A Grande Guerra, nisto como em muitas outras coisas, foi um ponto de inflexão revolucionário. O seu efeito na formação das

elites militares centrais foi sentido nos anos 20, com a criação de escolas superiores de estudos combinados, civis e militares, acima das Escolas de Estado-Maior. Na Grã-Bretanha, a Escola Imperial de Defesa foi aberta em 1927, (41), enquanto na França o *Centre de Hautes Études Militaires* (CHEM), embora já estivesse fundado desde 1910, retirou da *École de Guerre* as questões da grande estratégia (42). Grupos de estudo, empregando os bem experimentados artifícios da instituição e o *Kriegspiel*, ocuparam-se de todos os campos da vida nacional. "Os progressos técnicos da arte da guerra tornaram militares e civis totalmente interdependentes, apagando as velhas distinções entre a responsabilidade militar e a civil." (43). Na França, depois de 1945, foi criada uma nova instituição ainda mais elevada que o CHEM, o *Institute des Hautes Études de Défense Nationale*, para tratar de política nacional no nível governo. Desastrosamente, nenhuma instituição semelhante foi criada na Alemanha, exceto a efêmera e ineficiente *Wehrmachtsakademie*, em 1939.

A *École de Guerre* francesa calu em uma lamentável estagnação, após a vitória de 1918, à sombra dos avelhantados *grands chefs*, como Pétain. Havendo transferido as grandes questões estratégicas para o CHEM, passou a preocupar-se com o estudo mais limitado e secundário possível, do ponto de vista dos escalões divisão e corpo de exército, da reconstituição de uma batalha par-

celada como Malmaison. Após a catástrofe conseqüente, de 1940, o sistema francês de ensino militar superior foi reorganizado, adquirindo novo espírito e orientação, em 1945. Uma nova escola, a *École d'État-Major*, passou a ministrar um curso de cinco meses, de prática do trabalho de Estado-Maior. A *École de Guerre* voltou a preocupar-se com os estudos mais amplos da estratégia e da conduta da guerra no ambiente político, social e industrial do mundo contemporâneo. Na aula inaugural de 1947, o Marechal de Lattre de Tassigny expôs o seu novo escopo:

"Esta escola deve saber como tomar a dianteira desta evolução (da guerra, sob o impacto da tecnologia), a fim de ajustar-se, a tempo, às necessidades do momento." Aos instrutores, disse êle: "Os srs. lançá-lo-ão (os alunos) resolutamente nos caminhos do futuro, aonde o espírito de previsão possa ser exercitado, já que as lições do passado permanecem incapazes de lançar luz sobre o progresso da ciência." (44).

De St Cyr ao CHEM, o sistema francês é, hoje, caracterizado por extremo rigor intelectual e espírito de competição, pela predominância da capacidade de raciocínio e pelo tratamento acadêmico dos assuntos. Excelente como possam ser, pode ocorrer que uma brecha entre a teoria e a prática venha a se abrir, como já ocorreu no passado. Na Escola de Estado-Maior da Inglaterra, há, talvez, melhor integração do acadêmico com o prático e mais ên-

fase na capacidade individual de aplicar o conhecimento e o discernimento próprios na solução de problemas específicos. Períodos de trabalho contra o relógio, sob condições de guerra, alternam-se com outros de folga, para estudo e reflexão pessoal.

Os objetivos das modernas Escolas de Estado-Maior são aproximadamente os mesmos: adestrar na técnica do trabalho de comando e de estado-maior; incutir a capacidade de analisar rapidamente problemas complexos; de descobrir soluções tanto pela imaginação como pela lógica; de apresentar as soluções claramente; mas, ainda, ampliar a compreensão geral de todos os aspectos dos problemas mundiais e do papel das forças de defesa nêles. Isto está muito distante da militância neofeudalista que, ainda agora, é freqüentemente o estereótipo concebido pela opinião pública.

Na França e na Inglaterra, esta transição ocorreu num quadro de efetivos limitados, absoluta e relativamente, tendo ainda por fundo uma longa história prévia de evolução militar gradual (isto é verdadeiro também para a Alemanha de antes de 1939). Os Estados Unidos, porém, apresentam uma situação totalmente diversa, que empresta particular interesse ao seu sistema de ensino militar superior.

Até 1914, o Exército Norteamericano era menor até que o britânico. Em 1967, porém, sua oficialidade da ativa atingia a mais do triplo da do Exército Alemão, em 1911 — elevando-se a

uns 50.000. Esta assombrosa expansão em tempo de paz data, na verdade, da Guerra da Coréia, em 1950, embora tenha havido rápidos aumentos temporários em ambas as guerras mundiais. A importância de tal velocidade e vulto dificilmente poderá ser sobrestimada, seja do ponto de vista do impacto psicológico e social em uma nação tão decididamente antimilitarista, em toda sua história, seja do ponto de vista dos problemas técnicos e de organização, tais como o de conciliar a quantidade dos oficiais com a qualidade.

Se bem que o contínuo — embora decrescente — domínio dos oficiais de West Point (especialmente nos postos superiores) injete as características e qualidades tradicionais, o clima psicológico e mental da organização norte-americana deve muito à General Motors e congêneres. No colossal complexo de defesa forças armadas-ciência-pesquisa-indústria-universidade, a distinção entre o militar e o civil tornou-se ainda mais imprecisa do que na Europa; disto resultou uma mentalidade quase híbrida. Como declarou entusiasticamente um militar norte-americano, durante a Segunda Guerra Mundial, "Agimos neste assunto exatamente como se fôsse uma grande obra de engenharia." (45). Ou, como expressou-se mais recentemente um marinheiro germânico, "Tem-se a impressão de que a profissão militar não constitui uma corporação própria, dentro da sociedade, mas está completamente misturada com a socieda-

de civil, como um todo, com deveres cívicos iguais a qualquer outra." (46)

Considerando o problema de criar um exército de uma base tão estreita de elementos da ativa, e a mentalidade norte-americana, não é de surpreender-se que a solução fôsse encontrada na aplicação adequada dos princípios do planejamento da produção. Não somente foram os quartéis, equipamentos e armamento assim produzidos, mas também adestrados oficiais e praças. A tarefa de adestramento foi separada em componentes, como as partes de um automóvel, e a produção em massa similarmente organizada. "Eles criaram uma ampla variedade de artifícios e técnicas de instrução, pela qual reduziram o adestramento de milhares de indivíduos a algo parecido com uma linha de montagem." (47)

Uma coisa é aplicar o sistema de "montagem" à tropa, a certas qualificações militares; outra bem diferente é aplicá-la ao ensino superior dos oficiais, onde o discernimento e o conhecimento são os objetivos. Contudo, mesmo na Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, na Escola Superior de Guerra do Exército e na Escola Superior de Guerra Nacional (48), o sistema de processamento programado, com seus conjuntos de decisões, doutrina e informações prévias e sumarizadas é aplicado como o sistema básico, embora, é lógico, progressivamente modificado à medida que o escalão sobe. Comparada com

as escolas européias de Estado-Maior, Fort Leavenworth tem um currículo compacto, que tolhe e dirige o aluno de ponta a ponta e exige assustadora assimilação de fatos. "Os manuais, diretrizes, planos de seção e outros materiais didáticos... são preparados com meticoloso cuidado." Embora discussões e trabalhos em grupo constituam uma parte importante do ensino, como na Europa, tais exercícios "estão sujeitos a um acompanhamento cerrado pelos instrutores e são freqüentemente seguidos de uma crítica, em que uma 'solução da casa' é apresentada" (49). Compare-se isto com o Regulamento da Escola de Estado-Maior da Inglaterra, que prescreve que os alunos não devem esperar, ou desejar, uma resposta preestabelecida pela Escola, para cada problema (50).

Mesmo na Escola Superior de Guerra, onde oficiais destinados aos altos comandos estudam problemas de defesa nacional, existe certa confusão entre cultivar a compreensão e a imaginação individuais, e fornecer uma dose de equipamento intelectual. "A despeito da ênfase sobre a importância da iniciativa individual, ninguém parece desejoso de deixar o aluno entregue a si próprio por longos períodos, para estudar como desejar. Pelo contrário, tôdas (as Escolas Superiores de Guerra das Forças Armadas) caracterizam-se por um programa padronizado de estudo, cuidadosamente organizado..." (51). Há tentativas de liberalizar a atmosfera pela discussão livre

e por meio de conferencistas convidados de renome, mas, sem dúvida alguma, é o próprio sistema que é falho — se o fôr. Porque, a longo prazo, as nações criam, naturalmente, o tipo de sistema que lhes convém. A materialização das qualidades interiores de perspicácia e conhecimento, como uma peça de equipamento e uma técnica, a serem empregadas, após, em problemas definidos, mensuráveis, não é peculiar ao Exército, mas é coisa inerente ao modo por que uma nação prática de engenheiros soluciona muitos assuntos, julgados algumas vezes inadequados para tal pelos europeus.

Não obstante, devido às responsabilidades dos Estados Unidos no mundo, e porque as situações do pela doutrina ortodoxa e uma político-estratégicas são basicamente questões sutis, indefinidas, de natureza humana, há razão para duvidar que o sistema "técnico" seja mais eficiente que a acuidade profissionalmente cultivada e esclarecida, que as elites militares européias tentam inculcar em seus oficiais superiores. Um comentador estratégico norte-americano criticou, mesmo, "a tendência norte-americana para tratar as questões psicológicas e políticas como se fôsem primordialmente complexos técnicos..." (52). O sistema norte-americano de ensino superior, como assinalam Masland e Radway (53), leva também à ortodoxa e à uniformidade, qualidades que, antes de 1914, diminuiram seriamente a eficiência da Marinha Real e, antes de 1940, arruinaram o Exército Francês. Não é segredo que

os militares europeus, embora admirando a incomparável eficiência técnica e os recursos do Exército Norte-Americano, em um "trabalho de engenharia", julgam, às vezes, que o oficial norte-americano demonstra nitidamente um respeito injustificado pela doutrina ortodoxa e uma falta de disposição para afastar-se, de moto próprio, das normas estabelecidas e das ordens superiores; ou, mesmo, de assumir a responsabilidade, se puder dirigir-se a um superior. É possível que, no campo da educação das elites, da Academia Militar à Escola Superior de Guerra Nacio-

nal, os Estados Unidos possam aprender úteis lições com a Europa. É possível também que, como a Inglaterra, no final da Era Vitoriana, eles se sintam muito auto-suficientes para desejar fazê-lo.

A educação das elites militares é um tema amplo, em que resta ainda muito trabalho por fazer, inclusive na Inglaterra. Aqui, pude apenas indicar algumas das linhas principais da evolução havidada desde o Século XIX, em alguns exércitos escolhidos, e arriscar algumas hipóteses, que espero possam ser plenamente exploradas por outros estudiosos.

NOTAS

- 1 — Stanislaw Andrzejewski, *Military Organization and Society* (Londres, 1954), cap. I e Introdução por A. R. Radcliffe Brown.
- 2 — Ver, especialmente, a Introdução pelo Editor, Michael Howard, à obra *Soldiers and Governments* (Londres, 1957); Walter Millis, *Armies and Men* (Londres, 1958); pág. 396-302.
- 3 — Real Academia de Woolwich, 1741; Mézières, 1749; École Polytechnique, 1794-5; West Point, 1802.
- 4 — Morris Janowitz, *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait* (Londres, 1961), Apêndices 3, 4, 5; Raoul Girardet, *La Société Militaire dans The German Officer Corps in Society and State 1650-1945* (Londres, 1965) Primeira Parte, espec. cap. 3; Brigadeiro Sir John Smyth, V. C., *Sandhurst* (Londres, 1961), Apêndices 3, 4, 5; Raoul Girardet, *La Société Militaire dans la France Contemporaine* (Paris, 1953), Paul-Marie de la Gorce, *La République et Son Armée* (Paris, 1963) pág. 34-5.
- 5 — Janowitz, op. cit. pág. 23; Andrzejewski, op. cit. pág. 67-8; Demeter, op. cit. Apêndice 4 e Introdução por Michael Howard, pág. IX; Charles de Gaulle, *France and Her Army* (Londres), pág. 24.
- 6 — De Gaulle, op. cit. pág. 24. Gordon Craig, *The Politics of the Prussian Army 1640-1945* (Oxford, 1964) pág. 4, 10-12; Demeter, op. cit. pág. 3-6.
- 7 — Robert Laulan, *L'École Militaire* (Edições Albert Morancé) pág. 14-19; Demeter, op. cit. pág. 68.
- 8 — Excelentemente estudado em Demeter, op. cit., cap. 10 e 11.

- 9 — H.M.S.O., *Report on the Training of Officers for the Scientific Corps* (1857); *Report of the Royal Commission on the Present State of Military Education and the Training of Candidates for Commission in the Army* (1889); *Report of the Committee appointed to consider the Education and Training of the Officers of the Army* (1902). O último relatório é particularmente rico em evidências das conexões entre nascimento, riqueza e ignorância.
- 10 — Demeter, op. cit. pág. 279, Apêndice 6.
- 11 — Citado na mesma obra, pág. 79.
- 12 — Citado por A.R. (Mais tarde General-de-Exército Sir Alfred) Godwin-Austen em *The Staff and the Staff College* (Londres, 1927) pág. 155, 214.
- 13 — Paradoxalmente, os jacksonianos e radicais norte-americanos posteriores empregaram argumentos semelhantes em favor do "caráter" e contra a "instrução": exigências mais rígidas vedariam o oficialato à sociedade que era o sustentáculo do estado e a origem do valor nacional. O que desejavam, contudo, não era conservar o oficialato para os junkers ignorantes, mas abri-lo aos homens comuns ignorantes. Ver Stephen E. Ambrose, *Honour, Duty, Country; A History of West Point* (Baltimore, 1966) cap. 6 e 10 esp. pág. 193-5.
- 14 — Ver Hugh Tomas, *The History of Sandhurs* (Londres, 1961), pág. 20, para testemunhos oculares do desempenho na Holanda.
- 15 — *L'Enseignement Militaire Supérieur* (Librairie de L'Armée, Paris, 1955) pág. 10,13.
- 16 — Para um relato completo da organização, métodos de ensino e currículos das escolas militares da França, Prússia, Áustria e Sardenha, em meados do século, veja *Report on the Training of Officers for the Scientific Corps together with an account of foreign and other military Education* (Londres, H.M.S.O., 1857).
- 17 — Thomas, op. cit. pág. 86.
- 18 — Godwin-Austen, op. cit. pág. 62-3, 102.
- 19 — Michael Howard. *The Franco-Prussian war* (Londres, 1961), pág. 18, 27, 455.
- 20 — Demeter, op. cit. pág. 246-7.
- 21 — John W. Masland e Laurence I. Radway, *Soldiers and Scholars: Military Education and National Policy* (Princeton, 1927) enganaram-se em nota de rodapé, à pág. 77, ao ligarem a fundação de West Point à de St Cyr. West Point destinava-se a ser uma escola de engenharia como a *École Polytechnique*, não St Cyr, fundada como uma escola para cadetes em geral. De qualquer maneira, a idéia de que uma escola de engenharia seria estabelecida, em West Point, havia sido firmada muitos anos antes da fundação de St Cy.
- 22 — Coronel P. Duplay, Adido Militar Francês na Inglaterra, em entrevista com o autor. Este deseja expressar seus agradecimentos às seguintes pessoas, por lhe concederem longas entrevistas e fornecerem-lhe documentação: General-de-Divisão P. M. Hunt, CB, DSO, OBE, Comandante da Real Aca-

demia Militar de Sandhurst, e seu Estado-Maior; General-de-Divisão M. A. H. Butler, CB, CBE, DSO, MC, Comandante da Escola de Estado-Maior de Camberley, e seu Estado-Maior; Coronel P. Duplay, da Embaixada Francesa; Coronel Hans J. Kraaz, da Embaixada da Alemanha; e Coronel F. Lash, da Embaixada dos Estados Unidos.

- 23 — Ver Masland e Radway, op. cit. cap. 9-11, para uma narrativa e crítica sobre as academias militares norte-americanas.
- 24 — Janowitz, op. cit. pág. 92, 100; Ambrose, op. cit. pág. 329.
- 25 — Edmund J. King, *Other Schols and Ours* (Londres, 1951) pág. 55, 132.
- 26 — Masland e Radway, op. cit. pág. 223, 230.
- 27 — Ibid. pág. 509, 244.
- 28 — Ver a Diretriz de Pétain, de 2 de junho de 1917, em *Les Grandes Heurs du Général Pétain*, Ten Cel H. Carré (Paris, 1952), pág. 133.
- 29 — Na Grande Guerra considerava-se que um batalhão britânico necessitava de um maior enquadramento em oficiais do que um alemão, especialmente no ataque. Na Segunda Guerra Mundial, companhias alemãs permaneceram em posição, sem substituição, por longos períodos, quando reduzidas a vinte homens; um feito sem paralelos.
- 30 — Guy Chapman, na obra de Micháel Howard *Soldiers and Governments* (Londres, 1957), pág. 71, n.º 18. Dados de 1965-66 fornecidos pelo Adido Militar Francês em Londres.
- 31 — Smyth, op. cit. Ap. 3, 5.
- 32 — Janowitz, op. cit. pág. 94.
- 33 — Diretriz de Bomberg sobre o Exército e o Nacional-Socialismo, 25 de maio de 1934, em *The German Army and the Nazi Party 1933-39*, de Robert J. O'Neill (Londres 1966), pág. 64 e diretriz subsequente de 16 de abril de 1935, pág. 66. Ordem de 18 de dezembro de 1933, de Brauchitsch, pág. 67-8.
- 34 — John Erickson, em *The Soviet High Comand* (Londres, 1962), inclui algumas passagens fragmentárias sobre educação militar, inseridas em um livro de impressionante erudição, incoerência e obscuridade. Ver também Brasil Liddell Hart, *The Soviet Army* (Londres, 1957), cap. 17-19, 22, 34-36.
- 35 — Citado em Demeter, op. cit. pág. 105.
- 36 — Ver O'Neill, op. cit. cap. 9, 10, 12.
- 37 — Citado em *L'Enseignement Militaire Supérieur*, pág. 14.
- 38 — Ibid. pág. 15. Infelizmente, não há espaço para discutir a influência de escritores não oficiais, como Grouard, Colin, de Gaulle, Burgoyne, Fuller, ou Liddell Hart, na formação dos oficiais dos diferentes exércitos, em épocas diversas.
- 39 — Godwin-Austen, op. cit. pág. 241-5, 255-7.

- 40 — Howard, *Soldiers and Governments*, pág. 19.
- 41 — T. S. Chegwidden, em *Public Administration*, 1947.
- 42 — *L'Enseignement Militaire Supérieur*, pág. 16.
- 43 — Howard, *Soldiers and Governments*, pág. 18.
- 44 — *L'Enseignement*, pág. 18.
- 45 — Citado em Janowitz, op. cit. pág. 35.
- 46 — Capitão-de-Fragata F. Forstmeier em um artigo em *Wehrwissenschaftliche Rundschau*, setembro de 1963.
- 47 — Masland e Radway, op. cit. pág. 53.
- 48 — Para um bom relato sobre a estrutura do ensino militar superior norte-americano, ver Masland e Radway, op. cit. 4.ª, 5.ª e 6.ª Partes.
- 49 — Masland e Radway, op. cit. pág. 283.
- 50 — Ten Cel F. W. Young, *The Story of the Staff College* (Camberley, 1958), pág. 7.
- 51 — Masland e Radway, op. cit. pág. 330.
- 52 — Henry A. Kissinger, *The Troubled Partnership* (Nova York, 1965), pág. 21.
- 53 — Masland e Radway, op. cit. pág. 389-91, 504.



“É costume dizer-se que o progresso da civilização favorece a liberdade. A máxima, pôsto que verdadeira, em certo sentido, deve ser limitada por muitas qualificações e exceções.

Sempre que uma nação pobre e rude, na qual a forma de governo é uma monarquia, recebe grande grande acréscimo de riqueza e sabedoria, está em perigo iminente de cair em poder arbitrário.”

Lorde MACAULAY
(Ensaio Histórico)

AS GUERRAS

UMA TENTATIVA DE ESQUEMATIZAÇÃO

Cap de Artilharia
JOSE ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS

(Conclusão)

13. GUERRA CIVIL

Analisando os tipos de guerra apresentados segundo o critério dos objetivos que com elas as nações pretendem atingir, depara-se-nos em primeiro lugar a guerra civil. A este tipo de conflito já nos referimos e são demais conhecidas as suas características para sobre ele nos determos.

14. GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Quanto à guerra revolucionária, embora o seu nome não tenha surgido neste esboço mais do que duas vezes — ambas decorrentes da necessidade de mencionar os “nomes” por que atualmente as guerras se conhecem — a verdade é que já nos debruçamos alguma coisa sobre ela quando tratamos da guerra de classes. Realmente, a guerra revolucionária nada mais é que a luta de classes provocada por uma nação, e conduzida à escala mundial.

Costuma definir-se como “uma guerra baseada na doutrina elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e explorada por diversos movimentos revolucionários para se apoderarem do poder, assegurando progressivamente o controle físico e psicológico das populações, com o emprego de técnicas especiais

apoiadas sobre uma ideologia e seguindo idéias força, com o fim último da substituição da sociedade existente”.

Nesta definição, e em nosso parecer, está incluído muito de supérfluo, dado que bastará dizer que a guerra revolucionária se baseia na doutrina marxista-leninista. Nada mais é necessário. Na doutrina referida, embora se aconselhem, e tenham utilizado, algumas das técnicas mais rendosas para levar a cabo a “sua guerra”, não se põe de parte qualquer espécie de luta. Todas servem. Todos os processos contam para realizar a guerra revolucionária. Segundo Paul M. Sweezy, teoricamente, na guerra de 39-45 integram-se vários tipos de guerra; um deles, o duelo entre a Alemanha e a Rússia Soviética, foi uma guerra revolucionária. Entre estas nações não foram usados quaisquer meios ou processos diferentes dos usados entre a Alemanha e a Inglaterra... No entanto os próprios Marxistas classificam de guerra revolucionária o combate Alemanha versus Rússia, dando outra classificação à luta entre a Alemanha e a Inglaterra.

Muito se tem dito e escrito acerca da guerra revolucionária. Não interessa repeti-lo.

Bastará citar afirmações de teóricos marxistas-leninistas, seus inventores, continuadores e executores, para que fiquemos com uma idéia suficientemente precisa do que se deve entender por guerra revolucionária.

- “Por mudança das condições materiais da existência, este socialismo entende não a abolição das condições burguesas da produção (abolição impossível, a não ser por via revolucionária)...” (1) — *Marx*
- “Uma verdadeira guerra revolucionária será no momento atual unicamente a guerra de uma república socialista contra os países burgueses com o fim bem definido e claramente apoiado por um exército socialista — de lançar por terra a burguesia nos outros países”. (2) — *Lenine*
- “A situação política mundial põe na ordem do dia a ditadura do proletariado, e todos os acontecimentos da política mundial convergem para o mesmo centro a saber: a luta da burguesia do mundo inteiro contra a república russa dos soviets, que agrupa à sua volta de um lado os movimentos soviéticos dos operários

avançados de todos os países, de outro, todos os movimentos de libertação nacional nas colônias e entre os povos oprimidos...” (3) — *Lenine*

- “Não fundamos a doutrina militar em razões dogmáticas, mas sim na análise marxista das exigências da classe trabalhadora”. (4) — *Trotsky*
- “O antigo exército servia de instrumento de opressão das classes trabalhadoras. Agora que essas classes e as que antigamente eram exploradas se encontram no poder, nasceu a necessidade de um novo exército que sirva de baluarte ao governo soviético e apoie a futura revolução social na Europa. O novo exército estará integrado pelos mais vitais elementos das classes trabalhadoras.” (5) — *Trotsky*
- “Não sendo possível o ataque direto contra a Europa, torna-se necessário executar uma manobra envolvente contra ela através da Ásia e da África.” (6) — *Stalin*
- “Mas o partido comunista chinês, à cabeça do exército popular de libertação, empenhou-se resolutamente numa guerra revolucionária, justa e

(1) Crítica aos socialismos burgueses (de Proudhon) em “Manifesto Comunista”.

(2) 21.ª tese de 21 de janeiro de 1918 perante um grupo de bolchevistas em Moscovo, em “La Révolution Bolchéviste”.

(3) Obra citada — Discurso de abertura do IX Congresso do partido comunista.

(4) B. H. Liddel Hart — “El Ejército Soviético”.

(5) Idem.

(6) Citado por H. de Oliveira em “Guerra Revolucionária”.

patriótica, contra a ofensiva de Chiang Kai Shek. Baseando-se na doutrina marxista-leninista, o partido comunista chinês viu lucidamente a situação internacional e interior.

A simpatia ou a oposição do povo eram fatores jogando um papel permanente, e neste domínio o exército popular de libertação tinha a superioridade. A característica patriótica, justa e revolucionária, da guerra do exército popular de libertação, devia necessariamente trazer-lhe o apoio do povo no país inteiro. É o motivo político da derrota de Chiang Kai Shek" (1) — Mao Tse Tung.

15. GUERRA INTEGRAL

Qualquer guerra poderá ou não ser do tipo integral; sê-lo-á desde que tenha por finalidade a alteração radical da sociedade existente. Sob este aspecto, a guerra revolucionária é integral, mas também o foi a guerra dos Estados Unidos com os índios, que conduziu à substituição total dos habitantes de determinadas áreas.

Assim, as guerras merecerão o epíteto de integrais, quer modificando as estruturas de uma sociedade — o modo como os homens se entendem uns com os outros — quer substituindo os elementos que constituem uma sociedade. As guerras do paleolítico seriam, na sua maioria, guerras integrais no sentido de substituição; as guerras

de era contemporânea são guerras integrais no sentido de modificação. Uma e outras têm por meta a alteração radical: ambas a obtêm através da morte. As primeiras através da morte física, as segundas pela morte psicológica. Após umas e após outras já não existem os mesmos homens e, portanto, as mesmas sociedades.

16. GUERRA ECONÔMICA

O aspecto econômico entra em todas as lutas que o homem realiza, embora nem sempre seja o aspecto fundamental. A sociedade industrial levou o homem a usar como principal padrão de medida as coisas do econômico. Esta tendência, contra a qual se têm revelado muitos dos espíritos lúcidos do nosso tempo, também se infiltrou, naturalmente, no fenômeno guerra.

Se para o homem moderno (o homem massa de Ortega y Gasset) o interesse principal passou a ser o econômico, não é de estranhar que a maioria das guerras do nosso tempo tenha por causa primeira o motivo econômico. Motivo, em guerra, relaciona-se com finalidade.

Apesar do que se disse, será difícil individualizar uma guerra econômica. Deste tipo, a mais conhecida e característica é sem dúvida a guerra do Ópio, entre a Inglaterra e a China.

Confundir, em guerra, a economia como finalidade e como arma significa confundir os tipos de guerra que sob esta designação se indicam nos critérios de classificação quantos aos objetivos e

(1) Discurso pronunciado perante o partido comunista chinês em 25 de dezembro de 1947, quando já se divisava a vitória comunista na guerra civil chinesa. Transcrito por Chassin em "La Conquête de La Chine par Mao".

quanto aos meios utilizados. A luta que atualmente se trava entre a Rodésia e a Inglaterra, ou entre a África do Sul e os países africanos é econômica quanto aos meios, embora não o seja quanto aos fins.

Na luta contra Napoleão, a Inglaterra usou a arma econômica que, segundo alguns autores, foi a causa da derrota do Corso; a Grã-Bretanha, tendo em seu poder uma indústria superior à do continente (em pleno início da era industrial) e possuindo o monopólio do comércio das Índias Ocidentais, conseguiu a moeda estrangeira, que lhe permitiu o sustento das alianças. Conseguiu também reduzir os efeitos do bloqueio continental decretado por Napoleão.

17. GUERRAS COLONIAIS

Grandemente afetadas pelo tipo econômico, aparece-nos, em plena era industrial, as guerras coloniais.

A guerra colonial é o conflito pelo qual uma potência industrializada pretende apoderar-se de uma sociedade agrícola, ou, perante a sua revolta, manter o seu domínio. Se este ponto de vista é verdadeiro, as guerras coloniais tiveram início no século XVIII e século XIX, isto é, após a revolução industrial.

As sociedades fortemente desenvolvidas da Europa tiveram necessidade de alimentar as suas máquinas com as matérias-primas existentes, e inexploradas, nas áreas cujos detentores eram povos agrícolas.

Assim, Portugal viu-se atacado por duas vezes, em guerras coloniais contra si conduzidas: a primeira, nos fins do século XIX quando as nações européias forte-

mente industrializadas procuraram dominar os seus territórios ultramarinos, atacando diretamente, ou influenciando as populações menos esclarecidas e levando-as à revolta; a segunda, depois de 1960, quando outras nações, que não as européias, pretenderam conseguir o que estas não tinham alcançado.

A guerra colonial, presentemente, tende a transformar-se numa luta em que a nação mais desenvolvida tecnicamente procura apoderar-se, ou controlar, os melhores rincões da nação menos desenvolvida tecnicamente. Sob este aspecto de guerra colonial "evoluída", a luta levada a efeito por meios ideológicos, econômicos e militares, entre os Estados Unidos da América e as nações da Europa Ocidental, por um lado, e entre a URSS e os países da Europa de Leste, por outro lado, após a guerra de 39-45, foram guerras coloniais.

Atualmente, encontramos perante cinco guerras coloniais de grande envergadura:

- A primeira, a que se desenvolve entre os países europeus ocidentais, cujo principal cabecilha é a França, pela libertação da tutela técnico-econômico-ideológica dos EUA. A crise da NATO, a tentativa de regresso ao padrão ouro e a abertura diplomática em direção a Leste, são indícios de tal conflito.
- A segunda, que se desenvolve paralelamente a esta, é intentada pela Europa de Leste contra a URSS.
- As terceira e quarta, cuja raiz profunda talvez se encontre nas duas primeiras, as guerras que em todos os campos a

URSS e a América travam com as nações africanas e asiáticas, para o que usam o mais variado arsenal econômico e psicológico.

- A quinta, decorrente de necessidades demográficas e de prestígio, é travada pela China contra a Rússia, por um lado, e contra as nações africanas e asiáticas, por outro lado.

De acôrdo com esta perspectiva, as lutas que entre si travam a URSS e os EUA derivam, em grande parte, como adiante veremos, das guerras coloniais em que se encontram atualmente empenhados.

18. GUERRAS IMPERIALISTAS

A guerra imperialista assemelha-se, na época atual, à guerra colonial e com ela se confunde. As guerras imperialistas são lutas de todos os tempos, de tôdas as civilizações: são os conflitos que originam os impérios. Os impérios Assírio, Romano, Bizantino, de Carlos Magno, francês de Napoleão, inglês do século XIX tiveram a sua forja em guerras imperialistas.

Mas o conflito imperialista, que está associado à idéia de nação imperialista, é, em boa verdade, diferente do conflito colonial. Enquanto o segundo é, até certo ponto, uma necessidade para a nação mais desenvolvida, o primeiro é normalmente desnecessário, isto sob o aspecto econômico.

Alexandre conquistou o seu império por quê? e Napoleão? e Cambises? e Luís XIV? e tantos outros?

Por prestígio, por poder pessoal? Eis a resposta do rei assírio Tuklati-pal-isharra I:

- “O Deus Assur, meu senhor, ordenou-me que marchasse... Cobri as terras dos Saranitas e Amanitas com ruínas... Castiguei-os, persegui os seus guerreiros como béstas selvagens, conquistei as suas cidades, levei comigo os seus deuses. Fiz prisioneiros, tomei propriedades, entreguei ao fogo as suas cidades, deixei-os devastados, destruídos, impus-lhes o mais pesado jugo do meu reino, e em sua presença fiz ofertas de agradecimento ao Deus Assur, meu senhor”. (1)

J. A. Shumpeter, melhor do que ninguém esclarece o ponto de vista que pretendo exprimir: “Quando um estado defende um interesse próprio, mesmo que o faça com brutalidade e vigor, ninguém dá a isso o nome de imperialismo, desde que êle abandone a atitude agressiva tão logo que tenha atingido os seus objetivos. Sempre que se usa a palavra imperialismo, há a implicação — sincera ou não — de agressividade, cujas verdadeiras razões não estão nos objetivos momentaneamente buscados; de uma agressividade que se reforça a cada nôvo êxito; de uma agressividade em si mesma, refletida por expressões como “hegemonia”, “domínio mundial” e assim por diante. E a história mostra, na verdade, nações e classes — a maioria das nações proporcionalmente numa época ou noutra um exemplo disso — que procuram expandir-se pelo amor à expansão, que

(1) Toynbee — Obra citada.

buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar". (1)

19. GUERRA DE REDIVISÃO

Para dividir, é necessário ter conquistado ou pelo menos possuir. Para redividir, é imprescindível que antes se tenha dividido.

Grande parte das nações tecnicamente menos poderosas (não quero dizer menos civilizadas) tem relativamente às mais poderosas uma submissão do tipo colonial. Esta dependência apresenta-se numa enorme gama de intensidades que vai desde as ligações econômicas atenuadas até à completa suserania política, passando por outras espécies de colonização, nos quais se incluem a segurança militar e o controle das empresas rendosas.

Quando as nações mais poderosas lutam entre si procurando, cada uma delas, apoderar-se de áreas de interesse, estamos perante uma guerra de redivisão.

A designação de que estamos a tratar tem origem marxista. Dado que na história se têm processado guerras cuja explicação não é possível pela mecânica da luta de classes, houve que lançar mão de outras designações para conflitos que não apresentam a marca do "motor da história".

Se a guerra colonial cabe dentro do esquema marxista da luta de classes — na medida em que os países menos industrializados funcionam relativamente aos mais industrializados como proletários perante burgueses — não acontece o mes-

mo para as guerras entre nações capitalistas ou para as que estas conduzem sem razões coloniais. Daqui o fato de, segundo muitos dos teóricos marxistas, além da guerra de classes, existirem apenas dois tipos de guerra: de redivisão e imperialistas.

No entanto, a maioria destes doutrinadores confunde guerra imperialista com guerra colonial, dado que não admite outro motivo para a guerra que não seja o motivo econômico.

É Lenine, o profeta da religião marxista, quem nos comunica: "Pela primeira vez o mundo está dividido, de forma que no futuro só serão possíveis redivisões, isto é, transferências de um "dono" para outro, e não de um território sem "dono" para um "dono". (2)

Paul M. Sweezy na sua "Teoria do Desenvolvimento Capitalista", quando analisa o problema do imperialismo (para ele sinónimo de anexação colonial), considera-o como doença dos países capitalistas. Continuando o seu raciocínio, declara que, uma vez que o capitalismo não se pode deter, é obrigado a expandir-se; como as várias nações capitalistas se expandem e dado que "o mundo está dividido entre elas", a expansão ocasiona colisões: essas colisões são as guerras de redivisão.

De acordo com este esquema geral, resume os conflitos internacionais do século XX: a primeira guerra de redivisão foi a guerra de 1914-18 em que os principais contendores foram a Inglaterra e a Alemanha lutando pela redivisão do Sudeste da Europa e Próximo

(1) "Imperialismo e Classes Sociais".

(2) Citado por P. Sweezy em "Teoria do Desenvolvimento Capitalista".

Oriente. Os resultados desta guerra de redivisão, segundo Sweezy, foram os seguintes: o poder da Alemanha foi temporariamente esmagado e o seu império colonial dividido entre as nações vitoriosas, principalmente Inglaterra e França. Os Estados Unidos surgiram como a nação economicamente mais forte do mundo, credora das nações europeias. A Itália e o Japão não lograram obter a parte do "bólo" que pretendiam.

Passando a analisar a segunda guerra de redivisão do século, Sweezy começa por justificar o início desta guerra (para ele de 1931 a 1945) pelo fato das nações capitalistas, cuja saciedade não fôra satisfeita em 14-18, tentarem conseguir aquilo que com o tratado de paz não haviam obtido: o Japão invade a Mandchúria, a Itália invade a Etiópia, estala a guerra civil Espanhola, a China é novamente invadida pelo Japão, a Alemanha vai ocupando sucessivamente várias nações europeias.

É curioso notar que nesta altura da sua análise o autor que estamos a seguir informa que, durante a segunda guerra mundial, se observaram três guerras simultâneas mas distintas: uma de redivisão, entre a Alemanha, Itália e Japão de um lado e a Grã-Bretanha e Estados Unidos do outro; outra, revolucionária, entre a Alemanha e a Rússia; a terceira, antiimperialista, entre a China e o Japão. Paradoxalmente não inclui, o que aliás está de acordo com o esquema, a URSS como potência redivisora.

Relativamente a esta última conclusão, parece no entanto que, se houve redivisão, e isso existiu, ela

foi efetuada entre os dois grandes colossos: URSS e EUA. Foi o tratado de Tordesilhas do século XX.

A esta redivisão, seguiram-se as guerras coloniais a que atrás nos referimos, facilmente vencidas pela maior potência ocidental — EUA — e pela maior potência oriental — URSS —.

Em boa verdade, depois de pronunciada a sentença de Nuremberg, iniciou-se a maior guerra de redivisão de todos os tempos, sob a forma de guerra fria, que a todo o momento ameaça aquecer, acompanhadas pelas guerras do tipo colonial por nós atrás assinaladas.

Se é verdade que a URSS atingiu, após o esforço da guerra de 39-45 a maturidade económica de uma nação desenvolvida da era industrial, passou imediatamente a deparar com os mesmos problemas que haviam enfrentado as nações que, mais cedo, tinham alcançado essa maturidade. Estruturada economicamente no sistema de capitalismo estatal, justificando a sua expansão pela filosofia marxista — uma nova religião — (?) —, pregando e praticando a guerra revolucionária — a nova guerra santa (?) —, enquadrada politicamente por uma teocracia em que Marx é deus, Lenine o seu profeta, e o chefe de estado o papa, a Rússia transformou-se numa nação que quer conservar e defender o desenvolvimento económico a que chegou. Daqui a sua colisão com as outras nações, qualquer que seja o seu sistema político: nações capitalistas, socialistas ou comunistas, como é o caso da China.

A lógica de Sweezy é implacável. A guerra fria é uma guerra de redivisão.

20. GUERRAS DE ANEXAÇÃO E DE LIBERTAÇÃO

Anexar — Libertar.

Conquistar — Libertar.

Guerra de anexação é toda a guerra de conquista, seja imperialista, revolucionária, ou colonial. Guerra de libertação é toda a luta antiimperialista, anticolonial ou contra-revolucionária.

Para o país que provoca a guerra, embora de luta para luta e conforme os tipos de guerra (imperialista, revolucionária ou colonial) a razão seja diferente, a finalidade é sempre a mesma: anexar, conquistar, submeter, incorporar.

Para o país que é obrigado a fazer a guerra contra o imperialista, o colonizador (no sentido que vimos dando ao termo), ou o agente de revolução, a luta que ele trava será antiimperialista, anticolonial ou contra-revolucionária, por questão etimológica, mas é de libertação por questão de vontade própria. Em qualquer dos casos o objetivo é conseguir a liberdade.

Realmente, colonial e anticolonial, imperialista e antiimperialista, revolucionária e contra-revolucionária são grupos de dois aspectos duma mesma realidade. Faz a guerra colonial aquele que pretende dominar, faz a guerra anticolonial aquele que se quer libertar, mas ambos estão empenhados numa guerra colonial.

Estes jogos de palavras prestam-se, por vezes, a erradas interpretações e a falsas afirmações. A volta do termo, que tem um significado preciso, provocam-se atitudes emocionais.

21. GUERRAS DE PACIFICAÇÃO. GUERRAS CONTRA- REVOLUCIONARIAS

Infelizmente, a única maneira de fazer voltar à paz uma área onde se faz a guerra é fazer a guerra. A força só conhece a força. Raros são os casos em que tal não é necessário.

Se em determinada região alguém provoca um conflito, seja ele de que natureza for, e a entidade que exerce a autoridade sobre essa área considera dever seu pôr-lhe termo, tem início uma guerra ou campanha de pacificação.

A guerra civil dos Estados Unidos da América, sendo uma guerra civil quanto aos intervenientes, foi uma guerra de pacificação quanto ao objetivo que se pretendia. Quando os Estados do Sul, após a eleição de Lincoln para presidente da República, denunciaram a União separando-se pelo fato daquele ser pela abolição da escravatura, não tinham por objetivo conquistar o poder político da Nação EUA, mas sim construir uma outra nação — os Estados Confederados — onde a escravatura seria mantida. A determinação de Lincoln em terminar com a separação deu origem a uma guerra civil, é certo, na medida em que se degladiaram forças de uma mesma nação, mas de pacificação, dado que Lincoln pretendia, e conseguiu, pôr fim ao estado de rebelião dos Estados do Sul.

Embora a palavra pacificação ande muitas vezes ligada a sufocação de revoltas ou revoluções contra a autoridade de fato, legal ou ilegal, no século XX, mercê da guerra revolucionária, assiste-se a numerosas campanhas de pacificação que são verdadeiros conflitos

internacionais. A nação ou nações que a si próprias se arrogam a missão de dirigirem a guerra revolucionária provocam nas nações do tipo ocidental revoluções internas, alimentam-nas e conduzem-nas, tirando delas o proveito — redivisão do mundo — em caso de vitória. Essas revoluções internas provocadas, que evoluem como cânceros num corpo saudável, verdadeiros conflitos internacionais, são as chamadas guerras subversivas, de que adiante falaremos.

Contra elas são atualmente dirigidas as guerras da pacificação.

22. GUERRAS RELIGIOSAS

Embora haja muitas interpretações acerca dos motivos que levaram os Cristãos a lançar uma das maiores campanhas da Idade Média, que se prolongou por muitos anos, e na qual tomou parte quase todo o mundo cristão medieval — as Cruzadas — parece não haver dúvidas que a razão — objetivo principal da guerra — era a libertação dos chamados lugares santos e a expansão do Cristianismo, convertendo os infiéis. Certamente que muitos outros objetivos foram alcançados e particularmente procurados, mas a mola real que conduziu o homem da Idade Média à Cruzada foi a causa religiosa pregada por padres e leigos imbuídos de um fervor religioso que nós — homens da Europa industrial — não compreendemos muito bem.

Há uma diferença importante entre as guerras religiosas árabes e as Cruzadas — guerras religiosas cristãs. Enquanto que a religião cristã foi, desde o seu aparecimento e de acordo com o expresso pelo seu Fundador, uma religião prosé-

lita, em que havia a preocupação, por parte dos Cristãos, de converter os infiéis, o mesmo não acontece com o Islamismo. O Cristianismo expande-se pelo sermão e pela propaganda e poderá tomar o aspecto de guerra — o que aconteceu nas Cruzadas — quando se excitar o espírito de conversão.

O Islamismo prega a guerra santa desde o seu início e passa a ser prosélito só muitos séculos após o seu aparecimento. Nos tempos da grande expansão árabe, embora o guerreiro dissesse e pensasse que lutava porque Alá assim o mandava, não havia qualquer preocupação em aumentar o número de Islamitas pela conversão. Os povos submetidos mantinham os seus costumes e práticas religiosas sem que fossem molestados (na península Ibérica chegou a haver bispos moçárabes). Interessava que os povos dominados servissem os fiéis, não interessava que se mantivessem infiéis.

Então, se Maomé pregou a guerra santa e a iniciou não com a finalidade de converter, qual teria sido a finalidade? — Maomé era um profeta perspicaz; ao pregar a sua religião, sabia que se estava a dirigir a árabes, a nômades de espírito irrequieto característico do guerreiro; para os unir, não serviria pregar-lhes a conversão e a paz, o amor e a igualdade, teria que lhes pregar uma doutrina que mantivesse os árabes como uma nação senhoril e guerreira, nação que sempre tratou os povos conquistados com brandura — mas soberano desprezo — nem os aniquilou nem os converteu (qualquer desta atitude seria perder servidores), os infiéis que lhe ficavam submetidos

e que lhe permitiam, pela exploração do seu trabalho, continuar a ser uma nação de dominadores, cujo passatempo era a guerra ou as discussões teológicas.

A guerra religiosa atinge por vários aspectos de ferocidade invulgar. As lutas contra os hereges que se verificaram durante a Idade Média são um exemplo elucidativo.

23. GUERRA FRIA — GUERRA QUENTE

De acordo com os meios que os contendores utilizam numa guerra, esta pode ter uma ou várias designações.

Até há pouco tempo, não se considerava a possibilidade de se travar uma guerra sem que ela causasse mortes físicas; com o desenvolvimento da guerra revolucionária, os políticos começaram a reparar que determinada potência obtinha vitórias sem que o preço fosse sangue. Eram guerras subtis nas quais se utilizavam meios não sangrentos, e m b o r a “intelectualmente” mortíferos. Esta tomada de consciência dos políticos, e dos povos, levou à classificação de todas as guerras em dois grandes tipos: guerras frias, aquelas em que se procura obter a vitória atuando especialmente sobre as mentes dos inimigos, e guerras quentes, aquelas em que a ação fisicamente violenta desempenha um importante papel na conduta da guerra.

Observando bem a maneira como os inúmeros conflitos de que se tem conhecimento se desenrolaram, verificamos que o fator violência poucas vezes tem desempenhado o principal papel na conduta das operações, embora este seja o pensamento de Clausewitz, quando afir-

ma “A decisão na guerra obtém-se com a batalha”.

Em boa verdade, a maioria das guerras começará por ser do tipo guerra fria e assim se manterá se um dos adversários se deixar vencer por se convencer de que não tem possibilidades de, pelo seu lado, conseguir a vitória. Mesmo após os contendores passarem ao uso dos meios violentos, o elemento “frio” da guerra terá sempre o principal papel. Extremando o nosso raciocínio, teremos que afirmar que o fator violência só desempenhará o principal papel de um conflito, quando este terminar somente com a aniquilação total de um dos adversários. Mesmo que de dois contendores contemporâneos empenhados numa guerra quente, um deles perca no decorrer dos combates o seu poder econômico, as suas armas, as suas bases, este ainda poderá continuar a luta sob a forma de luta de guerrilhas ou terrorismo urbano. Só experimentará a derrota quando se sentir derrotado.

B. H. Liddel Hart no seu “Estrategia” exprime perfeitamente estas idéias, que dali foram retiradas, quando afirma: “A História mostra que é a perda da esperança e não a perda de vidas que decide o resultado de uma guerra”.

24. GUERRA ATÔMICA — GUERRA CLASSICA

Se numa futura guerra quente for utilizado todo o arsenal que as grandes potências têm à sua disposição, essa guerra será atômica, porque a arma atômica terá nela a principal tarefa, e será maciça porque originará destruições de amplitude nunca igualada, maciça ain-

da porque, numa primeira fase, se procurará obter efeitos decisivos.

Se nas guerras não fôr utilizado o armamento atômico poderemos designá-las por clássicas.

É difícil definir uma guerra clássica. A sua natureza varia com as épocas, mas talvez possamos dizer que guerras clássicas são tôdas as que se disputam pelo figurino das guerras anteriores. A próxima será clássica se fôr igual à última; se houver segunda guerra atômica, ela passará também a ter a denominação de clássica.

Não será a guerra subversiva a guerra clássica da nossa época?

25. GUERRAS E ARMAS

O emprêgo da "arma" mecânica, química, biológica, econômica, atômica e psicológica, dá o nome à luta que se está a travar. Se numa guerra quente, qualquer destas armas poderá ser utilizada, de acôrdo com as designações que temos vindo a exprimir, nem tôdas poderão aparecer numa guerra fria. Nesta, há duas armas que comumente se empregam: a econômica e a psicológica. Quando muito, as armas violentas poderão ser, e são-no, usadas em conflitos marginais, ditos guerras limitadas, que constituem lances importantes do "grande jogo".

Abstemo-nos de analisar as armas mecânica, química, biológica e atômica, dado o seu desinteresse relativamente ao sentido dêste trabalho — o que não corresponde, naturalmente, ao seu interesse real, que é considerável.

Os fatores econômico e psicológico (propaganda) têm assumido uma importância nos conflitos do nosso tempo que não é demais encarecer.

A importância do econômico deriva fundamentalmente do fato do econômico representar para o homem moderno o fulcro de tôda a sua atividade. Luta-se pelo bem-estar econômico, teme-se a falência econômica. Não se quer com isto dizer que o econômico não tenha importância por si próprio, já que a riqueza de uma nação tem extraordinária influência na sua capacidade de organizar um exército moderno e de alimentar uma guerra daquelas a que nos vamos habituando a assistir, qualquer que seja o seu tipo. Mas a influência que adquiriu após a revolução industrial é fruto de uma filosofia de vida e de um modo de encarar a existência e a história que presentemente nos caracteriza. Vai sendo cada vez mais raro encontrar homens pobres que se consideram felizes. Hoje, mais do que nunca, ligamos a felicidade, não ao bem-estar moral, mas ao bem-estar econômico.

Do exposto, facilmente se concluem os motivos por que as nações são tentadas pela indústria pesada ou indústria de guerra, em vez de o serem pela indústria dos bens de consumo, nos seus planejamentos econômicos. Atualmente, o bem-estar econômico de grande parte das nações relaciona-se mais com a sua preparação para a guerra do que a felicidade do seu povo. Poder, tanto individual como coletivamente, vai sendo sinónimo de felicidade. Daqui se conclui ainda o motivo por que os adversários, num conflito, procuram, antes de se iniciarem as hostilidades violentas, tentar a sua chance por meio de sanções econômicas, e, depois de estarem empenhados em

recontros sangrentos, por que procuram, em primeiro lugar, destruir os pólos de desenvolvimento econômico do inimigo.

Sobre a arma psicológica, ou propaganda, e a sua importância nos conflitos atuais, não será necessário alongarmo-nos. Bastará referir que o seu poder foi uma das alavancas da vitória alemã sobre a França em 1940, e ainda lembrar o seu emprêgo em massa, nos conflitos a que estamos assistindo.

Hitler afirmava: "As nossas guerras serão de fato travadas antes mesmo de se travarem as operações militares".

Para B.H. Liddel Hart, atualmente a guerra vence-se ou perde-se por manobras bastante mais vastas do que o desdobramento de divisões ou de exércitos; já na guerra conduzida por Hitler "as investidas frontais eram um bluff ou um passeio. O essencial era a ação exercida na retaguarda. Hitler sentia desprezo pelos assaltos e cargas de baionetas, que eram o ABC do soldado convencional. O seu caminho para a guerra era sempre aberto por um duplo D: Desmoralização e Desorganização" (1).

Se o objetivo da guerra é obter o desequilíbrio psicológico do adversário, certamente que a arma psicológica tem considerável, senão decisiva importância.

26. A GUERRA TOTAL

Há guerras que se distinguem de todas as outras por características que lhes são próprias.

O avanço das divisões blindadas alemãs através da França foi rá-

pido, incisivo, levou em breve à decisão; por isso a esta guerra se chamou relâmpago.

A fase de estabilização das frentes durante a guerra de 14-18 deu origem a um modo específico de combater, em que os adversários levaram a efeito uma completíssima organização de terreno; foi a guerra de trincheiras.

Outras guerras há que merecem a designação de guerras totais.

Em boa verdade, só não foram totais algumas lutas que, no respeito às civilizações por nós conhecidas, se travaram na época heroica — Idade Média. A organização social desta época caracterizou-se pela pulverização dos povos em grupos dependentes de famílias aristocráticas, cuja aristocracia havia sido adquirida por algum mérito especial e transmitida aos descendentes. Nestas sociedades, nitidamente agrícolas, a maior percentagem da população vivia debruçada sobre a terra dedicando-se às tarefas do cultivo dos campos. Se, por um lado, eram obrigados a pagar o imposto ao seu senhor feudal, por outro lado acolhiam-se à sua proteção nos momentos de perigo e era o senhor que pagava o maior tributo nas horas más — o tributo do sangue.

Há quem justifique esta sociedade típica da época medieval pela influência que os árabes nômades e cavaleiros exerceram sobre os Europeus quando eles contaram, em especial durante a reconquista cristã e nas primeiras cruzadas. Assim, através deste contacto, apareceu na Europa o cavaleiro medieval com todo o seu código de honra, de lealdade, de pundonor.

(1) "As Grandes Guerras da História".

O cavaleiro árabe era o combatente, o homem superior capaz de dominar um cavalo e com ele ir à batalha. Transferido para a Europa e reforçado pelos princípios da doutrina cristã, este cavaleiro, que para o ser tinha que provar merecê-lo, era o protetor, mais do que o explorador, do seu povo. Derivado desta concepção de vida, combater, durante a maior parte da Idade Média, foi atividade reservada aos nobres. Foi a época da guerra cortês, da guerra de luva branca; talvez a única na história, em que não houve guerras totais.

Com a reinclusão nas batalhas dos guerreiros combatendo a pé, foi-se perdendo aquela característica da guerra, transformando-se as batalhas novamente em atos de barbárie contra o inimigo — combatente ou não.

Posteriormente, assiste-se a uma nova e fugaz tentativa de diminuir a barbárie da guerra, tentativa que coincide com a época da grande revolução europeia de 1789, e a que não é estranho o espírito romântico que então vigorava no velho continente. (1)

Com o aparecimento de novas e terríveis armas, com o advento de normas mais elásticas na maneira de viver do homem, e com a necessidade de impor a sua vontade de qualquer maneira, com o fim ou de conquistar o espaço vital, ou de remodelar a ordem social estabelecida, a humanidade viu aparecer novamente as guerras totais.

Para lá da época heróica, e posteriormente a ela, a guerra não atende a sexos nem a idades, às cidades nem aos campos, a militares ou a civis. Todos nela participam, todos estão sujeitos a sofrer, direta e imediatamente, os seus efeitos.

27. QUEM FAZ A GUERRA

Uma guerra pode ser de toda a nação, do povo que a forma — guerra popular — pode ser de determinada classe, a mais poderosa — guerra de classe —, ou pode ainda ser “pertença” de uma única pessoa — guerra pessoal.

Quando uma nação se encontra empenhada numa guerra popular, cada um ou a maioria dos seus cidadãos exprime o seu pensamento acerca deste conflito dizendo “esta é a nossa guerra”.

A guerra luso-castelhana de 1383-1385 foi certamente uma guerra popular. Popular não quer dizer somente luta iniciada pelo povo; é popular desde que o povo, fazendo uma guerra, a sinta verdadeiramente justa, verdadeiramente sua. Certa ou erradamente, conquanto que as populações se sintam convencidas da necessidade e das vantagens de uma luta, ela é a sua luta; sejam os motivos que a isso conduzem políticos, econômicos, religiosos ou outros. Por vezes uma guerra que começa por ser popular despopulariza-se, embora continue a ser de interesse vital para o povo — não haverá nenhuma nação que ao fim de alguns anos de guerra

(1) Napoleão foi criticado por ter feito reviver na Europa a guerra em que os exércitos viviam daquilo que a população era obrigada a fornecer-lhes, processo que não vinha sendo praticado desde a guerra dos Trinta Anos; Napoleão renunciou a este método quando preparou a campanha da Rússia.

não vote, caso se organize um plebiscito, pelo cessar fogo incondicional — é aqui que ressaltam as qualidades dos grandes "leaders" que, contra a maré do mais fácil, seguem o caminho mais difícil, aquele que é do interesse geral.

Está claro que, dentro da designação de guerra popular, cabem todas as guerras conduzidas por sociedades cuja ocupação normal é a guerra.

As guerras de expansão árabe, neste sentido, foram populares; as guerras assírias também o foram.

Não há nenhuma nação que durante a sua história não tenha feito uma ou mais guerras populares.

Quando há uma classe interessada em fazer e manter as guerras, como foi o caso da classe latifundiária romana, ou de outras classes em outras nações, temos aquilo que se chama guerra de classe, mas não luta de classes, conforme já referimos.

Se é uma pessoa que, por prestígio ou qualquer outro interesse próprio, conduz a guerra, assistiremos a uma guerra pessoal. Napoleão e César fizeram guerras pessoais. Não será necessário falar de Napoleão. Quanto a César, bastará transcrever um trecho da apresentação de Régine Pernoud do "Conquistador das Gálias", na sua tradução da obra de César, que narra os seus feitos: "Ele (César) sabia que, relativamente a Pompeu, havia qualquer coisa que lhe faltava: o prestígio que dá uma vitória. Necessitava de encontrar o campo onde levasse a efeito a campanha que, para ele, era uma necessidade política, e que seria também para aqueles que desejava como colaboradores a altu-

ra de prestar provas. Seria a Gália a quem caberia este papel, através de uma campanha que o ambicioso Cônsul não previa que o iria ocupar durante oito anos sucessivos e levá-lo à beira do desastre". (1)

Apesar da divisão que apresentamos, uma determinada guerra poderá ser iniciada por uma pessoa ou uma classe, interessar fundamentalmente a essa pessoa ou classe, mas transformar-se em guerra popular. O caso da segunda grande guerra é flagrante. A luta, que começou por ser de Hitler muito antes de terem lugar os recontros violentos, passou a ser de todo o povo alemão, assim se mantendo quase até ao colapso germânico.

28. GUERRA MODERNA

Quando os Hicsos invadiram o Egito, destruíram o seu povo, arrasaram as suas terras e implantaram uma nova dinastia, estavam a fazer uma guerra moderna — para a época.

Quando os bárbaros invadiram o império romano, e como uma enorme vaga o submergiram, deu-se uma guerra moderna — para a época.

Qualquer destas guerras, como todas as outras que originaram alterações profundas numa sociedade, foram consideradas pelos componentes dessa sociedade como uma guerra nova, uma guerra diferente — uma guerra moderna.

Atualmente, há também uma forma nova de fazer a guerra, uma maneira recente de conduzir uma luta — com todas as armas — que tem originado vitórias que, no início da luta, se anteviam fantásticas.

(1) César — "Guerre des Gaules".

Essa maneira de fazer a guerra que tanto tem impressionado os homens — a guerra subversiva — foi também, logicamente, denominada guerra moderna.

Mas a guerra moderna atual, a da nossa época, distingue-se de todas as outras porque põe em primeiro lugar a conquista ideológica do inimigo e todas as formas violentas de que se reveste visam imediatamente essa conquista: o ato de terrorismo, a ação persistente da propaganda — da persuasão à ameaça — visam diretamente a população.

A missão que um terrorista tem num determinado dia — matar a primeira pessoa que encontrar — não se coaduna com o código de honra de um militar tradicional. No entanto o terrorista considera-se um "militar" que atua dentro de coordenadas que para ele constituem um código. A guerra moderna é a guerra cujo código é não ter código comum aos dois adversários, contrariamente às lutas tradicionais.

29. GUERRA MAQUIAVÉLICA

Sempre se fizeram guerras como engodo. Quantos problemas internos se resolvem ou passam despercebidos só porque se travam guerras com outras nações!

Se foi Maquiavel quem esquematizou e aconselhou esta maneira de resolver problemas internos, não foi Maquiavel quem lhe tirou o proveito: antes e depois da passagem pela terra deste teórico, muitos "leaders" recorreram à guerra exterior como processo de eliminar problemas interiores.

A guerra como engodo é a guerra executada de acordo com o pen-

samento de Maquiavel — a guerra maquiavélica.

30. GUERRA DE GUERRILHAS

Quando, de dois adversários que se batem, um deles possui meios de combate nitidamente inferiores ao outro, mas não atingiu o desequilíbrio psicológico que significa a sua derrota, só tem uma forma de fazer a guerra: a luta de guerrilhas.

Esta forma de combater não é nova; é antiga como o tempo e processa-se sempre que se verifiquem as condições que indicamos.

César enfrentou uma luta de guerrilhas na Grã-Bretanha e nas Gálias; Viriato e Sertório foram guerrilheiros; os exércitos de Napoleão quebraram com a guerrilha que a Espanha lhes moveu; o exército alemão em 39-45 sentiu a força da guerrilha; o exército americano desdobra-se perante esta maneira antiga, mas sempre eficaz, de fazer a guerra.

Quando César, à frente das legiões de Roma, desembarcou na Grã-Bretanha, os naturais desta região não tinham possibilidades de opôr às legiões romanas um exército poderoso e organizado capaz de se medir com o de César em campo aberto. Cassivellaunus, encarando a vontade de resistir do povo bretão, só tinha uma maneira de o fazer: através da guerrilha.

Atuante, quando os exércitos das grandes nações industriais possuem armas modernas e poderosas, a Guerrilha é a única maneira de as combater. As pequenas nações têm nesta forma de guerra a possibilidade de resistir aos colossos mundiais. Desde que as suas condições naturais sejam propícias, sós ou unidas a outras pequenas nações vi-

zinhas, devem preparar-se para praticar esta forma de combate:

"A estratégia que está a ser actualmente desenvolvida pelos nossos adversários é inspirada na dupla idéia de esquivar-se a um poder aéreo superior e anulá-lo. Quanto mais temos desenvolvido o efeito maciço das armas de bombardeio, mais auxiliámos o progresso da estratégia do tipo guerrilha". (1)

31. GUERRA CONVENCIONAL. GUERRA SUBVERSIVA

Não nos deteremos na análise das guerras classificadas de acôrdo com as zonas onde decorrem.

Para terminar a nossa breve exposição acêrca dos inúmeros nomes que as guerras podem ter, focaremos agora a classificação das lutas quanto às limitações a que obedecem.

As guerras começaram por ser subversivas, foram-se pouco e pouco transformando em convencionais e vão descaindo novamente para o tipo subversivo.

A grande, e principal diferença, entre guerras subversivas e convencionais é que, enquanto as primeiras não obedecem a quaisquer regras ou leis, as segundas desenvolvem-se apoiadas em normas aceitas e normalmente cumpridas por ambos os contendores.

A verificar-se a utopia de, daqui por uns milhares de anos, acabarem as guerras, os homens dêsse tempo que se debruçarem sobre este problema, quando estudarem o Homem na sua história, relacionarão, sem dúvida, as duas grandes revoluções da humanidade com a forma de combater.

Pode dizer-se que a primeira grande Revolução, verificada por volta dos anos 10.000 a 7.000 AC — a Revolução Agrícola — (que consistiu no domínio dos outros seres vivos pelo homem — as plantas, pela prática da agricultura, e os animais pelo aparecimento do pastoreio), introduziu na humanidade a prática da guerra, pelo menos da guerra como até há pouco a imaginávamos.

Antes da revolução agrícola, se o homem fazia a guerra, era a guerra selvagem praticada pelo homem selvagem. As famílias ou os pequenos grupos deviam eliminar-se "selvaticamente", disputando áreas de caça e de colheita ou "saboreando-se" mutuamente. Além do mais, antes da revolução agrícola, ainda não existiam as condições próprias para o desenvolvimento da guerra: os homens viviam em núcleos reduzidos às dimensões familiares.

Ao cabo dessa revolução lenta que marcou o primeiro grande salto humano, salto que se deu cêrca de 500.000 anos depois do aparecimento do homem sobre a terra, o animal homem passou a ser diferente dos outros animais: o grande passo fôra dado. Mas com este passo não terminou a morte violenta. Os homens deixaram de se matar para se comerem; de uma maneira geral, passaram só a matar. Esta foi talvez a primeira convenção bélica, convenção decorrente da possibilidade de satisfazer uma necessidade vital — comer — por meios diferentes dos anteriores.

Aqui começaram as guerras convencionais.

(1) B. H. Liddel Hart — Obra citada.

Com o tempo, as convenções foram-se apertando, as regras foram sendo aceitas, as guerras "civilizaram-se".

A época da progressiva codificação das guerras estende-se ao longo da história da sociedade humana enquanto sociedade agrícola. Com a Revolução Industrial, a codificação mantém-se durante algum tempo, mas a sua continuação mais parece o resultado do movimento anteriormente adquirido, já com falhas de onde em onde, do que a continuação da guerra tipo contrato.

Dois séculos não eram decorridos depois da revolução industrial — em que o homem passou a dominar os animais —, e dois séculos na história "do homem" são dois minutos na história "de um homem", e eis que se perde a primeira convenção: as guerras deixam de ser declaradas.

Não se pode esquecer que estamos perante um esboço muito geral de relação da história do homem como processo guerreiro. Apesar das convenções terem sido, em teoria, total e mundialmente aceitas, houve sempre quem fizesse a guerra desobedecendo a convenções. Já há muito que se davam lutas não declaradas, tal como a prática de comer os adversários não terminou com a revolução agrícola. Mas a verdade é que somente dois séculos após a revolução industrial se passou a admitir como prática corrente, contrariamente ao anteriormente aceito, a eclosão de lutas sangrentas sem declaração prévia.

Embora o termo subversivo seja geralmente relacionado com o sen-

tido revolucionário, por virtude das guerras subversivas andarem muito ligadas com as tentativas marxistas da revolução mundial, talvez seja mais correto, se está certo o esquema atrás apresentado, ligá-lo ao sentido de perversão.

Assim, a guerra subversiva seria a perversão ou degradação da guerra convencional. Dêste fato se infere com naturalidade a normal repugnância do militar, relativamente a este tipo de luta.

Educado no culto da honra, do estrito cumprimento das regras e da estima do valor do adversário, o militar aceita com dificuldade a idéia de que o combatente subversivo é um guerreiro da sua categoria, e tende a desprezá-lo. Talvez esta razão explique, em parte, o pouco êxito dos exércitos tradicionais na maioria das guerras subversivas ultimamente travadas.

Somente na medida em que o inimigo não seja subestimado, será possível combatê-lo com possibilidades de êxito. Esta é a verdade que alguns exércitos começam a perceber — flagrante é o exemplo da América no Vietnam. É que, em boa verdade, o combatente subversivo, mercê das liberdades que se permite, encontra-se sempre em melhores condições do que um combatente tradicional, submetido a normas rígidas, que vão desde o vestir uma farda até ao tratamento que deve dar aos prisioneiros.

A guerra vai-se subvertendo pouco e pouco. Tende a terminar a guerra de "contrato".

Elvas, fevereiro de 1966.

A FEB E O SEU PELOTÃO DA PAZ

MAJ HAMILTON DANTAS MINCHETTI
(Ex-combatente da FEB)

"É a cinza dos mortos que faz a Pátria" — PÉRICLES

As comemorações do 25º aniversário da tomada de Montese a 14 de abril, próximo ao 31 de março, deu ao Brasil o prosseguimento da Revolução Democrática e plena realização de seus objetivos. Caminhos mais amplos e seguros de independência, desenvolvimento e segurança nacional.

Uma unidade da FEB, dos antigos pracinhas, desconhecida praticamente, o Pelotão de Sepultamento, cujos feitos são quase ignorados até hoje, contribuíram de uma maneira particular, dentro da disciplina militar, como das mais autênticas e das mais altruístas e humanas para acelerar a marcha da Vitória das forças aliadas no T. O. da Companhia da Itália.

Todos os elementos competentes da FEB, de armas e serviços, sofreram e lutaram pela satisfação do dever cumprido, alguns com o sacrifício da própria vida, pela sua nobilitante da paz, liberdade e da justiça dos povos.

A campanha da Itália exigiu de todos os ex-combatentes teríveis provas de coragem e desprendimento.

Havia no Exército americano um órgão conhecido pela sigla G. R. Pat (Graves Registration

Platoon), que correspondia no Exército brasileiro ao Pelotão de Sepultamento.

Nas divisões americanas, não é um órgão divisionário, mas da "Burial Co." — Companhia de sepultamento, unidade de Corpo de Exército, com inúmeros meios de transportes e autonomia.

O Comandante da FEB teve necessidade urgente da criação desse importante órgão, cujo trabalho e missão devem ser conhecidos e executados por todos, por sua finalidade humana e altruística.

As diretrizes americanas de emprêgo, recolhimento e trato dos mortos, e rotina administrativa foi a mesma para o Pelotão de Sepultamento Brasileiro.

1º Ten Lafaete Vargas Moreira Brasillano foi o primeiro comandante desse pelotão, que com o espírito de sacrifício e abnegação, não mediu esforços para que aos brasileiros no T. O. fôsse prestada toda solidariedade humana, na difícil e nobre missão de coletar, transportar, autopsiar, e inumar os bravos heróis brasileiros ou inimigos tombados nos campos de combate. O Ten Brasillano e os soldados de seu pelotão, sempre dentro da situação

tática das instruções e ordens particulares, os postos de coletas, órgãos de execução do pelotão, eram instalados próximo da frente, com o objetivo de atender rapidamente a evacuação dos mortos em combate.

A coleta dos mortos, era executada em condições difíceis como na conquista de Monte Castelo, Montese e Castelnovo, tendo sido feita sob um tremendo bombardeio, das tropas da Wer-marcht de Hitler e tropas de assalto.

As operações na frente de Montese, que duraram de 14 a 18 de abril, representam o mais cruento episódio da Campanha da Itália, deixando um saldo de mais de 426 baixas das quais 34 mortos, 382 feridos e 10 extraviados.

A maior contribuição foi do 11º RI — "Regimento Tiradentes" com 243 baixas, do 6º RI — Regimento Ipiranga com 148 e do Regimento Sampaio 35.

Em Montese consumiram mais munição do que na frente das outras quatro divisões do IV Corpo Americano. Cremos nós, serem reminiscências dignas de registro, pois deixam transparecer os traços marcantes dos nossos combatentes brasileiros naquela campanha e nos permitem avaliar seu comportamento vigoroso e estóico para alcançar a vitória em Montese, último capítulo da Epopéia dos Apeninos, cuja memorável jornada faz parte, hoje, das mais intrépidas páginas de nossa História Militar. Ao meditarmos em seus sacrifícios honramos não somente as suas memórias, mas também os princi-

plos de justiça e liberdade pelos quais deram suas vidas.

Cumpramos a dedicação e a eficiência desse Pelotão quanto a identificação dos mortos, tendo sido aplicada toda a técnica moderna na identificação de alguns soldados desconhecidos, pela comparação da ficha datiloscópica no morgue de Pistóia, com o registro correspondente no Serviço de Identificação do Exército no Brasil. O então General Mascarenhas de Moraes deu a sua máxima atenção a esses bravos soldados do pelotão de paz integrantes do pelotão de sepultamento, pela natureza e missão de seus serviços, pois eram chamados a transportar corpos de pracinhas por longos trechos de estradas, onde não era possível atingir viaturas motorizadas.

Aos soldados desse pelotão, era necessário conhecer a neutralização de minas antipessoal e as armadilhas, de largo emprego pelos nazistas, e comuns naquelas áreas minadas.

Em outras ocasiões, eram designados para recolher mortos em zona batida por fogos inimigos e que para o cumprimento de suas filantrópicas missões levavam a proteção do emblema da Cruz de Genebra. Finalmente, facilitaram a exumação e a transladação para o Brasil dos restos mortais das 466 urnas dos bravos heróis brasileiros que dormiam o sono eterno no longínquo cemitério militar de Pistóia, para serem depositados no imponente monumento nacional dos mortos da segunda guerra, no Atêrro da Glória, sendo o último ato da



Campanha da Itália, do inclito Mascarenhas de Moraes e do Pelotão da Paz.

O eminente Comandante da FEB, com as autoridades americanas, foi designado, por seu espírito cristão e democrático, a estabelecer preceitos quanto ao tratamento a ser dado aos mortos da FEB e do pessoal militar americano, quando encontrado por nossos soldados e que foi observado e cumprido pelo Pelotão de Sepultamento.

O mesmo cuidado e tratamento, tanto para os mortos brasileiros e americanos, bem como para os inimigos encontrados na zona de combate ou na terra de ninguém.

Nenhum morto, de qualquer nacionalidade, pode ser inumado ou exumado, por quaisquer elementos civis ou militares, senão pelo pelotão de sepultamento.

Os mortos inimigos ou brasileiros, são levados pelas unidades até o posto de coleta brasileiro mais próximo e os soldados americanos mortos ao posto de coleta americano.

Os mortos de qualquer nacionalidade, inclusive os inimigos,

não podem ser despojados dos seus objetos e documentos pessoais.

Finalmente, a todos será prestada a assistência religiosa — de cuja religião pertencia o morto. — São essas, em última análise, as normas de conduta estabelecidas pelo bravo Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante-em-Chefe da FEB no TO da Campanha da Itália, para o Pelotão da Paz.

Porém, sabemos nós que a melhor homenagem aos combatentes mortos é dar assistência aos seus companheiros vivos. Dêles poderíamos dizer desde a célebre Oração Fúnebre de Péricles proferida há quase 2400 anos em homenagem aos mortos da Guerra do Peloponeso até a não menos famosa mensagem de Franklin Roosevelt sobre as quatro liberdades:

“Imolando-se pela Pátria adquiriram glória imortal e tiveram soberbo mausoléu, não na sepultura onde repousam, mas na lembrança sempre viva de seus feitos”.

“Aquêles que não se aproveitam das lições da experiência são condenados a recomeçá-la.”

SANTAYANA

Palavras pronunciadas pelo Gen Div Humberto de Souza Mello, ao assumir o Cargo de Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa em 18 de maio de 1970

Dignificado com a alta distinção do convite formulado pelo Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão e a confiança que me dispensou o Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, General-de-Exército Orlando Geisel, com a indicação do meu nome ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, fui honrado por sua Excelência com o decreto de nomeação para o cargo de Vice-Presidente do Departamento de Ensino e Pesquisa.

Retorno ao Exército após cerca de um ano afastado das suas atividades intrínsecas por encontrar-me no exercício da Presidência da, ora extinta, Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, onde empreguei a minha experiência e fé patriótica para contribuir com ações ou medidas preventivas e repressivas, em cooperação com os órgãos da estrutura de Segurança do País, à neutralização e possível erradicação do comunismo atuante através de grupos subversivos em todo o território nacional, sob a forma violenta de luta armada que configurava a guerra revolucionária, particularmente, nos seus aspectos de guerrilhas urbana.

Tudo fez a Comissão com o que dispôs, para execução das suas complexas e delicadas tarefas dentro da maior compreensão e respeito e em colaboração com as mais altas autoridades militares e civis do alto nível da administração governamental, sempre no mais completo e perfeito entendimento e harmonia nas esferas inalienáveis de suas atribuições. A minha formação de soldado profissional norteou o desempenho dos meus deveres funcionais na Presidência daquela Comissão, sem jamais afastar-me dos fundamentos da hierarquia, da trajetória retilínea da justiça e do respeito humano que me permitem retornar ao Exército com a consciência tranqüila e feliz do dever cumprido, por não haver quaisquer penumbras que o obscuratismo do ódio, da vaidade, da paixão e da perseguição venham de leve ferir o meu espírito e a minha consciência de soldado que tem orgulho, com a graça de Deus, em corresponder com dignidade, esforço, abnegação e entusiasmo patriótico, a honra do generalato que lhe concede o Exército e a Nação, e ainda a vigilante lealdade das minhas convicções democráticas e profundamente cristãs.

É, pois, com renovado impulso de ânimo e efusão espiritual que retorno ao Exército para um setor das suas atividades — o Ensino — ao qual dediquei quase metade do tempo da minha carreira consagrada a serviço da nossa instituição.

No exercício das funções de Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisas, empenhar-me-ei com todo o vigor da minha capacidade, para bem cumprir e fazer cumprir as diretrizes, ordens e instruções do seu Chefe, de modo a contribuir com modesta parcela no equacionamento e solução de problemas que constituem imensa tarefa da mais alta relevância para o Exército, formidável carga que pesa sobre os ombros daquele Chefe. Colaborarei com Sua Ex^{ca} para ampliar a gama de conhecimentos profissionais, de cultura geral e técnico-científicos, estes últimos tão necessários para alcançar, no tempo e no espaço, pela pesquisa operacional que acompanha o desenvolvimento, sempre renovador, da evolução dinâmica das transformações da sociedade, dos instrumentos, engenhos, armas de guerra, formas e tipos de combate, métodos e processos de ensino e de instrução, de modo a que seja possível manter atualizada a Doutrina Pedagógica estabelecida. Para isso, estou certo que contarei com a leal e constante dedicação dos companheiros de trabalho que mourejam diuturnamente, nos diferentes órgãos deste Departamento, em labor continuado de impressionante extensão e complexidade dos seus encargos a exigir tenacidade, inteligência e preparo profissional. Pois, ensino e pesquisa exigem a continuidade e permanência de esforços deste Departamento para a formação, aperfeiçoamento e especialização dos quadros permanentes, verdadeira coluna mestra da nossa instituição, a qual, por eles, é dinamizada em todas as direções valorizando os padrões profissionais, de civismo e patriotismo que respondem pela sua perenidade, em glória e respeito.

O DEP na essência da sua finalidade é o responsável pelo problema educacional do Exército.

Ensinar, instruir, pesquisar e disciplinar é — educar. O sistema educacional do Exército, integrado nas Bases Filosófico-Constitucionais da Educação no Brasil, repousa nos valores da vida e na projeção dos valores espirituais e morais que se enquadram na filosofia geral do comportamento da atual sociedade brasileira visando a sua projeção futura, que está a exigir uma educação para o pensamento mantenedora da dignidade do espírito diante de forças materiais, com a valorização da mente desenvolvida no conteúdo daquelas bases filosóficas: formação da personalidade, caráter, liberdade, habilidades diversas, coesão, conhecimentos profissionais e culturais, pátria, família, religião, moral, dignidade humana, integração social e acompanhamento da evolução técnico-científica, isto é, a formação do homem na sociedade em que vive para realizar-se como cidadão digno e útil à Pátria.

O DEP, principalmente, através das suas escolas de diferentes níveis ou graus, quer de formação, extensão, aperfeiçoamento e especialização, desenvolve a sua filosofia educacional atendendo à crescente dinamização da sociedade brasileira e às limitações de recursos financeiros e da estrutura econômica do país, para responder às exigências da Segurança Nacional preparando profissionalmente os quadros permanentes da carreira militar com a mentalidade da eficiência e do progresso, alcançando, assim, a grandeza da sua principal finalidade — a formação do soldado-cidadão.

Senhor General, consoante os preceitos estabelecidos no Regulamento e Regimento Interno, dêste Departamento, verifica-se como principal dever do Vice-Chefe o exercício das funções de assessoria do Chefe do Departamento. Sinto, na minha humildade, a complexidade e extensão da tarefa, apenas em rápida visão panorâmica sobre os mais relevantes assuntos objetivados nas atribuições que concernem ao Departamento sob a responsabilidade direta de V. Ex^a.

Procurarei desenvolver essa colaboração no constante empenho de facilitar o cumprimento da difícil incumbência que tem o chefe de conduzir os anseios, os propósitos, sentimentos e ações de todos seus subordinados, ao consagrarmos a nossa fé em Deus, animados dos mais puros sentimentos sob a inspiração da Bandeira do Brasil que sintetiza as glórias da nacionalidade, convindo sempre lembrar que a disciplina, a obediência, a bravura, a magnanimidade, a renúncia e o cumprimento do dever constituem a epopéia divina do sacrifício que edifica o soldado-cidadão para a grandeza do Exército e o bem da Pátria.

Pode estar seguro, meu General, que não me faltarão as forças interiores do meu espírito, os conhecimentos adquiridos na longa experiência da vida, e particularmente, o desejo de bem servir com obstinação do dever, lealdade, abnegação e disciplina, para auxiliá-lo com pequena parcela nas suas altas funções, certo de que ela representará o que de melhor poderei dar.

Agradeço muito sensibilizado a todos que vieram, espontaneamente, testemunhar com as suas presenças o seu aprêço e consideração, emprestando maior significado a êste ato que se realiza por imposição regulamentar e constitui norma geral de procedimento nas organizações militares.

Muito obrigado.

TOMADA DE MONTE CASTELO

ORDEM DO DIA

21 DE FEVEREIRO

Em novembro de 1944, o outono se despidia da Itália e os alemães, aproveitando a formidável barreira dos Apeninos, bloqueavam o acesso à planície do Pó. A necessidade de manter o inimigo sob permanente pressão levou o Alto Comando Aliado a retomar a ofensiva, a despeito da exigüidade e desgaste dos efetivos.

Nesse quadro, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária foi chamada a entrar em linha sem ultimar a ambientação e a instrução do grosso da tropa. Integrada no 4º Corpo de Exército, recebeu a missão de atacar a 29 de novembro para conquistar Monte Castelo. Defrontou-se com inimigo adestrado e combativo, instalado em posição organizada, com excelente comandamento sobre os itinerários de progressão. Repelida, voltou a atacar, sem êxito, em 12 de dezembro.

Tais insucessos, longe de caracterizarem incapacidade, deveram-se à dificuldade de cumprir uma missão "cuja amplitude reclamava meios mais vigorosos e cuja natureza exigia não apenas adestramento, senão razoável adaptação à zona de combate".

A essa altura, começava a neve a recobrir os Apeninos e estabelecerem-se as operações. O "pracinha" conheceu e suportou, ao relento, em plena região montanhosa, os rigores de nevadas inclementes e temperaturas de 18º abaixo de zero, no dia a dia da intensa atividade de patrulhamento, dos golpes-de-mão e da inquietação de artilharia e morteiros.

Desafiada pelos reveses e estimulada pelos sentimentos de honra e dignidade, a Força Expedicionária Brasileira encarou, determinada, a severa realidade da guerra. Na instrução e nas ações de patrulha, nosso soldado enrijeceu o físico, adquiriu maior tirocínio e experiência de combate, confiou mais em si, nos companheiros e nos chefes, desenvolveu o sentimento de solidariedade e vitalizou o espírito de corpo.

Faz hoje 25 anos a tropa brasileira, já preparada para a luta, novamente atacou. Seu objetivo, o mesmo Monte Castelo. A defendê-lo o mesmo combatente experimentado, tirando partido de condições do

terreno que continuavam adversas ao atacante. Mas frutificaram as qualidades duramente exercitadas naqueles meses de penoso aprendizado. Obstinação, arrôjo e agressividade fizeram cair o bastião tido até então como inexpugnável: a FEB conquistava Monte Castelo e, porque lhe sobravam ânimo e impulsão, prosseguia, mesmo com o flanco descoberto, sobre o objetivo seguinte — La Serra, beneficiando a 10ª Divisão de Montanha norte-americana, que atacava a seu lado.

Meus camaradas,

Na vida do triunfador há também dificuldades e reveses, mas seu êxito, passada a adversidade, dependerá da coragem e da força moral que houver acumulado, dando têmpera ao ferro de seu sangue e rijeza à cal de seus ossos.

Em Monte Castelo, com a decisivo apoio do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, a 1ª DIE conquistou uma vitória militar e um triunfo moral aos quais o valor do adversário e a aspereza das condições geográficas emprestaram extraordinária dimensão, emoldurada pelo patriotismo, abnegação, espírito de renúncia e bravura do nosso expedicionário.

A homenagem maior que podemos prestar à memória dos que tombaram, como em outros fevereiros — dos Guararapes, do Passo do Rosário, de Caseros e de Humaitá — na defesa dos permanentes valores da nacionalidade, é cumprir, por inteiro, o compromisso de bem servir.

Na hora em que o mundo, vítima de ardilosas manobras da guerra revolucionária, vive sob a constante tensão da luta psicológica, nossa tarefa primeira continua sendo a de dar à Nação a segurança que só um Exército eficiente, aguerrido e atualizado pode proporcionar.

Que a evocação dos vitoriosos de Monte Castelo revigore em todos nós, sem distinção de hierarquia, cargo ou função, a consciência do dever de aperfeiçoá-lo continuamente.

Que os quadros permanentes e os conscritos que anualmente passam pela caserna não sejamos simples depositários, mas ardentes e capacitados defensores de nosso patrimônio histórico e cultural, de nossa soberania e integridade territorial, de nosso sistema de vida cristão e democrático.

(a) Gen Ex Orlando Geisel, Ministro do Exército

MENSAGEM AOS NOVOS CAVALARIANOS

Pelo Cap Cav
PEDRO MARINS MARTINO
Aluno da EsCEME

Jovens cadetes de Cavalaria, realizais hoje um sonho acalentado idealisticamente nos vossos corações transbordantes de entusiasmo e amor à pátria.

Na singeleza dessa magnífica solenidade de entrega de esporas, vislumbramos um passado, um presente e um futuro promissor.

Encarando vossos semblantes, auscultando vossos pensamentos, ouvindo a cadência firme e ousada de vossos passos, recordamos orgulhosos os dias em que como vós, tivemos a ventura de ingressarmos na acolhedora e imortal Arma de Cavalaria.

O tempo correu célere, os anos atestam sua passagem marcante, tentemunhada de maneira indubitável, pelo encanecimento de nossos cabelos.

Para nós eis chegado o amadurecimento, a experiência, a efetivação de novas metas, o encontro com a realidade.

Para vós soam os clarins do porvir, do desejo insaciável do saber, da ânsia de construir, da certeza de servir.

Assim pensando, buscamos êsse contato, êsse diálogo fraterno, franco, e leal, sòmente exequível, num ambiente de unidade de doutrina, de comunhão de idéias, de entendimento recíproco.

Queremos nesse intercâmbio sentimental, fortalecer cada vez mais, nossa crença inabalável na pujança de nossa Arma.

Desejamos receber os influxos de vosso são idealismo e através de nossa despretenciosa mensagem, almejamos caracterizar indelévelmente, a confiança que depositamos nas novas gerações de cavalarianos, brilhantemente lapidados, afanosamente trabalhados, por essa plêiade de incansáveis instrutores e mestres.

Osório é a chama estóica que nos fortalece, vós sois o futuro radiante que nos ilumina.

Osório foi o precursor de uma trajetória seguida com destemor por inúmeros e denodados oficiais da "Nobre Arma", como o Marechal José Pessoa, homem capaz de realizar com sapiência e devotamento a obra ciclópica representada por essa monumental Academia.

Ambos foram ação, ambos foram entusiasmo, um foi a bravura personificada, o outro foi o dinamismo eternizado.

Nós somos o presente, vós sois a esperança, unidos somos muito mais que tudo isso, somos a realidade de uma hora *sui-generis*.

Arcamos talvez, com a mais pesada responsabilidade já assumida por um cavalariano, isto é, forjar a reestruturação de nossa arma, lutar por seu aprimoramento tecnológico, dotando-a dos meios necessários para desempenhar com galhardia, suas missões... precípuas no campo de batalha.

Temos o dever inalienável de executar no presente, tudo aquilo sonhado por nossos ancestrais, cultivar o passado mas não retroagir, eis o esforço hercúleo a nós e a vós imposto.

Hoje formais a vossa *têmpera* em assomos de arrôjo e despreendimento ora cavalgando com audácia vossos lúzidos corcéis, ora comandando com intrepidez vossos Carros e Blindados avassaladores.

Eis as imposições do progresso, eis a versatibilidade necessária à conjuntura atual moldando a vossa formação.

Em seguida serão os helicópteros, as operações aeroterrestre as incursões de comandos, as operações especiais.

Prezados camaradas, antevemos para vós uma vivência profissional profícua e venturosa, confiamos no vosso espírito progressista e renovador, sequioso de colocar em atividade as inesgotáveis potencialidades, armazenadas em vosso peito de cavalarianos modernos e atualizados.

Assim pensando, procuramos nesse instante participar de vossas emoções, de vossas alegrias de vossas concepções avançadas e realísticas.

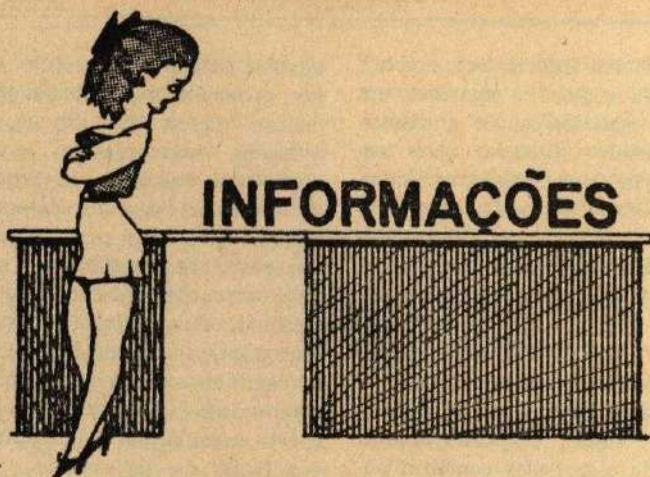
Queremos acompanhá-los nesse dia inesquecível, aureolado do mais fecundo e sublimado idealismo.

Nossa mensagem é a reafirmação de nossa vontade de vos incentivar, nosso desejo sincero é o de ver em breve a consecução plena de vossas lídimas aspirações, nossa ventura será vê-los integrar uma ARMA que não mudou, apenas evoluiu, não se modificou, mas sim assimilou.

LUTAI meus caros jovens, estaremos convosco, daí vaza aos vossos ímpetus de devotamento profissional, nós os aplaudiremos, desfraldai a bandeira da nova CAVALARIA, nós os acompanharemos.

O divisor comum de tôdas as missões de Cavalaria é a segurança, cuja obtenção racional exige prudência, que não consiste em exagerar precauções, mas em não hesitar e nem se precipitar; em não esmorecer e não negligenciar.

Cel Cav GERALDO KNAACK DE SOUZA



INFORMÁTICA

A DEFESA NACIONAL no desempenho de sua missão de cooperar para atualizar e ampliar a cultura de seus assinantes, graças à dedicação e ao esforço de seu corpo redatorial, pesquisa continuamente, dentro de sua limitada capacidade, nos setores de atividades que mais de perto nos interessam.

Como resultado deste trabalho, oferecemos à meditação de nossos leitores a tradução de uma conceituação sobre "informática" obtida em França, de fonte altamente categorizada no assunto.

DEFINIÇÃO DA PALAVRA: INFORMÁTICA

Substantivo feminino — Ciência do processamento automático e racional da informação, considerado como base dos conhecimentos e das comunicações. A segunda metade do século XX está marcada pela revolução trazida pela informática.

Encicl. — A informática estuda os métodos utilizados para transformar a informação, bem como os mecanismos que permitem realizar essas transformações, a fim de aplicar as técnicas assim concebidas em todas as atividades humanas, científicas, administrativas, industriais, comerciais, sociais, liberais e artísticas. Está relacionada com o funcionamento de mecanismos

complexos e aperfeiçoados chamados *computadores eletrônicos*, *ordenadores* (em função) ou *sistemas informáticos*. Essas máquinas têm por função transformar, sem intervenção humana intermediária, matéria-prima abstrata chamada *informação*. Tal informação é constituída pela justaposição de símbolos, certos grupos dos quais caracterizam, por convenção, fatos, coisas ou idéias. Recorre-se a duas famílias de símbolos, cuja percepção depende de dois dos sentidos do homem: sons elementares ou fonemas, percebidos pela audição e diversos grafismos, percebidos pela vista. Esta segunda categoria de símbolos é, atualmente, a mais

empregada em informática, embora a primeira comece a aparecer em processos mais novos. Os grafismos correntemente utilizados para representar informações são, na língua francesa, as 26 letras do nosso alfabeto, os 10 algarismos decimais e certo número de sinais de pontuação e de símbolos matemáticos, tais como: . , : ; ! () > < = + — × / & ' ? %. Agrupando letras, formam-se palavras que permitem caracterizar coisas, acontecimentos, idéias, enquanto que a reunião de algarismos constitui números, que são submetidos às leis da aritmética ou representam apenas certos fatos ordenados.

A informação contida em uma mensagem é muitas vezes mais ampla do que se poderia deduzir da mera cadeia de símbolos, algarismos, letras e sinais de pontuação, que a constituem. Assim é que a escolha dos tipos empregados (maiúsculas, minúsculas, negritos, itálicos, etc.) acresce algo ao conteúdo informativo de um texto, tanto quanto o fazem a composição, a paginação, as tubulações, as figuras. O conteúdo informativo de um documento corrente encontra-se quase sempre completado por diversos elementos de sua edição, que o leitor interpreta de maneira subjetiva, seja formal. A informação, assim definida, constitui a matéria-prima da informática.

A informática pode dividir-se em cinco ramos distintos: o formal ou analítico, sistemático e lógico, o físico e tecnológico, o metodológico e o aplicado.

A *informática formal* ou *analítica* é a que mais se aproxima das ciências clássicas. Nela se faz a procura dos algoritmos mais ade-

quados para resolver, com auxílio dos ordenadores, os problemas da análise matemática (erros, interpolações, extrapolações, equações algébricas, equações diferenciais e de derivadas parciais, integrações, álgebra matricial, pesquisa de otimização), de estatística (médias, desvios, variantes, correlações, variações), de pesquisa operacional (programação matemática, gráficos e caminhos críticos, modelos de simulação). Pertencem igualmente a este ramo a teoria dos autômatos e a teoria da decisão.

A *informática sistemática e lógica* estuda a estrutura dos sistemas informáticos que compreendem, de uma parte, ordenadores (unidades centrais e órgãos periféricos) e redes de comunicação, através das quais esses ordenadores são interligados e, de outra parte, os homens, usuários ou operadores, cujas ações acham-se diretamente ligadas ao funcionamento de tais conjuntos. A estrutura lógica, isto é, a determinação das funções detalhadas que deve efetuar certo ordenador e a determinação de sua interdependência, e não sua construção tecnológica, faz também parte deste ramo por vezes designado arquitetura dos sistemas informáticos.

A *informática física e tecnológica* estuda os componentes e os subconjuntos eletrônicos, elétricos ou mecânicos, que entram na montagem dos ordenadores e dos sistemas informáticos. Assim é que os elementos de comutação (transistores ou circuitos integrados), as tecnologias de arquivamento de dados ou memória (anéis de ferrite, fitas de filme, gravação magnética em fitas, tambores, dis-

cos ou fôlhas), os dispositivos de entrada de dados e de saídas dos resultados (leituras de cartões, impressoras, teclados, tubos catódicos de visualização, leitura de caracteres impressos, órgãos de transmissão oral) e o material de transmissão de dados numéricos são concebidos e elaborados neste setor. A viabilidade dos sistemas deste ramo da informática repousa, por um lado, na escolha e na articulação dos componentes, e, por outro em sua arquitetura. Uma teoria permite prever a viabilidade de um conjunto pelo conhecimento da capacidade de cada um de seus componentes, bem como de suas ligações.

A *informática metodológica* compreende a pesquisa dos métodos de programação e de emprêgo dos ordenadores e dos sistemas informáticos. Um ordenador, a fortiori um sistema informático, não pode ser praticamente utilizado se não estiver dotado de uma série de programas de base, que constituam seu "software" e permitam pô-lo em funcionamento. Esse "software" compreende: o sistema de utilização ou programa monitor, os programas de coleta de dados e de tradução, também chamados coletores e compiladores, e uma biblioteca de programas de interesse geral. Neste setor vêm inscrever-se os estudos sobre a teoria das linguagens formais, o estudo das estruturas de listas, a determinação de linguagens de programação simbólica (Algol, Cobol, Fortran, etc.), o estudo e a realização de programas de tradução das linguagens simbólicas em linguagens-de-máquina (compiladores) e a realização de sistemas de utilização.

Estes últimos aumentam o automatismo do sistema informático mediante uma sinalização e às vezes uma correção automática dos erros e falhas dos órgãos da máquina ou dos que trabalham nela, operadores ou programadores, pelo encadeamento automático de um trabalho ao seguinte, respeitando as regras de prioridade, pela contagem do tempo gasto em cada trabalho e, nos sistemas mais evoluídos, pela partilha dos recursos de um sistema informático entre diferentes trabalhos e diferentes usuários, cada um dos quais se serve do conjunto como se fôsse seu único usuário.

A *informática aplicada* está em vias de ser introduzida em tôdas as atividades do mundo moderno. Historicamente, foi utilizada primeiro, na pesquisa científica, depois na gerência de empreendimentos financeiros, administrativos, comerciais e industriais, começando pela contabilidade, pela gestão do pessoal e dos estoques, pela tiragem de encomendas, de recibos e de faturas, para terminar na gestão integrada da empresa, na qual as correntes de informação, que circulam em seu seio, são processadas por um sistema informático.

A informática desenvolveu-se rapidamente nos setores da defesa nacional (redes de detecção de ataque aéreo, direção de tiros, estabelecimento de planos estratégicos e táticos, direção de foguetes), na energia nuclear (cálculo de pilhas atômicas, geometria e rendimento de armas nucleares), na aeronáutica e no espaço (análises dos ensaios, estudos das vibrações e servidões, cálculo de trajetórias e condutas de foguetes), nos grandes trabalhos de obras pú-

blicas (traçado e estrutura de auto-estradas, cálculo de obras-de-arte), no petróleo (exploração ótima das frotas de petroleiros, de refinarias, de rédes de distribuição). Começa a ser introduzida na medicina (auxílio no diagnóstico, controle dos dossiers dos enfermos, vigilância contínua dos doentes graves, administração hospitalar), na educação (instrução programada), no urbanismo (controle do tráfego), nas artes (composição musical e gráfica), na imprensa e nas editoras (composição automática, justificação, documentação) e na pesquisa documentária através da massa considerável de informações que se acumulam todos os dias a uma taxa exponencial de crescimento (documentação automática).

A informática formal é confiada a universitários competentes ou pesquisadores e a engenheiros matemáticos que trabalham nos organismos públicos ou privados de pesquisa. A informática sistemática ou lógica acha-se geralmente localizada nos centros de pesquisa dos construtores de material informático; os engenheiros que praticam essa disciplina chamam-se em França "logiciens"; formam-se nas escolas de engenharia e nas faculdades de ciências. A informática física e tecnológica desenvolve-se entre os construtores de ordenadores e de sistemas informáticos, mas também, nas empresas que fabricam componentes eletrônicos

e eletromecânicos, assim como nas que produzem material de telecomunicação.

Grandes centros de pesquisa, públicos (C.N.R.S., Commissariado da energia atômica) e universitários interessam-se igualmente por este ramo. Engenheiros e técnicos de eletrônica são os profissionais principalmente engajados neste setor.

A informática metodológica emprega engenheiros analistas, engenheiros programadores e programadores. Estes encontram-se principalmente nas firmas de construtores e nas empresas especializadas na elaboração do software". Tais engenheiros podem formar-se em certas universidades, nas firmas construtoras ou nos estabelecimentos privados especializados na educação informática.

A informática aplicada é a que emprega maior número de especialistas; são, na maioria, programadores, que redigem os programas específicos de cada problema, operadores, que manipulam os ordenadores e os técnicos de manutenção, que os conservam em bom estado de funcionamento.

Em França, desde 1967, um organismo governamental, a Delegação da Informática, que depende do Primeiro-Ministro, está encarregada de desenvolver uma indústria nacional de coordenar as necessidades das repartições públicas e de promover a pesquisa e o ensino da informática.

MÉTODO DE PROGRAMAÇÃO E CONTRÔLE — PERT/CPM

SEGUNDA LIÇÃO

6.4 — Prazo para a Realização dos Eventos — Cálculo de T_c

De posse dos tempos estimados para cada atividade podemos mediante simples operações de soma obter valiosas informações para o administrador; o menor prazo possível no qual cada evento estará realizado, isto é, a ocasião em que estarão concluídas tôdas as atividades que nêle terminam.

Este prazo é denominado "*tempo mais cedo*" do respectivo evento e designado genêricamente por T_c . Portanto, o T_c de um evento é o prazo mais cedo em que êle pode ocorrer, ou seja, em que está totalmente concluído. Este prazo pode ser indicado por um marco qualquer na escala dos tempos, geralmente uma data.

O T_c do evento final nos indica, na verdade, o prazo para a realização total da rede, ou seja, para consecução de toda operação por ela representada.

O cálculo do T_c dos eventos é feito facilmente, a partir do evento inicial da operação até o seu evento final.

Utilizamos para ilustração dêste cálculo os diagramas PERT mostrados no anexo n.º 4.

6.5 — Cálculo do T_t Relativo a Cada Evento

Podemos, também, calcular o chamado *tempo mais tarde* (T_t) relativo a cada evento.

T_t de um evento é o tempo mais tarde em que um evento pode ocorrer sem atrasar a ocorrência do evento final da operação dentro do que foi programado.

O cálculo do T_t relativo a cada evento é feito facilmente, a partir do evento final da operação até o seu evento inicial.

NOTA: O T_t do evento final pode ser tomado = T_c ou $\neq T_c$ dêste mesmo evento.

Utilizamos para ilustração dêste cálculo os diagramas PERT apresentados no anexo n.º 5.

6.6 — Folgas: *Folga dos Eventos e Folga das Atividades*

Observem a nossa rede PERT que aparece no anexo n.º 6. Cada atividade é caracterizada por um determinado par de eventos, um relativo ao início e outro ao término da atividade: não existem duas atividades limitadas por um mesmo par de eventos.

Para cada evento, temos um T_c e um T_t . Com estes dois valores é possível calcular a *folga do evento*. Esta folga é dada pela diferença $T_t - T_c$. O valor desta folga pode ser positivo, negativo ou igual a zero, dependendo da relação entre T_t e T_c . Os valores das folgas de eventos nos revelam em que partes da rede PERT estamos com recursos em excesso (folga positiva), em falta (folga negativa) ou na medida adequada (folga zero). Costuma-se dizer que um evento é tanto mais crítico quanto menos for a sua folga. Vejamos, agora, o que sejam as folgas de atividade. Para cada atividade, temos a duração D e os T_c e T_t relativos aos eventos inicial e final da atividade. Em considerando estes valores e fazendo diferentes hipóteses quanto ao início e término da atividade vamos, a seguir, caracterizar os diferentes conceitos de folga relativos à atividade. (*)

Antes, convém observar que ainda não existe uniformidade na nomenclatura usada para o PERT, encontrando-se mesmo, no caso das folgas das atividades, um mesmo nome sendo usado para designar folgas diferentes. Portanto, no compulsar artigos e/ou publicações sobre PERT, verifique cuidadosamente as definições relativas aos termos nêles empregados.

Para uma atividade caracterizada pelos eventos i (evento inicial) e j (evento final), podemos definir:

$$\text{Folga total (FT)} = T_{tj} - T_{ci} - D = T_{tj} - (T_{ci} + D)$$

O conceito de folga deve ser visto elasticamente: tanto de forma estática — dentro de um determinado evento ou atividade — como de forma dinâmica, isto é, dentro de uma sequência de atividades. Isto será bem compreendido examinando-se as figuras do anexo n.º 6.

6.7 — Caminho Crítico

Denomina-se *caminho*, na rede de atividade, a uma sucessão contínua de flechas que nos leve de um evento a outro sem desrespeito ao sentido das flechas.

A “*extensão*” de um caminho é dada pela soma das durações de suas atividades.

(*) Folga dependente (FD) = $T_{tj} - (T_{ci} + D)$

(*) Folga livre (FL) = $T_{tj} - (T_{ti} + D)$

(*) Folga independente (FI) = $T_{cj} - (T_{ti} + D)$.

(*) Folga compartilhada (FC) = $FT - FI$ = soma das folgas dos eventos i e j .

(*) nomenclatura que nos pareceu a mais generalizada.

Observemos que, quando se calcula o T_c de um evento, o que se faz, em última análise, é medir as extensões dos diversos caminhos ligando o evento inicial a este evento e selecionar o maior destes caminhos. Portanto, o T_c do evento final nada mais é senão a extensão do maior caminho ligando o evento inicial ao final. A este caminho, o mais longo na escala de tempo, denomina-se caminho crítico. As atividades componentes deste caminho são chamadas *atividades críticas*. Numa rede PERT pode haver mais de um caminho crítico.

Caso se faça o T_t do evento final igual ao T_c deste mesmo evento, as folgas das atividades críticas serão iguais a zero e os eventos ao longo do caminho crítico (chamados eventos críticos) terão também folga zero.

Determinemos, agora, o caminho crítico para a rede que aparece no anexo n.º 6, onde tomamos, $T_t = T_c$ para o evento final e assinalemos ali as atividades críticas.

Feito isto, examinemos o seguinte:

O que aconteceria se, nesta mesma rede, adotássemos:

- a) $T_t = T_c$ para o evento final.
- a) $T_t \neq T_c$ para o evento final.

O caminho crítico mudaria? E as folgas dos eventos e atividades ao longo do caminho crítico, mudariam?

Qual o reflexo sobre a data de término da operação, de um aumento de duração de uma atividade crítica?

Caso pudéssemos reduzir cada vez mais as durações das atividades críticas, o que aconteceria?

Se uma atividade possui $T_{ci} = T_{ti}$ e $T_{cj} = T_{tj}$, ela é, obrigatoriamente, uma atividade crítica? Em caso de resposta negativa, a que condição adicional deve ela satisfazer para ser crítica?

6.8 — Contrôlo

Os que têm aplicado o PERT costumam afirmar que é provávelmente avulta como o sistema mais completo dos já idealizados dentro da tecnologia administrativa para as funções de planejar, programar e controlar.

O processo de comunicações existentes no sistema de controle do PERT é da forma de "feedback", isto é, o processo de se ajustar uma determinada ação com base em informações sobre resultados obtidos, de forma contínua e cíclica.

A ilustração clássica do conceito de "feedback" é dada pelo uso de um termostato: este instrumento de controle mede a temperatura real, compara-a com a temperatura planejada ou desejada, transmite a informação dessa informação à fonte de calor, que imediatamente

faz as correções necessárias. Um diagrama simples pode tornar claro este sistema (ver figura 1 do anexo 7).

Este diagrama constitui um sistema *fechado* de controle, isto é, o ciclo de operações é auto-suficiente no seu mecanismo de correção. Tal sistema é mais frequente nos processos de produção industrial.

Os sistemas de controle administrativo dentro do conceito de "feedback" diferem destes por serem do tipo "aberto", isto é, pressupõem maior interferência do elemento humano que age como o ponto de decisão. (Ver figura 2 do anexo 7).

O sistema PERT é uma modalidade de aplicação do "feedback" dentro de um ciclo aberto.

Vimos que, ao planejar uma operação, seu responsável determina os "padrões a serem obedecidos", expressos normalmente em função de tempo e custo. A medida que o projeto vai sendo executado, os encarregados das operações informam sistematicamente ao agente controlador sobre o andamento do programa, através de, v.g., relatórios periódicos. Com base nessas informações, ele verifica os ajustamentos que se fizerem necessários e comunica suas decisões ao ponto de ação, isto é, àqueles encarregados de operações, e com isso completa-se o ciclo.

Sempre decorre um certo tempo entre a ocorrência do desvio e sua correção. O mecanismo de controle terá que fixar um sistema de comunicações que tenha uma frequência condicionada ao rigor que se deseja no controle. Isto é fundamental nos programas do PERT ao se estabelecer a frequência do controle.

Oportuno é, também, observar-se que a rede traçada para um projeto não deve funcionar como "camisa de força"; as adaptações necessárias podem e devem ser feitas durante a execução do projeto. Não devemos usar o PERT como um sistema rígido de planejamento e programação.

Um controle periódico adequado permite-nos determinar, com a necessária rapidez, como as variações em um ou mais atributos das atividades se reflete ao longo da operação planejada, possibilitando-nos tomar, a tempo, as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Além disto, o sistema PERT revelando-nos quais as atividades mais críticas, está nos indicando exatamente em que atividades devemos focalizar nossa atenção.

A cada ciclo de controle, devemos atualizar todos os dados referentes às atividades já realizadas e depois programar o restante da operação, revendo também, se recomendável, dados antes estimados para as operações futuras.

É interessante observar que o grau de controle a ser exercido condiciona, em parte, a extensão (na escala de tempo) das atividades

a serem usadas na rede. Um controle metuculoso implica, em princípio, em dividir a operação em um número maior de atividades, não sendo recomendável que o início e o fim de uma atividade ultrapassem dois intervalos sucessivos de controle.

Um controle eficiente é imprescindível para garantir o êxito de qualquer operação. Como pode se tornar necessário atualizar a programação a cada intervalo de controle, quando o número de atividades da rede PERT cresce além de um certo limite, impõe-se o uso de computadores como a única forma de dispormos, em tempo útil, dos relatórios informativos necessários.

A atividade fantasma, como já tivemos oportunidade de observar, foi, em parte, criada para atender à necessidade de processamento mecânico (por computador) dos dados referentes à rede de atividades, processamento este onde cada atividade é designada por um par específico de eventos (eventos inicial e final da atividade).

7 — Replanejamento

A necessidade de replanejamento pode aparecer em decorrência de atrasos e/ou adiantamentos na execução das atividades ou quaisquer outras alterações do plano original. Uma das mais importantes características do PERT é prevenir a administração se a programação feita se processa normalmente, em atraso ou adiantamento.

Mencionamos a seguir algumas medidas que podem ser tomadas para fins de replanejamento e sobre as quais faremos comentários:

a) alterar o tempo de execução das atividades, principalmente as situadas nos caminhos críticos ou semicríticos (aquêles mais possíveis de se tornarem críticos), mediante transferência de recursos de uma atividade para outra mais crítica, acréscimos ou redução nos turnos de trabalho e/ou emprêgo de horas extraordinárias, contratação de pessoal adicional, oferecimento de incentivos para acelerar o trabalho, utilização de maquinaria mais eficiente, etc.

b) alterar a seqüência de atividades realizando, por exemplo, em paralelo, atividades normalmente realizadas em série.

c) desdobrar atividades.

d) eliminar partes da operação.

e) reexaminar a duração e outros atributos estimados para as atividades futuras e/ou em execução, especialmente aquelas cujos atributos foram avaliados com maior insegurança.

8 — Centros de Apuração e Fichas de Atividade

Na execução de um projeto de vulto planejado e controlado pelo PERT, há interesse na elaboração de relatórios parciais, destinados a diferentes usuários de informações (centros de apuração): fiscais,

seções diferentes da empresa responsável, contratantes responsáveis pela verba orçamentária, etc. É necessário, então, fazer um esquema e estabelecer um código para estes centros de operação, a fim de que os computadores façam as listagens parciais necessárias. Este trabalho pode servir, também, como uma primeira visão de conjunto da operação, facilitando, em parte, a listagem de atividades a ser feita.

Cada atividade receberá o número do centro de apuração (CA) a que pertence e, assim, as informações relativas a todas as atividades com o mesmo CA poderão ser reunidas nos diversos relatórios a serem apresentados. Um sistema de numeração dos itens da estrutura do CA permite a apresentação de relatórios em diversos níveis de trabalho.

Para cada atividade, deve-se abrir uma ficha — chamada ficha de atividade — em que a atividade é descrita com detalhes e onde constam as estimativas de seus diversos atributos.

Além do CA, constam, geralmente, na ficha da atividade: título da operação global, título da atividade, número dos seus eventos inicial e final, descrição detalhada da atividade, estimativa ou estimativas de duração, estimativas de custo, material, mão-de-obra, etc...

9 — Escritório PERT:

Em geral, denomina-se Escritório PERT a estrutura administrativa responsável pela implantação e utilização do sistema PERT.

O Escritório PERT, cuja complexidade dependerá do vulto da operação a ser controlada, terá entre outras atribuições as seguintes tarefas: desenho e duplicação de diagramas, estimativa dos atributos das atividades e controle geral da operação.

Sendo o PERT um sistema dinâmico de planejamento, os diagramas estão constantemente sujeitos a alterações e precisam ser redesenhados e copiados para distribuição aos usuários. Para isto, dispõe-se geralmente, no Escritório PERT, de um desenhista e um aparelho duplicador (termofax, máquina de cópias heliográficas, etc.).

A estimativa dos atributos das atividades é feita por meio de boletins de custo, apropriação de trabalhos já realizados, informações da contabilidade e/ou da seção de compras, etc.

O controle da operação é feito por meio de um adequado sistema de informações e a utilização das fichas das atividades, relação de atividades, relação de eventos, etc...

Um programa PERT pode atender a diferentes tarefas, tais como: imprimir a sequência dos acontecimentos, indicar as áreas críticas relativamente às folgas, comparar as datas estimadas para realização dos eventos com as datas programadas para sua conclusão e infor-

mar quanto às probabilidades de alcançar as datas programadas, calcular rapidamente os efeitos de cursos alternados de ação, fornecer, enfim, à alta administração, a qualquer momento, um resumo de progresso da operação e a perspectiva de seu curso no futuro.

Para redes com grande número de atividades, impõe-se, como dissemos antes, a utilização de computadores.

Os dados fornecidos pelo computador (saída do computador) variam conforme as necessidades inerentes a cada operação e podem incluir listagens das atividades por: números dos eventos antecessores, números dos eventos sucessores, caminhos críticos (nesta relação as atividades são agrupadas por folgas), centros de apuração, etc...

Em cada uma dessas listagens consta, para cada atividade, sua descrição, duração, folgas, centro de apuração e todas as demais informações julgadas necessárias ao controle de operação.

10 — Confecção do Gráfico de Gantt a partir da Rede PERT

Uma vez construída a rede PERT e calculados os T_c e T_t de cada evento, podemos, a partir desses elementos, construir um gráfico de barras do tipo Gantt, mais acessível a todos, constituído de barras separadas, representando, cada uma delas, uma atividade da rede. Neste gráfico podendo indicar as atividades críticas e as folgas de cada atividade.

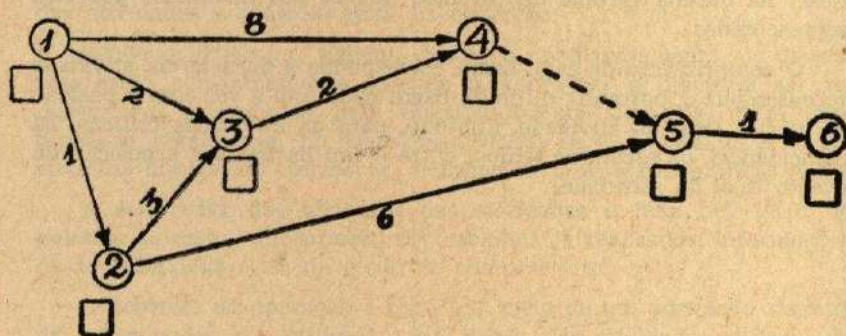
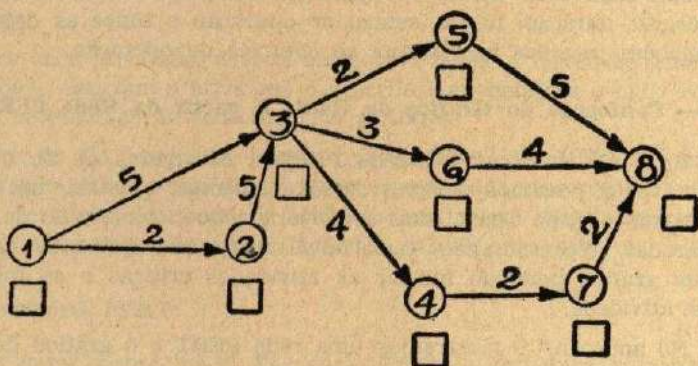
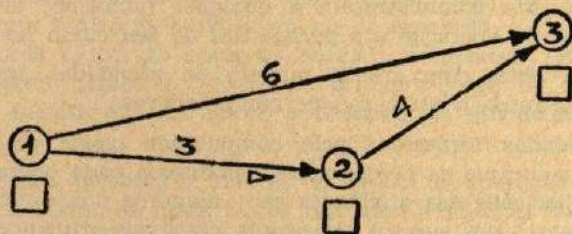
No anexo n.º 9 mostramos uma rede PERT e o gráfico de Gantt correspondente, construído como indicado.

Convém lembrar que começamos por referir a rede PERT a uma escala de tempo, dispondo cada nó (evento) na linha de tempo correspondente ao seu T_c . O começo das barras do gráfico de Gantt deve ficar na mesma vertical dos eventos iniciais das atividades por elas representadas.

O comprimento de cada barra corresponde à duração da atividade representada e, portanto, o fim da barra nada tem a ver com a posição do evento final da atividade. Contudo, para as atividades críticas, há coincidência, na escala de tempo, entre o fim da barra e a posição do evento final da atividade.

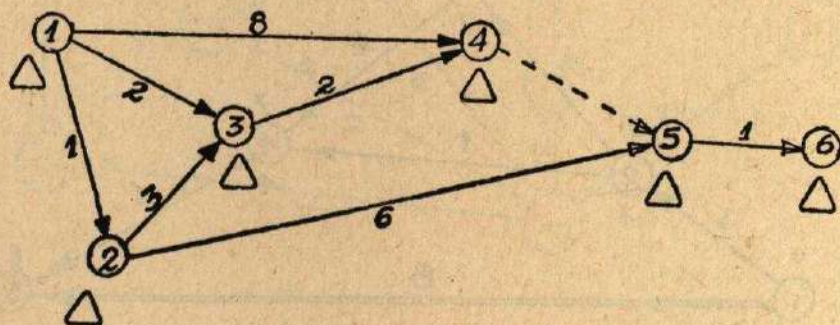
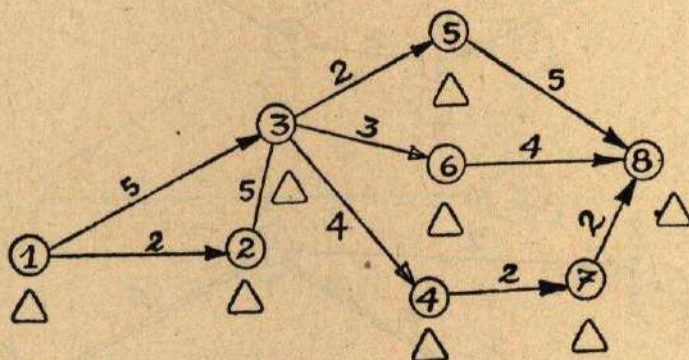
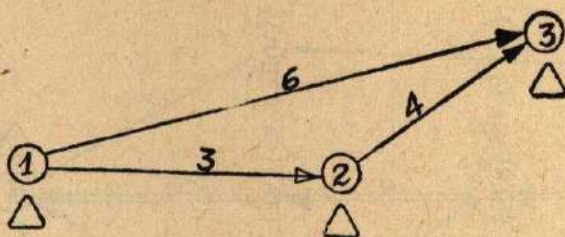
Cálculo do Tc

ANEXO 4



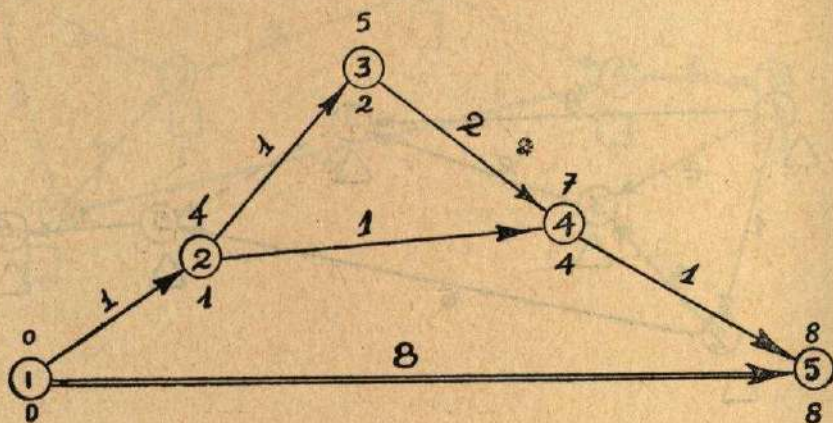
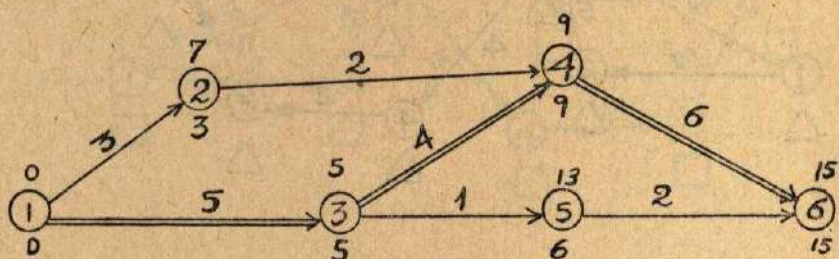
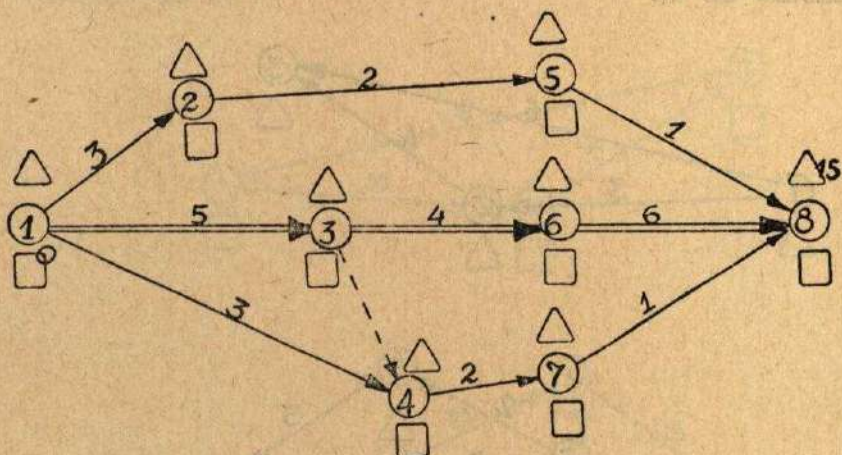
Cálculo do Tc

ANEXO 5



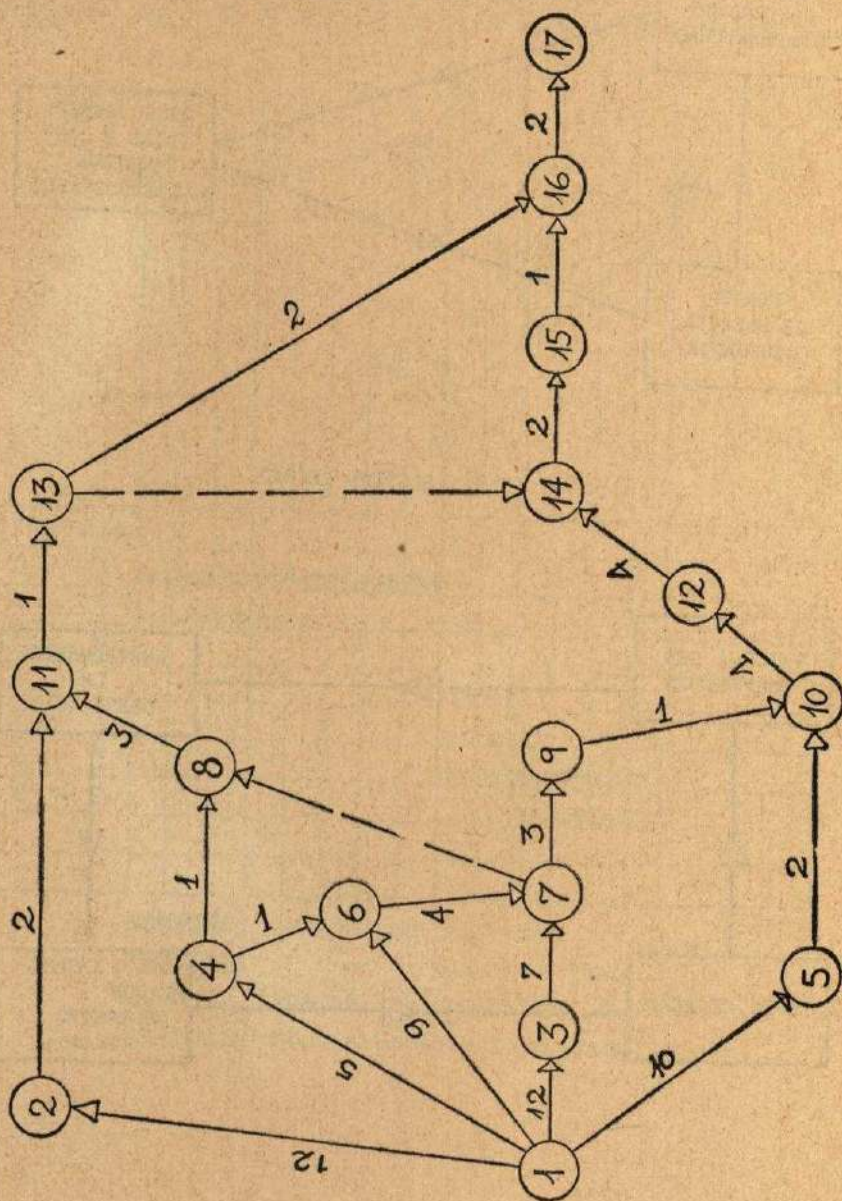
Interpretação de folgas

ANEXO 6



Cálculos de uma rede de atividades

ANEXO 7



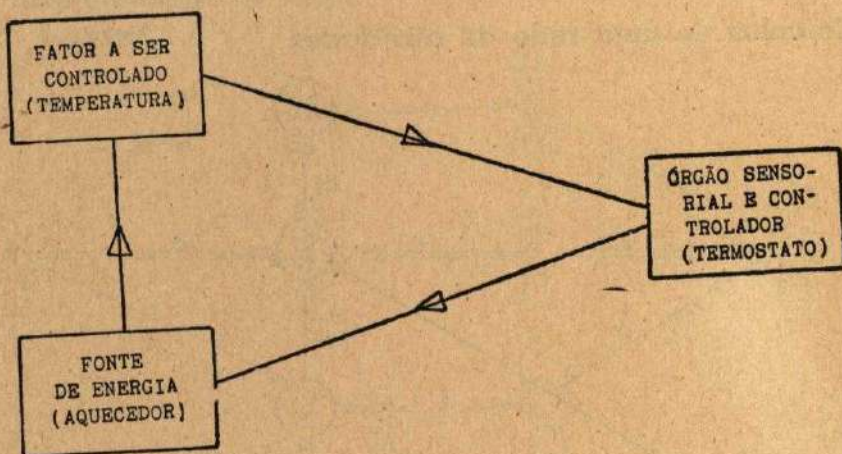


Fig-1 SISTEMA FECHADO

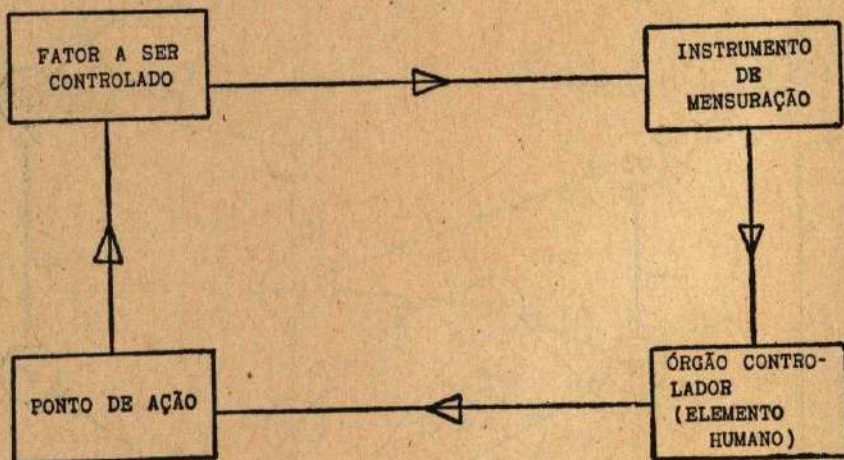
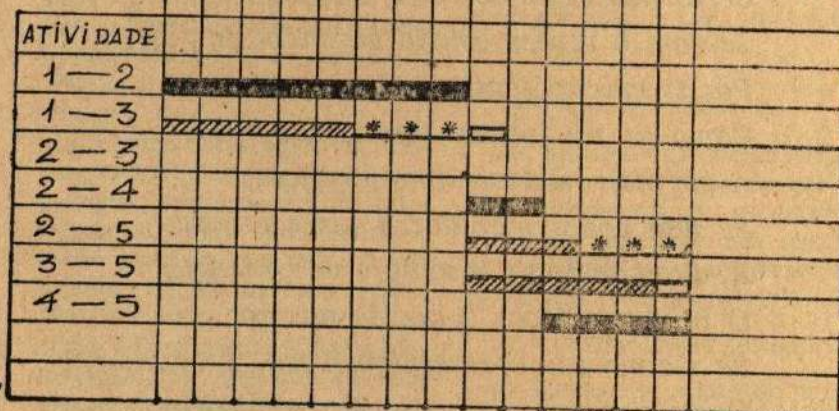
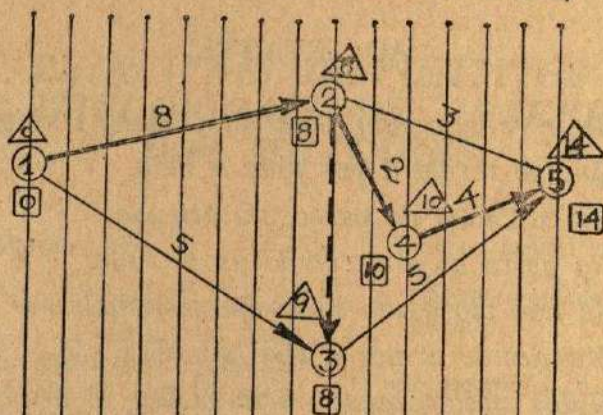


Fig-2 SISTEMA ABERTO

Gráficos de Gantt a partir da rede Pert

ANEXO 9

DIAS → 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14



- ATIVIDADE CRÍTICA
- II NÃO CRÍTICA
- FOLGA INDEPENDENTE
- FOLGA COMPARTILHADA

SE...Major de Art
GERALDO MAGARINOS DE SOUZA LEAO

AO INFANTE

*Se o reflexo não tens da Ordem Unida,
Que se revelará por tôda a vida,
Na cadência do passo, na atitude,
No gesto altivo e cheio de virtude;
Se não vibras ao sôpro da corneta
Mandando armar a tua baioneta,
E dos amigos teus, o mais viril,
Certo não estás de ser o teu fuzil;
Se com o ventre colado ao chão, de rôjo,
Por ti mesmo sentires algum nojo,
Como se um verme fôras asqueroso,
A pôr no rasto um limo pegajoso;
Se não podes marchar a noite inteira
E, alquebrado de insônia e de canseira,
O inimigo atacar à luz da aurora;
Se n'alma tua o desespero mora,
Quando deves, no fundo da trincheira,
Sofrer a fome e o frio da geleira;
Se à Pátria, enfim não tens heróico amor,
Que te faça viver da própria dor,*

DIGO-TE ENTÃO:

ERRASTE A VOCAÇÃO!

*Para trás! nem um passo mais avante!
Não poderás ser nunca um bom infante*

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DE INTERESSE DOS MILITARES

1. Introdução

a. A Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, introduziu sensíveis modificações à Constituição de 1967. O novo texto Constitucional entrou em vigor no mesmo dia em que iniciou a terceira fase do Governo Revolucionário: 30 de outubro de 1969.

b. Estas Notas objetivam evidenciar os principais dispositivos da nossa Carta Magna que interessam de perto aos militares, sendo reunidas com o intuito de orientar as 93 (noventa e três) OM vinculadas ao ERF/3, bem como aos próprios militares, individualmente, que nos têm solicitado esclarecimentos, em virtude de alguns dispositivos constitucionais estarem intimamente relacionados com o Código de Vencimentos dos Militares.

2. Alistamento Eleitoral

a. Eleitores

São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da Lei (Art 147).

Cel Int BRUNO HARGER

b. Obrigatoriedade do Alistamento

O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei (§ 1.º do Art 147).

c. Militares Alistáveis

São alistáveis os oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas de ensino superior para formação de oficiais (§ 2.º do Art 147).

d. Militares Não Alistáveis

As praças de graduação inferior a 3.º sargento são inalistáveis.

3. Elegibilidade

a. Inelegíveis

São inelegíveis os militares inalistáveis.

b. Elegíveis

São elegíveis os militares alistáveis, atendidas as seguintes condições (§ 1.º do Art 150):

(1). O militar que tiver me-

nos de cinco anos de serviço será, ao candidatar-se a cargo eletivo, excluído do serviço ativo.

(2). O militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao candidatar-se a cargo eletivo, será afastado, temporariamente, do serviço ativo e agregado para tratar de interesse particular; e

(3). O militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a inatividade, nos termos da Lei.

c. A elegibilidade, para o militar da ativa, não depende de filiação político-partidária (§ 2.º do Art 150).

d. Comentário

A lei até agora vigente exigia que todo cidadão, para concorrer a um cargo eletivo, tinha que filiar-se a um partido político. A abolição dessa exigência, para os militares, pela Emenda n.º 1, parece salutar, pois visa evitar a penetração de idéias partidárias nos quartéis.

4. Ex-Combatente

a. Ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que tenha participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou Força do Exército, são assegurados os seguintes direitos (Art 197):

(1). estabilidade, se funcionário público;

(2). aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso prévio;

(3). aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público;

(4). assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.

b. Comentário

(1). A Emenda Constitucional n.º 1 limita os direitos citados ao ex-combatente, se CIVIL.

(2). A Constituição de 1967 (Art 178) estendia o amparo a todos os ex-combatentes, dando margem a muitos militares em serviço ativo pleitearem os benefícios, pois se sentiam amparados pela Lei. Daí, o Parecer do Consultor Geral da República, de n.º 536-H, de 13 de julho, publicado no Diário Oficial de 26 de julho de 1967, considerando como EX-COMBATENTES apenas os civis já licenciados, para distingui-los dos militares ainda em serviço, que tenham participado das operações bélicas da Segunda Guerra Mundial.

5. Efetivos das Forças Armadas

a. A iniciativa das leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas é da competência exclusiva do Presidente da República (Art 57 e item III).

b. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre a fixação dos efetivos das Forças Armadas em tempo de paz, com a sanção do Presidente da República (Art 43 e item III).

6. Litígios Trabalhistas

a. Os litígios decorrentes das relações de trabalho dos servido-

res com a União, inclusive as autarquias e as empresas públicas federais, qualquer que seja o seu regime jurídico, processar-se-ão e julgar-se-ão perante os juizes federais, devendo ser interposto recurso, se couber, para o Tribunal Federal de Recursos (Art 110).

b. Comentário

(1). A Constituição de 1967 previa a competência da Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre empregados e empregadores, ainda que o Governo fôsse uma das partes em litígio (Art 104, Art 119, Item I e Art 134 da Constituição de 1967).

(2). O Ministro do Exército, em Recomendação publicada no Noticiário do Exército, de 17 Out 1969, determinou às unidades administrativas o seguinte procedimento nas causas trabalhistas de iniciativa de empregados que prestam serviço às unidades, sob o regime da CLT:

(a). ligação, em caráter urgentíssimo, com o Sr. Procurador da República na Unidade Federativa, fornecendo a êsse defensor da União toda a documentação e meios a seu alcance, de modo que possa contestar a ação dentro do prazo legal;

(b) encaminhamento, por intermédio das autoridades a que estiver subordinada, ainda em caráter urgentíssimo, ao Gabinete do Ministro de todos os documentos relativos ao caso, por cópia, inclusive do ofício pelo qual a unidade ligou-se e historiou o fato ao Sr. Procurador da República;

(c). comparecimento obrigatório e indispensável às audiências marcadas, podendo fazer-se representar por um preposto em condições de prestar esclarecimentos e fornecer dados, tudo isso, independentemente do comparecimento do Sr Procurador da República.

7. Militar Ocupando Cargo Público

a. Cargo Permanente

O militar da ativa empossado em cargo público permanente, estranho à carreira, será imediatamente transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei (Art 9, § 4.º).

b. Cargo Temporário

(1). A lei regulará a situação do militar da ativa nomeado para qualquer cargo público civil temporário não eletivo. Enquanto permanecer em exercício, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade, e esta se dará depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, na forma da lei (Art 93, § 5.º).

(2). No desempenho do cargo civil temporário, o militar da ativa pode optar pela remuneração do cargo civil ou pelos vencimentos militares (Art 93, § 6.º).

c. Cargo Eletivo

O militar da ativa, eleito para cargo público, será transferido

para a inatividade, no ato da diplomação, nos termos da lei (Letra "e" do § 1.º do Art 150).

8. Ministro de Estado

Os Ministros de Estado serão obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou a qualquer de suas comissões, quanto uma ou outra Câmara, por deliberação da maioria, os convocar para prestarem, pessoalmente, informações a cerca de assunto previamente determinado (Art 38).

9. Pena de Morte

a. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva (§ 11 do Art 153).

b. Comentário

Na Constituição de 1967, a pena de morte era ressalvada à legislação militar aplicável em caso de guerra externa. Não previa prisão perpétua, nem o banimento ou confisco (§ 11 do Art 150).

10. Perda de Pôsto

a. O oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra (§ 2.º do Art 93).

b. Comentário

A Constituição de 1967 admitia a perda do posto e da patente por sentença condenatória, passada em julgado, restritiva da liberdade por mais de dois anos. Pela Emenda n.º 1, só perderá o posto e a patente o oficial que for julgado indigno ao oficialato.

11. Superior Tribunal Militar

a. Constituição

(1). O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze ministros vitalícios, sendo dez juizes militares e cinco juizes civis (togados), a saber (Art 128 e § 1.º):

(a). 3 (três) oficiais-generais da ativa da Marinha;

(b). 4 (quatro) oficiais-generais da ativa do Exército;

(c). 3 (três) oficiais-generais da ativa da Aeronáutica;

(d). 3 (três) civis de notório saber jurídico e idoneidade moral; e

(e). 2 (dois) auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

(2). Excepcionalmente, oficial-general da reserva de primeira classe poderá ser nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (§ 3.º do Art 128).

b. Remuneração

Os juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos Ministros dos Tribunais Federais de Recursos (§ 2.º do Art 128).

c. Comentário

A Constituição de 1967 não previa a possibilidade de oficial-geral da reserva ser nomeado ministro do Superior Tribunal Militar.

12. Polícias e Bombeiros Militares*a. Legislação*

Cabe à União legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização (Art 8.º, item XVII, letra "v").

b. Remuneração

A remuneração das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares (fôrças auxiliares, reserva do Exército) não poderá ser superior à fixada para os postos e graduação correspondentes à hierarquia militar das Fôrças Armadas (Art 13 item IX, § 4.º).

c. Comentário

A Constituição de 1967 não restringia o teto da remuneração das polícias e bombeiros militares.

13. Propaganda Perniciosa

Não serão toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes (§ 8.º do Art 153).

14. Remuneração de Inativos*a. Atualização*

Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos militares em serviço ativo (§ 8.º do Art 93).

b. Teto

Ressalvados os casos previstos em lei, os proventos de inatividade não poderão exceder à remuneração percebida pelo militar da ativa do posto ou graduação correspondentes (§ 8.º do Art 93).

c. Proibição de Acumulação de Proventos

A proibição de acumular proventos de inatividade não se aplicará aos militares da reserva e aos reformados quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para a prestação de serviços técnicos ou especializados (§ 9.º do Art 93).

d. Comentário

(1). O dispositivo referente ao teto dos proventos é importantíssimo, devendo ser conhecido por todos os militares da ativa, que um dia deixarão a atividade.

(2). Parece-nos que o disposto no § 9.º do Art 93 permite à Administração Militar contratar, sob o regime da CLT, mi-

litares da reserva remunerada para o desempenho de funções técnicas ou especializadas (médicos, farmacêuticos, enfermeiros, contabilistas, etc), de conformidade com a legislação vigente, sem que isso venha ferir a proibição de acumulação de proventos ou qualquer outro dispositivo legal.

15. Serviço Público

a. Remuneração de Cargos Públicos

(1). Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhados (Art 98).

(2). Aplicam-se, no que couber, aos funcionários do Poder Legislativo e Poder Judiciário da União e dos Estados, e aos das Câmaras Municipais, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo (§ 1.º do Art 108).

b. Acumulação de Cargos

(1). É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto (Art 99):

(a). a de juiz com um cargo de professor;

(b). a de dois cargos de professor;

(c). a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e

(d). a de dois cargos privativos de médico.

(2). Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

(3). A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão ou quanto ao contrato para a prestação de serviços técnicos ou especializados.

c. Greve

Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidos em Lei (Art 162).

d. Comentário

A equiparação de vencimentos nos três Podêres para cargos de atribuições iguais ou semelhantes é uma medida que se impunha há muito. O aproveitamento de funcionários do Poder Executivo em outros Podêres, principalmente no Judiciário, com remuneração duas ou três vezes superior a que percebiam na Repartição de origem, tem dado margem a descontentamentos por parte daqueles que não tiveram a sorte de serem aproveitados.

16. Serviço Militar

a. Incorporação de Parlamentar

A incorporação às Forças Armadas, de deputados e senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de

licença da Câmara respectiva (§ 3.º do Art 32).

b. Obrigatoriedade

Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei (Art 92).

c. Isenção

As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir (Parágrafo único do Art 92).

17. Suspensão de Direitos Políticos

a. O abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará na suspensão desses direitos, de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República (Art 154).

b. Quando se tratar de titular de mandato eletivo, o processo não dependerá de licença da Câmara a que este pertencer (Parágrafo único do Art 154).

c. Comentário

Além dos casos já existentes, a Emenda Constitucional n.º 1 introduziu mais o dispositivo contido no Art 154, referente à suspensão de direitos políticos.

18. Conclusão

Finalizando esta exposição podemos concluir o seguinte:

a. O novo texto da Carta Magna Brasileira constitui um aperfeiçoamento da Constituição de 1967, continuando o Presidente da República investido de poderes excepcionais, que serão usados, se necessário.

b. Aos militares e às unidades militares interessam, principalmente, os seguintes dispositivos:

(1). elegibilidade do militar independentemente de filiação partidária;

(2). definição dos direitos do "Ex-Combatente", se civil;

(3). julgamento de litígios trabalhistas de servidores da União pela Justiça Federal;

(4). aplicação das penas de morte, prisão perpétua, banimento ou confisco, em casos extremos de guerra psicológica, revolucionária ou subversiva;

(5). o oficial das Forças Armadas só perde o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível;

(6). nomeação, em caso excepcional, de oficial-general da reserva de primeira classe para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar;

(7). a remuneração das polícias militares e bombeiros militares não ultrapassar a fixada para os postos e graduações correspondentes das Forças Armadas;

(8). os proventos da inatividade não serem superiores à remuneração do militar da ativa;

(9). equiparação de vencimentos para os cargos civis dos três Podêres, de atribuições iguais ou semelhantes; e

(10). contratação de militares da reserva, sob o regime da CLT, pelas unidades militares, para o desempenho de funções técnicas ou especializadas, de conformidade com a legislação em vigor.

c. A nova Constituição mantém um clima de liberdade, porém, com responsabilidade. Atende às necessidades do momento histórico brasileiro, condizente com os objetivos da Revolução de 31 de Março de 1964.

Pôrto Alegre, RS, 30 de outubro de 1969.

CARTA A UM CAÇULA

Que diria um homem de 60 anos
em 1969, segundo o Cel Aviador
LUIZ CARLOS ALIANDRO.

Meu rapaz,

Dei-lhe a conquista da Lua!...

Quero, no entanto, penitenciar-me por não lhe haver dado inúmeras coisas fundamentais e, o pior, haver-lhe induzido para caminhos falsos.

Não formei sua geração para a liberdade com responsabilidade.

Com receio de seus complexos futuros, não fui severo na sua infância — dei-lhe um tipo de liberdade que redundou em libertinagem.

Desde o primeiro momento de sua vida, faltei-lhe com o amor, dedicação e exemplo que lhe permitissem, com argúcia e sensibilidade infantis, vislumbrar uma hierarquia de valores éticos fundamentais.

Você, por minha culpa, não sente que o tutor dêses valores éticos é Deus, por isso você não os respeita.

Você confunde as convenções sociais com valores éticos fundamentais e, nessa confusão, contesta dolorosamente as conquistas sociais e morais da civilização.

Autorizei, financeiei, propicieiei, estimulei a publicação, a irradiação e a televisão danosas para sua formação moral, sua formação religiosa e perniciosa aos bons costumes.

Exortei, explorei e supervalorizei em tudo e sempre o sexo.

Fiz você crer que viver de acordo com o instinto é viver autenticamente.

Dei a você e à humanidade inteira a capacidade de autodes-truição!...

Fiz você experimentar o caos!...

Passando por essa experiência sinistra, você irá exigir de seus filhos o triplo do que eu devia haver exigido de você: tenha carinho com meus netos!...

Minha geração deu-lhe, no entanto, trinta e cinco quilos de lua — veja nêles o resumo de toda a conquista científica e tecnológica — representam êles uma sabedoria, uma nova visão do cosmos, do mundo, da proximidade e do amor entre os homens.

Para ir ao cosmos, posso ter claudicado em alguns aspectos humanos e terrenos, mas minha geração não passou em vão!...

Você tem mais instrumentos e mais sabedoria a sua disposição para ser feliz.

Mais depressa do que você imagina, outra geração dependerá da sua.

Peço a Deus por nós,

Sexagenário.

nanciamentos para aquisição de máquinas e matérias-primas no exterior, remessas para pagamentos de "royalties" e patentes, assistência técnica, juros e dividendos.

Como se isso tudo não bastasse, o Banco Central ainda opera como banco de segunda linha; com recursos próprios ou captados no sistema financeiro nacional e recursos de empréstimos levantados no exterior. É, na prática, o próprio banco rural, pois refinancia a agricultura através de uma ampla rede de agentes financeiros e administra programas específicos de financiamentos agropecuários.

Todo "êsse mundo" que abarca o Banco Central do Brasil, foi muito bem explicado em palestra proferida na Escola Superior de Guerra pelo Dr. Ernane Galvêas, presidente do Banco Central.

Aliás, nessa palestra Galvêas aborda com muita facilidade vários aspectos do conjunto de problemas que atormentam os planejadores do desenvolvimento econômico brasileiro. Deixa, entre outros, "clarito, clarito", o assunto inflação e desenvolvimento.

Mas o problema do Banco Central do Brasil é mesmo muito interessante. Desde as motivações iniciais a sua criação, foi uma estória diferente da ocorrida em outros países. Assim, e para começar, depois das tentativas realizadas em 1929, 1931, 1935, 1937 e 1939 para o estabelecimento de imediato, de um banco central, optou-se, em 1945, com a criação da Superintendência da Moeda e

do Crédito — SUMOC — pelo processo de instituição gradativa de um banco central. O próprio artigo primeiro da lei que criou a SUMOC dizia que ela era instituída "com o objetivo imediato de preparar a organização do Banco Central".

Assim, em vez de se implantar "de choque" o banco central, preferiu-se a criação de uma instituição que tinha como objetivo imediato preparar a sua organização. Como o Banco Central do Brasil começou a operar em 1965, e a lei que criou a SUMOC é de 1945, o preparo de sua organização consumiu vinte anos. Imagine-se se não fôsse a sua organização o objetivo imediato.

Quanto às numerosas atribuições do Banco Central do Brasil, tôdas aquelas apontadas como transbordando das funções típicas de uma instituição dessa natureza, teria havido à época uma justificativa. Essa se basearia na idéia de que, ao se instituir o banco central, seria conveniente atribuir-lhe, além de suas funções características, as de "viveiro" para a implantação e o desenvolvimento, até a dimensão crítica, de setor indispensáveis que tivessem atividades afins com as normalmente exercidas por um banco central.

Não é essa, à primeira vista, uma idéia inteiramente desprovida de sentido. O problema, entretanto, passa a existir, depois que os setores ultrapassam a fase crítica e se justifica ou se impõe o seu desligamento do "viveiro". Não é fácil êsse desligamento. É tão mais difícil quanto mais im-

portante fôr o setor quanto mais poder êle representar. Não será apenas um problema de desprendimento e compreensão de autoridade que detiver a exercer o poder, é também a reação da própria instituição "mater" que tende a considerar o desligamento como mutilação. O resultado final não havendo os desligamentos, é de uma deformação por gigantismo.

A justificativa suposta para as atribuições extras do Banco Central do Brasil poderia também ter mais validade se esta instituição as tivesse além de tôdas aquelas que normalmente lhe deviam pertencer. Entretanto, por motivos desconhecidos, algumas funções de banco central como, p. ex., compensação de cheques e recebimento de depósitos voluntários dos bancos ainda são exercidas pelo Banco do Brasil.

Não se tem conhecimento de estudos ou projetos com o objetivo de liberar o Banco Central do Brasil daquelas atividades que abrigou como "viveiro". Muito

menos de capturar as que ainda não lhe foram atribuídas. Em todo caso, sempre não esquecendo que se levou vinte anos para "preparar a organização" do Banco Central do Brasil, seria de se começar o mais depressa possível.

Em sua palestra, Galvéas também desenvolve de maneira muito didática os problemas da suposta coexistência positiva entre desenvolvimento econômico e inflação. Demonstra que em u'a amostra compreendendo 43 países, apenas dois conseguiram uma taxa razoável de desenvolvimento com uma taxa de inflação acima de 7%. Na América Latina, os países que alcançaram maior grau de desenvolvimento foram exatamente aqueles que tiveram menor taxa de inflação. No caso específico do Brasil, a comparação dos períodos 1946/1955, os quatro primeiros anos da década de 60 e o quadriênio 1965/69 confirma a estreita relação entre as taxas de desenvolvimento e de inflação: quanto maior esta menor aquela.

DE "VISÃO"

O ENSINO MILITAR

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Raras são as carreiras profissionais que são acompanhadas de ensino sistemático.

Um médico, ao terminar o curso acadêmico, prossegue em seus estudos se fôr dedicado à profissão. Nem sempre, porém, o médico frequenta reuniões científicas, procura hospitais e acompanha a evolução da medicina, em livros e revistas. Prefere o desempenho da profissão pelo calmo percurso da rotina, notadamente se sua remuneração fôr assegurada por um emprêgo. O mesmo ocorre na engenharia ou na advocacia. O prolongamento da aprendizagem, desenvolvido com maior ou menor sistematização, é ato voluntário, segundo as possibilidades e inclinações de cada um.

Há no serviço público o concurso quando os administradores são cômicos de seus deveres. As provas são rigorosas. Selecionam-se os mais capazes. Uma vez, porém, vencida a barreira do ingresso a persistência da capacidade é iniciativa do próprio indivíduo, pois as promoções independem de novas demonstrações de conhecimento. O bom desempenho do serviço rotineiro garante o mérito. Felizmente, estão sur-

gindo, no serviço público e nas empresas particulares, os cursos de especialização. Há empresas que se empenham em aperfeiçoar seus técnicos, exigindo-lhes estudos complementares, no país e no estrangeiro. Mas são casos, ainda, esporádicos. O único ramo profissional onde o ensino é ministrado sistematicamente ao longo da carreira, como condição precípua à promoção, é o militar.

O militar conquista postos superiores não somente por força do desempenho de suas funções mas, também, quando é aprovado na sequência de cursos, ao longo de sua jornada profissional. O militar formado na Academia é apenas um principiante. É um começo de profissão. Em sua longa vida de caserna, cumpre-lhe submeter-se ao aperfeiçoamento. Os que não conseguem aprovação estão impossibilitados de galgar posições. Ficam marcando passo.

O campo de opção é vasto. Há várias especializações, o que permite o aproveitamento, em elevado grau, da aptidão inata dos indivíduos. Esse o motivo por que o oficial bem instruído, se fôr de seu agrado, deixa o serviço militar para ocupar cargos técnicos

na indústria, nos transportes, nas comunicações. Não são os militares que invadem os quadros civis, mas, sim, são os civis que esvaziam os quadros militares.

A falha observável na instrução militar é uma falha que prevalece na maioria das profissões, ou seja, a ausência de conhecimentos elementares de economia. No caso dos militares, a ausência de compreensão da vida econômica é grave, porque a base de sua educação é voltada para o "inimigo". Um militar é naturalmente induzido a opor o estrangeiro ao nacional e o próprio nacional à nacionalidade. A oposição à integridade nacional é a constante.

A Escola Superior de Guerra foi criada não propriamente como instituição de ensino e sim como centro de compreensão dos problemas nacionais, onde os civis se capacitam da importância da segurança nacional como garantia das instituições nacionais e os militares se compenetraram da importância da economia para a segurança nacional.

A economia requer, antes de tudo, cooperação. As próprias alternativas não significam, necessariamente, oposições. Opta-se, hoje, por uma substituição que, amanhã, será uma complementaridade. Se, no presente, não pudermos, simultaneamente, consumir e investir, ao optarmos pelo investimento, em lugar do consumo, estaremos possibilitando um acréscimo de consumo em futuro próximo em complemento à expansão do processo produtivo. Substituímos agora, para comple-

mentar depois. E menos substituiremos e mais complementaremos quanto maior fôr o campo de atividade, abarcando em trabalho conjunto o esforço nacional e a contribuição estrangeira.

A linha de conduta econômica é, pois, a cooperação e não a oposição. O lucro não se opõe ao salário; o estrangeiro não se opõe ao nacional; a empresa não se opõe ao Estado, nem o Estado se opõe aos indivíduos.

A oposição surge quando ocorrem desequilíbrios, quando se acentuam os desajustamentos, quando se multiplicam os desentendimentos. São os desequilíbrios, os desajustamentos e as incompreensões que embaraçam o desenvolvimento econômico e põem em risco a segurança nacional, nos próprios limites do território nacional.

A intensidade dos desentendimentos pode ser forjada e, nesse caso, impõe-se uma estratégia bélica. Evidencia-se, aí, o colapso da cooperação por uma oposição adrede preparada para fazer ruir as instituições. Na maioria das vezes, porém, os desequilíbrios, os desajustamentos, as incompreensões, são ocorrências sanáveis com os próprios instrumentos da estrutura econômica. Fazem parte da política econômica e, se nela interferir a estratégia bélica, os resultados serão nefastos.

A Escola Superior de Guerra abre os horizontes, advertindo os civis contra o colapso da cooperação e admoestando os militares contra os óbices à cooperação. É um centro capaz de incutir maior civismo aos civis e menor rigidez militarista aos militares.

DE "DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

O PODER DO LUCRO

JORGE A. CHAMMA

Estão procurando criar no Brasil, com evidente fim subversivo criminoso, a confusão entre o Lucro legítimo daqueles que trabalham honestamente, com a palavra "lucro", este lucro proveniente de negociatas, e de alguns negócios feitos por indivíduos inescrupulosos.

E para preocupação nossa, parte da nossa juventude armada ou não, está se fascinando por uma ideologia de ódio ao Lucro, seja ele qual for.

As conseqüências não poderão deixar de aparecer mais cedo ou mais tarde, e gravíssimas, contra o Brasil e, por conseguinte, contra os próprios que combatem o Lucro.

Sem o Lucro, não pode haver o progresso. O Lucro é o gerador de novos empreendimentos, da expansão de outros e da construção de casas para ricos, médios e pobres, e, finalmente, é a única forma de criar empregos novos num regime de liberdade para estes milhões de brasileiros que anualmente surgem à procura de emprego.

O País ressurgiu juntamente dum caos premeditadamente criado antes da Revolução Salvadora de 1964 e não tem sido possível parar a Inflação, apesar dos esforços dos Governos Revolucionários. O País estava pôdre e as

greves se sucediam de forma alarmante e desagregadora. Estamos diminuindo a Inflação e esperamos que a mesma termine nestes dois anos, isto é, que dentro de dois anos esteja no máximo a 10% (dez por cento).

Nós apoiamos em termos gerais os esforços do Ministro Delfim Neto, mas gostaríamos que ele atentasse para o fato de que a Inflação demorará a ser eliminada enquanto houver duas medidas de juros para os empréstimos. Não é possível o consumidor ter que pagar juros de 5% (cinco por cento) ou mais, quando os Bancos cobram 2% (dois por cento) e às vezes menos, ao mês. É preciso haver um paradeiro neste altíssimo negócio ESPOLIATIVO de se ganhar quase 100% (cem por cento) entre o dinheiro que se adquire com as vendas das letras de câmbio e o emprêgo deste mesmo dinheiro.

Vejam-se os balanços das Financeiras de Investimentos, que estão sendo administradas com critério. O capital das mesmas, que há um ano era de um valor, depois de 3 (três) anos, em alguns casos se multiplicam mais de 5 (cinco) vezes, dando um lucro nunca visto. Financeiras que estouraram não é prova de que o negócio seja ruim, mas prova única e exclusivamente que são

ou foram mal administradas. Quando emprestavam ao Comércio e à Indústria, era tal a ganância de lucro, que emprestavam sem critério e realmente nenhuma organização comercial ou Industrial pode agüentar por longo tempo os extorsivos juros de 4% (quatro por cento) a 5½% (cinco e meio por cento) ao mês, sem falir.

Agora, transferiram êstes juros-fabulosos para o coitado do consumidor e isto precisa acabar.

Que o lucro extorsivo deva ser combatido, está bem, mas combater o Lucro, nunca.

Agora mesmo a Rússia acaba de estimular o Lucro para haver maior produtividade. A maior potência do Mundo Bolchevista, não teve outra alternativa senão criar o Lucro, para não se distanciar cada vez mais das potências Democráticas.

Há um grande equívoco forjado e estimulado pelos agentes da desordem, com a finalidade de

coroarem de êxito suas frustrações, tornado-se dirigentes num regime onde, pelo terror, poderão escravizar seus semelhantes e usufruírem então as vantagens de suas ambições. Esquecem-se os incautos de que nem todos podem ser chefes e a êles que na Democracia tinham os direitos de locomoção, de trabalho onde quiserem, de pensamento, passarão a ser escravos daqueles que os impulsionaram à revolta.

Justamente o que se deve fazer é combater a Inflação pela produtividade e esta sòmente terá maior eficácia pela produção do homem livre.

O Lucro é a razão de viver dos Povos Livres e sem êle é o caos, com o desemprego e o não emprêgo dos novos braços que anualmente se apresentam no mercado do trabalho.

Combatamos, sim os fatores que criam a Inflação e o encarecimento do custo de vida e entre êles está a grande disparidade na taxa de juros.

OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ocorre aos que lêem sobre o assunto ou que dêle ouvem falar, simplesmente, as distantes lições de geografia que falam de uma vasta rede de rios com milhares de quilômetros de extensão e que formam um complexo gigantesco denominado Bacia Hidrográfica da Amazônia.

Como conseqüente linha de reflexão surge a pergunta simples e imediata: Por que não utilizar essas fabulosas vias de comunicação como pronto fator de ocupação?

Apenas porque a experiência já demonstrou, de sobejo, que a disponibilidade de um só sistema não enseja o desenvolvimento. Esse desenvolvimento só se consegue através da integração dos vários sistemas, no caso, os rios, as rodovias e as ferrovias.

A prova disso é que, os rios da Amazônia, não obstante se constituírem, pelo menos em teoria, em vias que oferecem baixos custos de transporte, têm servido até hoje, apenas para o trânsito de pequenas quantidades de produtos da indústria extrativa e meio de suprimento e acesso a núcleos subdesenvolvidos que se dedicam quase que somente a atividades primárias.

Em conseqüência mesmo dessa secular forma de vida, a pequena população da Amazônia absorveu e fixou um tipo de existência ligada às margens dos rios restringindo horizontes e induzindo-a a uma franca tendência isolacionista.

Confunde-se freqüentemente, vias de penetração, com vias de comunicação. Os rios são, antes de tudo, vias de penetração e as Bandeiras serviram-se dos seus cursos como forma elementar para fixar rotas e ampliar fronteiras.

Uma simples comparação entre os rios e as rodovias, estabelece confrontos nas quais estas ganham relêvo evidente.

As rodovias são implantadas depois dos estudos de viabilidade econômica, isto é, a relação entre o custo e o benefício. Vale dizer, que se atingem deliberadamente áreas com altos índices de riquezas do solo e subsolo, com condições climáticas apropriadas e capazes de serem ligadas rapidamente aos pólos econômicos do País. Nelas não existem os obstáculos naturais dos rios e que se representam pelos saltos, pelo desnível das águas, o flagelo das secas ou o excesso dos índices pluviométricos. Não se traçam os cursos dos rios nos projetos de engenharia, como se faz com uma rodovia.

Portanto, entre outros fatores, isto é, atribuir aos rios e somente a eles o encargo de expandir economicamente a Amazônia, manifesta-se a inacessibilidade aos mercados, limitados, como sempre estiveram à exportação através de alguns portos, de produtos primários e resultantes do extrativismo. Alguns exemplos podem ser enumerados como o cacau e a quina que se transferiram posteriormente, para a Bahia e para a Índia, e a época áurea da extração da borracha a partir de 1870.

Concluindo a análise temos que, a alternativa resultante para a solução do povoamento e uma natural expansão industrial e agrícola, da Amazônia, é a rodovia. Não obstante, e em consequência de uma evidente limitação de recursos, como um sistema concebido para a utilização das faixas de terras situadas entre os rios navegáveis.

De acordo com essa concepção, traduzida em decisão do Presidente Médici, os Ministérios dos Transportes, Interior e Agricultura, estão projetando a implantação de uma grande rodovia transversal. Esta rodovia chamada "Transamazônica", deverá promover a integração da região amazônica ao Nordeste, além de propiciar a conexão rodoviária dos portos fluviais que servem aos rios por ela atravessados.

Segundo o Ministro Mário Andreazza e o Diretor-Geral do DNER, Dr. Elizeu Rezende, o procedimento que lhes parece mais indicado para a ocupação das áreas despovoadas da Amazônia é o de se provocar o deslocamento dos excedentes demográficos do Nordeste para aquela região.

Dado o atual estágio da rede rodoviária do Nordeste, não haverá maiores dificuldades em estendê-la até a bacia amazônica, através do prosseguimento das Rodovias BR-230 — BR-232 que, partindo respectivamente de João Pessoa e Recife, se unem em Picos (Piauí), de onde prossegue a BR-230 passando por Floriano, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas e alcançando Carolina. Ao norte de Carolina pode-se cruzar o Rio Tocantins, em Estreito. Este trecho já oferece condições razoáveis de tráfego. Esse traçado poderá ser substancialmente melhorado noutra diretriz, partindo de São Raimundo das Mangabeiras diretamente para Estreito. Consideramos que aí começará efetivamente a Transamazônica. Numa primeira etapa, prosseguirá no sentido leste-oeste até cruzar o rio Araguaia. Dali, na diretriz da BR-153, prosseguirá no sentido Noroeste, na direção de Marabá, de onde prosseguirá até Tucuruí, atingindo assim o primeiro ponto francamente navegável do Rio Tocantins. Este primeiro trecho, Estreito-Tucuruí, deverá alcançar uma extensão aproximada de 600 km.

Partindo de Tucuruí, em direção Oeste, cruzará o Xingu nas proximidades de Altamira de onde prosseguirá na mesma direção até Itaituba, no Tapajós. Ficam assim ligados os pontos a partir dos quais a navegação é praticável naqueles rios. Estes trechos terão extensões respectivamente superiores a 300 e a 500 quilômetros. Partindo de Itaituba, a estrada tomará a direção Sudeste até atingir as proximidades de Jacareacanga, ainda no Tapajós. Este trecho deverá alcançar pouco mais de 400 km. A partir dali, retomará o sentido Leste-Oeste, até atingir Humaitá, no rio Madeira.

Além de Humaitá já existe a Rodovia BR-406, ligando esta localidade a Lábrea. Deverá ser construído o trecho da BR-317 ligando Lábrea-Bôca do Acre. Dali, até Rio Branco,

encontra-se construído o trecho da mesma BR-317. Em Rio Branco a Transamazônica vai encontrar-se com a Rodovia Brasília-Lima, já aberta ao tráfego até Pôrto Velho e com sua construção adiantada no trecho Pôrto Velho — Rio Branco. Esta rodovia deverá continuar em direção ao Peru, passando por Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, numa extensão de pouco mais de 700 quilômetros.

O seu prosseguimento no Peru deverá atingir a cidade de Pucallpa, a 120 km da fronteira brasileira, onde se entronca com o sistema rodoviário do Peru e com a Rodovia Marginal da Selva.

Ainda a partir de Rio Branco, estabelecer-se-á a ligação com La Paz, através da BR-317, já construída no trecho Rio Branco — Xapuri — Brasília, donde tomará o sentido Norte-Sul em direção à capital da Bolívia.

O trecho boliviano, com uma extensão próxima de mil quilômetros, encontra-se também parcialmente construído.

Numa segunda etapa, mais remota, poderá ser construída ligação definitiva e direta entre São Raimundo das Mangabeiras e Estreito e entre o Rio Araguaia e o Tapajós, em Jacareacanga. Mais ainda, a estrada poderá prosseguir a Noroeste de Lábrea até atingir Benjamim Constant, junto às fronteiras do Peru e da Colômbia. Após concluída esta segunda etapa, a extensão total, partindo de Recife ou João Pessoa até Benjamim Constant, deverá alcançar a casa dos 5 mil km.

Por esta razão, e tendo em vista, principalmente, o objetivo de alcançar a máxima rentabilidade dos investimentos realizados, dever-se-á executar esta grande obra em etapas sucessivas, estando sua conclusão prevista para 1974.

A própria concepção da rodovia permite que cada quilômetro construído e aberto ao tráfego possa efetivamente ser utilizado. O programa de construção implicaria em avançar-se sempre no sentido Oeste, a partir de Estreito. O primeiro trecho a ser construído ou complementado — de vez

que já se encontra parcialmente construído — será o que atinge Marabá e prossegue até Tucuruí. O término desse trecho permitirá ainda a substituição da Estrada de Ferro Tocantins (Tucuruí — Jatobá) propiciando, de imediato, benefícios consideráveis pela eliminação de uma ferrovia altamente deficitária e sem qualquer possibilidade imediata de recuperação.

Os trechos seguintes, Tucuruí—Altamira—Itaituba, seriam os primeiros totalmente novos e que viriam abrir possibilidades de ocupação e colonização de extensa faixa de terras situada entre a planície e o planalto.

Após a abertura destes, os trabalhos prosseguiriam até completar-se a abertura de toda a estrada. Ressalte-se que, em toda essa primeira etapa, a estrada a ser aberta deverá ser uma estrada pioneira, de características modestas e custo reduzido. O mesmo poderá ocorrer também com a grande variante do Araguaia ao Tapajós.

As preocupações básicas na preparação e execução do projeto deverão ser a economia na construção e a segurança de tráfego permanente, ainda que em condições precárias, com a utilização de pontes de madeira e de balsas nos rios maiores. Somente o desenvolvimento da região de influência deverá motivar investimentos adicionais para melhoria de características técnicas e de condições de tráfego.

A rodovia Transamazônica, como está concebida, objetiva principalmente a complementação do sistema hidroviário, pois servirá de escoadouro para novas cargas a serem produzidas, até poderem atingir os portos fluviais mais próximos.

Entroncando-se com a BR-319 — (Pôrto Velho—Manaus), atualmente em construção, irá permitir um novo acesso a Manaus e, pela BR-174, também em construção, ao Território de Roraima, Venezuela e à Guiana. Através da Brasília—Lima, que naquele trecho poderíamos designar Transacreana, atingirá o Acre e o Peru. A Transamazônica integrará ainda o circuito Humaitá—Lábrea—Boca do Acre, Rio Branco—Abunã—Pôrto Velho—Humaitá, área que é hoje objeto de

atenção particular do Governo Federal, através da SUDAM, em vista de seu grande potencial de desenvolvimento.

Desenvolvendo-se ao longo da linha limítrofe Sul da região de influência do Rio Amazonas (que também se configura como a linha de separação entre o planalto Central e a planície Amazônica) delimita uma extensa faixa de terras entre o rio e a estrada, entrecortada por afluentes navegáveis, que apresentarão, assim, condições propícias para sua colonização.

Já se esboçam os primeiros estudos e anteprojetos para a abertura de uma terceira via de penetração à Amazônia.

Trata-se da rodovia Cuiabá—Santarém cuja área de influência abrange o território situado entre os rios Xingu e Tapajós, ou seja 1/10 parte da superfície do Brasil.

As riquezas que podem e devem ser exploradas se traduzem pelos minerais e uma rica Zona agropastoril.

Uma obra de tal porte, aconselha que diversos setores governamentais a ela se associem. De fato, tanto os Ministérios do Interior como os do Exército e Agricultura, por várias e positivas razões poderão emprestar ao Ministério dos Transportes sua valiosa colaboração.

O Ministério do Exército através dos Batalhões de Engenharia cujos serviços já prestados na abertura das vias de comunicação não podem ser minimizados.

O Ministério do Interior, por intermédio da SUDAM, no sentido da valorização dessa área e da fixação de núcleos primários consolidando o sentido de posse.

Finalmente, o Ministério da Agricultura e, no mesmo sentido, o IBRA, assistindo e apoiando os grupos pioneiros e dando-lhe condições de exploração das riquezas da terra. Na fase executiva todos êsses organismos podem prestar extraordinário auxílio conjunto.

A "ALIANÇA" EM RITMO DE BRASIL GRANDE

A Empresa de Navegação Aliança fiel ao seu lema — "Em cada pôrto do mundo, um navio com a Bandeira Brasileira" — festejou no dia 6 de março próximo passado, o lançamento do seu segundo "liner" de 12.000 TDW — o "FLAMENGO".

Com a presença do Ministro dos Transportes, Cel. Mário David Andreazza, e de altas autoridades militares e civis, a cerimônia transcorreu dentro daquele clima de brasilidade a que nos habituamos a assistir, cheia de natural vibração e emoção cívica.

Falaram na ocasião, os Drs. Alberto Ferraz, Presidente da Companhia Comércio e Navegação (Estaleiros Mauá) e Carlos Guilherme Eduardo Fischer, Presidente da Empresa de Navegação Aliança, seguindo-se um improviso do Cmt Carlos Cordeiro de Mello, Superintendente Nacional da Marinha Mercante, que falou em nome do Ministro Mário Andreazza e em nome da SUNAMAM.

A madrinha do "FLAMENGO", Sra. Maria Auxiliadora Amado, após proferir seus votos ao navio que ia batizar, fêz estourar no seu casco o tradicional champanha e o "FLAMENGO" desceu célere em busca do mar, entre vivas, sirenas e apitos.

É mais um gigante enfileirado na batalha dos fretes, ponto de honra altamente positivo do Governo Revolucionário.

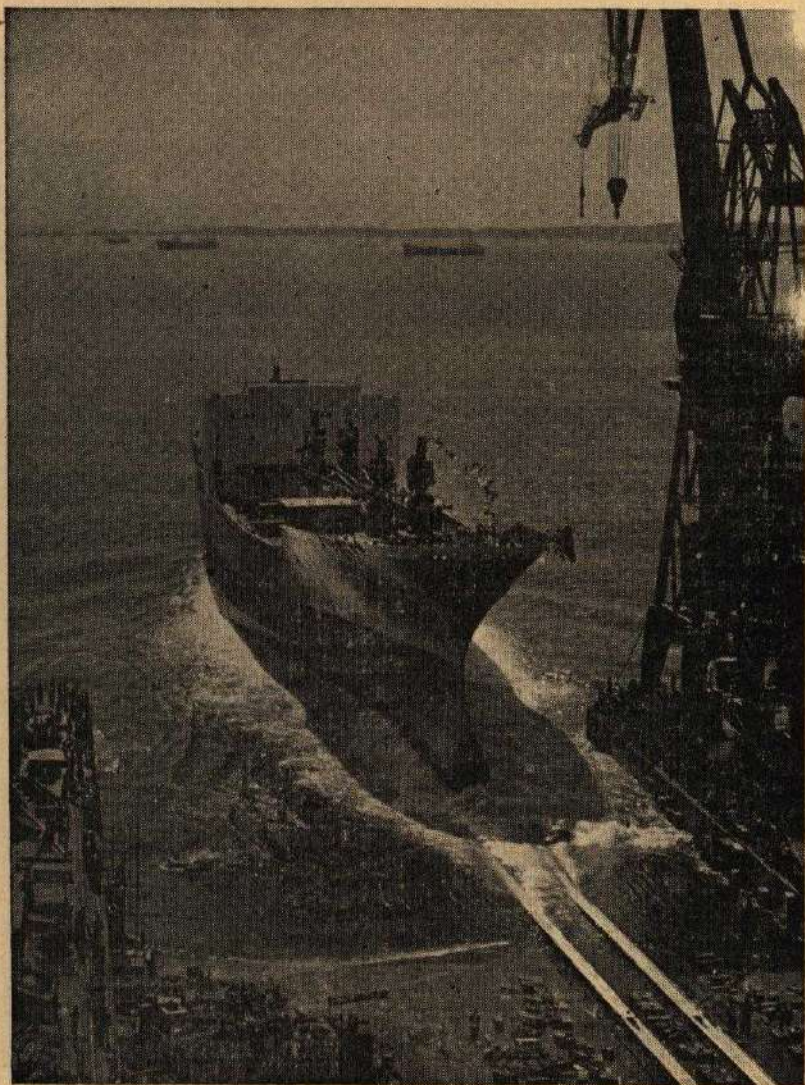
Atestando o alto nível da construção naval brasileira, demonstrando tôda a sua pujança e apurada técnica que tem merecido elogios mundiais, o "FLAMENGO" estará ao fim de 1970, singrando os mares internacionais, em busca de seu glorioso destino que é representado pela responsabilidade de elevar a Bandeira Brasileira, carreando para o Brasil preciosas divisas, geradoras de progresso e fator indiscutível de nossa plena emancipação e desenvolvimento econômico.



"Flamengo" — 12.000 TDW. Símbolo vivo de um Brasil Novo



Emocionado, o Min Mário Andreazza contempla, silenciosamente,
uma parte da sua grande obra.



Ilustres convidados e as diretorias da "Aliança" e "Estaleiros Mauá", assistiram a mais um vibrante espetáculo cívico — o lançamento do "Flamengo"

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Reunida a 17 de março de 1970, declarou-se em trabalhos permanentes os quais foram encerrados a 29 de abril de 1970, com aprovação do relatório e do balanço Geral, com a eleição do novo Conselho de Administração para o período de 1970-73, e com os agradecimentos do Exmo. Sr. Gen Div Humberto de Souza Mello a todos os seus auxiliares e colaboradores.

BALANÇO GERAL DO ANO DE 1969 CONSELHO ADMINISTRATIVO PARA O PERÍODO 70-73 DEMONSTRATIVO DA "CONTA SOBRAS & PERDAS"

<i>Títulos</i>	<i>Débito</i>	<i>Crédito</i>
	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>
Encargos do exercício anterior	5.227,71	
Encargos do exercício — 1969	3.615,35	
Materiais diversos	15.620,90	
Despesas gerais	8.332,62	
Ordenados	2.475,00	
Comissões	8.142,50	
Juros	221,00	
Gratificações	2.444,00	
Restituição de assinaturas	93,00	
Contas a pagar	2.315,79	
Juros s/ capital integralizado	385,29	
Valor da "Renda Eventual" destinado à compra de Papel de Imprensa"	12.276,64	
10% s/ Fundo de Reserva	222,52	
15% s/ Fundo de Beneficência	207,31	
25% s/ Fundo de Desenvolvimento Social	345,70	
Saldo à disposição da Assembléia	3.527,47	
Receita do Exercício — Caixa		941,77
Assinaturas — 1968/1969		13.368,03
Publicidade e publicações		26.970,00
Vendas		17.500,00
Subvenção		5.673,00
	<hr/> 64.452,80	<hr/> 64.452,80

Rio de Janeiro, GB, 31 de dezembro de 1969.

a) **Arnaldo Gonçalves Pires**
Contador

BALANÇO GERAL — ANO DE 1969

A T I V O			
<i>Disponível</i>	Cr\$	Cr\$	
Bancos — depósitos	12.672,72		
Caixa Econômica — prazo fixo	5.673,00	18.345,72	
<i>Realizável</i>			
Empréstimo a funcionários	130,00		
Material em depósito	838,45	968,45	
<i>Imobilizado</i>			
Obrigações de Guerra	18,82		
Móveis e Utensílios	12,00	30,88	
		19.345,05	
P A S S I V O			
<i>Inexigível</i>	Cr\$	Cr\$	
Capital Integralizado	64,33		
Fundo de Reserva	222,52		
Fundo de Beneficência	207,31		
Fundo de Desenvolvimento Social	345,70		
Saldo à Disposição — Assembléia	3.527,47	4.367,33	
<i>Exigível</i>			
Receita eventual destinada à compra de papel de imprensa	12.276,64		
Juros s/ Capital Integralizado dos anos de 1968/1969	385,29		
Contar a pagar	2.315,79	14.997,72	
		19.345,05	

(a) *Arnaldo Gonçalves Pires* — Contador
Estamos conforme com os lançamentos supra.

(a) *Gen Div Humberto de Souza Mello*

(a) *Cel Cav Geraldo Knaack de Souza*

(a) *Ten Cel Ref João Capistrano Martins Ribeiro*

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL

"A DEFESA NACIONAL"

(Eleito para o Exercício de 1970/73)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara
Diretor-Secretário — Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Diretor-Administrativo — Ten Cel Art Osmany Maciel Pillar
Diretor-Tesoureiro — Ten Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari
 Cel Cav Ivan Lauriodó de Santana

CONSELHO FISCAL

Cel Cav Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha
 Tel Cel Cav Cezar Marques da Rocha
 Ten Cel Cav Flávio Moutinho de Carvalho

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe : Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Redatores : Cel Art Hélio Lemos
 Cel Cav Demócrito Corrêa Cunha
 Ten Cel Inf Adel Alves Cardozo
 Ten Cel Inf Euromy da Paixão Dias Telles Pires
 Ten Cel Eng Lauro Pie

RELAÇÃO DOS ASSINANTES QUE PAGARAM 1970

Cap Ary Reis Wandeness
 Cel Asdrubal Esteves
 Gen Altamirano Nunes Pereira
 Gen Armando Pereira de Andrade
 Gen Antonio de Brito Junior
 Sr. Antonio Buonaventura
 Sgt Aureliano Jacob Dartora
 Sgt Benedito Guido da Silva

1º Btl de Infantaria Blindada:

Sgt Benedito Ribeiro Assunção
 Sub Ten Benedito de Souza Sá
 Cap Benedito Moureira
 Ten Brito Cyro Eduardo
 Gen Benedito Fernandes Pereira
 Maj Carlos Rublesk
 Cap Carlos Fernando Ramos
 Cap Carlos Geyer Rodrigues
 Cap Casemiro Moreira
 Sgt Carlos Alberto Dias Bento
 Ten Claudio Roberto Portilho
 Ten Cliseu Luiz Bassetti
 Sgt Carlos Gomes de Almeida
 Cel Euclides de Oliveira Figueiredo Filho
 Sgt Conrado Nogueira Barros
 Sgt Carlos Morais Gomes
 Maj Carlos Henrique de Azevedo Werneck
 Cap Carlos Luiz Herdia

1.ª Cia de Infantaria:

Sub Ten Clodoveo Borges Vieira
 Sgt Carlos Struck
 Maj Djalma Barros Passos
 Sgt Davi dos Santos Camargo
 Deocleciano Hernandez Fernandes

Sgt Danton Gomes de Oliveira
 Ten Cel Darino Castro Rebelo
 Cel Lillio Lima Taborda
 Sgt Edgar da Silva Fagundes
 Sub Ten Edison Martinez
 Sgt Edson Fernandes
 Cel Elton Carvalho
 Ten Cel Clovis Cunha Viana
 Maj Edgar Magalhães Ferreira
 Sgt Eraclides Orives da Luz
 Sgt Ermino Deolindo
 Dr. Elpidio Pessanha
 Cap Francisco Frota D. Brigido
 Cap Frederico S. Castanho
 Ten Cel Fidelis Chave Silveira
 Cap Fernando de Barros Azevedo
 Sgt Firson Almir Nascimento
 Sr. Francisco C. e Silva
 Cap Fernando Vilhena Cordeiro
 Sgt Francisco Vitorino Cruz
 Sgt Francisco Magalhães
 Sr. Francisco Luiz Innecco
 Ten Francisco Fajardo
 Cap Francisco Marini
 Sgt Francisco das Chagas Campelo
 Maj Fernando Monzon Abril
 Ten Fernando B. Etcheverry
 Maj Francisco Moacyr Gonçalves
 Cel Fernando Guimarães C. Lima
 Sgt Gustavo Eklund
 Sgt Geraldo Rufino da Silva Filho
 Ten Cel Garrone Ramão Veloso
 Sgt Guaracy da Silva Monteiro
 Maj Geraldo Nogueira Diogenes
 Ten Cel Hely de Andrade Pires
 Cap Hamilton Otero Sanches
 Prof. Hellandro Maia
 Maj Iran Lopes da Rosa
 Sgt Isley de Alencar

Cap Ivam Costa
Cel Ivan Lobo Mazza
Ten Cel Ilus Fagundes Ouriques
Moreira
Ten Cel Israel Coppio Filho
Dr. José Henrique Soares
Sgt José Luiz Alves Barbosa
Sgt José Pereira da Silva
Sgt José Armando Magalhães
Sgt José Ricardo Martins
Sgt Joaquim Jofre
Sgt João Alves de Abreu
Sgt José Gabriel Camara
Ten João Aulo dos Reis Neto
Cel João de Moura Dias
Dr. Joaquim Inacio Santos Gomes
Maj José Saldanha Fabrega Lou-
reiro
Ten José Martins Cavalheiro
Cap Juarez Marcon
Cap José Nithael Coelho Lelis
Sgt Jaci Claudio Antunes
Cap José Ubirajara Coelho
Maj José Joaquim Barreira
Maj João Magalhães Souza
Sgt Jucy Leite da Silva
José Leopoldo Freire Gondim
Maj José Bernardino Santos da
Costa
Dr João Rodrigues de Oliveira
Maj Julio da Silva Barbosa
Kleber de Carvalho Coêlho
Cap Luiz Marques Tavares
Adv Luiz Humberto Maron Agre
Sgt Luiz Alberto Cueto Espadim
Sgt Luiz Pereira de Almeida
Sgt Luiz Jacob Blum
Sgt Luiz Carlos Araujo
Stt Leonan Carvalho de Morais
Dr Luiz Alexandre de Oliveira
Maj Luiz Sebastião Malvasio
Ten Luiz Jesus Vieira
Sgt Léo Marcos de Simas
Sgt Lucio Ferreira da Silva
Tcel Manuel Cavalheiro Maia
Gomes
Cap Moacyr Roberto Guimarães
de Oliveira

Cap Mariano Mendonça Filho
Maj Mario Mercier Ascensão
Ten Manuel Luiz Valdevaz Castro
Maj Mario Dlogo Tavares
Sgt Mauro de Souza
Tcel Metridades Cenomo
Cel Murillo Victor Halbout Carrão
Sgt Mario Moureira
Cel Marcel Padilha
Sra Maria Izabel de Carvalho
Cunha
Cmg Mario Andrade
Dr Merval Soares Pereira
Tcel Mario José Sotero de
Menezes
Ten Mario Jornada Ribeiro
Cap Ney Leite Xavier
Cap Nilton Guimarães Novaes
Sgt Nelson Rosa de Lima
Ten Nilton Gomes Bertolo
Sgt Noel Cezario Pereira
Cap Nereu Manuel Augusto dos
Santos
Sgt Nelson Romeu Schingel
Ten Cel Ney Pinto de Alencar
Maj Otavio Julio Rosas Castro
Gen Osvaldo Miranda
Sgt Osvaldo Silva Quintanilha
Sgt Delmar Milher
Ten Cel Orey Machado Borba
Sgt Oneildo Moreira Lima
Sgt Erony Pereira Flores
Sgt Otavio de Rosa Hertz
Sgt Honorio Osmario Schilling
Ten Cel Orlando Augusto Rodri-
gues
Sgt Oscar Maciel
Ten Cel Paulo de Almeida Ribei-
ro
Ten Pedro Felix de Oliveira
Cb Pedro de Sousa Cavalcante
Cap Paulo Armando de Albuquer-
que Maranhão
Cap Paulo Cezar Bras da Cunha
Tovar
Cap Pedro Alberto Passos Rey
Sgt Roberto Eklund

9º Regimento de Infantaria:

Maj Raul Henrique Munhoz Moura

Cap Rubens de Sá Padilha

Dr. Raul Barcellos

Sgt Rodwilton Dalton Roncada

Rotary Clube de Santa Adelia

Ten Cel Renato Martins Pavao

Sgt Raimundo Carvalho de Alencar

Sgt Raimundo Nonato dos Santos

Cap Romeu Antonio Pereira

Maj Reginaldo Moureira de Miranda

Ten Cel Roberto de Castro Barcellos

Sgt Silas Guedes Pinto

Ten Sergio Pacheco de Oliveira

Ob Sebastião Pires Martins

Ten Cel Sakuel de Terso Teixeira Primo

Ten Cel Stanley Fortes Baptista

Sgt Tarcisio Constantino Romão

Cap Uli Collares Machado

Cap Ubirajara Gomes do Nascimento

Ten Cel Ulysses Medeiros

Sgt Vicente Pedro de Nasco Rondon

Sgt Vitorino da Costa Filho

Cel Vinicius Lemos Kruehl

Cap Werlan Coaracy de Roure

Dr. Walter Lemos Guimarães

Cap Walter Viana Valle

Ten Cel Wenceslau Braga dos Santos

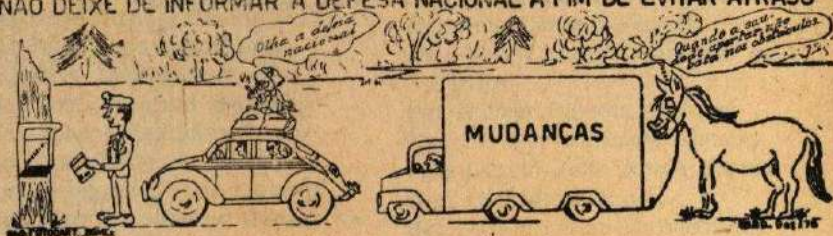
Sgt Wagner da Silva Campos

Sgt Walter Saupa Goulart

Dr. José Murta Ribeiro

FOI TRANSFERIDO ?

NÃO DEIXE DE INFORMAR A DEFESA NACIONAL A FIM DE EVITAR ATRASO



"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)